



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

PRISCILLA EMMANUELLE FORMIGA PEREIRA

**ECOS DE UMA REVOLTA: arenas de disputas políticas na Paraíba do
Norte nos Tempos da Praieira (1840-1851)**

Recife
2021

PRISCILLA EMMANUELLE FORMIGA PEREIRA

**ECOS DE UMA REVOLTA: arenas de disputas políticas na Paraíba do
Norte nos Tempos da Praieira (1840-1851)**

Tese apresentado ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em História. Área de Concentração: História do Norte e Nordeste do Brasil, Linha de Pesquisa Relações de Poder, Sociedade e Ambiente.

Orientação: Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino

Recife

2021

Catalogação na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

P436e Pereira, Priscilla Emmanuelle Formiga.
Ecos de uma revolta : arenas de disputas políticas na Paraíba do Norte
nos tempos da Praieira (1840-1851) / Priscilla Emmanuelle Formiga
Pereira. – 2021.
277 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2021.
Inclui referências e anexo.

1. Brasil - História - Revolução Praieira. 2. Paraíba - História. 3. Cultura
política - Paraíba. 4. Historiografia. 5. Imprensa. I. Christillino, Cristiano
Luís (Orientador). II. Título.

981.33 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2023-196)

Priscilla Emmanuelle Formiga Pereira
**ECOS DE UMA REVOLTA: ARENAS DE DISPUTAS
POLÍTICAS NA PARAÍBA DO
NORTE NOS TEMPOS DA PRAIEIRA (1840-1851)**

Tese apresentada ao **Programa de PósGraduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutora em História**.

Aprovada em: **27/08/2021**

BANCA EXAMINADORA

Participação por videoconferência

Prof. Dr. Cristiano Luis Christillino

Orientador (Universidade Federal de Pernambuco)

Participação por videoconferência

Profª. Drª. Suzana Cavani Rosas

Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)

Participação por videoconferência

Prof. Dr. Paulo Henrique Fontes Cadena

Membro Titular Interno (Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco)

Participação por videoconferência

Profª. Drª. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano

Membro Titular Externo (Universidade Federal da Paraíba)

Participação por videoconferência

Profª. Drª. Vitoria Fernanda Schettini

Membro Titular Externo (Universidade Salgado de Oliveira)

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI A ATA DE DEFESA, NÃO TENDO VALIDADE PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE TITULAÇÃO.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que fizeram parte desta longa e árdua trajetória. A verdade é que a maior parte do trabalho do historiador ocorre no silêncio solitário de seu local de estudo, "falando com os mortos", entre seus escritos e leituras, questionamentos e angústias. Uma labuta artesanal para transformar ideias em palavras, ao mesmo tempo em que experimentamos as alegrias e dores de nossa própria existência.

Desta forma, algumas partilhas foram fundamentais: uma simples palavra de apoio, suporte, ideias/sugestões, disponibilização de materiais, enfim. Cada pessoa à sua maneira esteve presente em algum momento no percurso deste trabalho. Inicialmente ao pessoal que me recebeu durante a pesquisa de campo. À Eliane e Pedro Nicácio pela ajuda nos espaços que precisei investigar na cidade de Areia-PB. Ao pessoal dos arquivos em João Pessoa, IHGP-PB, Arquivo da Assembleia Legislativa da Paraíba, Arquivo Histórico do Estado da Paraíba (FUNESC), e do CCJ em Recife.

A todos os professores e colegas que compartilharam desde a gestação da pesquisa até finalmente a defesa, materiais, ideias e sugestões. Em especial a Leonardo Bruno, Rosemery, Maria de Lourdes (Babi), Flávio Carreiro, Neide Cordeiro, Luíra Freire, Welton, Iordan Gomes, Josemir Camilo, Gilbergues Santos, Liliann Freitas, Cauby Dantas, Júlio César, Alisson Verner, Cleriston Oliveira, Thaís Soares, Lucian Souza e Emanuela Moura.

Aos alunos e professores das instituições que durante esta trajetória sem financiamento, compartilharam experiências e aprendizados, na luta do dia a dia. À UEPB, onde está pesquisa nasceu, UVA-Campina Grande, UNIFAVIP-Caruaru, IFPB-Catolé do Rocha. E as escolas da rede municipal de Campina Grande, Maria das Vitórias, Anis Timani e Lions Prata.

A meu orientador Cristiano Christillino, pelo apoio, amizade e paciência. Certa vez ouvi que "orientação é questão de afinidade", uma verdade incontestável. Aos professores PPGH-UFPE, Christine Dabat e Durval Muniz pelos valorosos dias de aprendizado nas disciplinas. As professoras Serioja Mariano, Suzana Cavani Rosas e Victoria Schettini pelas preciosas contribuições no exame de qualificação e para a versão final da pesquisa. Aos demais professores que aceitaram compor a banca examinadora, Pedro Henrique Fontes Cadena, Carlos Alberto Miranda e Pedro Vilarinho Castelo Branco. Ao programa de Pós-Graduação em História da

Universidade de Pernambuco e sua gentil, atenciosa e eficiente secretária. Gratidão, Sandra Regina!

À minha família pelo apoio, minha amada mãe Maria Goretti, meu porto seguro, (finalmente terminei, mainha!). Ao “Formigueiro”, Micoca, Tia Porcina, Pipoca, Allyne, Tio Marcos e Marta, meu muito obrigada! As tias Maria do Socorro e Maria de Fátima, suportes importantes nas horas das agonias. Meu querido Pai Manoel e a “ExcaliFamily”; Célia, Igor, Yuri, Ivan, Lamara, Mila e Lu. Agradeço aos Dantas, em especial a Cleo e Bibi, pelo apoio com o João.

Aos queridos amigos, Mariza, Karen, Bruna, Sidney, Natyara, Agostinho, Hélder, Helltonn, Lourdes Costa, Deyseane, Daura. A todas as “flores da Campina”, em especial as manas que acompanharam diferentes momentos desta jornada; Anna, Amandda, Jacque, Mila Moreira e Millena. E as minhas “Txais” do coração Kelly e Polly, só alegria na batalha do amor.

À Clemilson, pela força e a partilha das lutas durante o período de qualificação e defesa, nossas conversas, análises e sons. E ao nosso *bendito fruto* João Benedito. Que no decorrer das correções foi diagnosticado com TEA, trazendo mais uma lição para minha existência: o amor é a única linguagem que realmente importa.

Nestes anos em que esta pesquisa esteve no centro das minhas preocupações, demandando um esforço sobrenatural para sua conclusão. Minha fé foi o meu conforto, meu *Porto Seguro*. Desta forma, quero deixar registrado minha profunda gratidão ao Pai Celestial e todos os seres divinos que me acompanham,

*Tenho Fé de vencer
Toda provação
Agradeço a meu Mestre
Me faz seguir na missão*

RESUMO

Ao investigarmos a participação da Paraíba do Norte na Revolta Praieira (1848-1849), nos deparamos com as especificidades da adesão dos liberais da cidade de Areia e a ideia de eco, ou seja, a repercussão do conflito nas disputas políticas locais. Deste modo, o objetivo principal desta tese é analisar a cultura política da elite provincial, tendo em vista as arenas/espaços de disputas pelo poder neste contexto. Apontamos quatro arenas nas quais as figuras políticas paraibanas atuavam: a primeira é propriamente a rua, o espaço da revolta, quando Areia vira palco do conflito armado. A segunda é a memória, local de profunda disputa pela verdade sobre os eventos. A terceira, a Assembleia Legislativa, que no contexto político era o mais alto nível de poder a ser ocupado na província, palco da atuação dos agentes políticos que ficaram conhecidos por “cabeças” da revolta. E, por último, a imprensa, que possuiu um papel fundamental nas disputas partidárias que foram estabelecidas após a província ser imersa no conflito na cidade de Areia, sendo a principal voz deste eco da revolta na Paraíba. Constatamos que o eco da revolta foi exposto justamente na intensa luta partidária que se instaurou meses após a conflagração do conflito em 21 de fevereiro de 1849 através do debate de dois jornais: *O Reformista* (1849-1850), que personifica a bandeira levantada pelos rebeldes praieiros em prol de reformas através de uma Assembleia Constituinte, e o jornal conservador *A Ordem* (1849- 1851), que surge em resposta direta aos liberais, assumindo a defesa do governo. Deste modo, elaboramos em nosso exercício dois planos de questionamentos, o primeiro tendo em vista os agentes políticos e as arenas onde atuavam e o segundo plano, observar os principais ecos/repercussões da Revolta de Pernambuco na província paraibana. Sob estes aspectos, após análise da documentação em questão constatamos que quando se trata da repercussão da revolta na província, este eco será personificado no jornal liberal *O Reformista*, a partir do debate em torno de reformas e a Constituinte, herança direta do movimento dos praieiros.

Palavras-chave: Revolta Praieira; Paraíba do Norte; Disputas políticas; Imprensa.

ABSTRACT

When investigating the participation of Paraíba do Norte in the Revolta Praieira (1848-1849), we run into the specificities adhesion of the liberals of the city of Areia and the idea of echo, that is, the repercussion of the conflict in local political disputes. That way, the main objective of this thesis is to analyze the political culture of the provincial elite; keeping in mind the arenas/spaces of disputes for power in this context. We point out four arenas where Paraíba's political figures acted, the first is properly the street; the space of the uprising, when Areia becomes the stage of the armed conflict. The second arena is the memory, a place of a deep struggle for truth about the events. The third is the Legislative Assembly, which in the political context was the highest level of power to be occupied in the province, a stage for the performance of political agents of those who became known as "heads" of the revolt. And lastly, the press. Which possessed an essential role in the partisan disputes that were established after the province was immersed in the conflict in the city of Areia, being the main voice for this echo of the revolt in Paraíba. We observe that the echo of the rebellion was exposed precisely in the intense partisan struggle that was established months after the conflagration of the conflict on February 21, 1849 through the debate of two newspapers; *O Reformista* (1849-1850), which embodies the flag raised by the praieiros rebels in favor of reforms through a Constituent Assembly. And the conservative newspaper; *A Ordem* (1849-1851), emerged in direct response to the liberals, assuming the defense of the government. Thus, we elaborate two plans of questioning, the first having in view the political agents and the arenas where they acted and the second, to observe the main echoes/repercussions of the Revolt of Pernambuco in Paraíba province. Covered by these aspects, after analyzing the documentation in question, we found that when it comes to the repercussion of the revolt in the province, this echo will be personified in the liberal newspaper *O Reformista*, from the debate around reforms and the Constituent Assembly, direct inheritance from the movement of the praieiros.

Keywords: Revolta Praieira; Paraíba do Norte; Political disputes; The Press.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Edison Carneiro; 1960 p. 72-73	139
Figura 2 - Primeira edição do jornal liberal <i>O Reformista</i>	184
Figura 3 - Primeira edição do jornal Conservador <i>A Ordem</i>	188

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Membros da Guarda Nacional na Assembleia Legislativa da Paraíba na década de 1840	83
Quadro 2 - Deputados padres e vigários na Assembleia Legislativa da Paraíba na década de 1840	88
Quadro 3 - Paraibanos formados em Olinda	97
Quadro 4 - Bacharéis em Direito na Assembleia Legislativa da Paraíba na década de 1840	103

LISTA DE ABREVIATURAS

ALPB	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA
BN	BIBLIOTECA NACIONAL
CCJ	CENTRO DE CIÊNCIA JURÍDICA
FUNESC	FUNDAÇÃO ESPAÇO CULTURAL DA PARAÍBA
IHGP	INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO
G.N	GUARDA NACIONAL

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: SEGUINDO OS RASTROS, TECENDO NARRATIVAS: A CULTURA POLÍTICA E REVOLTA PRAIEIRA NA PARAÍBA	13
2	HISTORIOGRAFIA E CULTURA POLÍTICA: A PROVÍNCIA DA PARAÍBA DO NORTE NA REVOLTA PRAIEIRA	35
2.1	A Revolta Praieira: primeira geração e os testemunhos escrito	35
2.2	A Praieira a partir da narrativa dos historiadores; segunda e terceira gerações	42
2.3	A Historiografia paraibana e a Revolta Praieira	59
2.4	Cultura política na Paraíba do Norte: arenas de disputas e novas possibilidades de abordagem	69
3	AGENTES POLÍTICOS E DISPUTAS PELO PODER NA PROVÍNCIA DA PARAÍBA DO NORTE NOS TEMPOS DA PRAIEIRA	77
3.1	Agentes políticos e ocupação nas disputas pelo poder na Província da Paraíba (1835-1849)	77
3.2	Bacharéis em Direito: o letramento dos agentes políticos paraibanos no Império	95
3.3	Bacharéis em destaque: atuação dos deputados Dr. Maximiano Machado Lopes e Dr. Aragão e Mello nos Tempos da Praieira	106
3.4	Agentes políticos na Imprensa nos Tempos da Praieira: Borges da Fonseca e Felizardo Toscano	118
4	O PALMO A PALMO DAS DISPUTAS: REVOLTA PRAIEIRA, MEMÓRIA, ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA E IMPRENSA NA PARAÍBA DO NORTE	138
4.1	A Rua: a Revolta Praieira em Areia na Paraíba do Norte de 1849	139
4.2	A memória: a disputa pela verdade sobre a Revolta Praieira	154
4.3	Assembleia Legislativa: O arranjo Institucional e a disputa pelo poder na Província da Paraíba do Norte nos Tempos da Praieira	164
4.4	A Imprensa: jornais e disputas partidárias na província da Paraíba do Norte nos Tempos da Praieira	178
5	ECOS DA REVOLTA PRAIEIRA: O REFORMISTA E A ORDEM NA DISPUTA POLÍTICA NA IMPRENSA PARTIDÁRIA DA PARAÍBA (1849-1851)	193
5.1	A repercussão da Revolta Praieira na imprensa da Paraíba do Norte:	

narrativas e disputa partidária entre os jornais <i>O Reformista</i> e <i>A Ordem</i>	193
5.2 O Herói dos “Catucás”: narrativas de Pedro Ivo nos Jornais <i>O Reformista</i> e <i>A Ordem</i>	207
5.3 As Eleições de 1849: disputas entre liberais e conservadores nos jornais da Paraíba do Norte	217
5.4 A Constituição é a nossa bandeira? <i>O Reformista</i> e <i>A Ordem</i> no debate da Constituinte	232
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	242
REFERÊNCIAS	249
ANEXO A – FIGURAS 4-7	275

1 INTRODUÇÃO: SEGUINDO OS RASTROS, TECENDO NARRATIVAS: A CULTURA POLÍTICA E REVOLTA PRAIEIRA NA PARAÍBA

A História do Brasil Monárquico foi marcada por diversas contestações e revoltas que questionaram o poder centralizador da corte no Rio de Janeiro. Um ciclo de rebeliões liberais no processo de formação do Estado Nacional Brasileiro; principalmente por convergirem algumas de suas reivindicações, dentre elas; a garantia de direitos políticos; à propriedade, autonomia administrativa, eleitoral e econômica das províncias. Neste panorama, estes conflitos armados foram a Confederação do Equador (1824); Farroupilha (1835-1840); Sabinada (1837-1838); as Cabanadas do Pará (1835-1840), de Pernambuco (1832-1834) e de Alagoas (1844-1845); as Revoltas Liberal em Minas e São Paulo em 1842. E por último, encerrado o ciclo de insurreições na primeira metade do século XIX no Brasil, durante o Segundo Reinado de D. Pedro II; a Revolta Praieira (1848-1850) (CARVALHO, 2008, p.06; MARSON, 2009, p.08).

A Revolta Praieira foi deflagrada em novembro de 1848 em Pernambuco e durou até meados dos anos 1850, após a desistência do último líder remanescente, Pedro Ivo Velloso da Silveira. Liderança principal das chamadas “guerra das matas” no interior da província, mantendo acesa uma pequena chama contestatória para os simpatizantes do movimento, esmagada definitivamente pelo General Coelho em 26 de janeiro de 1850 (CARNEIRO, 1960, p.185).

As denominações utilizadas da Revolta Praieira foram diversas ao longo do tempo. Na Paraíba o episódio ficou conhecido inicialmente por “Guerra dos Moraes”, uma vez que o senhor de engenho Manoel Pereira de Moraes, agente político experiente que participou da Confederação do Equador em 1824, iniciou o confronto em 07 novembro de 1848 ao se recusar entregar armamentos e o cargo que ocupava na Guarda Nacional. Após o fim da revolta, o chefe de Polícia Figueira de Mello utilizou o termo rebelião para enquadrar duramente os integrantes no conceito penal da época, tendo em vista o objetivo de condená-los à prisão perpétua. Deste modo, o termo foi utilizado nos autos dos processos movidos contra os réus.

Já “revolução” foi usado por um de seus principais protagonistas, Antonio Borges da Fonseca¹. Enquanto estava na prisão em Fernando de Noronha atuou

¹ Barbosa Sobrinho Lima em “A Revolução Praieira” de 1949, ponderou o programa praieiro difundido pela imprensa partidária enquanto ponto de vista específico de alguns indivíduos, e não propriamente

intensamente no jornal *A Revolução de Novembro*, fundado em 1850, no qual deixou registrado o uso do termo (ROSAS, 2020). Este termo também ganhou força a partir de escritos que deram ênfase ao caráter popular e o sentido social da revolta, reconhecendo na ideologia praieira um conteúdo socialista, com o protagonismo das massas populares. Dentre estes, destacou-se o trabalho de Amaro Quintas em **O sentido social da Revolução Praieira** em 1967, onde apontou uma versão ideológica do evento.

No entanto, a palavra revolta pareceu-nos mais apropriada para falarmos sobre os eventos em Pernambuco e na Paraíba nos anos finais da década de 1840. Em nossa narrativa “insurreição” e por vezes “movimento”², apareceram enquanto expressões alternativas na prática da escrita para apontarmos de forma geral o resultado do conjunto de ações que moveram diversos agentes políticos para o combate armado, ou seja, para radicalização da luta partidária no contexto aqui estudado.

Percebemos a Praieira enquanto consequência das tensões políticas do processo de disputa dos grupos locais da província de Pernambuco. Onde membros divergentes do Partido Liberal criaram uma coalizão; o Partido Nacional de Pernambuco em 1842, mais conhecido por Partido Praieiro³. Termo utilizado de forma pejorativa devido à localização do Diário Novo, tipografia que representava o grupo

de todo o movimento, dentre eles, Borges da Fonseca. Nos apontando as disputas e contradições políticas dos grupos locais como um ponto marcante do evento.

² Embora que categoricamente não sejam sinônimos, afinal, os termos possuem significados divergentes, para não nos tornarmos repetitivos ao mencionarmos o evento, foram colocados enquanto alternativas no recurso narrativo. Dantas (2011, p.11) apontou que os termos sedição, revolta e insurreição foram amplamente utilizados na fala dos contemporâneos respaldados pelo Código Criminal do Império de 1830 em referência aos eventos contestatórios após sua vigência, pois “entre os crimes públicos, caracterizava os de conspiração, rebelião, sedição, insurreição, resistência, tirada ou fugida de presos e arrombamento de cadeias e, finalmente, desobediência às autoridades”. Edison Carneiro em 1960, assumiu o termo insurreição considerando a Praieira um conflito armado da disputa de classes sociais, dando-lhe o mesmo teor revolucionário de Amaro Quintas, “embora se constituísse mais propriamente numa insurreição, devido à falta de organização dos “revolucionários” (MARSON, 1980, p.22) O termo movimento foi empregado por Izabel Marson em sua dissertação de mestrado intitulada de Movimento Praieiro: imprensa, ideologia e poder político de 1980.

Segundo a autora “o Movimento Praieiro engloba um processo de disputa político-partidário que se desenrolou na Província de Pernambuco entre 1842 e 1849, como expressão local e particular do sistema político que caracterizou o Segundo Reinado” (MARSON, 1980, p.01).

O termo pejorativo designou membros que foram tidos enquanto “inescrupulosos e de fortunas recentes e comércios” (MARSON, 2009, p.12).

³ Segundo a autora “o Movimento Praieiro englobou um processo de disputa político-partidário que se desenrolou na Província de Pernambuco entre 1842 e 1849, como expressão local e particular do sistema político que caracterizou o Segundo Reinado” (MARSON, 1980, p.01). O termo pejorativo designou membros que foram tidos enquanto “inescrupulosos e de fortunas recentes e comércios” (MARSON, 2009, p.12).

político, na rua da Praia no Recife. Local tradicional de comércio a retalho (CARNEIRO, 1960, p.26; MARSON, 1980, p.34).

O grupo foi reunido em contraposição ao domínio da oligarquia Cavalcanti que formava o Partido Conservador e possuía representantes dentro do Partido Liberal, constituindo deste modo uma hegemonia política da família e de seus agregados no contexto. Situação sarcasticamente exposta nos dizeres do deputado geral Vilela Tavares:⁴

*Quem viver em
Pernambuco
deve estar
desenganado
que ou há de
ser Cavalcanti
ou há de ser
cavalgado.*

A cisão criou uma configuração diferenciada na cultura política da província nas disputas pelo poder. De um lado o Partido Conversador, vulgarmente conhecido por *baronistas*⁵ ou *gabirus*⁶, que agregou “proprietários de terras de Pernambuco, oriundos de antigas famílias enraizadas na província desde o período colonial” (MARSON, 1980, p.02). Representada pela família Rego Barro/Cavalcanti⁷ e agregados liberais que divergiam da oposição praieira.

⁴ Amaro Quintas explicou que quando foi publicado no jornal *O Sete de Setembro* de nº 11 de 14 de outubro de 1845, foi reproduzida sem apresentar o autor. Contudo, Pereira Costa no Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres, identifica a autoria do Dr. Jerônimo Vilela Tavares.

⁵ Nome usado para denominar os adeptos do Partido Conservador chefiado pelo Barão de Boa Vista Francisco do Rego Barros.

⁶ Neste caso termo foi utilizado pejorativamente para associar o grupo conservador a ratazanas de grande porte, ou seja, “ladrões sorrateiros dos cofres públicos” (MARSON; 2009, p.12). Algo muito comum na cultura política brasileira no Império. Na Paraíba no mesmo período, por exemplo, liberais eram chamados de *rasgados* e os conservadores de *baêtas*, indicando a vestimenta utilizada por cada grupo.

⁷ Sobre a atuação da família Cavalcanti, o trabalho de Paulo Henrique Fontes Cadena (2011), nos ofereceu uma discussão mais profunda sobre a família que normalmente tornou-se uma espécie de “vilã” quando tratamos do contexto. O autor aplicou uma abordagem diferente ao analisar a trajetória da família no jogo político na província de Pernambuco.

Em contraste, o Partido Nacional/Praieiro, que reuniu Urbano Sabino de Melo⁸, Joaquim Nunes Machado⁹, e outras lideranças provenientes de famílias de negociantes, proprietários de engenho. Em sua maioria integrantes de uma geração de bacharéis formados no curso de Direito em Olinda, que ocupavam cargos importantes na organização burocrática da província (MARSON, 2009, p.20).

Outro grupo estava engajado nas disputas políticas na província pernambucana, este composto por liberais caracterizados por ideias mais radicais¹⁰; dentre eles, o paraibano Antonio Borges da Fonseca. Associado a artesãos, caixeiros, soldados de baixas patentes e pequenos comerciantes brasileiros que não possuíam total participação na política oficial. Este grupo teve intensa atuação na imprensa de tendência reformadora, porta-voz¹¹ de causas mais populares, como a nacionalização do comércio de retalho que era dominado pelos estrangeiros, principalmente portugueses. (CARNEIRO, 1960, p.27; MARSON, 1980, p.33).

As reivindicações dos artistas nacionais eram antigas na província, chegando às vias de fato nas ruas de Recife através de movimentos violentos de depredação de bens de portugueses, assassinatos e linchamento de estrangeiros, os chamados “mata-marinheiro”¹². Agitações deste teor eram frequentes durante a primeira fase da Regência e, em junho de 1848, após a discussão de um estudante do Liceu e um caixeiro português, começou um quebra-quebra generalizado por dois dias, resultando na morte de vários portugueses (MARSON, 1981, p.64).

Além disso, as eleições acirravam as tensões entre os grupos, criando constantes cenas de violência na província, estimuladas pela imprensa local. Os jornais políticos difundiam intensos conflitos pessoais, incitando “comportamentos” que poderiam ocasionar e justificar assassinatos de autoridades políticas e policiais,

⁸ Urbano Sabino de Melo foi professor do Seminário de Olinda (1843), ocupou cargos de juiz municipal e de órfãos de Goiana (1835), juiz de direito em Goiana no ano seguinte. Deputado provincial em 1836 e Geral a partir de 1838 (MARSON, 1980, p.35).

⁹ Nunes Machado formou-se bacharel em direito em Olinda em 1932, ocupou os cargos de juiz de direito em Recife 1835, elegeu-se deputado provincial em 1838 e deputado geral no ano de 1844. (MARSON, 1980, p.35)

¹⁰ Embora seja um grupo bastante homogêneo quanto às ideias, destacou-se alguns discursos e debates que eram impensáveis para a maioria da elite política da época. O caso do debate proposto por Borges da Fonseca em determinados momentos de sua carreira jornalística, como por exemplo sua atuação no jornal *O Republicano*.

¹¹ Além de Borges da Fonseca e sua atuação nos jornais *O Nazareno* e *O Tribunal*. Inácio Bento de Loiola em seu jornal *A Voz do Brasil* reivindicando a nacionalização do comércio a retalho e o discurso antilusitano.

¹² O termo Marinheiro foi utilizado para designar pejorativamente os estrangeiros, principalmente no que diz respeito aos portugueses.

ataques a tipografias da oposição, invasões locais de votação para roubo de urnas, ou ainda, eclosão de movimentos de “mata-marinheiro”, alimentandos pela lusofobia¹³ (MARSON, 1980, p.08; MARSON, 1981, p.64).

Algumas destas pautas também faziam parte da agenda do Partido Praieiro desde sua origem em 1842, no *Diário Novo*, jornal que nasceu em contraposição ao *Diário de Pernambuco*, principal órgão dos conservadores, “considerado o periódico mais antigo e importante da província” (MARSON, 1980, p.41).

A imprensa, deste modo, foi um elemento marcante neste contexto, palco de diversas disputas, principalmente nos meses que antecediam às eleições. A intensidade ficou evidenciada com os vários outros títulos¹⁴ menores e publicações irregulares que circularam associados diretamente aos dois principais jornais antagonistas locais, intensificando a luta partidária.

Em 1845, o Partido Praieiro finalmente ascendeu ao poder na província de Pernambuco, resultado da mudança de gabinete ministerial que deu início ao chamado quinquênio liberal¹⁵. Na posição de governo pela administração do desembargador Antônio Pinto Chichorro da Gama, o partido sentiu na pele as críticas da oposição nos jornais que circulavam na província (MARSON, 1980, p.37).

¹³ “A lusofobia possuía argumento de larga penetração e manipulação eficazmente pela classe dominante. O português (proprietário ou caixeteiro) em sua loja de comércio a retalho era o último elo de uma longa corrente que começava nos fornecedores ingleses e agiotas estrangeiros que dominavam a economia provincial, aliados ao governo com sua política de impostos” (MARSON, 1981, p.64).

¹⁴ Do lado *gabiru*, em uma primeira fase quando estava no poder e usufruíram de cargos *O Artilheiro* (1842-1844), *A Estrela* (1843-1844), *Paisano* (1843), *O Chora Menino* (1843), *O Guararapes* (1844). Já a partir de 1844, o partido conservador passa a ser oposição do governo, organizando os seguintes periódicos *O Lidor* (1848), *O Clamor Público* (1845-1846), *A Carranca* (1845-1847), *O Esqueleto* (1846), *O Postilhão* (1846), *O Eleitor Pernambucano* (1847), *A Grande Tempestade* (1847), *O Brado da Razão* (1848-1849), *A União* (1848), este último substituindo *O Lidor*. Do lado do Partido Praieiro quando estava em oposição ao governo quando surgiu o jornal em 1842, auxiliou as seguintes folhas; *O Guarda Nacional* (1842-1844), *O Cometa* (1843-1844), *O João Podre* (1844- 1845), *O Athleta* (1843), *A Gazeta do Povo* (1844), *O Foguete* (1845). Após ascenderem ao poder na província em 1845, e alvo da oposição organizada pelo *Diário de Pernambuco*, os jornais que compuseram a imprensa Praieira foram; *O Sete de Setembro* (1845), *O Volcão* (1847), *O Artista* (1847) *A Barca Vigia* (1847), *Hum dos Cinco Mil* (1847), *A Tempestade* (1847), *O Arara* (1845-1846), *O Praieiro* (1845), *O Homem do Povo* (1847), *A Ratoeira* (1847), *O Camarão* (1848), *O Azorrague* (1845-1846). Quando retornaram à oposição em 1848, atuaram ao lado dos praieiros; *A Barca de São Pedro* (1848), *O Maccabéo* (1849), *A Verdade* (1848) e *O Confluente do Capibaribe* (1848) (MARSON; 1980, p.45).

¹⁵ O termo referiu-se ao período de 02 de fevereiro de 1844 a 28 de Setembro de 1848, iniciando gabinetes liderados por políticos mais moderados ligados aos liberais que atuaram durante o período Regencial (1831-1840); o político baiano José Carlos Pereira de Almeida Torres, segundo visconde de Macaé, em 1848; o pernambucano Holanda Cavalcanti, visconde de Albuquerque de 185-1846, o baiano Manoel Alves Branco, segundo visconde de Caravelas (1847 até março de 1848), e o último ministério o político paulista Francisco de Paula Souza e Melo em 1848. Posteriormente, com a queda dos liberais do ministério, procedeu um longo tempo com os conservadores no poder de setembro de 1848 a 1863 (MARSON, 2009, p.25).

Durante o período em que estiveram no poder, os praieiros não viabilizaram modificações na composição dos padrões da atuação política, permanecendo os velhos elementos que caracterizavam as práticas neste contexto, entregando aos aliados cargos policiais, militares, o Comando das Armas e ocupações voltadas a tropa de linha e na Guarda Nacional. Espaços estratégicos do controle policial e político, solidificando o acesso às bases eleitorais na província de Pernambuco (MARSON, 1980, p.37; MARSON, 1981, p.56; MARSON, 2009, p.26).

Em 1848, o jogo político mudou determinando o fim do quinquênio liberal e estabelecendo a ascensão de um gabinete conservador. Com a saída de Chichorro da Gama da presidência e o chefe de polícia Antônio Afonso Ferreira, iniciou uma série de demissões dos cargos importantes, principalmente no que diz respeito aos cargos policiais, motivando o conflito entre os delegados e os subdelegados recém nomeados¹⁶ e a resistência por parte de alguns praieiros para entregar os cargos (CARNEIRO, 1960, p.30; MARSON, p.1980, p.39).

A situação agravou-se com a nomeação de Herculano Ferreira Penna¹⁷ que intensificou as demissões e as perseguições políticas, prisões e recrutamento forçado¹⁸. Além disso, a partir de uma articulação dos conservadores com o Senado, uma tensão corte-província ganhou forma com a anulação da eleição do ano anterior, minando completamente os praieiros das posições de poder.

Com intensificação da política *gabiru* na administração e nomeações para cargos importantes, os praieiros do interior agruparam-se com o senhor de engenho e coronel comandante da segunda legião da Guarda Nacional de Olinda e Igarassú Manoel Pereira de Moraes (SOBRINHO, 1949, p.29).

Figura proeminente da região e antigo revolucionário de 1821 e 1824, reagiu violentamente a entrega dos armamentos deflagrando o conflito, pois “deixar o poder naquele momento parecia perder tudo: o acesso aos escravos contrabandeados, aos

¹⁶ Os novos nomeados para tais cargos eram figuras conhecidas do partido conservador, inclusive, acusados de roubo de gado que teriam sido investigados pela política praieira enquanto estava no poder (CARNEIRO; 1960, p.18).

¹⁷ De acordo com Edison Carneiro, o novo presidente da província *a priori* não esboçou nenhuma hostilidade aos praieiros. Contudo, o ex-presidente Costa Pinto teria alertado os deputados da Praia em seu embarque que ele vinha para “fazer uma completa inversão na província, não poupando até os oficiais subalternos da Guarda Nacional nem os últimos suplentes de delegado e subdelegados” (CARNEIRO, 1960, p.47).

¹⁸ Uma prática bem comum da cultura política do império foi o recrutamento forçado dos agregados de inimigos políticos para o Exército.

cargos públicos, aos empreendimentos do Estado, às concessões especiais nos negócios e nos portos" (MARSON, 1981, p.69).

Uma carta de Peixoto de Brito para Pereira de Moraes, meses antes da revolta enfatizou a situação de impasse e a necessidade de utilizar a defesa da propriedade pela via da força, pois com as mudanças dos cargos tudo estava "perdido e sem remédio, só se podem salvar as nossas vidas e propriedades e a honra pernambucana. Os inimigos se armam por tôda parte para esmagar-nos; é preciso convencê-los de que não podem fazê-lo".¹⁹

Em armas²⁰, os engenhos da província de Pernambuco revelaram potencial bélico, "a vida da insurreição"²¹, base de operações onde "os senhores tornaram-se comandantes, os lavradores, rendeiros e moradores soldados", a revolta estendeu-se inicialmente pela região do açúcar (MARSON, 1981, p.79). Os praieiros concentrados nos agregados solicitavam a "adesão" de proprietários e membros da Guarda Nacional das províncias vizinhas (Ceará, Alagoas e Paraíba), requerendo dinheiro, homens e mantimentos (MARSON, 1981, p.80).

Desta forma, percebemos a participação considerável do povo na política em Recife, com a adesão das classes populares vinculada principalmente pelos laços de dependência pessoais, norteado pelo medo de represálias ao não aderir ao lado do chefe local. Prática está atrelada a relações clientelistas, ações que são definidas como troca de favores por apoio e adesão nas disputas políticas (GRAHAM, 1997).

Em Recife, também foram contratados contingentes de combatentes em troca de soldo, facilmente encontrados na leva de desempregados que viam na guerra alguma possibilidade de obter trabalho (MARSON, 1981, p.81).

Além disso, vários trabalhadores urbanos engajaram na revolta, os chamados cinco mil²². Grupo composto por artesãos, comerciantes brasileiros, soldados de baixa patente, articulados no jogo político provincial com efetivo poder de barganha,

¹⁹ Carta transcrita por Edison Carneiro no livro **A Insurreição Praieira** de 1960, p. 203.

²⁰ A insurreição teve início em 07 de novembro de 1848 (CARNEIRO, 1960, p.52).

²¹ Segundo, CARNEIRO, 1960, p.45.

²² O termo cinco mil foi espelhado em Atenas "quando um regime pretendeu ser a expressão de cinco mil cidadãos" (MARSON, 2009, p.23). Deste modo, a expressão foi usada após um abaixo-assinado redigido por Borges da Fonseca reunir cinco mil assinaturas para a nacionalização do Comércio a retalho (SANTOS, 1994, p.132).

baseado sobretudo no apoio numérico durante as constantes eleições. A participação do grupo forneceu força a Praieira, tornando-o um verdadeiro “turbilhão popular”²³.

Nos primeiros momentos da revolta, entre novembro e dezembro de 1848, os rebeldes assumiram um padrão das disputas políticas locais, configurando resistências isoladas, persistindo nos conflitos pessoais, medindo força e prestígio em lutas menores nos engenhos, com pequenas incursões a vilas e confronto com a força policial (MARSON, 1981, p.80). Enquanto isso, em Recife, a imprensa Praieira atuou intensamente por meio do seu principal órgão *O Diário Novo*, que durante a revolta ficou sob o comando de Filipe Lopes Neto, reportando as movimentações dos rebeldes e combatendo veementemente a imprensa gabiru.

Liberais e conservadores disputaram pelo controle da província até que o Estado Imperial resolveu esmagar os insurgentes, interferindo diretamente em dezembro de 1848, enviando reforços provenientes das províncias vizinhas e da Corte sob o comando do cel. José Joaquim Coelho. Ocorreu também a substituição de Herculano Ferreira Pena por Manuel Vieira Tosta na presidência da província, pois “o estado exigia o fim da disputa fragmentária em que os proprietários mediam forças em nome da lei” (MARSON, 1981, p.83).

Tosta nomeou Jerônimo Martiniano Figueira de Mello para chefe de polícia que por sua vez direcionou seus esforços em perseguir a imprensa liberal, considerada “facciosa” e “desordeira”, ameaçando a prisão de seus compositores sob acusação de espalhar “notícias falsas” sobre a revolta (CARNEIRO, 1960, p.88).

A ação direta do governo forçou os rebeldes a uma nova organização. A essa altura os deputados da Praia participavam ativamente do movimento, aderindo à revolta, sendo eles Nunes Machado, Peixoto de Brito, Vilela Tavares e Antônio Afonso e Urbano Sabino de Mello. Ao término de 1848 a coluna liberal somava cerca de 2000 mil homens armados divididos entre colunas do Sul e do Norte. E com a adesão do outrora inimigo do Partido²⁴, o jornalista paraibano Antonio Borges da Fonseca, ocupando espaço como membro do Diretório da revolta (CARNEIRO, 1960, p.90).

No início de 1849, o engajamento de Borges da Fonseca rendeu uma proposta de bandeira ideológica da Revolta Praieira, assumindo um programa político no

²³ Joaquim Nabuco em um Estadista no Império publicado em 1897, definiu a revolta enquanto um “movimento de expansão popular”, “um turbilhão popular”, devido à adesão dos grupos mais populares durante o conflito.

²⁴ Durante o governo Praieiro, o jornalista paraibano Antonio Borges da Fonseca foi um opositor ativo na imprensa através dos jornais *O Nazareno* e *O Tribuno*.

documento manifesto *Ao Mundo*²⁵. Entretanto, a direção do Partido da Praia não teria realmente encampado tal proposta. Lopes Neto no *O Diário Novo*, declarou o documento apócrifo²⁶ (CARNEIRO, 1960, p.90; MARSON: 1981, p.78).

Embora a ênfase nas discordâncias do manifesto *Ao Mundo* redigido por Borges da Fonseca, o ponto central dos artigos publicados no jornal apresentou uma proposta de bandeira do movimento partindo do mesmo itinerário: a reivindicação de reformas e a convocação imediata da Constituinte. Além deste, um outro documento apreendido atribuído ao deputado Antônio Afonso - pela identificação da letra -, serviu de referência para os artigos de Lopes Neto no *Diário Novo*. No programa também aparecem convergências com o manifesto dos rebeldes do Norte, questionando o Senado vitalício e ferindo a monarquia, “propondo extinção do Poder Moderador” (CARNEIRO, 1960, p.91).

Após o direcionamento de teor mais ideológico da revolta em prol de reformas, o ápice da luta militar armada foi na madrugada de 2 de fevereiro de 1849, na audaciosa investida para a tomada da província:

Cerca de mil e seiscentos homens armados marcharam rapidamente desde as matas de Água Preta, na zona da mata sul de Pernambuco, até o Recife. Manobrando habilmente entre florestas, encostas, canaviais e estradas sob forte vigilância, esse pequeno exército conseguiu despistar as tropas comandadas pelo General José Joaquim Coelho que estavam no seu encalço. Enquanto eram procurados no interior, formaram duas colunas e atacaram o Recife, que pensavam estar desguarnecido devido ao deslocamento para o interior das tropas de primeira linha encarregadas de proteger o presidente da província. Os invasores procediam de várias partes da província, inclusive do Recife e Olinda. Liderando o ataque, havia desde militares experientes. Como o Capitão Pedro Ivo, que trouxe consigo inclusive alguns índios, até grandes proprietários rurais, comandando guardas nacionais e outros agregados. [...] A luta foi feroz. Durou de 10 a 12 horas. Centenas de combatentes tombaram nas ruas estreitas da cidade. Outros, no desespero da fuga, afogaram-se em um dos rios que cortam o Recife. No final, as tropas que atacaram a capital tiveram 200 mortos e 400 feridos. As tropas do governo, 90 mortos e 197 feridos. Entre as vítimas fatais estava ninguém menos do que o principal líder do partido praieiro, o deputado Nunes Machado, cuja retórica precisa conquistou o respeito dos seus pares na

²⁵ O manifesto ao Mundo foi um documento de 01 de janeiro de 1849 contendo as motivações do levante, o documento reivindica a instalação de uma Assembleia Constituinte. E a partir disso, reformas substanciais, dentre estas, o voto livre e universal, liberdade de imprensa. A Praieira assumiu uma dimensão política audaciosa em prol de reformas substanciais na configuração do regime vigente. Também explica as motivações do movimento, que diante um gabinete pertencente por sete de suas lideranças.

²⁶ A revolta, desta forma, assumiu uma nova face, movida por reivindicações bem específicas: a necessidade de reformas profundas e para isto exigiam uma Assembleia Constituinte (CARNEIRO, 1960, p.82).

câmara durante o “qüinqüênio liberal” (1844-1845)” (CARVALHO, 2008, p.06).²⁷

Mesmo com a vantagem de um ataque surpresa, a tropa do governo foi capaz de organizar homens armados para suas fileiras, guardas nacionais, marinheiros imperiais e jagunços agregados aos proprietários rurais das proximidades do Recife. E ainda, a participação dos estudantes de Direito, posicionados em trincheiras improvisadas na capital da província. Foi um evento sangrento, sendo a cidade palco de um frenético combate que ocasionou a perda de vidas humanas (CARVALHO, 2008, p.06).

A malfadada investida selou o fim da revolta, iniciada quase três meses antes. Nunes Machado tombou no combate, Antônio Tavares abandonou a luta, Lopes Neto, Vilela Tavares e outras lideranças foram presas e a desagregação do movimento processava-se com rapidez. Porém, a rebelião não se deu completamente por vencida. Houve resistência de alguns de seus membros remanescentes. Embora os rebeldes liberais tenham tido perdas irreparáveis durante a invasão à capital da província de Pernambuco, uma pequena parcela continuou a luta, acarretando outras cenas da revolta (CARNEIRO, 1960, p.128; CARVALHO, 2008, p.06).

Um grupo de rebeldes sobreviventes rumou para o Norte e, na passagem para o acampamento no Pasmado atacaram - pela segunda vez - a cidade de Goiana, local de um verdadeiro arsenal de guerra que também serviu de consolo para levantar o moral dos combatentes²⁸ revoltosos. Em 13 de fevereiro o exército remanescente marchou, fazendo uma pequena parada em Pedras de Fogo, limite da província da Paraíba, cidade natal do rebelde Manuel Alecrim (recrutado com seu irmão pelos praieiros no ano anterior).

O grupo liberal cogitou o ataque à capital da província paraibana, mas diante da proximidade da tropa do governo liderada pelo Tenente Coronel Feliciano Antônio Falcão, esta possibilidade foi descartada. Pois a topografia da região não permitia maiores benefícios para a fuga dos rebelados, deste modo, seguiram em marcha para

²⁷ Uma “seita absolutista”, e como reação “aos movimentos progressistas da Europa, que tem aniquilado os tiranos”. O documento também apontou que tais reivindicações eram uma causa comum e incitava “Pernambucanos, habitantes das províncias do Norte! A causa é comum, é de todos; corramos às armas, unamo-nos, e a vitória será nossa. O mundo todo que reformar-se, e nos não devemos ficar estacionários”. Uma menção aos movimentos que mudaram o cenário político europeu naquele contexto (CARNEIRO, 1960, p.85).

²⁸ Em Goiana, os rebeldes fizeram prisioneiro usados para negociar uma troca com os praieiros em posse do Governo desde o combate do dia 01 de fevereiro em Recife (CARNEIRO; 1960, p.130).

o noroeste da província paraibana, atraindo as forças do governo para o interior. (CARNEIRO, 1960, p.129).

No dia 17 de fevereiro, a tropa chegou a Alagoa Grande e enviou dois representantes²⁹ para a cidade de Areia; Borges da Fonseca e Manuel Alecrim. Que foram recebidos pelo Tenente Coronel Santos Leal e o juiz e delegado municipal Lopes Machado. As autoridades da cidade de Areia ofereceram a guarda necessária aos praieiros, porém acumularam mais um fracasso para a revolta e seus novos aliados paraibanos, sendo esmagados pelas tropas do Tenente Coronel Falcão³⁰ no dia 21 de fevereiro de 1849 (MARSON, 2009, p.89).

A cidade de Areia, considerada uma “joia” no interior da província do Brejo paraibano, funcionava como um elo entre o litoral e o sertão desde o século XVI. A região dispunha de uma expressiva atividade com engenhos na produção de aguardente e rapadura utilizando a mão de obra escrava (MELLO, 1994, p.105). No século XIX detinha grandes propriedades rurais e figuras importantes na atuação política da província, além do engajamento histórico de algumas dessas famílias que atuaram ativamente nos movimentos emancipatórios de Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador em 1824³¹.

Neste contexto, a cidade funcionava enquanto um “núcleo comercial e agrícola de maior representatividade da região, conhecida como planalto da Borborema”, produzindo açúcar e algodão e mantendo relações comerciais de exportação com Goiana e Recife. Atrelada a essa faceta econômica “estavam as relações de poder das grandes famílias areienses”, e que mantinham os vínculos econômicos e políticos (MARIANO, 2005, p.230-231).

²⁹ Que, de acordo com o relato do juiz e delegado municipal, o Dr. Maximiano Lopes Machado, com a finalidade de “saberem o acordo em que estava os seus amigos daquela província” (MACHADO; 1983 [1854], p.77)

³⁰ Retomaremos estes eventos com mais detalhes no terceiro capítulo desta tese.

³¹ Mariano (2005), abordou o papel da Província da Paraíba nos movimentos de contestação da Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador em 1824, propondo analisar as redes familiares a autora revela a participação de Brejo de Areia e seus agentes políticos que protagonizaram diversas cenas neste conturbado contexto. Nos sugerindo uma elite local engajada nos acontecimentos em defesa do centralismo ou em contraposição a pátria local. Em 1817 o movimento teve início nas vilas da região sul, próximas a Pernambuco; Pillar e Itabaiana. Já em 1824, as notícias do governo provisório começaram na região do Brejo paraibano, “em Areia, realizou-se, no dia 03 de maio, uma veneração com a presença das camadas mais abastadas daquela localidade”, no documento analisado “constam as assinaturas dos participantes da reunião, percebendo-se uma grande presença de comerciantes, proprietários de terras e oficiais das milícias” algumas de origem pernambucana e que mantinham os vínculos econômicos e políticos (MARIANO, 2005, p.230-231).

Na década de 1840, alguns nomes referentes à cidade atuavam na política partidária contracenada pelos *conservadores/bâetas* e *liberais/rasgados*³², em espaços administrativos e/ou policiais, lugares importantes no jogo político da província paraibana.

Segundo Almeida (1980 [1957], p.70) a região era reduto de grandes famílias³³, e as que representavam o partido liberal na configuração política partidária eram as famílias Santos Leal, Costa Machado, Millanez. Durante o quinquênio liberal, estas figuras do partido liberal da cidade estavam em espaços importantes do poder na província. É o caso do tenente-coronel da Guarda Nacional Joaquim José dos Santos Leal (ALMEIDA, 1980 [1957]; FIUZA, 1995).

Com a derrota na Paraíba, o lado praieiro foi acometido pelas prisões e as desistências gradativas de seus principais líderes. Seu último foco as chamadas *guerras das matas*, promovidas pelo “lendário” Pedro Ivo, cessaram com a prisão da última liderança em 26 de janeiro de 1850 (CARNEIRO, 1960, p.167; MARSON, 2009, p.89).

Deste modo, foi neste conturbado contexto dos tempos da Revolta Praieira que iniciamos nossa jornada em busca da cultura política na Província da Paraíba do Norte Imperial. Este tema surgiu das inquietações em conversas informais com os colegas de ofício diante da carência de pesquisas sobre a Paraíba neste contexto³⁴. Embora tenhamos debates que renderam ótimos trabalhos³⁵ sobre a província em diversos momentos de sua história no século XIX, o contexto especificamente da Revolta Praieira e seus efeitos até então permaneceu na penumbra dos clássicos e escassos artigos publicados.

A princípio nosso exercício partiu de um questionamento simples; *O que significou a Revolta Praieira na Província da Paraíba em 1849?* E quando começamos a investigar a historiografia Nacional nos deparamos com o silêncio no que diz respeito à participação da província. Da vasta produção de escritos que tratam a revolta,

³² Nomes utilizados para designar os membros partidários na província, baeta foi um tipo de casaco pesado feito de algodão ou lã usado para se referir aos conservadores, e rasgados sugere comparar os liberais a “molambentos”, maltrapilhas.

³³ As famílias ligadas ao partido conservador tinham enquanto representantes os Chacon - embora um irmão da família fosse liberal -, Costa Pereira, Miranda Henriques, Gouveia Monteiro e Correia Lima (ALMEIDA, 1980 [1957]), p.29.

³⁴ A Praieira não foi propriamente nosso objeto, ela tornou-se o cenário onde buscamos investigar os comportamentos e práticas políticas na província da Paraíba do Norte.

³⁵ Através dos cursos de graduação e programas de pós-graduação em História e dos grupos de estudo, pesquisa e extensão, a historiografia local vem repensando vários episódios da história da Paraíba.

poucas abordaram a participação paraibana. Salvo algumas menções bem superficiais sobre a Paraíba, notoriamente baseados no relato de Maximiano Lopes Machado no livro **Quadro da Revolta Praieira na Parahyba do Norte**³⁶. Entretanto, a historiografia local deu ênfase à participação da província no movimento e à integração dos liberais paraibanos aos praieiros rebeldes. Para estes escritos a província é palco da revolta, e a memória desta participação ocupa um espaço precioso na identidade local (MACHADO, 1983 [1854]; ALMEIDA, 1980, [1957]).

De qualquer forma, na escala dos acontecimentos, após a morte de Nunes Machado e o miserável fracasso no dia 02 em Recife, a revolta estava fadada à derrota, tornando secundário o que ocorreu na Paraíba. E como apontamos anteriormente, por uma simples questão: a Revolta Praieira foi deflagrada pelos interesses dos grupos locais de Pernambuco. Uma reação à mudança de poder com a queda do gabinete liberal, aliada aos interesses dos senhores de engenho, dos deputados e o apoio da população mais empobrecida dos engenhos e da zona urbana de Recife (CARNEIRO, 1960; MARSON, 1981; CARVALHO, 2008).

Este dado específico do movimento em Pernambuco nos motivou a entender a repercussão na província paraibana. E ao passo em que aprofundamos a pesquisa nos deparamos com as mudanças ocasionadas pela revolta no cenário das disputas locais entre liberais e conservadores na Paraíba. Diante disto, elencamos enquanto recurso a ideia de “**eco**”³⁷, pensando justamente na ressonância do conflito na política provinciana.

O objetivo desta tese ganhou forma ao analisarmos a cultura política da elite provincial paraibana. Tendo em vista os comportamentos, ou seja, as práticas nas

³⁶ Maximiano Lopes Machado escreveu seu testemunho da Revolta Praieira durante o exílio, meses após o combate na cidade de Areia.

³⁷ Neste sentido, usamos o termo **eco** em sua origem etimológica, enquanto variante do latinizado do Grego *Echos*, que na mitologia tratava-se de uma Ninfá que se apaixonou por um belo rapaz que só tinha olhos para si mesmo; Narciso. Sem o amor correspondido a Ninfá transformou-se em um rochedo, e passou apenas repetir as palavras finais quando alguma palavra lhe era dirigida, ou seja, um som refletido repetidamente. Desta maneira, assim como a Ninfá rejeitada que repete as palavras finais, pensamos na participação da Paraíba na Revolta Praieira, sua participação rejeitada pela História Nacional, tomou uma forma na província e ecoou ideias que foram levantadas pelos rebeldes de 1848-1849. Quando se trata da Revolta Praieira na Paraíba o termo **eco** em relação a revolta não é novo, usado pela primeira vez por Lopes Machado em seu livro, pois “um grito generoso e regenerador, cujo écho repercuta por todos os ângulos” (MACHADO, 1983, [1851], p.69) e nós adequamos para referenciar a adesão dos paraibanos, distinguir a origem e especificidades do movimento em Pernambuco e representar o cenário posterior ao conflito em 21 de fevereiro de 1849 na província da Paraíba. E o **eco** se prolonga, ele reverbera em agosto de 1849, mês das eleições para deputado provincial e geral, rompe a década até junho de 1850, quando finalmente Pedro Ivo se entrega. E permaneceu na fala dos novos donos do poder, os conservadores, ou melhor dizendo, os ordeiros.

disputas pelo poder e os debates de ideias promovidos neste cenário de repercussão da Revolta Praieira de Pernambuco.

E elaboramos as problematizações em dois planos. No primeiro plano estão as personagens, no qual inquerimos a compreensão geral das disputas políticas na província, a partir de três perguntas: *Quais eram os protagonistas políticos que atuavam na província da Paraíba nos Tempos da Praieira? Onde eles atuavam? Como atuavam?*

Nossa primeira hipótese indicou que a província paraibana possuía uma política partidária heterogênea movida pelos interesses da elite política local que pode ser caracterizada grosso modo por suas **ocupações em cargos públicos** (delegados, juízes, secretário geral do governo), militares com patentes da Guarda Nacional e políticos, principalmente no que diz respeito ao cargo de deputado da Assembleia Legislativa Provincial. E pela **formação intelectual**, - no caso da Paraíba - o bacharel em Direito na Universidade de Olinda. Dentre estas ocupações, também podemos considerar os jornalistas, professores e padres. Alguns destes agentes acumulavam estas ocupações, transitando nos mais variados espaços de poder.

Estas *figuras* importantes da elite política provincial disputavam intensamente em cenários que chamamos de arenas. Neste ponto adequamos o termo utilizado pelas ciências políticas³⁸ para nos referirmos aos espaços em que estes grupos dominantes circulavam e disputavam constantemente. E elencamos quatro arenas notórias nas querelas políticas: a primeira é propriamente a rua; o espaço da revolta, quando Areia vira palco do conflito armado. A rua entra no sentido da força, quando as disputas políticas não se sustentam mais pelo aparato burocrático, transbordam as relações entre os indivíduos e os debates das ideias, oportunizando o conflito armado.

A segunda arena a memória, local de profunda disputa pela verdade sobre os eventos da Praieira. A terceira, a Assembleia Legislativa, que no contexto político era o mais alto nível de poder a ser ocupado na província, palco da atuação dos agentes políticos que ficaram conhecidos por “cabeças” da revolta. E, por último, a imprensa que possuiu um papel fundamental nas disputas partidárias estabelecidas após a província ser imersa no conflito na cidade de Areia, sendo a principal voz deste eco da revolta na Paraíba.

³⁸ De acordo (Reis, 2013) a partir do Dicionário de Políticas Públicas, “refere-se à delimitação do campo, do ambiente, da cena em que se travam as disputas”. O termo foi utilizado na Sociologia Política para definir o ambiente onde as disputas de determinados grupos políticos ocorrem.

No segundo plano de nossas inquietações buscamos observar a repercussão da revolta, a partir das seguintes indagações; *quais os principais ecos da Revolta Praieira na Província da Paraíba? Quais os debates promovidos pela disputa partidária local?* Como hipótese apontamos a herança do debate profícuo sobre reformas substanciais através da convocação imediata de uma Assembleia Constituinte, trazendo à tona a bandeira erguida pelos liberais pernambucanos, desde os revoltosos mais radicais como Antonio Borges da Fonseca por meio do manifesto *Ao Mundo*, até os mais moderados como o deputado Lopes Neto em suas publicações no *Diário Novo*, principal órgão da imprensa Praieira³⁹. E objetivamos a identificação dos elementos que convergem ou divergem das ideias políticas dos liberais paraibanos em sintonia aos revoltosos pernambucanos, observando as consequências, ou melhor, os “**ecos**” da revolta nas disputas políticas locais.

Neste sentido, o **eco** da revolta foi representado pela intensa luta partidária na arena da imprensa. Instaurada meses após a deflagração do conflito em 21 de fevereiro de 1849 no debate de dois jornais: *O Reformista* (1849-1850), representando a bandeira liberal em prol de reformas e o jornal conservador *A Ordem* (1849-1851), que surgiu enquanto resposta direta ao grupo opositor, assumindo o papel de defensor do governo Imperial, oferecendo um rico manancial de informações sobre as disputas às quais os agentes políticos paraibanos estavam engajados.⁴⁰ E ela se caracteriza, sobretudo, pela herança da exigência de reformas por meio da convocação de uma Assembleia Constituinte⁴¹.

Estas hipóteses se conectam cronologicamente em nosso recorte temporal da seguinte maneira: no primeiro plano, recuamos no tempo para viabilizar a possibilidade de construirmos uma visão mais ampla e identificarmos alguns dos protagonistas, ou como preferimos nos referir os *agentes políticos* que atuavam nas arenas de disputas do jogo político na província durante o início do Segundo

³⁹ Contudo, embora houvesse discordâncias da profundidade das reivindicações, o cerne do debate rebelde em Pernambuco as reformas só poderiam ser realizadas através da Convocação de uma Assembleia Constituinte, como apontamos no item anterior (CARNEIRO, 1960).

⁴⁰ Tivemos acesso a diversos números publicados de ambos os jornais. Somamos 420 páginas impressas em edições sequenciadas, revelando cenas da agitada luta partidária local de agosto de 1849 até junho de 1851. Todas as edições estão disponíveis no sítio da Biblioteca Nacional. Partimos de documentos consultadas de trabalhos produzidos sobre a Praieira na província da Paraíba do Norte e acrescentamos novas fontes por meio de um debate inédito sobre a arena da imprensa na província, onde buscamos observar os ecos da Revolta na disputa partidária que se instaurou os jornais partidários.

⁴¹ Hemeroteca digital. *O Reformista*, Parahyba do Norte, 03 de agosto de 1849. Nº 01, p.01.

Reinado⁴². Até focarmos nossas lentes, em segundo plano, especificamente no período em que a revolta ecoou nos debates da imprensa através dos jornais antagonistas que circularam na capital da província entre 1849 e 1851. Estes limites foram delineados diante das possibilidades oferecidas pelas fontes que consultamos, afinal, o trabalho do historiador ocorre mediante seus indícios⁴³.

Quanto aos jornais, estes são elementares para a discussão desenvolvida aqui, assumindo a dupla função de *fontes e objetos*⁴⁴, pois no que diz respeito ao eco da Revolta Praieira na província, constatamos a disputa partidária dos jornais *O Reformista* e a seu opositor *A Ordem*. A priori nossa proposta era perceber o debate de ideias destes agentes, mas fomos nos deparando com inúmeras denúncias que adicionaram mais elementos a nossa investigação, dentre eles, as disputas em torno de cargos, as eleições, a consequência da revolta na reivindicação de reformas pelos agentes políticos paraibanos. Então, mudamos a abordagem buscando compreender o conteúdo destas denúncias, o teor das narrativas construídas por estes agentes políticos que disputavam palmo a palmo as arenas políticas na província paraibana.

O uso dos jornais⁴⁵ enquanto fonte e norteado por parâmetros de análise elementares para qualquer tipo de documento histórico. O primeiro passo foi

⁴² A ideia possuir uma visão geral da década de 1840 na província da Paraíba, entretanto em alguns aspectos não limitam recuarmos mais em alguns momentos do texto. Como por exemplo, ao discutirmos a Assembleia Legislativa no terceiro capítulo, fizemos um breve recuo para compreendermos o arranjo institucional com o Ato Adicional de 1834.

⁴³ Se o “bom historiador se parece com o ogro da lenda”, então usamos o nosso faro para identificar os nossos agentes políticos através de seus vestígios, tendo em mente que “a palavra das testemunhas não deve ser obrigatoriamente digna de crédito” e exploramos suas narrativas, buscamos os espaços que eles frequentavam, formação, cargos (BLOCH, 2001 [1949]). Discursos oficiais, relatórios apresentados à assembleia, seus testemunhos, e sobretudo, denúncias, correspondências e debates promovidos nos jornais. Neste sentido, como frisou Aróstegui (2006, p.522) a pesquisa histórica pode se valer de “relatos antigos, relatos de época, trabalhos historiográficos anteriores, livros de memória, ensaios e toda a bibliografia utilizável para obter evidências empíricas sobre um período ou problema”. Aqui assumimos o caráter referencial do texto, enquanto representação de uma dada realidade, almejando obter informações adicionais dos documentos escritos a partir da análise de suas codificações.

⁴⁴ Segundo Luca (2011, p.118) “o estatuto da imprensa sofreu deslocamento”, ainda na década de 1970, tornou-se objeto da pesquisa histórica. E não tardou para ser adequada valendo-se da “Linguística e Semântica para estudar o vocabulário político-social presente nos jornais do século XIX”, observando os aspectos ideológicos dos grupos que disputavam “o controle dos quadros políticos da nação”. Desta forma, o uso dos jornais está associado diretamente à renovação da História Política, que segundo a autora, não deixou de fora a imprensa “pois cotidianamente registra cada lance dos embates na arena de poder”. A luta na arena da imprensa no Império não é um tema novo. No século XIX teremos uma intensa produção de jornais nas disputas políticas, tornando-se um vestígio preciso para compreendermos o cotidiano, os discursos e querelas nas províncias do Império. Dentre alguns trabalhos que abordam esse uso dos jornais no Brasil Imperial destacamos para o nosso estudo; (Carvalho, 1995), (Lustosa, 2004), (Basile, 2004), (Morel, 2009), (Moreira, 2006) e (Moreira, 2011).

⁴⁵ Os jornais são revestidos de culturas políticas “podem indicar o vocábulo político e o alinhamento dos periódicos em determinada facção” (MOREIRA, 2011, p.19). Desta forma, possuem uma gama de

questionar seu lugar de produção. Pois o documento escrito está carregado de ideologias e interesses de um grupo. Neste caso, a elite política provincial paraibana que ocupavam espaços de autoridade e poder. Agentes políticos como Maximiano Lopes Machado, Felizardo Toscano de Brito, Antonio Borges da Fonseca, João Antonio Vasconcellos, entre outras figuras importantes na política provinciana nos Tempos da Praieira, que deixaram vestígios, significativos indícios⁴⁶, revelando aspectos pertinentes das culturas políticas.

No que diz respeito ao trato metodológico com as fontes, operacionalizamos a *análise do conteúdo*, elencando nossos questionamentos como repertório orientador na leitura, pois “um historiador não lê, ‘para ver o que há’, senão buscando coisas orientadas por um projeto prévio de observação”, de maneira que “não pode simplesmente ler um documento para captar seu sentido superficial, mas sua leitura deve estar orientada, e de fato o está, para a busca de coisas concretas” (ARÓSTEGUI, 2006, p.521).

Neste sentido, empregamos alguns padrões na leitura da documentação: o primeiro foi o *campo* tendo em vista textos escritos, dentre estes jornais, livros de memória e relatórios oficiais⁴⁷. Segundo a *análise sistemática* a qual ao analisarmos um texto ou discurso iniciamos pela sua descrição e posteriormente dividimos em

elementos que podemos explorar, artigos literários e políticos, correspondências com diversos objetivos, mas sobretudo, carregados de denúncias sobre seus opositores.

⁴⁶ Neste ponto do processo investigativo da pesquisa, também nos apropriamos do *paradigma indiciário*. Método centrado nos detalhes a partir da heurística, que privilegia os rastros, resíduos. No método em questão, o historiador assume o papel de um *detetive*, observando os sinais deixados na cena do crime. Como não podemos dizer exatamente como aconteceu, fazemos o mesmo exercício dedutivo, observando os detalhes esquecidos, negligenciados, pois “Quando as causas não são reprodutíveis” nos resta deduzir cenário pelos efeitos, pelas marcas que deixaram o evento (GINZBURG, 1992). Quando nossa investigação começou tínhamos em mãos informações que já foram apontadas pelos trabalhos sobre a Revolta Praieira, fontes já consultadas, os testemunhos de protagonistas da revolta e buscamos compreender a participação da província Paraibana, os agentes políticos envolvidos, onde eles atuavam no jogo político e nossas pistas nos levaram ao interior da imprensa partidária na Paraíba após a adesão dos liberais de Areia a revolta pernambucana. Então diminuímos a escala, observamos o particularismo do debate entre dois jornais partidários antagonistas, neste ponto a imprensa tornou-se objeto e a partir dela observamos o protagonismo político de alguns destes agentes, suas disputas, algumas cenas da disputa política na província da Paraíba no contexto da Revolta Praieira, a repercussão da revolta na província, seus ecos.

⁴⁷ Essas fontes, em uma descrição mais detalhada, tratou-se dos livros de memórias sobre a Revolta Praieira, Relatórios de Presidentes de Província apresentados à Assembleias Legislativa da Paraíba e Pernambuco de 1840 a 1851, Relatório Ministerial da Justiça 1848, 1849, 1850. Consultamos alguns registros de atas das Assembleias Legislativa dos anos de 1847, 1850, 1851, 1853, 1854 onde nos limitamos a identificar alguns agentes políticos que ocuparam acento. Os Registros da Carta do Bacharel Formado que constam no Livro de Registro de Diplomas de Bacharéis (1832-1848), os jornais pernambucanos; *O Diário Novo*, *O Diário de Pernambuco*, *O Tribuno*, e na província paraibana; *O Reformista* e *A Ordem*.

unidades básicas de codificação. Neste ponto da análise ela se desdobrou duplamente, primeiro pela *análise categorial*, em busca de significantes políticos, e em seguida uma *análise estrutural* observando quantas vezes aparecem ou são recorrentes as categorias de interpretação que elencamos; as *disputas entre os agentes políticos, a revolta e a repercussão na província da Paraíba*.

Por último, aplicamos a *inferência*, em que averiguamos as propriedades linguísticas do texto, particularmente o teor no uso de uma linguagem mais moderada ou exaltada, aspectos presentes no debate político, pois “por meio da análise da linguagem de um documento pretende-se averiguar coisas sobre aqueles que escrevem, suas intenções, interesses, situações ou importância em contexto social dado” (ARÓSTEGUI, 2006, p.528).

Essas disputas utilizaram a Praieira enquanto um mecanismo de afirmação/imposição de posições políticas locais que instrumentalizam a revolta aos moldes dos seus interesses, e não um simples “receptáculo” de uma disputa pernambucana. Isto ficou claro na medida em que analisamos os jornais onde as consequências da revolta ficaram evidentes nas mudanças de cargos principalmente no que diz respeito aos oficiais da Guarda Nacional, no clima de insegurança e em contraposição no argumento de tranquilidade pública legitimado pelos conservadores, nas narrativas em torno de Pedro Ivo, e na principal herança do movimento da Praia: a reivindicação de reformas a partir de uma Assembleia Constituinte.

No que diz respeito aos aspectos teóricos da tese, com a emergência da produção do saber histórico proposta pela crítica da École des Annales (1929), a História Política será acusada de uma percepção elitista do Estado, pautada sobretudo nas Instituições, nos grandes feitos. Diante destas duras críticas, surgiu o movimento da chamada “renovação” da História Política na França da década de 1970. Esse movimento estimulou uma profunda reflexão no fazer histórico e promovendo o contato com outras disciplinas, como a Filosofia, a Sociologia, a Linguística, a Antropologia e as Ciências Políticas, entre outros saberes que possibilitaram novas abordagens e acesso a conceitos e técnicas (CARDOSO, 2012, p.73).

Dentre os diversos trabalhos que contribuíram no processo de renovação da história política, destacamos para o nosso exercício o livro **Por uma História Política** lançado em 1988 organizado por René Remond, o qual traz uma coletânea de textos que tem por objetivo fazer a defesa da História Política apontando os caminhos para

a renovação. Para esse movimento foi fundamental o intercâmbio com outras disciplinas, dentre estas as Ciências Políticas e a Antropologia, que apontaram o caminho para significativas mudanças no estudo de temas já tradicionais, como revoltas, partidos, eleições, a partir de novas perspectivas, novos objetivos, levando em consideração os discursos, a opinião pública ou mesmo a mídia (RÉMOND, 2003 [1988], p.06).

No Brasil esse conceito refletiu na renovação das pesquisas em História. Segundo Vavy Pacheco Borges, esse movimento foi marcado pela interdisciplinaridade, em que a noção do político incorporou o comportamento, atitudes, posicionamentos dos agentes políticos, ou dos cidadãos, para intervir nos espaços, de maneira que o casamento entre a História Política e a Antropologia trouxe à tona uma história dos costumes, das práticas. No geral, a possibilidade de ser pensada a partir da noção de uma cultura norteada por ideias, crenças, valores, normas, enfim, uma sorte de elementos que dão vida a determinado contexto político (BORGES, 1992, p.27).

Desta forma, através do fruto deste casamento a ideia de Culturas Políticas, conceito chave desta tese, é que podemos definir de modo geral como “um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano” (MOTTA, 2014, p.21). Essa perspectiva tem por base similar a percepção de Serge Bernstein (2003) quando definiu os fenômenos que envolvem uma sociedade em seus quadros de costumes e valores que definem as representações que as sociedades fazem de si, pois

Tal como como surge aos olhos dos historiadores, a noção de cultura política está pois, estritamente ligada à cultura global de uma sociedade, sem todavia se confundir totalmente com ela, porque o seu campo de aplicação incide exclusivamente sobre o político. Não poderia pois haver antinomia, uma vez que a cultura política, como a própria cultura, se inscreve no quadro das normas e valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro [...] (BERSTEIN, 2003, p.352)

A percepção do comportamento político tornou-se uma via para compreendermos as relações que são estabelecidas nas disputas entre os diversos agentes políticos em determinado contexto histórico, oferecendo-nos outro repertório que possibilita visualizar a diversidade, as ideias, os ritos, os símbolos, os partidos políticos, as eleições, entre outros mecanismos dos comportamentos. Bernstein

remonta Jean-François Sirinelli ao considerá-lo “uma espécie de código e de um conjunto referentes, formalizados no seio de um partido ou não, mais largamente difundido no seio de uma família ou de uma tradição política”, e aponta a importância das representações nas definições da cultura política e a necessidade de considerar o caráter plural das culturas políticas em um dado momento da história (BERSTEIN, 2003, p.352).

Na tessitura dos fios da nossa narrativa, o conceito de *poder* ganhou espaço ao percebermos que no seio das práticas dos agentes políticos estavam as disputas por espaços importantes de decisão: **cargos públicos**. Deste modo, a definição clássica de Max Weber (1922) nos pareceu atraente até certo ponto, pois para o filósofo o exercício do poder “significa a probabilidade de impor vontade dentro de uma relação social, mesmo contra toda resistência e qualquer seja o fundamento desta probabilidade”. De maneira que a essência da vida política baseada pela disputa entre os indivíduos e vinculada diretamente com o exercício da dominação e tipologia das ações sociais.

Neste sentido, o poder não pode ser comparado meramente ao enriquecimento, mas também às honras sociais que ele viabiliza. E alguns espaços alvos de diversos indivíduos, como cargos e funções nos Estados Modernos, nos quais o exercício do poder tomou as decisões burocráticas (WEBER, 2004, [1922], p.182). Sendo assim, pensamos a ocupação dos indivíduos enquanto uma manifestação do poder, a partir do momento que alguns cargos desempenham papéis fundamentais nas decisões administrativas, nos processos eleitorais, caracterizando na prática as relações de poder.

Entretanto, vale salientar que as relações de poder não se limitam às disputas administrativas e jurídicas, pois segundo Foucault (1999, p.48) o poder é elemento para a produção de formas da vida social, onde os indivíduos constituem espaços para o enfrentamento político, a partir de manifestações diversas em suas disputas, marcadas por táticas e estratégias de luta, dentre estes, os escritos. Deste modo, por meio do conceito buscamos observar essas disputas nas arenas ou espaços onde a elite provincial disputava constantemente, dando ênfase à imprensa. Afinal, como apresentou Foucault (1999) a escrita é uma prática de poder. E nos Tempos da Praieira desempenhou um papel fundamental nas relações de poder e disputa no cotidiano agentes políticos paraibanos.

Sob estes aspectos, estruturamos a tese em quatro momentos. No primeiro capítulo, analisamos as gerações de historiadores que abordaram a Revolta Praieira, levando em conta o lugar social destas produções (CERTEAU, 2007). A primeira geração são os testemunhos, obras de memórias que foram basilares para a nossa discussão. A segunda geração, pelos pesquisadores do século XX influenciados por perspectivas históricas marxistas, que observaram o potencial social e republicano da chamada “revolução”. A terceira geração que abordou a imprensa e das disputas locais em Pernambuco. Posteriormente abordamos alguns escritos da historiografia local paraibana e por último apontamos novas possibilidades de abordagens.

No segundo capítulo, buscamos compreender quais eram as figuras políticas da elite paraibana. Desta forma, abordamos alguns destes agentes políticos analisando os cargos que ocupavam, o letramento intelectual, construindo um perfil do agente na província e as disputas nas quais estavam envolvidos. No primeiro momento, abordamos o oficial da Guarda Nacional, Padres e Professores. Em seguida os bacharéis em Direito, dando ênfase à atuação de notório Maximiano Lopes Machado que aderiu à revolta na cidade de Areia, e Aragão e Mello que discursou na Assembleia Legislativa Provincial em favor de uma Assembleia Constituinte. E por último, dois agentes que atuavam na imprensa, Antonio Borges da Fonseca, nacionalmente conhecido por *O Republicano* e Felizardo Toscano de Brito o dono do jornal *O Reformista*, principal eco da Revolta Praieira na província da Paraíba do Norte.

No terceiro capítulo, abordamos onde estes agentes disputavam. Quando caracterizamos o palmo a palmo das disputas políticas na província, apontando os espaços que denominamos de arenas de disputas. Em primeiro lugar, a Revolta Praieira na cidade de Areia, onde as tensões políticas chegaram ao estágio do conflito armado. Em seguida a disputa pela memória e “verdadeira” versão dos fatos, onde identificamos a importância da narrativa de Lopes Machado para a memória coletiva e ajustando a Paraíba no evento em questão. Também apontamos a Assembleia Legislativa, espaço burocrático almejado pela elite política local, onde disputas pelo poder de decisão na província. E por último, a arena da imprensa paraibana e seu acirrado debate partidário entre os liberais e conservadores através das páginas dos jornais *O Reformista* e *A Ordem*, respectivamente.

No quarto capítulo e último capítulo, focalizamos nossa lente na disputa partidária entre *O Reformista* e a *Ordem* na imprensa, na qual buscamos analisar os

ecos da Revolta Praieira na província da Paraíba do Norte. Primeiro a partir da disputa entre os dois jornais, apontando sua repercussão de modo geral. Em seguida, as narrativas antagônicas dos partidários em torno da figura do Pedro Ivo e os momentos finais da revolta. E em consequência do cenário constituído pelo conflito, o debate das tumultuadas eleições para deputado provincial e geral. E por último, a principal herança dos Praieiros para os liberais paraibanos, a reivindicação de reformas por meio da instauração de uma Assembleia Constituinte.

2 HISTORIOGRAFIA E CULTURA POLÍTICA: A PROVÍNCIA DA PARAÍBA DO NORTE NA REVOLTA PRAIEIRA

[...] e um futuro historiador legará a posteridade o verdadeiro juizo, que se deva fazer da revolta praieira. Seja porém qual fôr a sentença do publico, a nossa consciência nos diz, que não faltamos aos nossos deveres (MELLO, 1850, p. 02).

A citação acima pertenceu ao chefe de polícia Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, que combateu a Revolta Praieira em Pernambuco. Suas palavras, escritas pouco tempo depois do movimento, aludiam a busca por uma versão verdadeira sobre os eventos que ocorreram neste contexto conturbado. Onde aponta a possibilidade de os historiadores posteriores construírem diversas narrativas sobre o evento. Deste modo, neste capítulo buscamos analisar a historiografia da revolta a partir das gerações que propuseram narrativas acerca da Praieira e compreender qual o lugar da Paraíba nestes escritos.

2.1 A Revolta Praieira: primeira geração e os testemunhos escritos

Como apresentamos anteriormente, a Revolta Praieira foi abordada por diversas concepções e denominações ao longo do tempo. Nos chamou atenção o exercício proposto por Izabel Andrade Marson em sua dissertação “**Movimento Praieiro: Imprensa, ideologia e poder político**” de 1980, na qual apontou duas linhas de interpretações que discutem a temática⁴⁸. A primeira composta pelos contemporâneos da revolta, através dos depoimentos das personagens que protagonizaram o evento e estavam inseridos nas disputas de poder que configuraram a cultura política da província de Pernambuco. Sujeitos que, a partir de suas ideias relataram o evento condicionado aos seus próprios anseios nas disputas políticas.

No que diz respeito à primeira linha de interpretação, acreditamos que estas narrativas fundamentaram o debate que conhecemos sobre os acontecimentos em Pernambuco e principalmente na Paraíba. De importantíssimo papel na construção historiográfica e configurando fontes preciosas, pois nos revelaram um repertório diversificado da conjuntura do movimento. Além de relatar suas versões dos eventos,

⁴⁸ Na necessidade de aprofundarmos a pesquisa abordamos obras que não são mencionadas pela autora.

estes sujeitos eram agentes políticos notoriamente atuantes, provenientes de grandes famílias, que desfrutavam de formação intelectual e divulgavam suas ideias na imprensa.

Neste contexto, essas figuras políticas possuíam cargos públicos; chegavam a estes por nomeações, estavam inseridos nas constantes disputas eleitorais, frequentavam os mesmos espaços de formação. Por meio de seus escritos configuraram versões sobre os fatos na pretensão da versão exata dos eventos, respaldada em documentos e alinhados ao próprio pensamento científico da época⁴⁹.

Sob estes aspectos, o primeiro foi o livro publicado em 1849 por Urbano Sabino Pessoa de Mello, pioneiro das narrativas acerca da Revolta Praieira. Em **Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco**, o autor apelou à nação brasileira, ao Imperador, e apontou sérias denúncias das condições da província, onde as perseguições políticas constituíram uma constante nos meses subsequentes à revolta.

O deputado Pessoa de Mello contou a revolta do ponto de vista de uma importante liderança atuante do Partido Nacional de Pernambuco. Esteve envolvido nos combates travados contra as tropas legalistas, além de ser um influente agente político do contexto. Sua narrativa buscou defender o partido diante das acusações de crime de rebelião no julgamento instaurado para os réus integrantes após a derrocada da facção liberal.

Para ele, a revolta não estava nas intenções do partido da Praia, que conseguiu maioria nas recentes eleições, denunciando um cenário de injustiça aliada às mudanças do governo através de demissões e recrutamentos forçados. De modo geral, para o praieiro o partido não teria motivações para a revolta, já que eram maioria e estavam na graça da população como podemos observar:

Um partido político não recorre às armas, senão perdida as esperanças de triumpho legal e pacífico, ou porque se ache em minoria, ou porque se acha em minoria insignificante, ou porque a compreensão do poder lhe tire todos os meios e recursos constitucionaes. O partido praieiro, porém, tem dado provas estrondosas de sua immensa maioria; da força e energia, que lhe resulta da dedicação e valor de seus partidarios, e do apoio e sympathias de quasi toda população (MELLO; 1849, p.06)

⁴⁹ Tendo em vista nossa abordagem em observar os espaços de disputas onde estes agentes políticos operam, a memória, neste sentido, terminou por constituir um espaço onde as querelas políticas se imortalizaram, fontes para grande parte das gerações de historiadores que vão buscar a Praieira.

É notória a preocupação do praieiro em pontuar a insegurança que se instaurou pela província nos meses que antecederam a revolta, sobretudo, pela conduta violenta dos partidários conservadores, promovendo perseguição e destruição de armas e munições, recrutamento militar forçado, invasões de propriedade e diversos ataques contra os membros do partido da praia em todo o território. Enfim, uma sorte de ações que compreendemos enquanto práticas comuns neste contexto da disputa partidária nas províncias, ganhando ênfase com o cenário cada vez mais bipolar em Pernambuco na década de 1840 (MELLO, 1849, p.16).

As eleições e as disputas entre os dois partidos nortearam sua fala, apontando um cenário bastante conflituoso, que chegou ao seu auge após a nomeação de Herculano Penna para a presidência da província, dando as motivações para a “revolução” diante do quadro de inúmeras injustiças e medidas contra os membros da Praia, denunciando recrutamento em massa, prisões e processos instaurados, demissões e substituições dos cargos policiais e de juízes.

Na sua concepção houve adesão da população às ideias liberais, que diante das opressões impostas pelo governo, recorreram às armas em sua própria defesa. Contudo, a participação da Paraíba não apareceu nas linhas do autor. Pessoa de Mello não mencionou a extensão da revolta na província paraibana, limitando sua narrativa a situação pós revolta em Pernambuco, a partir das ações do presidente Tosta e o julgamento dos membros comprometidos com o evento (MELLO, 1849, p.90).

Em resposta direta a esta versão, foi publicada em 1850 o livro **Chronica da Rebelião Praieira**, escrito por Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, que atuou como deputado eleito na assembleia geral legislativa do Império e chefe de polícia durante o confronto. Seu livro é oferecido aos pernambucanos defensores da ordem, no qual propõe uma narrativa fiel dos eventos, desde a presidência de Herculano Ferreira Pena até a pacificação da província, revelando o esforço em confrontar as afirmações de seu opositor praieiro:

Bem depressa porém fomos desenganados! A leitura attenta, que fizemos dessa producção, conveceo-nos que ella não é mais do que o espelho, em que se reflectem os violentos e apaixados artigos dos jornaes oposicionistas publicados durante essa fatal lucta, que nesta Côrte, quer em Pernambuco; que no seu pofundo odio contra os homens que debellaram a revolta no campo, a combateram na imprensa [...] Desde então tivemos a intenção de refinar asserção por asserção, pagina por pagina, tudo quanto se narra nessa obra, sem dúvida notável pela impudencia dos julgamentos; e máo grado as nossas multiplicadas e pesadas occupações, como Chefe de Policia de

Pernambuco, já tinhamos dado princípio a esse tão fastidioso, quanto arduo trabalho quando fomos obrigados a seguir para esta Corte, onde nos chamava a missão de Deputado pela mesma Província; e portanto, procurando premunir-nos alli dos documentos [...]” (FIGUEIRA DE MELLO, 1850, p.05-06).

Para o chefe de polícia, os membros do partido da Praia estavam propensos ao conflito: as intenções de seus partidários eram de desordem até mesmo quando estavam no poder durante a presidência de Chichorro da Gama, que após ter aparelhado seus partidários nos cargos mais importantes da província, distribuiu uma quantidade exorbitante de armas e munições. Segundo o conservador, o território encontrava-se neste cenário de desordem principalmente no que diz respeito aos ataques promovidos contra os portugueses, motivando a população “ignorante” através da imprensa praieira cotidianamente e nas ações violentas que culminaram no episódio que ficou conhecido como mata-mata marinheiro de 1847.

Elencadas as motivações da revolta, sua crônica buscou narrar os eventos em toda sua extensão, a partir dos diversos combates travados pelas facções antagonistas, inclusive na Paraíba. Pois após saírem de Pau Amarelo no dia 14, os revoltosos chegaram à província vizinha com as forças legalistas no encalço, e ao acamparem em Alagoa Grande teriam recebido o convite e a promessa de aliança de Maximiano Lopes Machado e diversos aderentes da causa praieira. O confronto malfadado para rebeldes em Areia rendeu às tropas legais a prisão de algumas autoridades que aderiram aos ideais dos revoltosos (FIGUEIRA DE MELLO, 1850, p.37).

Essa disputa dos fatos acerca da Praieira por meio dos testemunhos de seus participantes teve outro fruto importante, principalmente no que diz respeito à participação da Paraíba na Revolta. Desta vez pelas linhas de Maximiano Lopes Machado em seu **Quadro da Revolta Praieira na Província da Parahyba**, publicado em 1851 e escrito durante o período em que o bacharel estava escondido no Rio Grande do Norte. Sua obra foi ignorada por grande parte das produções historiográficas da revolta no âmbito nacional, embora contenha detalhes do combate deflagrado no dia 17 de fevereiro de 1849 na cidade de Areia, cidade na qual o deputado ocupava o cargo de delegado e Juiz de Direito.

O livro dedicado ao praieiro Urbano Sabino de Mello e configurou os aspectos que delinearam a revolta que ecoou nas terras paraibanas a partir de um ponto de vista apaixonado pela causa liberal. O político teceu duras críticas ao processo de

Independência do Brasil, enfatizando suas considerações sobre o contexto político geral do Império e da província, posicionando o leitor aos sucessivos acontecimentos que nortearam a abdicação de Dom Pedro I e posteriormente às movimentações dos rebeldes e seus opositores que culminaram na revolta de Pernambuco.

O autor, notório agente político atuante na província, configurou os eventos em Pernambuco assumindo uma linguagem exacerbada contra Herculano Penna, a quem chama de “essa emanção do demônio” e acusou de possuir “a diabólica missão de tudo perverter, de assolar tudo em honra, e obsequio do crime” (MACHADO, 1983 [1851] p.42).

Seu argumento sugeriu a mesma linha das narrativas dos chefes praeiros pernambucanos, em relação ao presidente da província diante das demissões, recrutamentos em massa, prisões, perseguições, roubos e assassinatos por vingança que ocorreram após a ascensão de Penna ao poder. E mais, apontou que tais atos apuraram o sentimento do povo de maneira que “o sofrimento á desesperação, e da desesperação a revolta não há mais um passo a dar” (MACHADO, 1983 [1851], p.42). Em sua perspectiva, Pernambuco estava marcado por este cenário de violência e, diante das medidas tomadas pelo Presidente da Província, a bandeira da revolta foi erguida em 06 de novembro de 1848, com intensificação da organização armada no interior sob a liderança de João Paulo Ferreira e Manoel Pereira de Moraes. Ao chegarem estas notícias na Paraíba, Lopes Machado conferiu ao então presidente João Antônio Vasconcellos a mesma animosidade, comparando-o por sua postura “igualmente desonesta”.

João Antônio Vasconcelos assumiu o cargo por indicação do gabinete liberal, e quando este caiu em 29 de setembro de 1848 passou para o lado dos conservadores (ALMEIDA, 1980 [1957]), p.80). Entendemos isto enquanto um elemento importante para configurar o posicionamento do deputado contestador quanto ao presidente da província, acusando-o de ser incapaz de concepções nobres e motivado por interesses pessoais (MACHADO; 1983 [1851], p.36).

Essa relação conflituosa foi revelada por Lopes Machado, apontando o espaço da Assembleia Legislativa Provincial. Onde o maior mérito de João Vasconcellos teria sido a aprovação do regulamento de 20 de janeiro de 1849, que instituía diversas reformas na instrução das primeiras letras. Contudo, após o combate de 2 de fevereiro na cidade do Recife, Vasconcellos começou a operar contra qualquer possibilidade de os revoltosos encontrarem suporte na província.

Neste sentido, o relato de Lopes Machado adequa a figura do presidente Vasconcellos diante das especificidades locais nos eventos da revolta, sendo construído em torno da postura antagonista à causa liberal, pois “nenhum governo mostrou-se mais prevaricador do que ele”, censurando e atacando a imprensa, adiando a assembleia provincial e encerrando a sessão da câmara municipal com uso de força policial. Esses argumentos integram a justificativa das motivações da província tornar-se palco da revolta, tendo como escolha a cidade de Areia pela sua localização e adesão das autoridades e um suposto espírito liberal de seus habitantes.

A obra de Lopes Machado tornou-se a única referência que temos ao pensarmos especificamente a participação da Paraíba na revolta; seu testemunho acerca do combate travado na Cidade de Areia foi amplamente utilizado nas produções historiográficas da História da Paraíba, inclusive na constituição da identidade revolucionária que a nossa história local reivindicou para si ao longo de suas principais obras.

Em seguida, “**Um Estadista no Império**” (1898), de Joaquim Nabuco de Araújo, onde biografou seu pai e juiz dos rebeldes José Thomaz Nabuco de Araújo. A Praieira foi abordada no segundo capítulo do primeiro tomo, intitulado de “A lucta da Praia”, no qual apontou inicialmente o período em que os liberais estavam no poder na administração de Antônio Pinto Chichorro da Gama. E acusou a política praieira de instaurar o desmonte da política conservadora por meio de perseguição política, remoções e demissões em massa dos cargos públicos. Inclusive, seu pai foi removido de Recife para a comarca de Assú como resultado do desafeto da política praieira no poder.

Deste modo, Joaquim Nabuco nos revelou alguns elementos do contexto da revolta expondo aspectos interessantes que configuraram as relações políticas estabelecidas, anunciando a revolta em um cenário de intensas disputas. Seu pai na época desempenhou o papel de “jornalista de combate” dos conservadores na imprensa *baronista* e foi juiz dos réus nos processos criminais da revolta. Essa condição gerou críticas futuras de Edison Carneiro em 1960, acusou Nabuco de “querer inocentar o seu pai no julgamento e perseguição dos praieiros”, como podemos observar:

O capítulo de um estadista do Império sobre a Praia foi escrito para inocentar o juiz Nabuco de Araújo, que não se conduzia nesse período como o varão inatacável que parecia ao filho [...] Nabuco de Araújo foi nomeado juiz de

direito no Recife em substituição a Peixoto de Brito, deputado geral da Praia. Antes e depois dessa nomeação combatia os praieiros no diário dos gabirus, União, e em folhetos impressos [...] Nem por isso se deu por suspeito para julgar os chefe liberais, em circunstâncias que não abonam, absolutamente, a sua pretendida imparcialidade (CARNEIRO; 1960, p.192)

A lúcida crítica de Carneiro não desmereceu a contribuição de Joaquim Nabuco, pois o autor teria reconhecido o valor da revolta ao movimento com “um turbilhão popular”, entretanto, diante de seu lugar social “devia certas obrigações ao seu público”, e teve desempenhou bem este lugar quando “escreveu que os praieiros só deixaram “o preconceito vulgar” da nacionalização do comércio” (CARNEIRO; 1960, p.192).

Em seguida, uma série de textos publicados pelo General Melo Rego no Jornal do Commercio resultou no livro “**Rebelião Praieira**” de 1899. O general nos revelou uma Praieira destituindo o protagonismo atribuído a Nunes Machado e o heroísmo de Pedro Ivo, trazendo à luz a participação de outras lideranças, tais como Lopes Neto e Vilella Tavares. Além disso, negou a ideia de um movimento que possuía interesse republicano, como havia uma tendência de associá-lo nos debates daquele contexto do final do século XIX no Brasil, sobretudo, em discursos proferidos na câmara de deputados (REGO, 1850, p.22).

Para Rego Mello, será a partir da presença de Borges da Fonseca, (embora houvesse o histórico de rivalidade com o Partido da Praia), que os deputados praieiros reconheceram a necessidade de uma bandeira ideológica ao movimento:

Não deixaram os deputados de reconhecer a necessidade de da á revolta uma bandeira, proclamando a urgência de certas reformas que, não podendo realizada por leis ordinárias, reclamavam a convocação de uma assembléa com poderes constituintes. Nesse sentido e sob o título - bandeira do partido liberal - encetou o Diario Novo, pela penna de Abreu e Lima, uma propaganda retumbante e declamatoria, mas em que havia seu fundo de verdade, contra a centralisaçāo que atrophiava as provincias” (REGO; 1850, p.24)

Entretanto, o manifesto Ao Mundo representou a fala e as aspirações do jornalista republicano e não propriamente os interesses dos demais deputados que assinaram em nome do acampamento das forças liberais em 1º de janeiro de 1849. Outro aspecto apontando pelo autor, foi o empenho de Pedro Ivo na chamada “guerra das matas”, momentos em que a bandeira da república surgiu, ou seja, nos momentos finais da revolta.

Para Rego Mello a Praieira foi movida por interesses das facções políticas pernambucanas, alinhada às demissões de cargos públicos no interior e na capital de diversos membros notórios da Praia, após a ascensão dos conservadores ao poder da província, de modo geral “uma loucura resultado das ilusões de seus participantes”. Sua fala foi respaldada pela leitura das correspondências enviadas antes do cerco na capital da província de Lopes Neto aos amigos, julgando-o iludido quanto aos recursos, as ações e as forças que contava ter para rebelião. E essa ilusão foi reproduzida aos simpatizantes da revolta na corte e alimentada pelas narrativas “exageradas” de Borges da Fonseca e da imprensa partidária do *Diário Novo* (REGO, 1899, p.105).

Sendo assim, Mello Rego encerrou esta primeira geração de escritos da revolta. Os relatos destes agentes políticos escritores geraram impacto na memória sobre a Praieira, produzindo fontes para os historiadores posteriores. Suas narrativas ofereceram versões do mesmo evento, fornecendo preciosos indícios sobre as disputas no contexto. Entretanto, precisamos levar em consideração o lugar social de cada protagonista/escritor desta primeira leva de versões sobre a revolta, afinal, suas falas foram “submetida a imposições ligadas a privilégios, enraizada em uma particularidade” (CERTEAU, 2007 [1987], p.67).

2.2 A Praieira a partir da narrativa dos historiadores; segunda e terceira gerações

A segunda interpretação sobre a Revolta Praieira, tendo em vista o exercício proposto por Izabel Marson, nos revelou a diversidade de percepções que são compostas diante das demandas teóricas e metodológicas que nortearam as pesquisas e o modo de fazer história no século XX. Dentre elas, a geração divulgada com o centenário da revolta nos apresentou versões da Praieira intimamente vinculadas ao pensamento nacionalista, considerando-a um movimento de caráter republicano. Norteadas por leituras inspiradas nas lutas das classes subalternas, remontando as motivações do conflito no seio dos anseios sociais.

Essa geração entrou em outro âmbito narrativo a partir das pesquisas propostas com o aniversário de cem anos da revolta, assumindo as mudanças na produção do saber. Neste caso, a Praieira ganhou sentido nacionalista e republicano,

entendida como o resultado das opressões sociais e políticas de uma sociedade marcada por relações “feudais”, associada a aspirações do socialismo utópico (MARSON; 2009).

A primeira geração foi fundamental na construção histórica dessa nova leva de debates, referencial e repertório de fontes consultadas (tendo em vista que essas narrativas memorialistas da Praieira possuíam anexados em seus volumes documentos, trechos transcritos da imprensa, cartas, entre outras fontes que legitimavam os argumentos elencados por seus autores).

Nesta segunda geração a imprensa ganhou destaque como fonte, permitindo diversas análises. Primeiro, por conta da quantidade e diversidade dos folhetins que circulavam na província de Pernambuco. Uma imprensa partidária e atuante, em que estes indivíduos divulgavam e acessam informações, ideias, denúncias, calunias contra desafetos políticos. Segundo, pela própria natureza do conteúdo encontrado nestes debates, que revelou a riqueza do debate promovido pelos grupos antagônicos em suas querelas diárias pelo poder.

O primeiro autor desta segunda geração foi Amaro Quintas com **O sentido social da Revolução Praieira**, onde nos apresentou a revolta enquanto um movimento único, fruto das disputas de uma sociedade feudal, marcada pela opressão dos grupos que se levantaram contra as injustiças e dominação da oligarquia Rêgo Barros-Cavalcanti, “uma nobreza rural, possuidora de vastas extensões territoriais, exercendo um domínio completo no nosso meio político-econômico” (QUINTAS, 2004 [1967], p.17).

Em sua concepção a Praieira possuiu um espírito “quarante-huitard”, em que pernambucanos e paraibanos compartilharam das ideias liberais na busca pela revolução e transformação do Império. Sua força foi a explosão dos interesses populares, episódio da luta que poderia ser constatável “em tantos lugares e em tantos contextos entre a nobreza feudal em crise e a burguesia urbana em agitação” (QUINTAS, 2004 [1967], p.11).⁵⁰

Para o autor, Pernambuco dispunha de tradição nos movimentos de cunho nativistas e republicanos que marcaram o Primeiro Reinado. E as agitações durante a regência ganharam repercussão, possibilitando um terreno fértil para uma

⁵⁰ Amaro Quintas nasceu em Recife, dia 22 de março de 1911. Formou-se em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade de Direito de Pernambuco, e encaminhou seus interesses para a História. Escreveu diversos livros, dentre eles, *Reflexões sobre a Democracia, Massificação e Humanismo* etc.

revolução, somada às relações de opressões e desigualdades econômicas e sociais. Também aponta a existência de um clima favorável para as ideias de cunho reformista, tendo em vista uma elite intelectual que estaria apta aos princípios socialistas, principalmente no que diz respeito à figura do engenheiro Vauthier. Que serviu de agente difusor das ideias reformistas das recentes tendências socialistas que eram debatidas na Europa e que circulou entre os idealistas de Pernambuco no início do século XIX.

Para Quintas, essas ideias encontraram terreno fértil na imprensa de tendência reformadora, que possuíam orientações federativas, republicanas e manifestações dos anseios das massas pois:

Ideias de reforma social, umas, inteiramente impregnadas de socialismo utópico, outras, avançadas para o tempo, de verdadeiro socialismo científico, infiltravam-se no meio pernambucano, deixando um lastro de reivindicações sociais que iria, encontrado pleno apoio nas aspirações, ainda imprecisas, da massa, agitar fortemente a província (QUINTAS; 2004[1967], p.31)

Sob estes aspectos, seu estudo central é a influência das ideias francesas no movimento da Praia. Deste modo, para o autor a participação da Paraíba foi tão importante quanto a de Pernambuco, justamente por esse espírito liberal que ambas as províncias comungavam e, sobretudo, pela participação do jornalista paraibano Antônio Borges da Fonseca, evocado na qualidade de um ícone da revolta.

Ao pensar esse espírito que se expandiu de Pernambuco e fez com que a revolta tivesse a adesão da Paraíba, o autor aponta Maximiano Lopes Machado como um personagem importante para a compreensão dos eventos em 1848-49 e alinhou a província paraibana nas ideias revolucionárias que circulavam e os levantes que se instauraram no Brasil durante este contexto.

O discurso nacionalista da revolta também foi explorado enquanto uma ideia recorrente no posicionamento dos revolucionários, uma repulsa aos estrangeiros controladores das atividades comerciais. E esta antipatia não se limitou ao português Colonizador; estendeu-se a todo europeu que competia de forma danosa com os “filhos da terra”. E, segundo Quintas, este argumento apareceu nos discursos dos deputados, nos folhetins que circulavam, incluindo a defesa do comércio de retalho nas aspirações de revoltosos.

O trabalho de Quintas nos conferiu importante contribuição quanto as possíveis ideias que moviam os agentes políticos da revolta em seu sentido social. Além disso, o autor alinhou a Paraíba na circulação e recepção destas ideias, conferindo-lhe uma

participação legítima na “revolução”. Exercício que não ocorreu nas outras narrativas sobre a revolta.

No mesmo ano, Barbosa Lima Sobrinho, em discurso de conferência realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1949, apresentou sua versão em **Revolução Praieira**, no qual apontou a Praieira como consequência das disputas partidárias entre praieiros e *baronistas* que se instaurou na província, principalmente no que diz respeito ao desmonte liberal com o novo gabinete. Uma articulação em prol das eleições, dando aos conservadores cargos de confiança e que conduziria o pleito para a vitória.

Outro ponto interessante explorado por Lima Sobrinho foi a participação de senhores de Engenho ao lado da facção praieira. Dentre estes, Manoel Pereira de Moraes, cuja influência nomeou o conflito de “Guerra dos Moraes” na região, nos revelando uma revolta que grosso modo contou com a adesão e participação de grandes proprietários de terra, e não propriamente por um programa liberal ao qual estes homens estavam engajados. Sobretudo, pela mudança de poder e as consequências disto na província, empenhados na preservação do prestígio pessoal e na influência política de suas comarcas.

Neste sentido, Lima Sobrinho configurou a revolta em uma espécie de paralelismo político e social, sendo importante averiguar até que ponto a doutrinação social, mediada pelo debate na imprensa, influenciou os acontecimentos políticos. E os pontos sociais mais perceptíveis da revolta foram as ideias debatidas e influenciadas pela Revolução Francesa por meio dos propagandistas mais radicais da imprensa, que foram incorporados posteriormente à revolta, como foi o caso de Antônio Pedro de Figueira e Borges da Fonseca (SOBRINHO; 1949, p.62).

Contudo, o exemplo francês para o autor deveria ser visto com ressalvas, pois em sua concepção não havia um “proletariado numeroso” na província de Pernambuco para incorporar o movimento ou mesmo uma nítida expressão dessas ideias. Para o autor, a Revolta Praieira estava vinculada às querelas específicas da província onde a extensão da participação dos donos de engenho e os elementos que configuraram a Guarda Nacional tornaram-se questionamentos importantes no que diz respeito a Praieira.

Segundo Sobrinho a revolta começou no interior da província, com as demissões dos cargos dos membros praieiros da Guarda Nacional, como parte do

projeto conversador em desarticular o esquema dos opositores nos principais cargos da província que estabelecia controle no processo eleitoral (SOBRINHO, 1949, p.62).

Este aspecto específico do movimento em Pernambuco apresentados pelo autor nos alertou para observarmos o próprio contexto da cultura política paraibana. Onde também identificamos esse tipo de movimentação em torno de cargos públicos, com perseguições, prisões e um intenso debate na imprensa acalorado pelas eleições dos meses posteriores a revolta ser deflagrada em Pernambuco e o combate na cidade de Areia.

Fernando Segismundo em seu **História da Revolução Praieira**, publicado em 1949, localizou Pernambuco em um passado de luta contra a presença portuguesa desde a expulsão dos holandeses. Uma oposição histórica ao colonizador, que se instaurou em diversos eventos conflituosos, como por exemplo a guerra dos mascates, entre outros conflitos coloniais e nativistas. No século XIX, a vinda da família real e o crescimento das ideias liberais resultaram em eventos como o movimento republicano de 1817 e a disputa entre *cabras x galegos*, na Confederação do Equador de 1824 – o surto *liberalista*, e finalmente a Revolta Praieira, na qual:

A defesa do povo contra a ganância dos negociantes portugueses, em diversas ocasiões, inflingindo-lhe grandes revezes, os praieiros, tendo à frente Pedro Ivo, Borges da Fonseca, Nunes Machado e Abreu e Lima, cobriram-se de glória e projetaram seu nome pelos rincões da pátria (SEGISMUNDO, 1849; p.18).

Para Segismundo, a Província de Pernambuco encontrava-se oprimida pelo feudalismo interiorano e a burguesia do litoral. O termo feudalismo foi adequado em relação aos grandes proprietários de terra, o que, segundo o autor, criou um ambiente propício para a revolução diante da insatisfação popular das camadas citadinas empobrecidas, agregados dos senhores de engenho. Uma massa popular unida contra o inimigo conservador.

Deste modo, em sua leitura, a revolta se caracterizou enquanto um movimento nacionalista de tendência republicana, uma luta social de classe. Sendo assim, a revolta foi uma reação ao estado da “feudalidade” em que se encontrava a província, tendo em vista as massas de população pobres de Recife e os grupos oligárquicos e seus grandes proprietários de terra representados pelos Cavalcanti (SEGISMUNDO, 1849, p.62).

Ao enfatizar à organização militar dos Praieiros, Segismundo nos apresentou três fases do movimento. A primeira, quando iniciou os levantes em diversos pontos

do interior da província. A segunda, marcada pela chegada do deputado Nunes Machado e o cerco a Recife. E a terceira fase “decorrerá ao sabor dos acontecimentos finais da revolta”, nas chamadas guerra de extermínio sob a liderança de Borges da Fonseca e a guerra das matas que durou por dois anos com Pedro Ivo à frente (SEGISMUNDO, 1849, p.42).

Para Segismundo a imprensa assumiu um importante papel no desenvolvimento do conflito, evidenciando a disputa dos dois partidos em Recife, veículo de informação das massas populares, sendo um amplo espaço de debate das ideias de ambas as facções, onde “vários jornais de maior ou menor penetração na massa, que sustentavam, entre si, acesos debates, vasados em linguagem desabrida, a que não faltavam os ataques pessoais, as calúnias, as ameaças” (SEGISMUNDO, 1849, p.61).

O autor definiu os objetivos da revolta a partir a vida econômica da província, tendo em vista a dependência do comércio aos estrangeiros, sobretudo, os lusos/portugueses. Esta condição do comércio nacional foi representada amplamente pelos partidários da Praia, pois os deputados Nunes Machado e Urbano Sabino Pessoa de Mello eram empenhados no questionamento do regime político que conferia legitimidade a esta dominação, apresentando projetos de nacionalização do comércio de grande adesão popular. Pois para Segismundo, embora que o elemento partidário seja considerado, a insurreição tinha em sua essência a inspiração nos anseios das classes; das camadas citadinas aos agregados dos senhores de engenho (SEGISMUNDO, 1849, p.62).

Dando seguimento, temos a contribuição de Edison Carneiro⁵¹ em **A Insurreição Praieira (1848-49)**, que ao abordar “a experiência política e militar da revolta”⁵², pensou a praieira enquanto um movimento nacionalista, norteando de uma “tendência natural a República”, resultado do esforço de uma ascendente classe burguesa comercial da província de Pernambuco que concedeu inédito destaque às camadas mais pobres relacionadas diretamente ao conflito. Neste sentido, o Partido da Praia desempenhou o papel de porta voz desses grupos excluídos do poder, sua

⁵¹ Baiano, nasceu em Salvador em 1912. Formado pela Faculdade de Direito da Bahia em 1835. Atuou como redator na Bahia dos jornais: *Estado da Bahia* (1936-1939) *Bahia Jornal* (1937). E no Rio de Janeiro *O Jornal* (1839), *The Associated Press* (1940-1949), *Ultimo Hora* (1952-1953 e 1956) e *Jornal Brasil* (1957-1959). Também integrou as Comissões de Folclore e de Ciências Sociais do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura.

⁵² Epígrafe do livro *A Insurreição Praieira (1848-1849)* de Edison Carneiro, 1960.

bandeira abrigava os anseios de “artifices, operários, funcionários públicos, lavradores e rendeiros, negros libertos, homens livres das cidades e dos campos” (CARNEIRO, 1960, p.17).

No que diz respeito às motivações da revolta, atribuiu-as aos grandes latifundiários que “ligados por laços de amizade ou de família criavam oligarquias locais” e dificultavam o acesso de investimentos do governo as regiões mais distantes da capital, de maneira que Pernambuco estava dominada por uma “feudalidade” constituída pelo poder de poucos ricos proprietários, e a mais importante destas, a oligarquia formada pela família Rego Barros e Cavalcanti (CARNEIRO, 1960, p.19).

Para Carneiro, se o homem do campo sofria a opressão dos grandes latifundiários, o homem da cidade convivia com a exploração dos comerciantes estrangeiros, sobretudo os portugueses. Essa animosidade entre brasileiros e os marinheiros gerou ao longo da década de 40 debates e explosões violentas nas ruas e integrou o programa da insurreição a partir da reivindicação da “extinção da lei de juro convencional” (CARNEIRO, 1960, p.25).

Também analisou o uso dos termos que denominaram o movimento no decorrer dos anos. Primeiro, o uso de *rebelião*, utilizado pelos opositores da Praieira, abusando do conceito penal da época para condená-los à prisão perpétua. Segundo o termo *revolução*, insuficiente para as agitações que ocorreram em Pernambuco com atuação do Partido Nacional. E terceiro, *movimento*, a partir do referencial de Moacyr Werneck de Castro, que compreendeu o antagonismo de duas classes um suposto ambiente pré-revolucionário (CARNEIRO, 1960, p.30).

Deste modo, partindo da perspectiva de um “movimento irreprimível”, que se configurou pelos conflitos de classe e do descontentamento popular, Carneiro adotou o Insurreição “em toda força do termo”. E embora reconheça a necessidade de “um programa político para ressurreição” observamos uma enorme divergência da “Revolução Praieira” de *espírito francês* de Amaro Quintas, pois seu destaque é para participação popular:

[...] Enquanto os chefes vacilavam, tentando manter uma legalidade precária e ilusória, com que o governo acobertava as suas investidas contra as liberdades públicas, elementos populares, de todas as correntes democráticas e de todas as camadas sociais, não somente se preparavam para combater, como davam início às hostilidades, seja resistindo à posse das autoridades, seja tentando desalojá-las à mão armada. Em torno de figuras populares da Praia – Morais (Igaraçu), Lucena (Limoeiro), Leandro César (Nazaré), Bernardo Câmara (Ipojuca), Feitosa (Água Preta) e João

Roma (Recife) – reuniam-se combatentes dispostos a vender caro a sua submissão aos grandes senhores de terra (CARNEIRO;1960, p.39).

Em um cenário problemático, foram os chefes da coluna do Norte que protagonizaram o início do levante armado, os engenhos que deram vida à insurreição. Contudo, com a publicação do manifesto *Ao Mundo*, os objetivos políticos foram delineados ao passo que os chefes da praia erguiam com inaptidão a bandeira do movimento, tendo em vista as reações contrárias ao documento dentro do próprio grupo. Como é o caso do artigo publicado no Diário Novo de Lopes Neto, no qual considerava o manifesto uma manobra política dos opositores gabirus (CARNEIRO; 1960, p.69).

Sob estes aspectos, a província da Paraíba foi incluída em sua discussão, na medida em que os combates avançam para o território vizinho descrevendo detalhes dos diversos acontecimentos militares. Seu principal referencial sem dúvidas foi Lopes Machado, incorporando seu relato acerca da peleja travada na cidade de Areia, onde as forças liberais mais uma vez fracassaram.

Elencamos dois pontos de destaque no trabalho de Carneiro. Primeiro, a riqueza das informações sobre os combates. Seu esforço nos forneceu detalhes das campanhas militares dos revoltosos, seus movimentos no interior e nas províncias vizinhas, localizando a Paraíba nos eventos. E segundo, a consulta de uma diversificada documentação, dentre estas, correspondências, ofícios, circulares, discursos na assembleia legislativa que aparecem anexadas no próprio volume.

Já a partir dos escritos da década de 1980, sugerimos uma terceira linha de interpretação. Tendo enquanto referenciais os debates propostos por exercícios historiográficos mais recentes. Nesta geração, a Praieira ganhou novos contornos, que possibilitaram outras abordagens das fontes e observações menos apaixonadas das disputas marcadas pela atuação do Partido Nacional de Pernambuco neste contexto da política imperial.

Como primeiro escrito desta geração, o impressionante trabalho de Costa Porto no livro **Os Tempos da Praieira** publicado em 1981. Onde configurou a praieira em uma luta moldada pelos interesses de uma população oprimida. E contextualizou o cenário político brasileiro de forma geral, pontuando desde o aspecto jurídico da abdicação de Pedro I e o conturbado Período Regencial, principalmente no que diz respeito a administração de Feijó, marcada pelas intensas disputas políticas partidárias entre dois grandes blocos – Conservadores e Liberais.

Porto apontou uma inédita abordagem aos partidos políticos do Império em sua obra. E destacou a impossibilidade de apresentar uma data precisa da origem de ambas as agremiações envolvidas nas disputas da Praieira, pois apenas no século XX após a Revolução de 1930 a vida partidária passou a ter um rígido disciplinamento sistematizado através de atas de constituição e registro na Justiça Eleitoral⁵³. Contudo, a organização dos partidos Liberal e Conservador não passou por nenhum formalismo, de forma lenta e espontânea foi se materializando nas disputas do final do período regencial, em uma espécie de “fusão de uma facção considerável do Partido Liberal – Moderado, com o Partido Reacionário” (PORTO, 1981, p.25), este último também conhecido como partido Restaurador que atuou de 1831 a 1834.

O autor demonstrou que durante este período de disputas no Rio de Janeiro, onde era traçado o destino do país, os acontecimentos repercutiram nas províncias, principalmente nos conflitos das facções locais, dentre elas, Pernambuco, “tradicionalmente uma das mais rumorosas caixas de ressonância das agitações que sacudiam a Nação” (PORTO, 1981, p.42-43). A província, neste sentido, possuía um histórico de lutas ideológicas que compõem o cenário de disputas que ocorreram durante o Primeiro Reinado e Período Regencial. Dentre elas, a Confederação do Equador (1824), a Setembrada (1831) e a Novembrada (1831). A partir de 1820 ocorreu um aprofundamento das tensões do sentimento liberal e a tendência absolutista, que de modo geral, posteriormente, ficou alinhada à perspectiva de ideias políticas conservadores.

Para o autor não houve uma vida partidária organizada, e a cúpula política da corte movia as autoridades das províncias como “peças de xadrez”, sem intervenção dos grupos locais. O gabinete de Araújo de Lima e seu bloco pró-regresso em 19 de setembro de 1837, traçou uma delimitação do campo partidário e iniciaria uma linha administrativa “grupista” ao nomear para a presidência da província Francisco do Rego Barros, alicerçando a origem da famosa oligarquia Cavalcanti.

Porto traçou a longa trajetória das disputas políticas e do antagonismo entre as duas facções, nos inspirando compreender o cenário em que a Revolta Praieira eclodiu. Em sua análise uma grande influência de Lima Sobrinho, considerando

⁵³ Sob estes aspectos, não encontramos uma data precisa para a fundação destes partidos durante o império, pois a concepção de partidarismo na monarquia difere de sua época, surgindo de forma lenta e espontânea. Os partidos não obedeciam aos formalismos rígidos, nem a uma disciplina sistematizada legal que nos fornecesse atas de constituição ou mesmo registros na Justiça Eleitoral, inviabilizando um aprofundamento sobre a História destas agremiações.

especificamente os aspectos partidários e políticos nos “tempos” da Praieira, localizando Pernambuco nas disputas que ocorriam na Corte do Rio de Janeiro. Tendo em vista as manobras dos grupos políticos e suas consequências no âmbito das rivalidades locais, revelando as disputas eleitorais e os efeitos das mudanças de gabinetes na província (PORTO, 1981, p.23)

O aspecto social foi a característica geral adotada pelo autor para qualificar o movimento. O levante teria na Praia o veículo de enfrentamento dos interesses do “campanário oligárquico” que dominava de forma “prepotente a província”. Para Porto, algo semelhante ao feudalismo se instaurou na formação pernambucana, a qual levou os indivíduos mais vulneráveis a procurarem proteção dos donos de terra, sendo estes proprietários os únicos agentes capazes, diante das circunstâncias, em oferecer segurança à população mais fragilizadas pois:

[...] o chefe político matuto no Brasil não seria, apenas e em regra, um barão feudal onipotente e atrabiliário, impondo o ferro do mandonismo arbitrário [...] proporcionando, em troca de submissão quase servil daqueles que lhe obedeciam à liderança sem competição, tudo quanto lhes não dava o Estado, atuando como elemento de proteção e ajuda, mediador plástico entre a arraia miúda e poder público, acudindo-lhes a todas as necessidades: na medida em que funcionava como sucedâneo do poder público, suprindo-lhe a ausência factual e assegurando a ordem [...] É que, à semelhança dos antigos barões medievais, estes régulos caboclos nem sempre viveriam em harmonia, ocorrendo brigas e desavenças intergrupais – fruto de desentendimentos em torno de interesses econômicos, domésticos, políticos [...] (PORTO, 1981, p.81).

Essa conjuntura aprofundou na administração de Boa Vista, atrelada à acumulação de privilégios políticos, econômicos e sociais que um grupo poderia concentrar, gerou três consequências negativas na província: “a opressão do povo, depois o aniquilamento do governo e, enfim, o exclusivismo, que fazia dos empregos públicos propriedades de uma família e dos aliados e aderentes” (PORTO, 1981, p.84).

Deste modo, a existência da oligarquia produziu a opressão dos grupos menos favorecidos na província, construindo um movimento de enfrentamento a este poder estabelecido liderado pelo Partido da Praia, que para o autor condensava as disputas que ocorriam entre os dois partidos (liberais e conservadores) por todo Império. Porém, em Pernambuco o elemento partidário atribuiu novos componentes que se tornaram combustíveis para as disputas, dentre eles o monopólio do comércio exercido pelos estrangeiros (PORTO, 1981, p.85).

O papel da Praia, neste sentido, representava as reivindicações populares através de pautas como a nacionalização do comércio, sobretudo a retalho, que estava sob o domínio estrangeiro, principalmente dos portugueses. Entretanto, essa luta foi algo proposto principalmente por uma ala próxima à capital e poucos núcleos urbanos bem limitados. Deste modo, não foi um anseio unânime do grupo Praieiro. Sua batalha principal foi contra o monopólio da Terra, exercido pela família Cavalcanti, que alcançava toda a província (PORTO, 1981, p.86).

Outro componente substancial desta luta foi a indústria, que de acordo com o autor, embora ainda incipiente tratava-se de uma grande utopia, pois diante da pobreza de capitais e técnicas só poderia ter êxito se respaldada por “impostos terríveis sobre os consumidores e entregues a uma concorrência desenfreada”. E o serviço público, este por sua vez marcado pelas oscilações partidárias, não oferecia estabilidade diante das mudanças de poder na província, e que embora menos rentável, era cobiçado por uma população cada vez mais crescente, somando- se assim a um desequilíbrio social condicionado à situação econômica explorada pela campanha proselitista dos Praieiros, transformando a batalha em uma verdadeira luta de classes, do povo contra a nobreza rural oligárquica (PORTO, 1981, p.90).

Sob estes aspectos, sua pesquisa – embora mantenha em sua essência as inclinações teóricas das gerações anteriores – nos conduziu pelas disputas partidárias de uma forma bastante ampla nos tempos da revolta. As movimentações dos grupos em manter-se em cargos e os debates acirrados na câmara dos deputados antes e posterior aos eventos violentos dos combates armados, aprofundando elementos já confirmados pelos testemunhos dos agentes políticos que disputaram a memória da revolta (PORTO, 1981, p.90).

A província paraibana não foi mencionada pelo autor, concentrando-se no movimento e nas especificidades das disputas partidárias na província de Pernambuco, ao passo em que analisou o comportamento político dos dois blocos antagonistas no âmbito nacional. Para Costa a ala conservadora era unida e coesa, obedecendo os chefes nacionais e regionais, e que na ala liberal faltou homogeneidade, dando a entender que atuavam sem comando e unidade de ação.

É neste ponto, ao analisar o comportamento destes grupos naquilo que ele enuncia de “tempos” da revolta que Costa Porto, que se tornou de fundamental importância para a nossa pesquisa, pois nos possibilitou caminhos ainda não explorados para percebermos o papel da província da Paraíba na revolta. A partir do

comportamento político dos agentes e facções paraibanas, principalmente no que diz respeito a ala liberal que assumiu o conflito, levando-o às ruas de Areia.

Nesta terceira linha de interpretação também posicionamos Izabel Marson e sua dissertação intitulada de **Movimento Praieiro (1842-1849): imprensa, ideologia e poder político**. Nela, a autora inaugurou o exercício de observar a historiografia sobre a rebelião por linhas de interpretação, sendo importante pontapé para visualizarmos as diversas abordagens propostas acerca da temática. E ao observar estas produções, percebemos as nuances teóricas e metodológicas que as separam, inclusive ao ponto de sugerirmos uma terceira linha, na qual inserimos a contribuição da autora ao analisar a revolta.

Para ela, o movimento englobou a disputa política e partidária com expressão local e particular na província de Pernambuco que caracterizou os aspectos políticos do Segundo Reinado. E apontou o embate destes partidos em vários setores do cenário político, seja na imprensa – onde focou sua análise –, ou nas assembleias parlamentares pelo controle dos cargos policiais e políticos, configurando, em sua percepção, os acontecimentos mais substanciais atingindo o clímax da revolta.

Quanto ao jornal, este apresentou-se em seu estudo enquanto importante instrumento da luta político-partidária, integrando uma possibilidade de cenário das disputas entre os partidos na província. Deste modo, estes jornais possuíam vínculos com o interesse das elites, sendo o objetivo da autora:

[...] mostrar o compromisso do jornal político com os meios de preservação das relações políticas e sociais que consolidam a dependência do homem livre pobre da capital, não-proprietário de terras e escravos, à tutela dos senhores de grande propriedade territorial (MARSON, 1980, p.08).

O cenário constituído por Marson pensou a existência de um contingente significativo de homens livres ligados aos grandes proprietários que possuíam laços de dependência, um tipo de sistema de exploração do trabalho na linha tênue entre liberdade e dependência material ao grande proprietário de terra. Uma relação que se configurou no período colonial e com a instalação da máquina burocrática estatal no século XIX, a figura do agregado apadrinhado politicamente em um emprego público tornou-se comum, principalmente no que diz respeito às capitais das províncias.

Deste modo, os jornais atuaram neste cenário inicialmente para manutenção da ordem, mas na realidade estimulou as contendas, difundiu conflitos pessoais, legitimou comportamentos violentos que eclodiram em atos com o “mata-marinheiro”,

justificou assassinatos, destruição de patrimônio, entre outros atos que configuraram o período da disputa partidária entre praieiros e gabirus.

Marson nos revelou a organização destes jornais. Cada bloco partidário possuía uma folha principal, normalmente diária, e outras publicações menores, com edições espaçadas e intermitentes que representavam especificados posicionamentos políticos do contexto. A autora tomou enquanto tarefa “reconstruir essas posições e, por meio delas, compreender a atuação dos grupos políticos” – partidos – (praieiros e gabirus), sempre a partir “das proposições e dos acontecimentos constantes do discurso dos jornais” (MARSON, 2009, p.11).

O exercício proposto pela autora nos possibilitou compreendermos de forma mais profunda a atuação dos jornais na revolta. Sempre presente nas falas daqueles que narraram a Praieira, estes jornais possuíam inegável posição nas disputas pelo poder, uma peça fundamental nas estratégias utilizadas pelos agentes políticos em diversos momentos do Império.

Deste modo, quando assumimos nesta tese a ideia das arenas enquanto cenários de atuação dos agentes políticos, a imprensa foi um poderoso espaço no qual se manifestaram comportamentos, ideias, nos permitindo observar diversas circunstâncias do jogo político. Entendemos que as distintas facções usaram este cenário como uma extensão de suas rivalidades pois, cada publicação destes jornais, folhetos e periódicos estavam carregados de posicionamentos políticos compartilhados com seus leitores, apoiadores e agregados que estavam no corpo a corpo das ruas cotidianamente e durante as eleições, ou quando as tensões entre os grupos antagonistas chegavam ao nível do confronto físico.

No caso da Praieira, a circulação de diversos folhetos foi uma marca registrada do movimento. Marson contribuiu demarcando o papel destes jornais, tomando-os enquanto representativos dos partidos, caracterizando posicionamentos, atuações e perspectivas das facções. Entretanto, sua pesquisa não nos forneceu qualquer indício mais específico da atuação na Paraíba.

Contudo, ao consultarmos alguns destes jornais, encontramos um número relevante de menções da província paraibana através de correspondências cujo teor tratou de denúncias em situações específicas de desafetos políticos, os acirrados pleitos eleitorais. E diante disto, Marson contribuiu em nosso trabalho para pensarmos os jornais na Paraíba em dois exercícios: primeiro, apresentar o teor deste diálogo estabelecido entre na imprensa conservadora e liberal pernambucana por agentes

políticos paraibanos através das correspondências; segundo analisar como esta arena também foi palco para as querelas específicas dos grupos políticos paraibanos a partir dos folhetos que circulavam na província.

Em Revolução Praieira: Resistência liberal à hegemonia conservadora em Pernambuco e no Império (1842-1850) publicado em 2009, Marson nos ofereceu outra possibilidade interessante na medida em que expôs a dimensão política do movimento, a partir da atuação dos conservadores, liberais e Os Cinco Mil. Neste novo trabalho sobre a revolta, a abordagem da autora diferiu do anterior ao focar propriamente no movimento e na atuação da praia na política pernambucana. Onde apontou a dissidência dos liberais históricos, monsenhor Muniz Tavares e Antônio Joaquim de Melo, rompimentos ocorridos em 1846 que engrossou as fileiras dos ordeiros e na formação da Praia Nova. E na disputa por cargos políticos dentro do partido em 1847 e a formação da ala independente de Nunes Machado, Lopes Neto, Peixoto de Brito e Vilela Tavares (MARSON, 2009, p.67).

Marson nos direcionou aos termos revolta/rebelião/insurreição analisados anteriormente por Edison Carneiro para definir os acontecimentos em Pernambuco e na Paraíba. Para a autora na década de 1840 os pernambucanos experimentaram uma guerra civil. Diante disto remontou Barbosa Lima Sobrinho para constituir a Praieira enquanto um conflito proporcionado pelos divergentes partidos e grupos políticos e suas perspectivas de progresso, apontando a vitalidade política, social e econômica e as movimentações em torno dos cargos políticos, policiais e administrativos (MARSON, 2009, p.30).

O último capítulo “Política e memória: leituras da Revolução Praieira”, partiu de uma análise que compreendeu em duas ordens de evidências a “guerra civil pernambucana”. A primeira sendo propriamente o percurso das operações de guerra e a segunda pela preocupação posterior dos combatentes em expor a versão mais adequada diante de seus objetivos políticos, a disputa pela memória da revolta. E neste ponto, Marson nos forneceu outra contribuição para pensarmos a Praieira nesta tese. A memória ganhou espaço de arena de disputa política, na qual determinadas versões chegaram até nós com o decorrer dos anos, produzidas com o objetivo de “permitir” que as futuras gerações tenham conhecimento de uma suposta “verdade sobre os fatos”⁵⁴.

⁵⁴ Como anteriormente apontamos, os textos memorialistas sobre a Praieira nos forneceram um amplo leque de possibilidades para as disputas da memória sobre o evento.

Segundo a autora, a disputa pela memória ocorreu inicialmente na pluralidade do termo para designar o evento. Durante os conflitos que seus protagonistas nomeiam de movimento, apenas Borges da Fonseca vai usar o termo “revolução”, contudo, os relatórios militares, jornais da ala conservadora usavam os termos “revolta”, “sedição”. E foi fortalecido pelas acusações no processo instaurado a réus prisioneiros pelo chefe de polícia Jerônimo Martiniano Figueira de Melo (MARSON, 2009, p.97)

Diante disto, em toda sua história houve uma tendência incriminatória da atuação da Praia, os termos “revolta/rebelião/revolução, este último espelhado nas lutas e reivindicações dos Jacobinos (durante a Revolução Francesa de 1879) e dos operários parisienses nas barricadas de junho de 1848” (MARSON, 2009, p.98). A contraposição desta fala que foi plantada com a sentença da revolta, gerou a reação imediata de Urbano Sabino de Pessoa de Melo em seu **Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco**, o que desencadeou, em nossa concepção, uma série de publicações que estabeleceu a disputa pela “verdadeira versão” dos acontecimentos.

Esse apontamento dado por Marson nos levou a pensar o lugar da Paraíba na disputa pela memória. Entretanto, em nosso caso seguiu um aspecto singular: apenas a obra de Maximiano Lopes Machado foi produzida com o objetivo de narrar a revolta no território da Paraíba. Deste modo, tornou-se a única referência de todas as pesquisas que abordaram a participação da província. A fala de Lopes Machado entrou para nossa história local garantindo um lugar ao sol entre os movimentos políticos do Império, reproduzida por todas as gerações seguintes de historiadores, seja em produções que pretendiam abordar a revolta em um nível mais geral ou no âmbito mais local da História da Paraíba.

Neste ínterim, outras pesquisas mais recentes podem ser mencionadas como parte dessa terceira linha de interpretação da revolta. Desenvolvidas diante de novas inquietações, nestas produções incluímos artigos, monografias e dissertações. Contudo, a mais significativa para nós, e nosso ponto de partida para questionar a posição da Paraíba na revolta foi o trabalho de Marcus Joaquim Maciel de Carvalho e Bruno Augusto Dornelas Câmara em **A Insurreição Praieira**, publicado no Almanack Braziliense em 2008.

Neste trabalho a Praieira foi associada aos episódios de movimentos caracterizados enquanto liberais que marcaram a formação de uma autonomia política do Brasil. Os autores consideraram a revolta como parte do resultado das disputas

partidárias na câmara e dos conflitos políticos enraizados no interior da província de Pernambuco. Outro ponto apontando foi heterogeneidade de agentes políticos que somaram as fileiras do partido da Praia, desde líderes partidários que disputavam na tribuna do parlamento, indivíduos envolvidos nas campanhas eleitorais, homens do campo em conflitos com proprietários rurais e até “homens com perspectivas políticas e ideológicas muito distintas, ou mesmo contrárias ao Partido Praieiro, como era o caso do liberal radical Antônio Borges da Fonseca” (CÂMARA, CARVALHO, 2008, p.05).

Neste panorama a província de Pernambuco, que constituía um cenário de levantes, foi palco novamente de conflitos armados nos meses finais de 1848 e início de 1849, quando muitos dos agentes envolvidos eram remanescentes da Confederação do Equador, veteranos chamados de liberais históricos que continuaram atuando nas disputas pelo poder político, usufruindo de benefícios da estrutura montada ao longo dos anos que estabeleceu a hegemonia de suas grandes famílias e redes *clientelista*.

Deste modo, os autores nos revelaram um cenário político que foi disputado “palmo a palmo” entre 1817 e 1848 e sincronizado com as mudanças no sistema eleitoral e na burocracia estatal, uma estrutura onde cargos estratégicos definiam a condução do pleito pois,

[...] a chave da vitória eleitoral era a mesa de qualificação, que decidia quem era votante, quem era eleitor. Presidindo a mesa, estava o **juiz de paz**, cargo eletivo bastante disputado, mas dependente de arranjos políticos muito acima dos interesses restritos das paróquias do interior. [...]” (CARVALHO, CÂMARA, 2008, p.08). **Grifo nosso**.

Dessa forma, o trabalho nos conduziu ao alinhamento das disputas pelos cargos políticos projetando uma vitória eleitoral, algo já apontado em outras narrativas da revolta, inclusive nos próprios testemunhos de seus protagonistas, contudo, até então tratado de forma escamoteada pelas gerações de historiadores posteriores. Ocupar estes cargos significava ter prestígio e espaço fundamental na engrenagem das eleições. Essa relação de cargos e campanhas eleitorais marcou a trajetória política desses agentes que atuavam na província desde o primeiro reinado e ganhou mais força no período regencial, momento em que oligarquia Rego-Cavalcanti se fortaleceu em Pernambuco. Pois Araújo Lima possuía representação tanto no partido conservador quanto no liberal, e em consequência a formação de uma oposição que engrossou as fileiras do Praieiro, canalizada pelos dissidentes do Partido Liberal e

futuras lideranças políticas do movimento, dentre elas Urbano Sabino de Mello, Lopes Neto e Nunes Machado (CARVALHO, CÂMARA, 2008, p.08).

O debate proposto apresentou a heterogeneidade dos interesses destes grupos, assim como as contradições que uma mesma ala política poderia assumir, cenário de uma cultura política engessada em eleições e troca de favores por cargos políticos. Percebemos, deste modo, as especificidades das relações de poder estabelecidas por estes agentes políticos, distanciando da ideia de um programa político revolucionário, ou em prol dos menos favorecidos da província. O que estava em jogo era o poder em nomear cargos e dotar esses agentes políticos e seus agregados de privilégios, e a mudança de gabinete na província tornou-se o cenário ideal para acirrar uma disputa já violenta.

Além das demissões, as armas outrora apreendidas pelos praieiros em incursões aos engenhos de adversários políticos, entraram na disputa pelos conservadores que quando entraram no poder reividaram as invasões para recuperá-las, os chamados “varejamentos de engenhos”. Interessante apontar que roubo de armas e escravos estavam na fala da imprensa panfletária e nos discursos na Câmara dos Deputados, notoriamente atribuídos aos grandes nomes do partido conservador. Que por sua vez denunciavam na mídia gabiru a imparcialidade das autoridades Praieiras, afinal, o roubo de escravos e armas era uma prática comum entre os grandes proprietários de terra independente da agremiação política (CARVALHO, CÂMARA, 2008, p.09-10).

Esse cenário de disputa exposto pelos autores ficou insustentável com a ascensão dos conservadores e as demissões em massa dos liberais. E nos inspirou a questionar o cenário ao qual a província da Paraíba, que alinhada de forma geral aos acontecimentos políticos no Império e em Pernambuco, esteve engajada ativamente em movimentos como os de 1817 e 1824. Em 1846, constatamos uma maioria Liberal atuando na câmara dos deputados e observamos um “ajuste” entre os dois partidos no que diz respeito à disposição dos cargos na província paraibana, entretanto, as contradições destes grupos ficaram em ênfase nas disputas eleitorais, ao percebermos denúncias de irregularidades e desordem durante os processos eleitorais desde a década de 1830.

Existem outras singularidades que identificamos ao percebermos o contexto da Praieira nas experiências políticas dos nossos antepassados paraibanos que apontamos ao aprofundarmos nossa pesquisa. Contudo, este balanço acerca das

especificidades que compõem as relações que eram estabelecidas pelos partidos e seus agentes diante de seus interesses na província nos forneceu uma visão geral do jogo político durante a revolta.

E embora seja um episódio que deixou marcas na Paraíba, ficou evidente, principalmente diante da longa historiografia que analisamos, a limitação da participação paraibana ao combate em Areia. Pois não houve uma adesão geral da província, ao menos não como no início do século nos movimentos anteriores. Ao contrário, a documentação investigada revelou articulações para anular a adesão dos liberais da capital da província, deixando para os liberais da cidade de Areia o protagonismo nos acontecimentos do conflito.

De modo geral, a participação da Paraíba foi reduzida aos combates que ocorreram na província, sob a evidente consulta do relato de Lopes Machado. Onde a historiografia produziu uma percepção que aglutinou os agentes políticos paraibanos aos mesmos níveis de interesses e a realidade de Pernambuco. Seu contexto de disputas diante de ideias/cargos, dentre outras demandas que impulsionou a luta pelo poder político, terminou por traduzir a realidade paraibana. Uma circunstância que criou uma lacuna no que diz respeito à cultura política e a percepção mais nítida do grau de engajamento dos agentes políticos da Paraíba na Revolta Praieira. Lacuna esta que buscamos suprimir a partir dos esforços apresentados ao longo desta tese.

2.3 A Historiografia paraibana e a Revolta Praieira

A ausência da província em muitas destas narrativas nos sugeriu dois pontos condicionantes. O primeiro foi que as ideias assumidas pela Praia seriam parte de uma bandeira ideológica que englobou outros agentes políticos das províncias vizinhas, estabelecendo um diálogo entre estes grupos. O segundo, que os agentes políticos paraibanos engajados e a estadia das tropas praieiras no nosso território foram associadas ao evento dentro de um contexto geral da revolta pela historiografia.

Ao observarmos a documentação percebemos que Paraíba esteve em constante contato com os acontecimentos na corte e acompanhou os correligionários pernambucanos historicamente em seu passado rebelde. No contexto da Praieira, supomos que essas ideias eram acessadas primeiro pela formação destes indivíduos através da faculdade de Olinda. E segundo, compartilhadas ao longo de suas vidas

políticas na câmara dos deputados, circulando entre os pares na imprensa, tendo em vista que os jornais paraibanos e pernambucanos eram distribuídos por estas províncias e um agente político transitava por diversos territórios (CARNEIRO, 1960, p.45; ALMEIDA, 1980 [1957]); FIUZA, 1995).

Como exemplo, o agente político Lopes Machado, protagonista engajado na revolta que após o exílio retornou a província e exerceu o magistério na vila de Campina Grande, tornou-se pioneiro do movimento intelectual do local. Posteriormente, sua trajetória foi marcada pela presença no Instituto Histórico Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, onde contribuiu com produções significativas de cunho histórico, além de ter ocupado cargos públicos de magistrado e de professor da Escola Normal do Recife.

Lopes Machado também recebeu o título de primeiro historiador da Paraíba e patrono do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano⁵⁵. Dessa forma, sua contribuição para a historiografia local não se limitou ao quadro que retrata da Revolta Praieira, mas em seu pioneirismo na produção escrita da histórica local em “**História da Província da Paraíba**”. E nos chamando atenção que, além de um político atuante ocupando cargos em diversas instâncias, dedicou-se à construção do conhecimento. Este engajamento nas duas províncias configurou Machado como um personagem paraibano valorizado e nos permitiu perceber a dimensão das ocupações que uma figura política poderia usufruir no século XIX, posições de prestígio pessoal e poder, sobretudo, na construção da memória e História de um povo.

Deste modo, as narrativas que trataram a Revolta Praieira na Paraíba, consideraram a fala de Lopes Machado integralmente. E na soma dos acontecimentos a fuga dos revoltosos após o malfadado combate em Recife no dia 02 de fevereiro foi o ponto de partida das narrativas que abordam o acontecimento na província. Uma participação notoriamente secundária, mas, que assumiu uma dimensão maior na constituição da identidade do Estado, conferindo-lhe pequeno protagonismo em um evento que marcou a História do Brasil no Segundo Reinado.

Em Areia, por sua vez, a revolta possui um espaço muito importante na memória local, principalmente nos eventos posteriores ao combate de 21 de fevereiro de 1849, que marcou a história política da cidade com o assassinato do conservador

⁵⁵ Segundo Luiz Hugo Guimarães em Maximiano Lopes Machado: o Primeiro historiador.

Dr. Chacon e o trágico fim do político liberal Major Quincas, réu no processo que o condenou as masmorras de Fernando de Noronha (ALMEIDA, 1980 [1957], p.56).

De qualquer forma, ficou evidente ao aprofundarmos nossa pesquisa a escassez de trabalhos sobre a Praieira na Paraíba. E o raciocínio elaborado possuiu a mesma lógica de abordagem diante do movimento, desde as produções mais antigas até os esparsos artigos e monografias recentes que tentam analisar a revolta. Percebemos que terminaram por reproduzir o evento a partir de uma estrutura condicionada ao combate de Areia sob a luz da narrativa de Lopes Machado.

Em Datas e Notas para a História da Parahyba publicado em 1916, de Irineu Pinto - conhecido por colecionar, zelar e divulgar documentos -, transcreveu trechos de relatórios, dados estatísticos, notas oficiais dos presidentes, condensando informações sobre os jornais que entravam ou saiam de circulação, apresentou notas da população livre, corpo policial, entre outras informações valiosas sobre os anos que seguem no século XIX na província paraibana.

As transcrições minuciosas no trabalho de Pinto, tornaram-se base de boa parte das pesquisas posteriores da história local, principalmente tendo em vista a dificuldade em ter acesso a documentações, nos revelando indícios organizados didaticamente em forma cronológica sobre os acontecimentos de forma geral do século XIX na Paraíba, inclusive sobre a revolta na província (PINTO, 1977 [1916], p.190).

Irineu Pinto nos revelou trechos das descrições realizadas por João Antonio Vasconcellos no relatório apresentado à assembleia no ano da revolta. Além de trechos das proclamações e ofícios do conflito, também apresentou o comunicado do assassinato do político conservador Dr. Trajano Alipio de Hollanda Chacon Cavalcanti de Albuquerque⁵⁶, ao qual referiu-se “a um assassinato sem precedentes algum ou suspeitas”, ressaltando a tranquilidade das eleições que ocorreram naquele fatídico 05 de setembro de 1849.

Entretanto, devido à sua percepção de fazer histórico, seu trabalho careceu de uma apreciação e problematização do contexto em questão. Nos servindo como orientação para confrontar os documentos aos quais tivemos acesso no percurso da

⁵⁶ Considerado um crime de natureza política, o assassinato do político do Partido Conservador em setembro de 1849 foi um dos grandes eventos narrados pela historiografia local. Embora não seja nosso foco, citaremos em diferentes momentos do nosso texto normalmente que menciona atuação destas figuras importantes do jogo político na província. Tratamos o crime como parte dos eventos que observamos no cenário da província após a Revolta Praieira.

pesquisa, estabelecendo uma ordem mais segura dos mandatos e atuação de alguns agentes ao cruzarmos informações com algumas de nossas fontes primárias (PINTO, 1977 [1916], p.194).

Em **Apanhados Históricos da Paraíba** de 1922, Celso Mariz apresentou um balanço geral da história da Paraíba situando as ideais e fermentações políticas na América na época das emancipações. Sua análise foi singular ao abordar a participação da província nos movimentos de 1817, 1824 e a Praieira de 1848-1849, situando a Paraíba às mudanças das ideias políticas no Império, pois apontou uma elite política paraibana que disputava por cargos e eleições antes da instauração do Primeiro Reinado (MARIZ, 1987 [1922], p.230).

Quanto a Praieira, o autor relacionou a revolta ao cenário que se configurou na década de 1840 e os levantes em São Paulo e Minas Gerais. E centralizou a participação da província no entusiasmo de Lopes Machado e Joaquim dos Santos Leal em Areia, os quais manifestaram apoio desde seu início em novembro de 1848. Também citou que Bananeiras, Itabaiana e Piancó teriam demonstrado simpatia aos acontecimentos contestadores. E assinalou a acirrada disputa partidária na província com o assassinato de Trajano Chacon, durante as eleições de deputados gerais em setembro de 1849:

Ainda neste anno de 49 se realiza a eleição de deputados geraes para a legislatura de 1850-1852; os nomes são os do credo dominante: Frederico de Almeida e Albuquerque, F. de Assis Pereira Rocha, Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, Antonio José Henrique e Trajano A. de Hollanda Chacon. Este último, entretanto, a 5 de setembro era assassinado em Areia pelo motivo que se apurou de haver offendido com phrases violentas uma formosa mulher, cortezã de Santos Leal. Vale dizer que esta circunstancia, que atriste decisão concorreram tambem o asseclismo incosciente e odio partidario. Na cadeira de Chacon sentou-se o seu suplente, Manoel Corrêa Lima. [...] (MARIZ; 1987 [1922], p.238-239).

Na leitura de Celso Mariz, os eventos na Paraíba estavam também alinhados às ideias políticas de seu contexto, posicionando em seu apanhando a Revolução Americana e a Revolução Francesa. Em 1946, na comemoração do centenário da emancipação de Areia, direcionou sua discussão as possíveis causas da revolta e configurou o papel da cidade, que possuía um protagonismo político importante na província durante o contexto. Sobretudo, pelas consequências da revolta na cidade, com o assassinato do político Trajano Chacon, inaugurando um período de longo domínio do partido conservador (MARIZ; 1987 [1922], p.240-241).

Posteriormente, a revolta ganhou destaque nas linhas de Horácio de **Almeida em Brejo de Areia**: memórias de um município, publicado em 1956. Em sua perspectiva, a Praieira foi um movimento sem profundidade democrática que incluiu a cidade de Areia em sua trajetória apenas por paixões de alguns membros do partido liberal, “alimentados pelo facciosismo político” (ALMEIDA, 1980 [1957], p.55).

A cidade usufruía de prestígio econômico e político no Império, celeiro de diversos nomes influentes na política partidária da província, e palco dos últimos momentos da praieira. Fôlego oferecido dos membros do partido liberal, dentre eles, o deputado, juiz e delegado Maximiano Lopes Machado e o comandante superior da Guarda Nacional Joaquim dos Santos Leal, também conhecido por Major Quincas. Para Almeida os acontecimentos foram fruto do “idealismo partidário”, tendo como saldo positivo apenas a herança do heroísmo destes homens que se sacrificaram em prol da causa liberal. Porém, com consequências funestas, principalmente para a família Santos Leal que perdeu o prestígio social político após o histórico assassinato do conservador Chacon (ALMEIDA, 1980 [1957], p.92).

Deste modo, o desfecho da revolta em Areia centralizou os acontecimentos em torno do assassinato do político e ocupou espaço importante para a memória local. No capítulo intitulado de “O Crime Carlota”, Almeida trouxe à tona Carlota Lúcio de Brito, personagem que por vingança teria sido a real mandante do assassinato do bacharel, nos oferecendo um clima novelesco das práticas políticas na cidade e uma dimensão bastante privada do assassinato do chefe conservador da região (ALMEIDA [1980 {1957}], p.92).

Meses após a revolta, a amante de Santos Leal por desafeto político e pessoal foi agredida pelo chefe conservador e, deste modo, jurado vingança em nome de sua honra. Contudo, o crime ganhou sentido partidário e gerou uma severa perseguição aos aliados políticos do “Major Quincas” e membros do Partido Liberal na cidade. Curioso que mesmo protagonizando os eventos de fevereiro os liberais em Areia gozavam de certa liberdade e prestígio, pois Santos Leal continuou escondido na região, e disputou as eleições meses depois. Entretanto, com o assassinato do Dr. Chacon a perseguição instaurada pelas autoridades locais aos liberais ficou mais rigorosas:

“As autoridades de Areia, ao mesmo tempo que fechavam os olhos aos correligionários, excediam-se em perseguir os liberais. Era o ódio partidário dos conservadores que se punha em ação. Praticava-se uma política sem

nobreza, quase extermínio ao adversário, com vexames aos membros da família e atentados inclusive à propriedade particular. A exacerbação de ânimo andava pelas alturas, não só pela brutalidade do crime como também, e principalmente, porque a morte Dr. Chacon se converta em caso político. [...]” (ALMEIDA; 1980 [1957], p.102)

Neste panorama, instaurou-se uma verdadeira caça às bruxas aos partidários liberais, principalmente vinculados ao “Major Quincas”. O assassinato, desta forma, legitimou e avivou perseguições e o uso da violência como estratégia política, tal como ocorreu após a revolta com a invasão e roubo das propriedades dos liberais derrotados, e terminou por constituir o fim de dois chefes políticos locais; Trajano Chacon notório líder do partido conservador e Joaquim dos Santos Leal, que mesmo após recorrer aos julgamentos, foi condenado a prisão perpetua nas galés em Fernando de Noronha, onde morreu cego e supostamente abandonado pela amante (ALMEIDA, 1980 [1957], p.104).

O caso Carlota tornou-se objeto de estudo em um artigo publicado no livro “*The Human Tradition in Latin America*” de 1995, intitulado **Carlota Lúcia de Brito: Women, Power, and Politics in Northeast Brazil**. Nele, a autora Joan E. Meznar propõe um exercício diferenciado ao observar o clientelismo das relações familiares ao abordar Carlota Júlio de Brito e sua relação de proteção com Santos Leal. Meznar enfocou o fato de que durante o período que estava escondido devido sua participação na revolta Praieira, a companheira assumiu algumas de suas responsabilidades com agregados da liderança liberal na cidade.

Embora sua proposta não abordou propriamente a revolta na cidade, seu trabalho nos permitiu uma pequena projeção - através de Carlota - das relações estabelecidas por esses chefes locais e a diversidade de suas redes de clientes. Propondo um exercício completamente novo dos anteriores, nos conduzindo a pensar o papel desta mulher em um contexto que as relações estabelecidas eram alimentadas por uma cultura política que não possuía limites entre o público e privado e muitos de seus desafetos partidários acabavam com uso naturalizado da violência. Contudo, não ficou claro as fontes que autora consultou e percebemos ao longo de sua narrativa a predominância da fala de Horácio de Almeida (ALMEIDA, 1980 [1957], p.110).

A biografia de Carlota Júlio de Brito e os eventos que envolvem estas duas faces eminentes da cultura política paraibana foi aprofundada nas linhas de Mário Vinícius Carneiro de Medeiros no livro **O Crime Carlota Lúcia de Brito: a verdade**

sobre os fatos, publicado em 2018. O autor enveredou sua narrativa a partir de três momentos: primeiro a História da personagem e dos lugares, na qual abordou a origem de Carlota; sua relação com o político local Santos Leal e as motivações do crime. Em um segundo momento, o autor analisa o processo criminal⁵⁷ e o julgamento dos réus envolvidos no crime.⁵⁸ O último momento do livro abordou a vida dos amantes em Fernando de Noronha e contrariando Horácio de Almeida a versão de Medeiros (2018) afirmou que Carlota morou na ilha com Santos Leal até a morte do político liberal⁵⁹.

Deste modo, quando tratamos dos eventos da revolta na Paraíba, o assassinato de Chacon foi um ícone que demarcou a cultura política do contexto, pois ganhou sentido político imediatamente na província e repercussão nacional. Percebemos um tratamento romantizado da personagem Carlota de Brito, assumindo o protagonismo do destino de dois chefes políticos locais pelas principais linhas da historiografia local (ALMEIDA, 1980 [1957]).

Já a cidade de Areia desempenhou um importante papel na província: seus políticos influentes eram grandes proprietários de terra. E o fato de que a região cresceu cada vez mais e assumiu uma rápida emancipação, significou também que novas demandas e cargos surgiram, ocupando esses indivíduos em disputas, criando um panorama político dividido por estas facções. Percebemos indivíduos que, embora possuíssem um suposto antagonismo de ideias políticas, ocupavam os mesmos

⁵⁷ Importante fazer menção a monografia de Suzana Maria de Souza Silva, "Carlota: uma mulher que marcou época", defendida no curso de História da Universidade Estadual da Paraíba sob a orientação de Josemir Camilo de Mello em 2004, aborda a personagem. Embora sua discussão foque na figura feminina diante da cultura política da época, seu terceiro capítulo sugere uma análise do processo criminal do primeiro julgamento instaurado contra os réus participantes do assassinato de Chacon, dentre eles o deputado Santos Leal. Nós temos cópias deste processo e acreditamos ter sido utilizado na biografia de Medeiros (2018). No geral, na análise desta primeira sentença, determinada por um júri indiciados no crime em 1851, com riqueza de detalhes abordou os pormenores dos depoimentos e a sentença dos envolvidos. Em um terceiro momento, a vida do personagem em Fernando de Noronha ao lado de Santos Leal até a morte do amante, contrariando a versão de Horácio de Almeida.

⁵⁸ Carlota e um negro agregado da família Antônio José das Virgens, mais conhecido por Antônio Beiju foram condenados à pena de morte. Contudo, Horácio de Almeida nos aponta um segundo julgamento onde a mulher terá outra chance sendo sentenciada à prisão perpétua em Fernando de Noronha. Quanto ao Antonio Beiju, sua execução entrará para a história da cidade. O instrumento jurídico foi utilizado duas vezes em Areia "**não para execução de criminosos políticos**", mas para que nela padecesse suplício os presos comuns, condenados à morte pela justiça local", de maneira que nenhum outro local da província tenha usado tal artifício contra seus réus e apenas para execução de pobres infelizes que não tinha um bom nome para amansar a sede de justiça dos jurados. (ALMEIDA, 1980 [1957], p.113) Grifo Noso.

⁵⁹ O trabalho em questão nos chama atenção pela riqueza dos detalhes e a diversidade de fontes consultadas, livros de batismo, onde identificou que Carlota e Santos Leal apadrinhou muitas crianças da região. O livro de assentamento de óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, revelando uma cópia fotografada do óbito do Dr. Trajano Chacon e diversos jornais.

espaços sociais, filhos de grandes famílias, treinamento intelectual em Olinda no curso de Direito, vinculados a relações clientelistas. Salvo o caso raro de Santos Leal, filho de mascateiro que chegou na cidade de Areia, mas reuniu bens e terras, ascendeu na política e na carreira militar (ALMEIDA, 1980 [1957] p.47).

A Revolta em Areia também foi abordada na narrativa de Alexandre Felipe Fiúza, no artigo **A Rebelião Praieira: Um Estudo de Caso em Areia/ Pb** publicado em 1995. Nele a participação da cidade foi enfatizada a partir de novas fontes. O autor teve acesso às correspondências de Santos Leal ao então presidente de província Frederico C. de Campos. A documentação revelou que em 28 de abril de 1845 o recém nomeado Comandante da Guarda Nacional em Areia solicitou a substituição de alguns nomes da tropa ao encontrar resistência a sua liderança devido ao seu posicionamento político. E relacionou o poder atribuído ao comandante como aspecto importante para recepção dos praieiros na cidade.

A partir de Horácio de Almeida, o autor considerou os efeitos do quinquênio liberal na política da província, e de fato, ao observarmos as legislaturas da década de 1840, teremos uma considerável presença de nomes do partido liberal, inclusive expoentes figuras do partido em Areia que aderiam ao movimento, dentre elas, Joaquim dos Santos Leal, e o juiz e delegado Maximiano Lopes Machado. Areia, também era atrativa pelos laços familiares estabelecidos por Borges da Fonseca com seu primo Luís Vicente Borges. Este por sua vez, possuía uma significativa carreira política na cidade, foi vice-presidente de província em 1840, deputado em 1846, neste mesmo ano dividiu cadeira na legislatura provincial com Santos Leal e Lopes Machado (FIUZA, 1995, p.09). Deste modo, podemos estabelecer contato entre estes agentes que ocupavam os mesmos espaços de representação do partido liberal. Encontrar abrigo em Areia, a partir destas lideranças partidárias, significou que havia interesses pelos quais valiam a pena arriscar suas vidas, títulos e bens.

Neste sentido, ao fazermos um panorama geral da historiografia local, percebemos o quanto ela recorreu a Lopes Machado, posicionando Areia de forma articulada diante da conjuntura geral dos eventos. E de fato, os acontecimentos em Pernambuco e na corte, repercutiam na província de maneira que estabelecia sintonia com estes agentes políticos, que em consonância dos seus próprios anseios disputavam os espaços do poder local.

Ao analisarmos as fontes que tivemos acesso⁶⁰ percebemos o constante diálogo com os acontecimentos em Pernambuco, seja nos relatórios de presidente de província ou na imprensa. E diante disto, outras inquietações nos motivaram a pensar o contexto da revolta na província. Principalmente ao percebermos a atuação destes agentes e os espaços/arenas de disputas.

Observamos que o movimento não teve adesão dos partidários liberais ao ponto de levar toda província a pegar em armas. Não por falta de simpatizantes ao movimento, pois na Assembleia Provincial o sr. Deputado Dr. Aragão revelou:

Quando em Fevereiro d'este anno eu recebi o officio do Presidente, para acompanhar do chefe de polícia, que ia mandado em commissão aos logares da província, onde se acharão as forças revolucionarias de Pernambuco, que a incadirão, eu fui immediatamente entenderem com 'S. Ex. e lhe dice pouco mais ou menos V. Ex. sabe, que eu sympathizo com as ideias do partido, que se insurgiu em Pernambuco, e que desejo o triumpho d'essas idéas: portanto não espere que eu vá hostilizar a revolução e nem promover meios de a comprimir. Como porem a missão, de que V. Ex. me encarrega, segundo me explicou o sr. Chefe de Policia, é toda de paz; e crifra-se em impedir, que os meus amigos do centro se compromettam na revolução, eu não duvida aceital-a com tanta maior razão, quando eu e os meus amigos politicos da província temos rezolvido não tomar parte da revolução. E assim eu agoro procedo de conformidade ao que conveccionamo. E S. Ex. depois de louvar e agradecer a minha franqueza, e sinceridade; depois de asseverar, que agora ainda melhor conceito fazia de mim e que queria que eu infelizmente fosse a essa comissão, me disse - que ele também era amigo das ideias liberaes que a ele sempre pertenceo; que não desejava fazer mal a ninguém, e que todo seo fim era, que os revolucionarios nos não encomodassem, ainda pormettendo-se-lhe alguma coiza.⁶¹

A fala do deputado sinalizou um certo diálogo com o presidente João Antonio Vasconcellos, nos sugerindo um teor de negociação com os liberais da província. E por este motivo não houve a adesão em oferecer esforços⁶², embora que confessou o desejo do triunfo da causa praeira, comum aos seus anseios políticos. Interessante que a publicação continuou acentuando a possibilidade de barganha dos rebeldes

⁶⁰ Isso foi constatado pela leitura de jornais pernambucanos como *O Diário Novo*, *Diário de Pernambuco* e pelos Relatórios de Presidentes das Províncias de Pernambuco e da Paraíba.

⁶¹ Discurso publicado por *O Reformista*, 08 de setembro de 1849. **Grifo nosso.**

⁶² Estes esforços significaram oferecer aos revoltosos de Pernambuco armamento; homens para engrossar as fileiras do exército rebelde, enfim, um aparato tal como ocorreu em Areia. Um fato interessante de se relacionar o episódio em que o Presidente da Província João Vasconcellos, antecipando-se diante de uma possível invasão à capital mandou atirar no mar toda a quantidade de pólvora aprendida no mar. Diversos proprietários de armas tiveram seus arsenais destituídos pela apreensão do presidente João Vasconcellos. Neste sentido, temos um breve vislumbre da configuração do cenário que recepcionou os revoltosos na província, além de nos sugerir negociações entre estes agentes diante da possibilidade de adesão, nos fazendo imaginar a partir desta denúncia o arranjo entre João Vasconcellos e alguns liberais da Paraíba.

pernambucanos e posicionamento do presidente da província que outrora era alinhado politicamente aos liberais.

A revelação concluiu citando outros dois agentes políticos envolvidos na situação, o tenente-coronel Amaro e o Dr. Victorino, que confirmaram a abordagem do presidente João Vasconcellos. Neste sentido, temos um breve vislumbre da configuração do cenário que recepcionou os revoltosos na província, além de nos sugerir negociações entre estes agentes diante da possibilidade de adesão, nos fazendo imaginar a partir desta denúncia o arranjo entre João Vasconcellos e alguns liberais da Paraíba.

Deste modo, o protagonismo da revolta na província coube aos deputados do interior brejeiro, onde o apoio também possibilitou um cenário estrategicamente melhor⁶³ e fortalecido pelo vínculo familiar entre os primos Borges da Fonseca e Luís Vicente Borges, velhos atuantes políticos na década de 1830 na província⁶⁴. De modo geral, Areia reunia essas lideranças liberais que ofereceram de “bom grado” seus esforços a um cenário contestatório que rumava para seus últimos passos.

Outra questão que observamos foi que a revolta não paralisou as disputas políticas da província; pelo contrário, as alimentou. Houve uma intensa movimentação nas eleições daquele ano⁶⁵, a disputa pelo poder fervilhava, e estes grandes nomes partidários protagonizaram cenas de violência e constantes denúncias na imprensa. Deste modo, mais do que a revolta na província, como a historiografia local abordou ao longo dos anos, precisamos compreender os cenários e as atuações destes agentes políticos, que acompanham os eventos de seu tempo. E diante das fontes inéditas que tivemos acesso, o eco da revolta apareceu de forma clara na atuação e disputas dos agentes políticos.

Foi com o ecoar da Revolta Praieira na província que percebemos uma pequena amostra da rivalidade partidária, suas ideias, práticas e estratégias na luta para alcançar seus interesses. Contudo, foi necessário recuar no tempo para

⁶³ Nos pareceu que a estratégia das tropas rebeldes era ganhar tempo da implacável perseguição das tropas imperiais lideradas pelo Tenente Coronel Falcão, e ao adentrar no interior do território trouxe a possibilidade de se restabelecer, com a presença dos rebeldes em Alagoa Grande e o estabelecimento da comunicação com Areia através da figura de Lopes Machado.

⁶⁴ Horácio de Almeida relatou que ambos tramaram contra o Chacon durante seu rápido Governo na província.

⁶⁵ São muitas as situações em que as eleições foram mencionadas como tumultuadas. No ano em que ocorreu a revolta *O Reformista* de 08 de setembro de 1849, descreveu a eleição no Vale do Piancó como tumultuada e violenta, sendo preciso o uso da força para manter a ordem. Demissões, recrutamento forçado, denúncias de diversas situações revelam um rico cenário de tensões e disputas por estes agentes políticos.

obtermos um panorama mais amplo para entendermos as configurações destas disputas, que se firmaram no seio da contenda partidária e ganhou forma durante o Período Regencial e se estendeu no Segundo Reinado.

Para isso, precisamos identificar algumas figuras e suas ocupações durante o contexto. Pois ficou claro que o cenário da Revolta Praieira só foi viabilizado na província pela atuação destes deputados, e percebemos que isto definiu os rumos que o movimento assumiu de forma geral. Os nomes expoentes da política paraibana, em sua maioria provenientes das famílias mais influentes da província, indivíduos que exerciam poder em suas localidades e disputavam “palmo a palmo” espaços importantes para a manutenção desse poder. E deste modo, a partir da observação dos agentes, podemos entender por outras lentes o que significou a Revolta Praieira para a província e sobretudo, compreender as arenas onde estes agentes protagonizaram diversos tipos de disputas. E empreendemos este esforço nos próximos capítulos.

2.4 Cultura política na Paraíba do Norte: arenas de disputas e novas possibilidades de abordagem

Existe, portanto, uma história da história que carrega o rastro das transformações da sociedade e reflete as grandes oscilações do movimento das ideias. É por isso que as gerações de historiadores que se sucedem não se parecem: o historiador é sempre de um tempo, aquele em que o acaso o fez nascer e do qual ele abraça, às vezes sem o saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos, em suma, a “ideologia dominante”, e mesmo quando se opõe, ele ainda se determina por referência aos postulados de sua época (RÉMOND, 2003, p.13)

Desde o início do século XIX nossos agentes políticos estavam disputando espaços de poder e engajados em movimentos contestatórios de notória relevância na constituição do estado nacional brasileiro. Uma cultura política que herdou da colônia mecanismos que acompanharam as acirradas disputas pelo poder local na província, inclusive tendo a família enquanto importante pilar que definiu a estrutura social das elites dominantes no Império, onde estado e família configuravam faces da mesma moeda (MARIANO, 2005).

Estes movimentos do início do século XIX nos revelam uma elite provinciana articulada em ideias e posicionadas aos acontecimentos emancipatórios do Brasil,

dispostas a oferecer esforços para alcançar as mudanças necessárias em garantir seus espaços na manutenção do poder. Sob estes aspectos, a família foi o nosso ponto de partida, revelando sua face a partir da análise “do papel das relações familiares na formação dos grupos políticos” que atuaram nestes movimentos de 1817 e 1824 (MARIANO, 2005).

Alguns agentes atuantes do contexto da Praieira que apareceram em nossas fontes eram nomes importantes e com experiência política na administração provincial das Juntas Governamentais, ou na deputação geral com representação durante a constituinte de 1823, dentre estas, a notória família Carneiro da Cunha que, mesmo com a morte do senador Estevão José em 1832, perpetuou o protagonismo político por meio de outros membros herdeiros, como por exemplo, o seu primo Joaquim Manoel Carneiro da Cunha (MARIANO, 2005).

Nos chamou atenção a longa e atuante carreira política de Joaquim Manoel Carneiro da Cunha na província, veterano de 1817, participou da primeira Assembleia Constituinte em 1823 e assinou em 1824 o manifesto contra a dissolução dela, protagonizando a Confederação do Equador. Posteriormente foi eleito em diversas legislaturas⁶⁶ na Assembleia Geral pela Paraíba, dentre estas, a 4^a legislatura de 1838 a 1841 - a qual não tomou posse, sendo substituído por Dr. Trajano Alipio de Holanda Chacon. Contudo, neste mesmo ano foi eleito deputado na 2^a legislatura Provincial, cargo ao qual assumiu e atuou em 1839, um ano marcado por uma intensa disputa pelo cargo de presidente da província (PINTO, 1977 [1916], p.144). Engatou os anos seguintes em outra legislatura para deputado geral, no ano da Revolta Praieira disputou pelos conservadores palmo a palmo as conturbadas eleições realizadas em agosto daquele ano, protagonizando dentro do pleito eleitoral cenas de ofensas, violência e ameaças contra o Juiz de Paz responsável pelo pleito, Dr. Felizardo Toscano de Brito – outro notório agente de longa atuação política na província, ligado a facção liberal⁶⁷.

A presença das tropas praieiras na Província da Paraíba trouxe a possibilidade da eclosão das disputas locais. Deste modo, por meio do conceito de cultura política podemos compreender as práticas e os cenários nos quais os agentes políticos vivenciavam suas constantes contendas pelo poder. Um político ao longo de sua

⁶⁶ 2^a Legislatura (03/05/1830 a 06/10/1833), 5^a Legislatura (01/01/1843 a 24/05/1845) e 8^a Legislatura (01/01/1850 a 04/09/1852).

⁶⁷ Hemeroteca digital. *O Reformista*, Parahyba do Norte, 15 de agosto de 1849, Nº 02, p.01.

trajetória, poderia transitar por diferentes ambientes onde tornava-se palco de diferentes dimensões que nos permitiu perceber o comportamento político destes grupos. Os grandes nomes do partido conservador e liberal na província da Paraíba no contexto da Revolta Praieira, disputavam os espaços de poder antes mesmo que as definições de ambos os partidos fossem oficialmente acentuadas no Império.

Constatamos diante da vasta historiografia, que houve um movimento de suposta mudança ideológica destes agentes, que no passado eram liberais históricos que participaram de movimentos revolucionários de emancipação, estiveram atuantes na garantia de exercer o poder local em 1817 e 1824 (MARIANO, 2005). E anos após, diante das transformações no contexto geral do Império ocasionadas pela abdicação de Dom Pedro I, foram se ajustando às inúmeras mudanças administrativas durante o período Regencial. Em curto espaço de tempo, a experiência dos governos regenciais proporcionou mudanças para os poderes locais, configurando uma importante autonomia pelas províncias a partir do Ato Adicional de 1834. Entre suas principais mudanças a substituição dos Conselhos Gerais pelas Assembleias Legislativas Provinciais.

Neste ponto, percebemos que o papel da Assembleia viabilizou aos nossos agentes políticos um espaço de disputa importante. Embora a emancipação destas províncias estava evidentemente limitada ao poder central, o ato permitia as elites locais criarem impostos, determinar cargos públicos, controlar as finanças, entre outros privilégios que ao nosso ver contribuíram para acirrar a luta por estes espaços de poder. Essa discussão parte daquilo que já foi estabelecido durante o período regencial, ao percebermos enquanto espaço institucional de poder com papel fundamental na formação do estado nação (SANTOS, 2014, p.103).

Desta forma, consideramos que a elite política pode ser localizada em uma dinâmica de relações pelo poder através de práticas estabelecidas há anos, forjadas pelas grandes famílias agrárias que ao final da colônia usufruíam de prestígio e benefícios. Foi o caso da família Carneiro da Cunha, associados a fundação do partido Conservador em 1836 e a nova roupagem política com a fusão entre o partido reacionário e regressista (MARIZ, 1987 [1922], p.31-32), sistematizando elementos que já eram veteranos nas disputas pelo poder local da província e que se perpetuou até os anos da Praieira.

A participação direta na fundação do Partido Conservador a partir de filiados importantes desta poderosa família em uma nova versão política do grupo que em

outrora estava engajado nos movimentos emancipatórios de 1817 e 1824, onde assumiram lugares de destaque nas disputas, inclusive a partir de uma postura alinhada aos ideais liberais que davam força a contestação da presença portuguesa na província. Entre outros anseios mobilizadores dos interesses destes grupos locais cada vez mais ascendentes, tendo em vista o papel desempenhado pelo já citado Joaquim Manoel Carneiro da Cunha diante da dissolução da Assembleia Constituinte pelo Imperador (PINTO, 1977 [1916], p.49; SANTOS, 2014, p.30).

A origem do Partido Liberal assumiu uma trajetória similar quando observamos os seus filiados, nascendo também em 1836 com o propósito de estabelecer oposição ao grupo conservador (MARIZ, 1987 [1922], p.31-32). Com a filiação de importantes nomes da política na província, dentre eles, o Bacharel João Coelho Bastos de notório protagonismo político. Quando nos deparamos com uma trajetória que nasceu nos movimentos emancipatórios no início do século e seguiu com constante presença na deputação geral, em legislaturas na assembleia provincial e cargos importantes até seus dias finais no Segundo Reinado.

Em nosso entendimento, compensou compreender a atuação destes agentes como um aspecto condicionado ao panorama geral da cultura política do contexto em que a Praieira foi assumida na província pelos liberais de Areia. Contudo, ultrapassando a leitura do facciosismo ideológico político, como a revolta foi configurada por parte da historiografia local e nacional, ficou evidente que as filiações partidárias e as ideias de nossos agentes eram assumidas e adequadas às necessidades que o cenário político de cada contexto determinou nas práticas cotidianas destes grupos sedentos pelo poder.

As disputas expostas nos jornais nos revelaram como estes partidos agregaram em suas fileiras agentes políticos de origens sociais semelhantes, filhos de grandes famílias e formação intelectual em Olinda, porém impossível de observar distinções ideológicas precisas entre conservadores e liberais, no centro das disputas estavam as constantes eleições e cargos políticos (CARVALHO, 1995, p.09).

As ideias são condicionadas às deturpações da nossa estrutura social, vinculadas aos aspectos das nossas matrizes psicológicas e culturais. O caso do liberalismo e a ausência de um padrão ao ideal liberal devido à possível ausência de um ambiente apropriado para uma consciência coletiva em prol da solidariedade e liberdade. De maneira que o liberalismo em Pernambuco foi assumido de forma

personalista no exercício político de uma sociedade escravista que se colocava em contraposição aos interesses das camadas mais vulneráveis (FERRAZ, 1996, p.30).

Na Paraíba, por exemplo, a origem do Partido Conservador está ligada intimamente à família Carneiro da Cunha e seus agregados em 1836. Em contraposição, uma aliança entre ícones políticos configurou uma oposição poderosa atrelada ao Partido Liberal, dentre estes, Francisco Xavier Monteiro da França, Joaquim Batista Avondano, João Coelho Bastos, João Francisco Barreto Junior, José Jeronimo de Albuquerque Borburema. Essas famílias antes do Ato Adicional forneceram novas dinâmicas com a Assembleia Legislativa disputavam por cargos públicos e pelo domínio político na província (MARIZ, 1987 [1922], p.32).

Com o passar dos anos alguns destes nomes foram dando espaço para jovens ascendentes como Santos Leal e Lopes Machado em Areia, que disputaram espaços com os veteranos da política provincial. Neste sentido, a Praieira foi um evento importante, mas não um divisor de águas no cenário político da província, de histórico conturbado e que se construiu ao longo dos anos por meio do enraizamento do antagonismo destes grupos experientes no jogo político. Na Paraíba, as raízes da Praieira estão vinculadas às inquietações de indivíduos específicos do Partido Liberal, que possuíam força e recursos capazes de arcar com um longo combate nas ruas de Areia, aproveitando o cenário revoltoso que se formou em Pernambuco e fornecendo mais combustível para contendas locais.

Quando a revolta foi deflagrada nos engenhos de Pernambuco em novembro de 1848, as notícias percorriam a região proporcionando debates e posicionamentos da elite política local, mas foi sobretudo, nos meses posteriores ao combate de Areia, que sentimos os efeitos da aventura pernambucana na Paraíba. As consequências podem ser observadas nas páginas dos jornais, de maneira que a Revolta Praieira se tornou notícia em diversos momentos como fruto da luta liberal, - ou como enfocava a fala conservadora -, da desordem de seus membros.

O grande legado da Praieira foi nos oferecer uma visualização das tensões que ocorriam nas províncias do Império de forma geral, uma parte importante das relações tecidas por estes indivíduos, suas experiências políticas, desde a formação intelectual a ocupação de cargos e atuação em conflitos armados, normalmente em proporções locais com as constantes eleições, rumores e desentendimentos corriqueiros denunciados nos jornais, ou no engajamento de eventos de proporções maiores, como oportunizou a Praieira. Nos sugerindo, na medida em que aprofundamos nossa

pesquisa, que nos tempos da Praieira estes agentes vinculados aos constantes confrontos, faziam uso destes diversos espaços para extrapolar suas contendas.

Sendo assim, estes espaços que chamamos de arenas ao longo da tese, foi a proposta mais viável quando buscamos compreender alguns aspectos da cultura política local, em um evento que não teve origem na Paraíba. E ao analisarmos os agentes, consideramos seus comportamentos e os mecanismos que se apropriaram para manifestarem seus interesses, focalizando a realidade local, sintonizando-a no contexto geral do Império.

Quando destacamos a influência e poder de um grupo político mensuramos a quantidade de cargos e funções que estes grupos ocupam em dada sociedade (WEBER, 1922). A projeção disto, em um nível provincial foi observada na Assembleia Legislativa, um espaço importante e cobiçado pelas grandes figuras públicas da vida política na província, onde as aprovações de leis, decretos, criação de impostos entre outras atribuições, conferiu aos seus ocupantes benefícios e regalias que obviamente representavam seus próprios interesses e de seus respectivos grupos familiares; apadrinhados e agregados de maneira geral.

Percebemos a necessidade de manutenção na ocupação destes espaços, desse modo, estes indivíduos se articulavam em outras facetas para controlar certos cargos públicos e protagonizaram cenas nas zonas eleitorais - marcadas pela violência -, onde uso da força instrumentalizou a desordem para efetivar o acesso ao poder, embora que, nas falas destes protagonistas, a ordem seja um estado precioso e objetivo principal diante do caos instaurado sempre pelo opositor.

Neste sentido, as eleições entraram na trajetória da nossa pesquisa enquanto momento crucial e constante para a manutenção destes espaços, sendo temática de impressionante destaque nos jornais que tivemos acesso. A própria revolta em Pernambuco tem uma relação íntima com as eleições, e a assumimos suas razões à resistência dos senhores de engenho às mudanças de cargos públicos e policiais ocasionadas pela queda do partido liberal em 1848 (SOBRINHO, 1949, p.15; MARSON, 1980, p.34). Na Paraíba, nos deparamos com circunstâncias específicas alinhadas ao contexto político local e dos protagonistas que tomam Areia em nome da causa liberal.

Desta forma, a imprensa tornou-se um instrumento importante da nossa abordagem, que nos forneceu elementos interessantes para analisarmos o panorama

da cultura política. Pois através dela, observamos comportamentos e mecanismos utilizados por estes agentes nas disputas pelo poder, tendo em vista que:

[...] as folhas políticas vinculam-se aos interesses de uma elite -, eleitores provinciais - à qual se ligam direta ou indiretamente pelo fato de os jornalistas serem eles mesmos políticos, ou por estarem relacionados às autoridades administrativas ou a senhores de terra ou escravos, como porta-vozes de seus interesses. (MARSON, 1980, p.6)

O papel da imprensa no debate político foi um tema recorrente nas pesquisas em ciências humanas de forma geral. O poder e o impacto da mídia sobre nós podem ser testificados na conjuntura do conturbado jogo político que vivenciamos no Brasil contemporâneo, por exemplo. Podemos imaginar que assim como atualmente repetidas propagandas negativas, caluniosas e difamatórias contra um indivíduo político podem gerar sérias consequências na percepção coletiva (DARNTON, 2009).

No Império teremos diversos folhetins políticos e jornais noticiosos, partes complementares do cenário das contendas nas províncias do Império, uma arma indispesável na luta política entre conservadores e liberais, ocupando “função, aliás, bastante significativa do “Regresso” que norteou as medidas político-administrativas nessa fase de estruturação e consolidação do regime monárquico-constitucional, passados os conturbados anos da Regência” (MARSON, 1980, p.9).

O papel da imprensa panfletária foi um ícone no cenário da Revolta Praieira, principal fonte para historiografia. Impossível falar na revolta sem mencionar o papel do *O Diário Novo* para os partidários da Praia, tal como a folha gabiru o *Diário de Pernambuco*, entre outros jornais que circularam pela região denunciando e divulgando ideias, servindo enquanto uma arena importante nas disputas acirradas entre as facções rivais, pois “o jornal apresenta-se como um instrumento de luta político-partidária que possui função determinada. Faz parte das formas de confronto partidário sancionadas pelo regime” (MARSON, 1980, p.6).

Na província da Paraíba os jornais também assumiram espaço importante no debate político durante o Império. Desde a criação da imprensa local periódica em 16 de fevereiro de 1826, com a circulação pioneira do “Gazeta do Governo da Paraíba do Norte” (PINTO, 1977 [1916], p.96), inúmeros folhetos passaram a circular na província ao longo do século XIX. Interessante pontuar, que o segundo folheto que circulou na província “Gazeta Paraibana”, surgiu pelas ávidas linhas de Borges da Fonseca em 1828, demarcando sua legítima atuação política no jornalismo engajado,

inclusive sendo réu no ano seguinte, acusado de “abuso de liberdade de imprensa” (PINTO, 1977 [1916], p. 104).

Nos tempos da Praieira dois folhetos disponíveis na Biblioteca Nacional nos chamaram atenção, o jornal liberal “*O Reformista*” que circulou entre os anos de 1849 e 1850 e o jornal conservador “*A Ordem*”, que nasceu em resposta ao folhetim opositor em 1849 e circulou até meados de 1862 (PINTO, [1916], p.177). Algumas de suas edições nos revelou um cenário nunca abordado pela historiografia local, de maneira que as contendas pelo poder nos meses que seguiram a eclosão da revolta apareceram nas denúncias das páginas dos folhetos partidários. Nos permitindo, observar inclusive, as disparidades das ideias representadas pelos dois jornais que alinhavam suas narrativas aos interesses dos grupos aos quais representavam.

Assim como as eleições, os discursos/narrativas foi outro ponto importante que percorreu estas arenas, nos indicando aspectos importantes da disputa partidária e suas limitações práticas e nos revelou a vasta produção escrita desses “grandes homens de penas”, inclusive na imprensa por meio das páginas dos panfletos e revistas que circulavam.

Outro ponto a destacar já mencionado, foi a formação intelectual, elemento determinante na percepção do perfil dos nossos agentes, e teve um papel importante ao definir a Praieira na Paraíba com a adesão da figura de Lopes Machado. Pois o engajamento político e trajetória intelectual do liberal ao escrever a história da província, conferiu ao movimento um espaço na identidade da História da Paraíba. Desta forma, prosseguiremos analisando algumas destas figuras políticas no capítulo seguinte e na sequência suas arenas de disputas.

3 AGENTES POLÍTICOS E DISPUTAS PELO PODER NA PROVÍNCIA DA PARAÍBA DO NORTE NOS TEMPOS DA PRAIEIRA

Quais eram os agentes políticos paraibanos que disputaram pelo poder na Província da Paraíba nos Tempos da Revolta Praieira? Neste capítulo, apresentamos algumas das figuras políticas da elite provincial que frequentavam e ocupavam espaços importantes, protagonistas da cultura política paraibana neste contexto do Brasil Império.

3.1 Agentes políticos e ocupação nas disputas pelo poder na Província da Paraíba (1835-1849)

Quando a Revolta Praieira ecoou na Paraíba, identificamos diversos agentes envolvidos nas disputas pelo poder na província. Estes personagens do jogo político ocupavam espaços importantes na administração local. Alguns destes ganharam destaque no contexto da Revolta, pelo engajamento direto no combate de 21 de fevereiro de 1849 ou nos eventos posteriores ao conflito. Cenário que chamamos de ecos da Praieira na província da Paraíba.

Muitas destas figuras eram veteranas, deputados provinciais atuantes desde a instauração da Assembleia Legislativa em 1835 e nomes recorrentes em cargos públicos. Neste sentido, traçamos um breve perfil desses agentes políticos na Paraíba nos Tempos da Praieira, tendo em vista que algumas ocupações são frequentes entre os nomes que ascenderam à Assembleia Provincial.

Um aspecto decisivo do perfil que traçamos foi a educação e a ocupação, pois “constituiu um importante fator de unificação da elite imperial” de maneira que “a estabilidade permitia a construção de longas carreiras políticas, fazendo com que a elite como um todo pudesse acumular vasta experiência do governo” (CARVALHO, 2003, p.121). Deste modo, isso caracterizou a Paraíba durante o Império na Regência e início do Segundo Reinado. Algumas ocupações são predominantes nos indivíduos envolvidos nas disputas pelo poder na província. Dentre elas, oficiais da Guarda Nacional, padres, professores, e sobretudo, bacharéis em Direito.

O ponto de partida era normalmente possuir uma boa família, uma vez que a estirpe agregava ao indivíduo prestígio e uma abertura social ampla para frequentar

diversos espaços importantes na sociedade. A província da Paraíba seguiu essa regra, afinal, ser um membro de uma família de posses, garantia formação intelectual, influência, boas relações e articulações para troca de favores, entre outros aspectos que configuraram a composição das relações de poder que eram estabelecidas nas disputas locais da província.

Contudo, precisamos enfatizar que quando tratamos das origens destes agentes políticos, podemos nos deparar com deputados que possuíam pontos de partida incomuns, associados a uma origem mais humilde, como é o caso do tenente-coronel José Joaquim dos Santos Leal. Filho do mascateiro José Antônio Santos Leal que se estabeleceu em Areia, prosperou com o comércio e na criação de gado adquirindo propriedades em Curimataú e no Brejo Paraibano; a famosa fazenda Jandaíra, que pelos registros paroquiais era a maior propriedade da região, “com três léguas de terra, apanhava cerca de 400 bezerros por ano” (ALMEIDA, 1980, p.27).

No caso específico de Santos Leal observamos uma brilhante ascensão social ocupando cargo importante na Guarda Nacional da cidade de Areia. Tornou-se um notório correligionário liberal, atuando como vereador na cidade ao lado de outras figuras importantes, o aliado de partido Luiz Vicente Borges e o opositor conservador Trajano Chacon⁶⁸, protagonistas dos episódios no contexto da Revolta Praieira na Província. Embora que Santos Leal possuía origem incomum por não pertencer a uma família tradicional da província, foi incorporado à elite política pela dinâmica que conferiu status e privilégios a partir da posse das terras e cargos públicos, estando à frente no poder de decisão na cidade onde exerceu diversos mandatos de vereador na Câmara Municipal.

Atrelado a Guarda Nacional enquanto Major, recebeu a alcunha de “Major Quincas” e pela portaria de 28 de abril de 1845 o comando do Batalhão da Guarda Nacional em Areia, ascendendo à patente de tenente coronel - quando solicitou o afastamento de opositores de sua liderança ao presidente de Província tenente coronel Frederico Carneiro de Campos⁶⁹. Além de ter ocupado cadeira na Assembleia Provincial, engrossando a fileira liberal na 6ª Legislatura de 1846-1847.

⁶⁸ O Nome de Santos Leal, Trajano Chacon e Luiz Vicente Borges apareceram no registro de ata sessão ordinária da Câmara Municipal de Areia em 22 de junho de 1848. Registro transscrito por Adivânia Franca de Moura na produção da dissertação: Traduções discursivas: inovação e inovação e conservadorismo em atas de câmaras paraibanas XIX, XX e XX de 2011.

⁶⁹ Ver (Fiuza, 1995, p.42)

A projeção política de Santos Leal pelo Partido Liberal em Areia nos chamou atenção quando identificamos uma denúncia publicada em Recife no Diário de Pernambuco de 21 de outubro de 1847. A correspondência não apareceu o autor, mas relatou aspectos interessantes das disputas dentro do próprio partido liberal na eleição para de Deputado Geral daquele ano, onde foi exposto uma suposta divisão entre os rasgados/liberais na Paraíba.

De um lado as figuras de Santos Leal e Luís Vicente Borges⁷⁰ do outro o delegado Antônio Gonçalves, o subdelegado Joaquim Gomes e o juiz de direito e delegado Maximiano Lopes Machado, que ao assumirem os cargos na cidade de Areia em disposição dos interesses do então Secretário de Governo - do Dr. Felizardo Toscano⁷¹. Isso gerou uma aproximação do comando do governo na capital com os baêtas/conservadores de Areia e transformou Santos Leal em um inimigo comum, ao menos no que diz respeito às eleições daquele ano.

Esta denúncia teve resposta direta, publicada em outro jornal de Recife, desta vez “O Tributo” de 23 de outubro de 1847, conhecido pela oposição ao Governo Praieiro na Província de Pernambuco. Em um tom mais agressivo, a correspondência apontou a tentativa do então presidente da Província tenente-coronel Frederico Campos em eleger Felizardo Toscano para deputado geral. O ponto interessante abordado pelo correspondente - também anônimo - foi o jogo de influência de figuras notórias e na luta interna entre os liberais, que para ter uma distinção em relação ao mesmo grupo político passou a chamar os rasgados da capital de *tambialista*. Uma forma de destacar os liberais na província que almejavam interesses opostos com a aproximação da eleição, como podemos observar:

Não sei a vistas do correspondente; mas pode a carta sirvir bem para acusar a administração de snr. Frederico Carneiro de Campos, que tão infamemente quer violentar a provinsia para fazer-se deputado, ao seu secretario Felizardo. [...] Uma verdade ahi aparece, e é, que o delegado Antonio Gonsalves só tem no Brejo a influensia resultante do seu cargo; mas inda assim essa influensia é nula, apezar dos insanos esforços Maxado e Floripes, pobre animalejos, que xegando ali com sua trouxa, ja querem espancar influensias naturaes como a dos snrs. Santos Leal e Luis Vicente, e quaes o poder só tem podido vencer por meio de fraude. Nunca na história do Brejo um partido capaz de vencer aquele, cujos xefes são os dois nomeados, sem o uso de fraude, da violensia [...] ⁷²

⁷⁰ Luiz Vicente Borges, experiente figura do jogo político na cidade de Areia, atuou como advogado, embora não tivesse a formação de bacharel, vereador municipal, deputado provincial na 3^a Legislatura (1840-1841), proprietário de terra, primo de Antônio Borges da Fonseca.

⁷¹ Abordamos o bacharel Felizardo Toscano no último item deste capítulo.

⁷² Hemeroteca digital. *O Tribuno*. Recife, 23 de outubro de 1847. N^o 32, p.03.

A disputa dos partidários nos revelou a contradição do ideal liberal entre os agentes políticos paraibanos, fragilizado diante dos interesses pessoais por cargos e nas constantes disputas eleitorais. Santos Leal participou ativamente neste jogo, seu nome apareceu em diversos momentos na arena da imprensa de Pernambuco no final da década de 1840. Citado negativamente em inúmeras correspondências publicadas no *Diário de Pernambuco*, revelando mais detalhes do conflito interno do partido liberal na província. Em sua defesa, algumas respostas publicadas no jornal pernambucano *O Tribuno* (1847-1848) descreveu o político enquanto uma figura de notória influência, um modelo de liderança. Uma nítida comparação com Maximiano Lopes Machado, recém nomeado Juiz da Comarca pelo secretário de Governo, que correspondia aos interesses dos liberais da capital.

A situação exposta nos permitiu visualizar o alcance da atuação desta figura política e a heterogeneidade de objetivos do partido liberal na província, tendo em vista as próprias disputas internas que os partidários estavam envolvidos na busca por esferas mais altas do poder político. Entretanto, estas figuras citadas na denúncia, Santos Leal, Lopes Machado e Luis Vicente Borges poucos anos depois estavam ombro a ombro combatendo as tropas legalistas nas ruas de Areia, levantando a bandeira da revolta na província⁷³.

A Praieira, neste sentido, surgiu como um ponto em comum entre estas figuras da elite política, quando os revoltosos remanescentes de Pernambuco chegaram à província. Deste modo, o oficial da mais alta patente na cidade, Santos Leal somou as fileiras da revolta dando suporte estratégico e material no combate do dia 21 de fevereiro de 1849. Derrotado, o tenente-coronel fugiu para sua fazenda Jandaíra, onde ficou escondido das forças legalistas até setembro do mesmo ano, quando concorreu ao cargo de deputado Geral contra o conservador Dr. Trajano Chacon.

Neste momento a carreira política do tenente-coronel foi interrompida, sendo condenado como um dos mandantes⁷⁴ do assassinato de Chacon, condenado a

⁷³ Outras denúncias envolvendo esses indivíduos foram publicadas pelo mesmo jornal. Interessante pontuar que *O Tribuno* tem enquanto redator Antonio Borges da Fonseca, onde abordamos no último item deste capítulo.

⁷⁴ Na Historiografia local, a história do “Major Quincas” foi atrelada ao seu relacionamento com Carlota Júlio de Brito - como apresentamos inicialmente no capítulo anterior. O caso dos amantes - pois não tinham um relacionamento oficializado perante as instituições civis do Império - recebeu um tom romântico na trama dos eventos que estarão no contexto posterior à Revolta Praieira na Província. Principalmente no que diz respeito a personagem Carlota, que segundo as produções locais, teria sido a real mandante do assassinato de Trajano Chacon no dia 05 de setembro de 1849. Contudo, o crime

prisão perpetua em Fernando de Noronha, local onde falecendo em 1856 (ALMEIDA; 1980; MEDEIROS; 2018). A figura do tenente-coronel Santos Leal nos possibilitou visualizar o quanto a Guarda Nacional tornou-se uma instituição estratégica para os interesses das elites locais. Criada durante o Período Regencial na gestão do ministro da Justiça Diogo Antônio Feijó⁷⁵, a Lei de agosto de 1831 possuía o objetivo de defender a “Constituição, a liberdade, Independencia, e Integridade do Império; para manter obter obediencia e a tranquilidade publica; e auxiliar o Exercito de Linha na defesa das fronteiras e costas”⁷⁶, substituindo os corpos auxiliares das Milícias, Guardas Municipais e o sistema de Ordenanças do Período Colonial.

A perspectiva da nova força coercitiva atrelada ao Império tem sua origem centrada no ideal liberal burguês da *Garde National* Francesa que nasceu em meados da Revolução de 1789, materializada com a justificativa da burguesia ascendente em oferecer a possibilidade do povo se defender; contudo, na realidade brasileira adequada à defesa da monarquia, reprimir motins e rebeliões, manter a ordem e segurança pública, constituindo “a principal força auxiliar da menoridade e do Segundo Reinado” (COSTA, 2013, p.18).

Uma força imprescindível para o controle e manutenção da ordem interna do Império, associada intimamente ao novo arranjo político consolidado pelo Ato Adicional 1834. Uma instituição em meio as disputas partidárias que se constituíam e buscavam impor suas perspectivas ideológicas. Que atuou como um veículo de integração entre o poder central e as elites locais, principalmente durante o Período Regencial abalado por diversas revoltas, além da carente autoridade e suspeição em que se encontrava o Exército⁷⁷.

Deste modo, contemplando uma dimensão de força civil, a Guarda Nacional representou ao menos em tese, a ideia de que a defesa da nação deveria ser entregue aos cidadãos vinculados às instâncias civis e ao Ministério da Justiça⁷⁸. Diferente do

tomou vias políticas, sendo parte do repertório de eventos que ocorreram após o combate de 21 de fevereiro de 1849 na Província Paraibana.

⁷⁵ O Padre Diogo Antônio Feijó, notório político liberal, atuou como Ministro da Justiça do Império em 1831, quando determinou a criação da Guarda Nacional. Exerceu o cargo de Regente do Império em 1835.

⁷⁶ Lei de 8 de agosto de 1831, que “Crêa as Guardas Nacionaes e extingue os corpos de milicias, guardas municipaes e ordenanças.”

⁷⁷ Compartilharam desta visão os trabalhos de (Dolnikoff, 2003), (Costa, 2013), (Carvalho, 2003).

⁷⁸ De acordo com o Artigo 6 da Lei de 18 de agosto de 1831 a Guarda Nacional estava subordinada ao Juiz de Paz, ao Juiz Criminal, os Presidentes de Província e ao Ministério da Justiça. Como nos descreve o texto: “As Guardas Nacionaes estarão subordinadas aos Juizes de Paz, aos Juizes Criminaes, aos Presidentes de Províncias, e ao Ministerio da Justiça. Quando lhes se reunirem no todo,

Exército, que recrutava à força baseado no discurso de vadios e desocupados, na Guarda Nacional os indivíduos que engrossavam as fileiras passavam por alistamento, renda, e para os altos cargos possuíam a capacidade de arregimentar homens armados, como o tenente-coronel e deputado Joaquim dos Santos Leal. Condição que certamente oportunizou seu envolvimento na Revolta Praieira na cidade de Areia⁷⁹.

Nos anos em que esteve à frente da presidência da província, o tenente coronel Frederico Carneiro de Campos investiu na organização da instituição, e em seu primeiro ano de mandato em 1845, e criou o quinto comando na cidade de Brejo em 15 de fevereiro⁸⁰, o qual designou com aval do Imperador a nomeação de Santos Leal. Para o presidente da província a Guarda Nacional encontrava-se desorganizada, e percebemos uma mudança significativa da configuração da instituição na província⁸¹ até o ano em que eclodiu a Revolta e João Antonio Vasconcellos assumiu o poder.

A figura do político Santos Leal, eleito uma única vez para deputado provincial, mas que atuou por anos à frente da Guarda Nacional em Areia, tem um peso político impressionante. Pois, mesmo estando diretamente vinculado aos revoltosos após fevereiro de 1849, permaneceu concorrendo contra o Dr. Trajano Chacon para o cargo de deputado geral na eleição de 5 de setembro de 1849.

Diante disso, apontamos a evidente importância da patente na Guarda Nacional, configurando-se uma ocupação marcante no perfil do homem político na província. E quando tratamos da Revolta Praieira a patente possuiu um papel fundamental. Afinal, desde sua origem em Pernambuco, o conflito foi protagonizado por homens importantes que ocuparam cargos da Guarda Nacional e recusaram

ou em parte, nos lugares em que não residir O Ministerio da Justiça, ou Presidente de Província, serão subordinadas ao Juiz Criminal mais antigo do lugar, e não havendo, ao Juiz de Paz mais velho em idade.” Acesso em 14/02/2021. Disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html.

⁷⁹ Sobre a Guarda Nacional na Província da Paraíba e sua atuação durante a Revolta Praieira conferir a dissertação de Mestrado defendida por Lidiane Justo da Costa: Cidadãos do Império, Alerta! A Guarda Nacional na Paraíba Oitocentista (1831-8150).

⁸⁰ Sobre a Guarda Nacional na Província da Paraíba e sua atuação durante a Revolta Praieira conferir a dissertação de Mestrado defendida por Lidiane Justo da Costa: Cidadãos do Império, Alerta! A Guarda Nacional na Paraíba Oitocentista (1831-8150).

⁸¹ Observando os dados referentes à Guarda Nacional apresentados nos relatórios de presidentes de província do final da década de 1830 até os anos da Revolta, percebemos as dificuldades que se enfrentavam para organização da instituição. Em 1838 o Presidente da Província mencionou a dificuldade em organizar a Guarda Nacional na província de acordo com a Lei 18 de Agosto de 1831, não completando a quantidade de Corpos, a ausência de fardamento e armamento. Embora com números maiores de oficiais integrados à instituição, esses mesmos problemas são mencionados no discurso apresentado à Assembleia em 1847.

deixar os seus postos, devolver armamentos, deflagrando combates no interior da província. O exemplo de Manuel Pereira de Morais comandante da Coluna do Norte, senhor de Engenho de Inhaman, e por isso a revolta ficou conhecida na região como “a guerra do Morais”, como apresentamos na introdução desta tese (SOBRINHO; 1949, p.29).

Na Paraíba este engajamento político de oficiais ficou evidente durante a década de 1840, tendo em vista a quantidade de deputados com patentes que ocuparam cadeiras na Assembleia Legislativa. No quadro a seguir podemos observar a significativa presença de deputados com esta ocupação:

Quadro 01 - Membros da Guarda Nacional na Assembleia Legislativa da Paraíba na década de 1840.

Legislaturas (1840 a 1849)	Nomes dos deputados
3 ^a Legislatura (1840-1841)	Comandante Superior Joaquim B. Avondano - Tenente-Coronel Joaquim da Silva Medeiros - Coronel Bento da Costa Vilar - Coronel João Leite Ferreira - Major João Francisco Barreto Júnior - Major Félix Rodrigues dos Santos.
4 ^a Legislatura (1842-1843)	Coronel Antônio Galdinho Alves da Silva - Coronel José da Costa Machado. - Tenente-Coronel Francisco Antonio de A. Albuquerque. - Major José Vitorino de Barros.
5 ^a Legislatura (1844-1845)	Tenente-Coronel Francisco Antonio de A. Albuquerque - Comandante Superior José Gomes de Sá Júnior - Tenente Coronel Manuel Maria Carneiro da Cunha - Tenente Coronel Leonardo Bezerra Cavalcante - Major José Vitorino de Barros - Major Antônio Rodrigues de Souza - Coronel José da Costa Machado - Comandante Superior André de Albuquerque M. Junior.
6 ^a Legislatura (1846-1847)	Coronel Antônio Galdinho Alves da Silva. - Comandante Superior Joaquim Baptista Avondano. - Tenente-Coronel Pedro Marinho Falcão. - Major Joaquim José Santos Leal - Major Bernardino José Llmeira.

7 ^a Legislatura (1848-1849)	Tenente-Coronel José Paulo Travassos de Arruda - Tenente-Coronel Pedro Marinho Falcão - Capitão José Athanazio Pinheiro - Comandante Superior Joaquim Baptista Avondano - Capitão José Severiano da Silveira Calafange - Tenente-Coronel Saturnino Rodrigues dos Santos - Major Felinto Leoncio Victor Pereira - Capitão Manuel Francisco de Oliveira e Mello - Major Bernardino José Limeira.
--	---

Fonte: PINTO (1977); MARIZ (1987).

Deste modo, percebemos diversos deputados provinciais que estavam diretamente ligados à Guarda Nacional. Dentre eles, o veterano líder liberal Joaquim Baptista Avondano, que em dez anos esteve presente em três legislaturas na década de 1840: 3^a (1840-1841), 6^º (1846-1847) e 7^a (1848-1849), presidindo a Assembleia nos anos de 1846, 1847 e 1848. Avondano atuou no jogo pelo poder no extinto Conselho Geral da Província, e, evidentemente, ocupou diversos cargos ao longo de sua carreira política. Este perfil se caracterizou neste típico homem político que usufruiu de uma boa patente na ordem hierárquica da Guarda Nacional, possuía acesso a armamento e homens para possíveis confrontos.

Outro liberal deste contexto atrelado a Guarda Nacional que nos chamou atenção foi o deputado e juiz de paz de Barra de Natuba, o capitão José Severiano Calafange preso após as eleições primárias⁸² que ocorreram no mês de agosto de 1849. Segundo o jornal liberal *O Reformista*⁸³, o deputado/capitão era vítima de perseguição devido sua condição de presidente da mesa paroquial de Barra Natuba. E descreveu que uma comissão foi a localidade comunicar a proibição em exercer sua função nas eleições de 05 de agosto, “que somente conveniencias politicas produzirão esse acordo da polícia com o governo em fazerem passar por um criminozo”⁸⁴. Segundo o jornal liberal, Calafange era um “cidadão importante e de influência em sua freguesia, os dominadores sabião que era um mister inutilizal-o para poderem

⁸² Meses após a revolta, eleições primárias agitaram o cenário político da província sendo pauta de debates e denúncias no jornal liberal *O Reformista* e conservador *A Ordem*. Este assunto foi discutido de forma mais aprofundada no quarto capítulo desta tese.

⁸³ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Parahyba do Norte, 31 de agosto de 1849. N^º 04, p.01.

⁸⁴ Idem, p. 01.

conseguir o triunfo das eleições⁸⁵. De maneira que a “cartada” do grupo opositor visava apenas retirá-lo de suas funções eleitorais.

Um comunicado do mesmo jornal, descreveu que o capitão não obedeceu a comissão, presidindo a mesa durante o pleito. Entretanto, foi abordado - dias após a eleição - durante a sessão da Assembleia Legislativa na capital da província quando exercia sua função de deputado provincial. A notícia implicou de modo geral a perseguição ao Partido Liberal na Paraíba durante o processo eleitoral e a prisão do capitão Calafange, resultado da vingança conservadora pelo triunfo do partido liberal na freguesia. Ação apadrinhada pelo então presidente de província João Antonio Vasconcellos.

Este comunicado foi confrontado diretamente pela edição nº 02 de *A Ordem* de 27 de agosto de 1849. Para o jornal conservador não passou de uma justificativa para “o procedimento criminoso” de seus partidários. A narrativa ordeira partiu em defesa do presidente João Antonio Vasconcellos, questionando a conduta do deputado/capitão/juiz Calafange, apontando o “real motivo” da abordagem dos novos agentes da lei,

“[...] Depois de improfícias diligencias, e ravejos, apresentou-se no dia da eleição na matriz o Sr. Calafange, criminoso; ali antes de começar os trabalhos da mesa, foi-lhe intimada a ordem de prisão e a pronuncia, que o Sr. Calafange pediu em confiança ao oficial de justiça, e ficou-se com ella. Recebia a ordem, respondeu o mesmo Senhor, que estava na mesa, e não obedecia á prisão. Então a autoridade para evitar conflitos, porque é Sr. Calafange estava rodeado de seus espolétas, não quiz mandar executar á força a ordem. (E somos perturbadores!!) Mas como o Sr. Calafange, pronunciado em crime inafiançável, não podia continuar legalmente a presidir a mesma, e nem queria deixa-la, necessário foi formar outra, continuando o Sr. Calafange, criminoso, com a sua mesa intruza. [...]”

Desta forma, a versão do jornal conservador da prisão de Calafange apontou uma situação completamente oposta ao comunicado da folha opositora, trazendo à tona um suposto assassinato de um “pobre índio” em Barra de Natuba, um crime inafiançável segundo a narração. Em nossa percepção, a fala foi construída para acusar as práticas dos partidários liberais, relacionando-os a crimes e derramamento de sangue, ou seja, produtores de desordem na província, comparando a conduta oposta do partido ordeiro, representado por figuras como João Antônio Vasconcellos.

⁸⁵ Ibidem, p.02.

O teor da narrativa exposta, tendo em vista o cenário violento da revolta, possuía um peso importante nas circunstâncias dos ecos da praieira na província.

A eleição e o fato do capitão da Guarda Nacional assumir uma posição importante na mesa eleitoral apareceram no cerne de ambos os discursos dos jornais partidários. O cargo de Juiz de paz, de acordo com a lei de 19 de agosto de 1846⁸⁶ possuía atribuições de presidir a junta de qualificação formada em cada paróquia, responsável pela qualificação de eleitores de primeiro grau, e responsável pela lista de votantes. Ou seja, uma atribuição que definia quem participaria ativamente da escolha de **cargos políticos** cobiçados na disputa pelo poder na província.

Embora que a figura política não tenha tido engajamento direto com a Revolta de Pernambuco, a atuação do capitão, juiz e deputado Calafange em Barra de Natuba nos revelou o cenário das primeiras eleições após o combate de Areia. A querela envolvendo o deputado resultou em 88 dias de prisão na capital da província, que foi solto após a formalização de um abaixo assinado organizado pelos partidários⁸⁷. Situação que nos revelou o nível da perseguição política no contexto pós-revolta.

O cargo religioso foi outra ocupação bastante comum dos políticos da província, os padres e vigários eram faces presentes no jogo político desde o período colonial, atuantes na engrenagem política e disputa pelo poder. Além disso, figuras presentes nas contestações que marcaram a história política do Brasil, tendo participação em quase todos os movimentos de 1789 a 1842. (CARVALHO, 2003, p.183; SOUZA, 2008).

Um engajamento político que se constituiu sobretudo pela proximidade com a população, atuando muitas vezes enquanto líderes populares. Durante o Império assumiu um papel fundamental na logística das eleições, afinal, a paroquia era local de votação, epicentro da disputa nas práticas eleitorais de nossa cultura política, fornecendo ao pároco local um posicionamento estratégico nestas contendas políticas (GRAHAM, 1997; (SOUZA, 2008).

Na Paraíba, percebemos a presença significativa de religiosos ocupando assento na Assembleia Legislativa desde sua instalação em 1835, nos revelando o

⁸⁶ A lei eleitoral em questão, trouxe modificações importantes quanto a atribuição das autoridades municipais tais como o juiz de paz e as câmaras municipais. A atribuição de juiz de paz tornou-se central no processo eleitoral, e no caso o deputado e membro da Guarda Nacional Calafange entrou em conflito com a nova configuração do poder na província, que estava sob domínio conservador. Para compreender um pouco mais sobre a atuação dos juízes de paz ver Campos e Vellasco (2011) e (Graham, 2007).

⁸⁷ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Parahyba do Norte, 22 de novembro de 1849, Nº 15, p.02.

protagonismo político destes indivíduos na província. Este foi o caso do Vigário Genuíno Francisco de Hollanda Chacon do partido liberal de Areia que teve participação em episódios marcantes da Revolta Praieira. Alinhado politicamente aos liberais locais, porém, irmão do líder no Partido Conservador de Areia⁸⁸, envolveu-se na recepção dos revoltosos pernambucanos. Sendo indicado na sentença do chefe de Polícia, datada de 30 de maio de 1849, “pela conspiração, morte e ferimento, feitos nesta cidade no dia 21 de fevereiro do ano corrente” (PINTO, 1977 [1916], p.163-168; MARIZ; 1987 [1922], p.35-36).

A paróquia de Genuíno Francisco tornou-se palco importante na trama do assassinato de seu irmão bacharel em 05 de setembro de 1849. Algumas versões do acontecimento apontaram que as motivações do crime foram agressões sofridas por Carlota Júlio de Brito pelo líder conservador dentro da casa paroquial de Areia. O local era constantemente frequentado pela amante do liberal Santos Leal, que teria assumido a função de articular os batismos e apadrinhados durante a ausência do rebelde liberal (MEZNAR, 1989; MEDEIROS, 2018).

De modo geral, consideramos a relação entre a política brasileira e a Igreja bem íntima, uma herança colonial diante da atrofia do Estado Português e sua estrutura burocrático-administrativa na colônia, oportunizando a presença religiosa como uma autoridade junto à população local, capaz de mobilizá-la e assumir desta forma atividades que extrapolavam as demandas de ordem religiosas, consequentemente configurando o engajamento político e posição de poder dos padres e vigários (FAORO, 1996; CARVALHO, 1980).

Na Província da Paraíba, durante as cinco legislaturas da década de 1840 muitos políticos-religiosos ocuparam cadeira na Assembleia Legislativa, garantido poder de barganha para suas paróquias, articulados na mais alta esfera do jogo político da província. Entretanto, diferentemente dos oficiais da Guarda Nacional, percebemos uma não permanência destes padres, havendo uma rotatividade das

⁸⁸ A família Chacon também possuía outro membro com função eclesiástica, o Padre Antonio Chacon da paróquia de Pilar. Em busca de justiça teria embarcado para o Rio de Janeiro levando uma cópia do processo e como documento a camisa ensanguentada do morto, guardada como “relíquia intocável”. Na corte, conseguiu uma audiência com imperador, “perante quem exibe a camisa do desventurado irmão, numa rogativa piedosa justiça implacável” O Efeito da ação do vigário teria tido peso na execução de Antonio José das Virgens (Beiju). A quem foi negado o perdão Imperial em 20 de março de 1860 (ALMEIDA, 1980, p.110).

faces que ocuparam cadeiras durante este período de dez anos, como podemos observar pelo quadro a seguir:

Quadro 02 - Deputados padres/vigários na Assembleia Legislativa da Paraíba na década de 1840.

Legislaturas (1840 a 1849)	Nomes dos deputados
3 ^a Legislatura (1840-1841)	Vigário José Antonio Marques da Silva Guimarães.
4 ^a Legislatura (1842-1843)	Padre Joaquim Alves da Costa Pereira - Padre Antonio de Trindade Antunes Meira - Padre Amaro de Barros de Oliveira Lima.
5 ^a Legislatura (1844-1845)	Padre Joaquim Alves da Costa Pereira - Padre Bernardino José da Rocha Formiga.
6 ^a Legislatura (1846-1847)	Padre Antonio José Marques da Silva Guimarães - Vigário Trajano Gomes de S. Thiago - Padre José Antonio Lopes da Silveira - Padre Antônio Salgado Chaves - Padre Firmino José de Figueiredo.
7 ^a Legislatura (1848-1849)	Vigário José Antonio Marques da Silva Guimarães - Padre Felippe José Pessoa de Vasconcellos - Padre Felippe Benício da Fonseca Galvão - Padre João Rêgo Moura.

Fonte: PINTO (1977); MARIZ, (1987)

A partir disso, destacamos o padre liberal João do Rêgo Moura da 7^a Legislatura (1848-1849), uma figura importante da elite provincial bastante ativa no contexto que a Revolta Praieira eclodiu, assumindo o cargo de primeiro diretor da Instrução Pública, órgão criado recém pela Lei Provincial de nº 14 de 04 de outubro de 1848 e regulamentado pela Presidência em janeiro de 1849. Neste mesmo ano assumiu a diretoria do Liceu Provincial da Paraíba. Local onde atuou por muitos anos como professor da cadeira *Philosophia Racional e Moral*. Um padre-mestre, de posicionamento “progressista”, e ainda, para coroar sua formação intelectual, bacharel em Direito (MENEZES, 1983, p.189 apud FERRONATO, 2012, p.184).

Um político atuante que acumulou cargos ao longo da vida, identificado em uma disputa levada à público através da imprensa na efervescente luta partidária que se instaurou entre os jornais *A Ordem* e *O Reformista*. A querela envolveu outro

personagem icônico da elite provincial imperial, o padre Lindolfo Correia das Neves⁸⁹, expondo suas pretensões para um cargo de professor no Liceu Paraibana e as articulações em busca por cargos públicos na província. E embora que estes personagens não participaram diretamente no conflito armado, o teor da denúncia relacionou o pe. Lindolfo ao famigerado revoltoso Antonio Borges da Fonseca⁹⁰, com quem teria compartilhado cartas e ideias republicanas. Além disso, nos contemplou com um pequeno indício do clima político dos meses posteriores à revolta.

Na correspondência, o deputado pe. Rêgo Moura relatou que após tantos ataques proferidos pelo padre Lindolfo na imprensa, usando *A Ordem* como veículo, não teria visto uma alternativa senão “pegar na pena” para defender- se. Desta forma, o deputado/padre conduziu sua denúncia mencionando as ambições de seu opositor em lecionar no Liceu Provincial na matéria de Retórica. Contudo, não teria atingido tal cargo devido ao seu relacionamento agressivo com figuras importantes na Assembleia,

[...] Se não consegui da Assembleia Legislativa provincial ser criado no lyceu desta Cidade hum lugar para o sr. ser empregado, separando-se as materias da cadeira de rhetorica, como me havia pedido, foi culpa sua. Indispondo-se o sr. pela maneira porque se indispoz, com alguns dos que reputava seos amigos, e à quem irrogou graves injurias, não era possivel obter delles o assentimento necessario, para passar hum projeto no sentido, em que o sr. desejava, tanto mais por que um que se julgava mais offendido, e que estava sempre a testa de tudo, não quiz consentir de forma alguma.⁹¹

Segundo pe. Rêgo Moura o projeto ao qual dependia a concretização da criação da disciplina em questão não foi aprovado pela indisposição criada por injurias de Lindolfo. Em consequência o projeto de criação da disciplina foi barrado por outros

⁸⁹ Padre Lindolfo Correia das Neves foi uma face marcante da elite política provincial do Império. De descendência portuguesa nasceu na capital da Província da Paraíba em 15 de agosto 1819, filho do casamento entre o militar Major José Maria Correia e Maria Rita de Lima, iniciou os estudos na terra natal, no Brasil foi ordenado no Seminário de Olinda em 1843, formou-se em Direito na Faculdade de Olinda em 1847. Construiu uma longa carreira política surgindo no cenário após a Revolta Praieira, ocupando cadeira na Assembleia nas Legislaturas 8^a (1850-1851), 12^a (1858-1859), 13^a (1860-1861), 14^a (1862-1863). Atuou como Deputado Geral da Província entre 1853 e 1856. Teve intensa relação com a Matriz da Nossa Senhora das Neves, onde apadrinhou diversas crianças, principalmente no período que ocupou cadeira na Assembleia Legislativa Provincial (SEGAL, 2017). Também foi professor do Liceu Provincial da matéria de Filosofia, Álgebra e Português na década de 1860 até os anos de sua morte. Sobre sua morte, há uma confusão na datação. Ferronato afirma até 1890, entretanto, de acordo com Segal - que teve acesso às cópias do testamento - foi em 1884.

⁹⁰ Sendo um personagem icônico da Revolta e da atuação política no Império durante este contexto, discutiremos sua atuação de forma mais aprofundada no último item deste capítulo.

⁹¹ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Parahyba do Norte, 08 de outubro de 1949. Nº 09, p.02.

deputados, dentre elas, identificamos o liberal veterano no jogo político deputado Dr. Aragão e Mello⁹².

Interessante apontar que o padre Lindolfo ocupou um espaço de destaque na nova ordem política que se instaurou após a Revolta Praieira, ao ser nomeado **secretário do Governo** em 14 de novembro de 1849, por escolha do presidente da província José Antonio de Vasconcellos⁹³. E permaneceu no cargo sendo “creado de toda confiança, e consideração do Governo”⁹⁴ em 1851, “um empregado intelligent”⁹⁵ em 1852 quando ausentou-se para assumir o cargo de deputado geral no Rio de Janeiro 1853. Porém, retornando para o posto no mesmo ano onde continuou na função até 1855.

A secretaria do governo foi parte da organização burocrática das províncias desde os extintos Conselhos Gerais. Possuía o funcionamento em repartição com diversos funcionários, como podemos observar

“o Porteiro, Continuo, dous Amanuenses, hum dos quaeas, é encarregado do Archivo, dous Terceiro officiaes, dous segundos, o Officinal Maior, e o chefe da repartição o Secretário deste Governo Reverendo Dr. Lindolfo Jr. Correia das Neves”⁹⁶.

Esse espaço ocupado pelo o pe. Lindolfo era estratégico nas decisões, sendo exercido por um político influente e articulado nos assuntos locais tendo em vista que o presidente normalmente era originário de outra província. Além de responsável por indicar e agendar reuniões, responder e despachar as correspondências, conferia os registros dos relatórios apresentados na Assembleia pelo presidente.

Um cargo com potencial acúmulo de poder burocrático que nos anos anteriores estava sob o domínio liberal, quando o presidente general Frederico Campos nomeou

⁹² Idem, p.02.

⁹³ Hemeroteca digital. A Ordem. Parahyba do Norte, 9 de novembro de 1849. Nº p.01.

⁹⁴ BRASIL. Relatório do Presidente da Província da Parahyba. Apresentado a Assembleia Provincial em 01 de maio de 1851 pelo presidente Sá e Albuquerque. Parahyba: Typographia de José Rodrigues da Costa. _ Rua Direita, nº 6, p.06.

⁹⁵ BRASIL. Relatório do Presidente da Província da Parahyba. Apresentado a Assembleia Provincial em 03 de maio de 1852 pelo presidente Sá e Albuquerque. Parahyba: Typographia de José Rodrigues da Costa. _ Rua Direita, nº 6. p.12.

⁹⁶ Importante mensurar que este tipo de elogio era apresentado para o Imperador. Neste relatório o presidente da Província pede aumento de salário para o Oficial Maior da Secretaria do Governo, pessoa que julga inteligente e que teve o salário reduzido devido a lei orçamentária do ano vigente. Também reparos para o imóvel, que se encontrava em péssimas condições, e novo gabinete para o Secretário. Relatório de Província de 1850, p.28.

duas figuras importantes do Partido Liberal na província em 1845, o Dr. Aragão de Mello⁹⁷ e em 1847 o Dr. Felizardo Toscano⁹⁸.

No momento da denúncia o pe. Lindolfo Correia das Neves, estava iniciando sua promissora carreira política na disputa por espaços importantes na província. E ambas as figuras religiosas reveladas nas denúncias representaram este um perfil político do Império. Letrados, versados na oratória e retórica, ocupando cargos importantes. A denúncia nos faz crer que antes do pe. Lindolfo ser nomeado ao cargo de Secretário de Governo no ano em que a revolta eclodiu, estava articulando a possibilidade de acesso a outro espaço de prestígio, no caso o de professor no Liceu. E para isto, seria necessário um arranjo junto a Assembleia Legislativa por meio da aprovação do projeto que tinha por objetivo separar a disciplina de Retórica que agrupava Geografia, Cronologia e História ministrada pelo anteriormente pelo deputado/professor Manuel Porfírio Aranha⁹⁹.

O cargo referido apareceu vago no mapa de empregados do Liceu de 25 de julho de 1849¹⁰⁰, aberto para concurso. E um fato curioso relacionado às denúncias do pe. Rêgo Moura foi que a Assembleia decidiu extinguir três disciplinas da escola, jubilando os professores que ocupavam tais cargos, dentre eles, Aranha. Entretanto, a decisão foi revogada em atendimento a uma portaria provincial de 05 de março de 1850 que consentiu pela vitalidade dos cargos, desta forma, Aranha e os demais foram reintegrados ao Liceu¹⁰¹. Neste ponto, podemos observar as disputas em torno do cargo através das ações tomadas por estes indivíduos, onde diversos mecanismos são acionados e por fim o pe. Lindolfo conseguiu uma posição ainda mais privilegiada posteriormente, a secretaria do governo.

⁹⁷ Deputado que denunciou no jornal liberal *O Reformista* o comportamento do Presidente João Antonio Vasconcellos em relação à revolta deflagrada em Pernambuco, a denúncia nos sugeriu que muitos destes políticos da capital foram convencidos pelo então Presidente da Província a não se envolverem com os revoltosos.

⁹⁸ Mais à frente nos deteremos um pouco mais sobre estas duas importantes figuras políticas do contexto político da província.

⁹⁹ Manuel Porfírio Aranha comerciante na Capital - sua loja distribuía o jornal da Ordem. Uma face de destaque pela sua atuação de professor do Liceu Paraibano na matéria “Rhetorica, Geografia, Chronologia e História”. Ao longo das décadas de 1840 e 1850, também ocupou cadeira na Assembleia em diversas Legislaturas; 9^a (1852-1853), 10^a (1854-1855), 11^a (1856-1857).

¹⁰⁰ BRASIL. Relatório do Presidente da Província da Paraíba. Apresentado a Assembléia Provincial em 25 de junho de 1849 pelo presidente Sá e Albuquerque. Paraíba: Typographia de José Rodrigues da Costa. _ Rua Direita, nº 6. 1845, p.06. Discurso apresentado à Assembleia Legislativa da Paraíba do Norte em 25 de julho de 1849.

¹⁰¹ A notícia foi publicada no jornal a Ordem n.39 de 23 de abril de 1850, p.04.

O Liceu Provincial da Paraíba do Norte foi criado pela Lei nº. 14 de 24 de março de 1836, assinada pelo então vice-presidente da Província Manoel Carneiro da Cunha (PINTO, 1977 [1916], p.138). Surgiu enquanto parte das mudanças proporcionadas pelo Ato Adicional 1834 que determinou a responsabilidade do ensino secundário nas províncias e o ensino superior ao império nacional. Desta forma, desempenhou um importante papel no processo de modernização e normatização do ensino secundário, além de constituir e fornecer apoio para a formação das elites que disputavam por espaços de poder no processo de construção do Estado Nacional Brasileiro (DOLHNIKOFF, 2005; FERRONATO, 2012).

O Liceu da Paraíba “era a menina dos olhos” da elite local, um espaço que promoveu o mecanismo para a participação destes grupos no aparato burocrático que estava se instaurando na província. E de fato, ao observarmos os discursos apresentados à assembleia, percebemos a relevância do debate em torno da instrução pública, principalmente no que diz respeito à educação secundária¹⁰², que por sua vez, desde a criação foi moldada por leis e decretos provinciais.¹⁰³ Um espaço almejado, onde algumas faces da elite política paraibana ocuparam, em algum momento de suas carreiras, cargos de professores. Dentre estes, o próprio Padre Lindolfo, que atuou por muitos anos como professor de Filosofia, Álgebra e Português na década de 1860¹⁰⁴. E o bacharel e jornalista Felizardo Toscano, professor de Retórica e Poética admitido por concurso em 1838, mantendo relações políticas e pedagógicas por 30 anos, “sendo o nome mais importante da primeira geração de professores” (FERRONATO, 2021, p.169).

A querela entre padre Rêgo Moura e o pe. Lindolfo nos revelou mais elementos. Em um tom irônico o Pe. Rêgo Moura aconselhou o opositor a prestar concurso e expõem que as verdadeiras intenções de Lindolfo das Neves eram algo mais audaciosas; o cargo de diretor, a função mais alta do Liceu. E mais, questionou o posicionamento político de Lindolfo que naquela situação recebia apoio dos conservadores, mas em conversas informais nos encontros sociais assumia-se

¹⁰² Identificamos apenas um deputado da instrução primária, o professor e Joaquim José Henrique da Silva em Areia - seu nome aparece no mapa apresentado no relatório de presidente da Província de 1846. Ocupou cadeira na Assembleia nas 8^a (1850-1851), 9^a (1852-1853) e 10^a (1854-1855). O professor e bacharel em Direito teve longa atuação política na província. E fez parte do Conselho do Júri no julgamento do crime de Chacon de 22 de abril de 1853 na cidade de Areia. (ALMEIDA, p.109) Ferronato, menciona em sua tese o requerimento de aposentadoria do mesmo 1865.

¹⁰³ Regidos por decisões tomadas pela Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba.

¹⁰⁴ Segundo Ferronato ele teria sido professor entre 1860 e 1890, contudo, na dissertação de Myraí Segal - que teve acesso a transcrição do testamento - sua morte foi em 19 de maio de 1884.

republicano e tinha em posses cartas que trocava com o rebelde Borges da Fonseca, como podemos observar:

[...] Não posso presumir que por motivos políticos o sr. tivesse tal procedimentos: sua ideas em políticas sendo todas republicanas, como me communicou no Engenho Sant'Anna, quando lá passei uma festa de Natal, vindo de Mogeiro, se com ellas não simpatizei, tambem das questoens, que então tivemos, não resultou entre nós recentimento algum, e nem partido cuja idéas deffende hoje o sr. as approva. Vendo as cartas, que me mostrou de seu amigo Antonio Borges da Fonçeca, em que se tratavão por nós Republicanos devemos && não dei dellas noticias a pessoa alguma. Não vejo por tanto, a não ser a Directoria do Lyceu, a que tanto aspira, motivo algum pelo qual mereça ser tão maltratado pelo sr., e antes que conclua permita-me dizer, P. Lindolpho, que quando por ventura eu tivesse agravado, e quisesse o sr. tomar vinganças proprias do seu genio, outra era a maneira, que devia empregar mais polida, e consentanea a todo homem sizudo, e que tem consciencia de sua dignidade; e não procurar enchuvarlhar-me de um modo tão grosseiro, e redicul, indigno de quem preza sua reputação, e muito principalmente de hum Bacharel instruido e Sacerdote [...]’¹⁰⁵

Podemos resumir a situação exposta pelo pe. Rego Moura pelo interesse na ocupação da cadeira no Liceu e “arranjo” com a assembleia. Entretanto, o nível da acusação ganhou teor pessoal, questionando a postura política do padre opositor e nos revelando articulações com outros agentes políticos na disputa pelo cargo. Em resposta, o pe. Lindolfo publicou no jornal conservador *A Ordem* em 15 de outubro, um texto com o objetivo de corrigir seu oponente:

[...] não posso deixar passar sem uma correções, embora V. R. não esteja por ellas; pois como versem sobre factos passados entre nós, cada qual terá pretenções a ser criado; mas antes de pôr em duvida minha sinceridade, pesso-lhe, que recorde-se do facto, bem recente, da supressão das substituições do Lyceu, do quao saio sua veracidade muito desaroisa, ainda por fragilidade de sua reminiscencia, para desconfiar dessa sua faculdade intellectual, Não é V. R. excato, quando affirma, que eu fui a sua casa pedir-lhe a creação de um lugar no Lyceu s'esta Cidade para ser empregado. Lembre-se, que indo nós, em Julho do anno preterito, de passeio ás Trincheiras, quasi junto a casa do Comendador Joaquim Manoel, disse-me V. R., que desejava pedir a divisão das cadeiras de Geographia, e Rethorica, e que era bom, que eu mesmo propôzesse e uma d'ellas, e ao que lhe respondi que effectuando-se isto, eu me proporia, mas que muito duvidava; maxime constando aos deputados esta minha pretenção : Ao que retorquia V. R., que tractaria d'isso com seus amigos ; mas de que forma tractou? Da mesma, que porque projectou na assembleia a gratificação, por V. R. espontaneamente promettida ao professor d'aquellas materias. Tratou, dizendo ao Dr. Aragão, que não obrava elle bem em projectar essa divisão por que os pretendentes eram eu e o Sr. Padre Avelino, que não covinhamos ao Partido !!!¹⁰⁶

¹⁰⁵ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Parahyba do Norte, 08 de outubro de 1949. N° 09.

¹⁰⁶ Hemeroteca digital. *A Ordem*. Parahyba do Norte, 15 de outubro de 1849. N° 09.

Neste ponto, nos chamou atenção o fato de não negar as articulações e o arranjo junto à Assembleia Legislativa para a divisão da cadeira, que anteriormente era ocupada por Manuel Porfírio Aranha. E a questão de fato envolvia a indisposição do liberal Dr. Aragão e Mello. Independente da certeza dos detalhes do evento, tendo em vista as trocas de acusações, a querela transcrita nos jornais antagônicos nos revelou o nível de articulações que estes agentes estavam engajados na disputa pelos cargos públicos.

Outro aspecto marcante foi o teor que assumiu a denúncia do deputado/padre Rêgo Moura, que em um nível pessoal questionou a postura política do adversário expondo a ligação íntima com o famigerado revoltoso paraibano Borges da Fonseca. Naquele momento, uma informação deste nível tinha um certo peso, pois meses anteriores a revolta tomou as ruas da cidade de Areia, acentuando as contradições ideológicas dos políticos no contexto. Interessante também pontuarmos que a mudança de postura partidária foi uma característica marcante em Lindolfo Correia das Neves, de maneira que o político ascendeu atrelado a ala Conservadora e ao longo da década de 1850 e durante os anos da Conciliação aliou-se ao Partido Progressista (SEGAL, 2017).

Em resposta, o padre Lindolfo revelou o conteúdo da conversa informal, onde ambos questionaram a participação de Borges da Fonseca na revolta, tendo em vista o histórico de perseguição que sofreu durante governo praieiro,

Também é inexacto, quando diz ter visto cartas dirigidas a mim pelo Sr. Borges da Fonseca. V. R. soube que eu tinha relações de amizade (note bem que ainda conservo) e correspondencia (que a muito cessou) com o preito Senhor por lhe eu dizer, estando no seu sitio Ribeira, quando em conversa extranhavamos o haver elle entra na revolução com os seus encarniçados perseguidores.¹⁰⁷

Dois pontos nos chamaram atenção na resposta do pe. Lindolfo. Primeiro, não negou a relação de amizade que possuía, assim como, as trocas de correspondências com o célebre revoltoso - embora que tenha cessado há tempos, como explicou. E segundo, nos forneceu mais detalhes da conversa, onde questionaram a participação de Borges da Fonseca na revolta. Nos permitindo uma breve visualização do nível de interação dos políticos paraibanos, a diversidade das ideias e a capacidade de

¹⁰⁷ Idem, p.09.

articulações entre estes agentes, situados e debatendo sobre os acontecimentos do seu tempo.

Esta resposta de Lindolfo Correia publicada pelo jornal conservador encerrou a querela entre os padres. Contudo, precisamos evidenciar um pouco mais o protagonismo no cenário político da província, posicionando-o enquanto uma face importante do jogo pelo poder, ocupando diversos cargos públicos e honrarias. O padre Lindolfo foi por dez vezes provedor da Santa Casa de Misericórdia, recebeu a comenda da Ordem Imperial da Rosa¹⁰⁸, atuou na imprensa envolvido diretamente na liderança do jornal *A Ordem*. E posteriormente na redação dos jornais *O Polimático*, *O Liberal* e como um dos fundadores do jornal *O Publicador* que circulou na província entre os anos de 1862 e 1886, além de constituir a sua volta uma vasta rede de apadrinhamento (SEGAL; 2017, p.119).

Ao analisarmos estas figuras políticas, percebemos a importância destas ocupações e cargos. Elementos que nortearam as discussões e disputas na província. Deste modo, podemos apontar outro aspecto importante para a composição do perfil destes políticos; a **formação intelectual**. Neste caso, o bacharel em Direito ganhou destaque especial, pois permitia acesso a cargos públicos importantes no magistrado, como abordaremos a seguir.

3.2 Bacharéis em Direito: o letramento dos agentes políticos paraibanos no Império

A Faculdade de Direito de Olinda foi fundada pela lei 11 de agosto de 1827. Antes de sua fundação, os filhos das grandes famílias para adquirir formação intelectual precisavam de recursos suficientes para bancar os estudos na Europa, normalmente na Universidade de Coimbra em Portugal. Principal espaço de treinamento da elite paraibana no XIX, constatamos um aumento considerável do número de bacharéis em Direito ocupando cadeira progressivamente nas legislaturas da década de 1840 e 1850, chegando ao seu auge em 1860, onde grande parte dos deputados apresentam o título de Doutor (MARIZ, 1986 [1922], p.42-47).

¹⁰⁸ Ordem Honorífica criada por Pedro I em 1829 em homenagem a civis e militares pelos serviços prestados e fidelidade ao Imperador.

Ao identificarmos diversos políticos que ostentavam tal título, julgamos importante investigar os vínculos da elite política paraibana junto à Faculdade de Direito a partir da primeira turma de 1832. Deste modo, assumimos a Faculdade de Olinda enquanto um local de circulação de ideias, através do contato desses estudantes com o pensamento intelectual da época e articulados com as demandas políticas da Província, disputando eleições e ocupando cargos de prestígio.

Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936) apontou que no Brasil o prestígio do profissional liberal tornou-se parte do costume que herdamos dos nossos colonizadores. Pois, em diversos momentos da história Portuguesa, “uma carta de bacharel valeu quase tanto como uma carta de recomendação nas pretensões dos altos cargos públicos” (HOLANDA, 1995, p.157). Este trato com bacharel em Direito, além de configurar um item importante na escalada ao poder, foi apontado como algo a ser exaltado na percepção do indivíduo, atribuindo-lhe dignidade e importância ao conferir o título de Doutor conferido pelo Imperador.

Os debates sobre as instalações dos cursos superiores no Brasil tiveram manifestações de diversos deputados da época. Beviláqua remontou a fala de Luís José de Carvalho e Melo, que ponderou a localização da faculdade em Olinda enquanto estratégica para os estudantes provenientes das províncias do Norte, “atendia à grande divisão do país, que é, ao mesmo tempo, geográfica e sociológica: o Norte e Sul” de maneira em que “Pernambuco, representa, principalmente, as tradições liberais, o intenso amor à Pátria” (BEVILÁQUA, 1951, p.22).

Neste sentido, três aspectos importantes da educação superior e seu papel unificador das elites durante o Império devem ser levados em consideração. Primeiro, o fato de que quase toda a elite possuía estudos superiores. Segundo, há uma concentração muito forte na área jurídica. E por fim, após a Independência, duas cidades posicionadas estrategicamente no Norte (Olinda) e no Sul (São Paulo), ofereciam o curso de Bacharel em Direito (CARVALHO, 2003).

A Faculdade de Olinda, desta maneira, tornou-se para as grandes famílias do Norte e para a elite paraibana reduto intelectual¹⁰⁹. Desta forma, após a fundação do

¹⁰⁹ Entretanto, a formação não garantia que esses bacharéis realmente fossem qualificados. Lilia Moritz Schwarcz em “O Espetáculo das raças: cientista, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930”, aponta que a faculdade de Olinda, neste contexto que estamos analisando, funcionava de forma bastante precária, sem professores qualificados; muitas vezes pobres e mal remunerados, e era comum a ausência e indisciplina dos alunos, “revelando a pouca importância intelectual e a baixa produção discente”. Há situações de aluno se ausentar por três anos do curso jurídico por ser deputado da

curso jurídico em 1827, os filhos da elite paraibana buscaram o acesso à educação superior em Pernambuco ao longo do século XIX, primeiramente em Olinda e a partir de 1857 em Recife quando a instituição mudou de endereço. Este interesse dos paraibanos pela Faculdade de Olinda foi identificado em duas principais fontes: a publicação de Apolonio Nobrega na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 1964¹¹⁰ Bacharéis Paraibanos de Olinda e Recife, de 1831 a 1860. E o livro de Deusdedit Leitão Bacharéis Paraibanos pela Faculdade de Olinda 1832-1853 de 1966.

Publicadas na mesma década, ambas obras seguem o movimento inaugurado por Clóvis Beviláqua, abordando a história da Faculdade e a trajetória de seus discentes. Deste modo, destacamos algumas destas figuras políticas, onde julgamos que o status e a performance de suas carreiras e as relações que usufruíam através de suas famílias na barganha por cargos públicos e principalmente nas disputas eleitorais.

Na Paraíba temos poucos registros de bacharéis nas primeiras décadas do século XIX, entretanto, após a instalação da faculdade em Olinda teremos um aumento significativo na quantidade de deputados que ostentam o título de Doutor. Observado na quantidade de alunos paraibanos que frequentaram a Faculdade de Olinda, principalmente no que diz respeito a década de 1840, como apresenta o quadro a seguir:

Quadro 03 - Paraibanos formando em Olinda (1832-1849)

Ano da Formatura	Nome
1832	João José Ferreira Costa.
1833	Antônio José Henriques - Francisco de Assis Pereira Rocha .
1834	Nicolau Rodrigues dos Santos França e Leite.
1835	Balduíno José Meira - José Joaquim dos Santos - Trajano Alípio de Holanda Chacon Cavalcanti de Albuquerque .
1836	Nenhum bacharel paraibano é formado.
1837	Benedito Marques da Silva Acauã - Francisco Tavares Benevides.

Assembleia Geral. Não foi nosso interesse trilhar o caminho acadêmico das faces do poder da província Paraibana, mas levar em conta essas condições sugeridas pela autora.

¹¹⁰ Essa discussão foi publicada pela Brasileiro, Volume261, Janeiro-Março, 1964.

1838	Astolfo José Meira - Felizardo Toscano de Brito.
1839	Luis Cavalcanti de Albuquerque Buriti - Manuel de Souza Rolim.
1840	Flávio Clementino de Silva Freire - Manuel Correia Lima - Quirino da Rocha Galvão - Vitorino do Rego Toscano Barreto.
1841	João Antônio Fernandes de Carvalho.
1842	Feliz Antônio Ferreira de Albuquerque Melo - José da Costa Machado Júnior.
1843	Izidro Leite Ferreira de Souza - Joaquim José Henrique - José Paulino de Figueiredo - Manuel Tertuliano Tomas Henriques.
1844	Antonio Manuel Aragão e Mello - Antonio de Souza Garcia - Graciano Adolfo Cavalcanti de Albuquerque - Maximiano Lopes Machado.
1845	Antonio Benício de Souza Leão Castelo Branco - Francisco Félix Vilar de Carvalho - José Maria Cardoso - Leonardo Antunes de Meira Henriques.
1846	Francisco de Paula da Silveira Lobo.
1847	Lindolfo José Correia das Neves.
1848	Francisco de Paula Albuquerque Lins dos Guimarães Peixoto - Manuel Clementino Carneiro da Cunha - Manuel Dantas Correia Góis.
1849	Antonio Carlos de Almeida e Albuquerque - Crispim Antonio de Miranda Henriques - Francisco Antonio de Almeida e Albuquerque - Ivo Miquelino da Cunha Souto Maior - José Maria Ferreira da Silva.

Fonte: Registro de Carta do Bacharel Formado. Arquivos do Livro de Registro de Diplomas de Bacharéis (1832-1848), Livro nº 538. Arquivo Histórico da FDR - CCJ - UFPE. BEVILÁQUA: 1964; DEUSDEDIT, 1966.

Desta forma, teremos enquanto “faces”¹¹¹ da elite política paraibana, uma quantidade relevante de Bacharéis em Direito formados em Olinda. Homens que ocuparam inúmeros cargos importantes na dinâmica administrativa provincial. Atrelado a isto percebemos o crescimento de títulos e cargos a partir das mudanças do poder central, constituindo “no sistema judiciário e na magistratura” que possibilitaram, por exemplo a criação do cargo de juiz de paz em 1828. E o aumento de suas atribuições com o Código de Processo Criminal (1832) e o Ato Adicional de 1834 e após a retomada conservadora com a reforma do Código de Processo em 1841.

¹¹¹ O termo foi usado no sentido de identificar os homens/agentes, figuras que disputavam no jogo político. Rostos públicos em uma sociedade hierárquica e escravocrata. Um recurso para a nossa narrativa que buscava expor esses indivíduos, rostos de fama e prestígio no contexto aqui estudado.

Na Paraíba do Ato Adicional de 1834 até os Tempos da Praieira, percebemos significativas mudanças econômicas, progresso na construção da estrutura administrativa, emancipação de cidades e consequentemente a multiplicação de espaços de poder com criação de cargos públicos¹¹². A província continuou com a divisão em três comarcas, porém, para cada uma foi criado o cargo de juiz de direito, chefe de polícia e um juiz especial do civil. Inicialmente à ausência da titulação de bacharel gerou falta de pessoas qualificadas e por muito tempo esses cargos ficaram vagos ou ocupado por indivíduos nomeados, o que garantiu diversas situações de barganhas por estes espaços de poder.

O presidente tenente coronel Frederico Carneiro de Campos apontou que a dificuldade na segurança pública da província se dava na “composição para o pessoal as Delegaturas e Sub-Delegaturas”¹¹³, por dois motivos; primeiro pela falta de pessoas aptas e devidamente formadas para ocupar o cargo, e segundo pela indicação que “sido bem nomeados e algumas vezes fôra do alcance ação superior, levados por mão alheia, ou mesmo deslumbrados por interesses particulares”¹¹⁴.

Ao que diz respeito ao primeiro motivo, ao longo da década de 1840 esta situação foi revertida com o aumento considerável de paraibanos que ingressaram no curso de Direito em Olinda.¹¹⁵ Quanto ao segundo, estendia-se justamente na dinâmica da cultura política provinciana na disputa pelo poder, onde cargos de confiança eram mecanismos preciosos de barganha e aliança política.

O bacharel em Direito tornou-se um perfil marcante da cultura política da província, constituindo parte essencial do treinamento da nossa elite (CARVALHO; 2003). Desta forma, quando a Assembleia Legislativa da Paraíba foi instaurada em 7 de abril de 1835, o Dr. Francisco de Assis Pereira Rocha Junior, concluinte da turma de 1833 em Olinda, ocupou cadeira na 2^a (1838-1839) e 3^a (1840- 1841) legislaturas. Experiente no jogo político foi membro do primeiro Conselho Geral da Província (1826), assumindo a vice-presidência por dois momentos, primeiro entre 2 de março 1827 e 12 de fevereiro de 1828, retornando em 05 de abril a 27 de dezembro de 1828.

¹¹² Uma rápida leitura dos dados apresentados nos relatórios de Presidentes de Província demonstrou mudanças tributárias, da organização da província, no que diz respeito à Guarda Nacional, Segurança e instrução pública. Embora as dificuldades estejam presentes nas falas dos líderes provinciais, essas mudanças ficaram aparentes ao compararmos os números do final da década de 1830.

¹¹³ Idem, p.05.

¹¹⁴ Ibidem, p.05

¹¹⁵ BRASIL. Relatório do Presidente da Província da Paraíba. Apresentado a Assembléia Provincial em 7 de 24 de junho de 1838 pelo presidente Peixoto d'Albuquerque. Parahyba: Typographia de José Rodrigues da Costa. Rua Direita, n° 6. 1838, p.03.

Exerceu diversos cargos ao longo de sua carreira, dentre eles, chefe de polícia, juiz de direito e desembargador da Relação em Pernambuco. No final da vida assumiu o cargo de vice-presidente da província do Rio Grande do Sul (NOBREGA, 1964, p.13). Dentre os diversos cargos acima citado, um nos chamou atenção, o de Juiz de Direito em Areia onde participou do segundo julgamento do assassinato do Dr. Trajano Chacon em 22 de abril de 1853 (DEUSDEDIT, 1966, p.19).

Por sua vez, o já referido paraibano Trajano Alípio de Hollanda Chacon Cavalcante Albuquerque¹¹⁶, nasceu na Vila de Pillar em 09 de setembro de 1812 e formação na Faculdade de Direito de Olinda em 1835¹¹⁷. Foi um veterano no jogo político, “respeitável advogado, político, parlamentar e magistrado” (DEUSDEDIT, 1966, p.19), ocupou diversos cargos na província “promotor público (1836-1838). Atuou como vereador em diversos momentos na cidade de Areia, onde possuía terras e propriedades.

Chegou à suplência de deputado geral para a 4^a Legislatura (1838-1841), quando passou a ser deputado provincial em 1839, período em que também assumiu o cargo de vice-presidente da província¹¹⁸. E continuou na Assembleia Provincial nas 4^a Legislatura (1842- 1843), e 5^a Legislatura (1844-1845)¹¹⁹. Com quinquênio liberal e o partido fortalecido na província, Dr. Trajano Chacon foi transferido da vara cível de Areia para a comarca de Campo Maior na Província do Piauí, situação em que buscou meios de reverter, porém, suas “manobras políticas não surtiram efeito, posto que o magistrado nomeado para a comarca terminou sendo Maximiano Lopes Machado” (MEDEIROS, 2018, p.80).

Entretanto, o Dr. Trajano Chacon foi afastado do cargo de Juiz da comarca e não obteve sucesso nas eleições para Assembléia nas 6^a (1846-1847) e 7^a (1848-1849) legislaturas. Contrariado, o bacharel teria ignorado a transferência de comarca e permaneceu em Areia dedicando-se às atividades agrícolas (MEDEIROS, 2018, p.80). Durante este tempo uma denúncia publicada no O Diário Novo em Recife nos revelou um pouco de suas atividades e a conduta violenta do “respeitável” membro do partido conservador da cidade de Areia, como podemos observar:

¹¹⁶ O nome completo do deputado segundo o documento da Faculdade de Olinda, Arquivo do Livro de Registro de Diplomas de Bacharéis, Livro nº 538.

¹¹⁷ Registro de Carta do Bacharel Formado. Arquivos do Livro de Registro de Diplomas de Bacharéis (1832-1848), Livro nº 538. Arquivo Histórico da FDR - CCJ - UFPE.

¹¹⁸ Seu curto mandato foi abordado no segundo item do terceiro capítulo desta tese.

¹¹⁹ Idem.

“[...] o bem conhecido ex-juiz do civil da 2^a comarca - Trajano Alipio de Hollanda Chacon procurou comprar a Anna Felicia, e sua irmã, uma nesga de terra, onde moravão, contigua a propriedade de seu sogro no distrito de Lagoa grande, termo da cidade d'Areia; e como ellas não quiseram vender, e elle ambicionava ficar com o terreno fosse como fosse, valeo-se de ameaças e obrigou por esta forma essa pobres a ajustar a venda bem contra a vontade, e sem que essa estivesse effectuado, mandou o seu famigerado, e bem conhecido passavante Manoel Nicolau, cujo nome só inspira medo intimar mandado despejo; e como uma dellas observasse ao desalmado, que não podião obrigadas a sahir porque não havião recebido o dinheiro, e por essa concluida a venda, foi bastante atrevida essa desobediecia para o bom do Chacon, que não conhece meios termos, mandar, meu amigo, - surrar as desgraçadas mulheres -, o que foi fielmente executado [...]”¹²⁰

A denúncia contra o Dr. Trajano Chacon publicada no principal veículo do Partido Praieiro em Pernambuco pelo pseudônimo “Observador”, associou o comportamento do bacharel à maneira pela qual os políticos do partido conservador operavam, usando a violência e força enquanto instrumento para obter seus interesses, homens “que em toda parte se querem empoleirar, e ter importância pública, e particular, seja como for”¹²¹. Neste sentido, a denúncia revelou a prática do mandonismo¹²² por parte do chefe conservador da cidade de Areia, comportamento político comum na América Latina no período colonial e no Império que desafiava as autoridades devido às estruturas locais de poder, resultando no exercício de um domínio pessoal sobre a população, como podemos observar:

Assim cruelmente maltratadas, corrêrão essas duas infelizes a buscar a proteção das autoridades, que tomando na devida consideração esse facto de tanta immoralidade, diligenciárão prender o faccionara, que se havia homisiado no engenho do sogro da fera sanguinaria. Foi esse procedimento das autoridades, que mais accendeu as iras do façanhoso Chacon, que depois de haver dado escapulá ao seu familiar, dirigio-se ao suddeleado da diligencia, e disse, com aquella infamia, e descáro que o carcterisa : se estivesse em sua casa, o levaria a balla, e toda a escolta !! - e immediantamente retirando-se para o seu covil, manda por seus sequazes capitaneados pelo seu de - confiança - prender as duas desgraçadas de quem queria tomar uma vingança mais completa [...] depois de maltratar com palavras, e sevicias as condena por fim - a roda de pão !! - para cuja a execução forão arrastadas á casa de engenho juntamente com o escravo ferido mortalmente”¹²³

¹²⁰ Hemeroteca digital. *O Diário Novo*. Recife, 20 de agosto de 1846. Nº 178.

¹²¹ Idem, p.02.

¹²² Uma prática bastante comum entre os grandes proprietários na América Latina e no Brasil desde o período colonial. Definido por José Murilo de Carvalho pela atuação de líderes políticos locais como “o mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso”. Para o autor, a prática do mandonismo não foi propriamente um sistema, mas pode ser compreendido enquanto uma característica da política tradicional, onde o chefe local constitui suas próprias regras, de maneira em que a “história do mandonismo confunde-se com a história da formação da cidadania” (CARVALHO; 1996).

¹²³ Ibidem, p.02.

Deste modo, o episódio narrado destacou o aspecto pessoal do bacharel e chefe político, “um prato cheio” para pôr em dúvida a conduta moral do notório político paraibano ao adquirir de forma imprópria a propriedade. Além disso, nos permitiu visualizar a projeção e engajamento do político paraibano e o diálogo estabelecido através da imprensa a partir de correspondências e das constantes denúncias pelas quais estes agentes protagonizaram, situando a província e cidade de Areia no contexto político da época.

Quando os liberais de Areia acolheram os revoltosos pernambucanos, os conservadores sob o comando do chefe Dr. Trajano Chacon, evadiram-se da cidade, buscando refúgio em suas propriedades nas proximidades. Retornando após a derrota e debandada dos *rasgados* após o combate de 21 de fevereiro de 1849 (ALMEIDA, 1980; MEDEIROS, 2018). Entretanto, como mencionamos anteriormente, o evento de seu assassinato tornou-se marca do contexto da Revolta Praieira na província e envolveu diretamente o membro do Partido Liberal Tenente Coronel Joaquim José Santos Leal.

A Historiografia paraibana tratou o caso, dando ênfase a vingança pessoal promovida por Carlota Júlio de Brito¹²⁴, que ganhou destaque nestes escritos, tornando-se protagonista na morte do bacharel conservador (ALMEIDA, 1980, p.99; MEZNAR, 1995; MEDEIROS, 2018). Contudo, o assassinato ganhou conotação claramente partidária, e no âmbito geral dos eventos associado intimamente a revolta.

A carreira do “respeitável bacharel”¹²⁵ foi interrompida quando eleito deputado geral em 05 de setembro de 1849, dia do seu assassinato, saindo definitivamente da cena política. O Dr. Trajano Chacon, uma face importante que ocupou cadeira na Assembleia Legislativa Provincial, ostentava o título de bacharel, além disso, ocupou diversos cargos ao longo de sua carreira política.

O título de bacharel, deste modo, conferia mais autoridade aos agentes políticos. E como percebemos, atuavam em outras ocupações; eram juízes, professores, advogados, comerciantes, donos de jornais ou acumulavam títulos religiosos. Na década de 1840 identificamos o crescimento do número bacharéis em

¹²⁴ No capítulo anterior, quando buscamos analisar a historiografia local, fica evidente que o assassinato do Dr. Trajano Chacon ficou conhecido pelo “O Caso” ou “Crime” Carlota por esses escritos, dando ênfase ao protagonismo da mulher no crime.

¹²⁵ Ver (NOBREGA, 1964, p.15).

direito formados em Olinda que ocuparam assento na Assembleia Legislativa Provincial, como podemos observar no quadro a seguir:

Quadro 04 - Bacharéis em Direito na Assembleia Legislativa da Paraíba na década de 1840.

Legislaturas (1840 a 1849)	Nomes dos deputados
3ª Legislatura (1840-1841)	Dr. Antonio Thomaz de Luna Freire - Dr. Francisco de Assis Pereira Rocha Júnior - Dr. Francisco Tavares Benevides - Dr Lourenço Dantas Correia de Goés - Dr.Benedito Marques da Silva Acauã.
4ª Legislatura (1842-1843)	Dr. Trajano Alípio de Hollanda Chacon - Dr. Francisco Tavares Benevides - Dr. Antonio Thomaz de Luna Freire - Dr. Baldoíno José Meira - Dr. Flávio Clementino da Silva Freire - Dr. João Antônio Fernandes de Carvalho - Dr. Manuel Correia Lima - Dr. Manuel Jeronymo Guedes Alcoforado - Dr. Luiz Cavalcanti de Albuquerque Buriti.
5ª Legislatura (1844-1845)	Dr. Baldoíno José Meira - Dr. Francisco Tavares Benevides - Dr. Trajano Alípio de Hollanda Chacon - Dr. Manuel Correia Lima - Dr. Antonio Thomaz de Luna Freire - Dr. Luiz Cavalcante de Albuquerque Buriti - Dr. José Antonio Carvalho - Dr. Flávio Clementino da Silva Freire - Dr. Antonio Joaquim de Albuquerque Mello - Dr. Manuel Jeronymo Guedes Alcoforado - Dr. José da Costa Machado Junior - Dr. Manuel de Souza Rolim.
6ª Legislatura (1846-1847)	Dr. Antonio Manuel de Aragão e Mello - Dr. Francisco Ignácio de Souza Gouveia - Dr. Graciano Adolpho Cavalcante de Albuquerque - Dr. Victorino do Rêgo Toscano Barreto - Dr. José Thomaz Arnaud - Dr. Maximiano Lopes Machado - Dr. Izidro Leite Ferreira de Souza - Dr. Francisco Rodrigues de França Leite.
7ª Legislatura (1848-1849)	Dr. Agostinho Moreira Guerra - Dr. Victorino do Rêgo Toscano de Brito - Dr. Delfino Augusto Cavalcante de Albuquerque - Dr. Antonio Manuel de Aragão e Mello - Dr. Izidro Leite Ferreira de Souza - Dr. José da Costa Machado - Dr. José Thomaz Arnaud - Dr. Maximiano Lopes Machado - Dr. Antonio

	Benicio Saraiva Leão Castello Branco - Dr. Antonio de Souza Gouveia - Dr. Graciano Adolpho Cavalcante de Albuquerque - Dr. Francisco Rodrigues Ramalho de França Leite.
--	--

Fonte: PINTO (1977); MARIZ (1987).

A partir dos dados coletados acima, podemos observar a relevante quantidade de bacharéis ocupando cadeira na Assembleia Provincial. Este número cresceu progressivamente nas décadas de 1850 e 1860. Constituindo uma ocupação majoritária nesta esfera de poder da elite política partidária paraibana, criando um perfil comum entre estes agentes durante este contexto.

Para José Murilo de Carvalho, a homogeneidade das elites era reforçada pelo local comum de formação, que após a independência e a fundação dos cursos no Brasil, resultou em gerações políticas distintas das vinculadas a Coimbra. Desta forma, durante o contexto que remontamos a Revolta Praieira observamos uma substituição por uma geração brasileira de “políticos bacharéis”, pois:

A criação das duas escolas jurídicas brasileiras mudou o quadro quanto ao de unificação. O regionalismo esteve muito presente durante os debates parlamentares sobre a localização o número de as escolas a serem criadas [...] Mas tendo em vista o tamanho do país e a força das rivalidades provinciais, a bipartição das escolas de direito poder se considerada antes uma concentração do que o oposto. [...]” (CARVALHO, p.82)

Esta elite apropriou-se do conhecimento acadêmico enquanto um produto sistemático de práticas que conduziu o grupo hegemônico e detentor do saber, conferindo autoridade legal e status. Além disso, disputavam cargos estratégicos que eram obtidos devido à titulação, dando-lhes vantagens em diversas circunstâncias na disputa pelo poder, principalmente nos processos eleitorais.

Entretanto, durante o período de escassez de indivíduos formados foi comum a atuação de advogados sem formação chamados de *rábulas*¹²⁶. Na província paraibana, temos dois exemplos de figuras que atuavam nesta condição no contexto da Praieira, primeiro Antonio Borges da Fonseca que advogou nas províncias da

¹²⁶ Devido à falta de profissionais com formação acadêmica no início do século XIX, muitas pessoas eram autorizadas a atuarem como advogados, dentistas, médicos e engenheiros. Esses indivíduos embora não possuíssem o título formal, também assumiam posições de prestígio e autoridade na sociedade.

Paraíba, Rio de Janeiro e Recife¹²⁷ e o segundo seu primo natural da Areia, Luís Vicente Borges, liderança liberal local, já mencionado anteriormente.

Contudo, a situação de rábula muitas vezes precisava de arranjos, pois poderia sofrer mudanças de acordo com os interesses dos grupos políticos e o remanejamento no poder. Deste modo, nos deparamos com uma circunstância exposta pelo jornal *O Reformista*, quando o senhor Francisco Ignacio Peixoto Flores perdeu o direito de advogar na capital após uma portaria expedida pelo então juiz municipal Dr. Manuel Tertuliano Tomas Henriques, alegando ter número suficientes de bacharéis na cidade, dispensando os serviços prestados pelo róbula Flores.

Formado pela turma de 1843, o Dr. Manuel Tertuliano foi caracterizado enquanto um representante do “poderio político de tradicional estirpe paraibana e dos mais ardorosos membros do Partido Conservador na Paraíba”¹²⁸, ascendeu como deputado provincial após a queda dos liberais na província ocupando cadeira na Assembleia durante toda a década 1850¹²⁹ e o cargo de deputado geral na 18^a Legislatura. Atuou na imprensa e assumiu cargos jurídicos, dentre eles, o de Juiz Municipal na capital da província durante o acalorado contexto da revolta e das eleições primárias de 06 de agosto daquele ano. Seu nome foi citado no editorial intitulado “Vinganças de um Juiz”, onde o editor do *O Reformista* questionou o argumento da portaria; “haverem no fôro Bachareis suficiente”, justamente pelo fato de seu tio Pe. Meira continuar advogando na cidade, revelando o suposto motivo:

“Vê-se pois que o sr. Flores não sofreu essa violência do juiz municipal pelas razões da portaria: mas por que elle devia pagar o atrevimento de ser advogado de duas questões contra o irmão do sr. Tertuliano! O s. Flores devia pagar o atrevimento de ter repelido com energia ao sr. João José Henriques, irmão do sr. Tertuliano, quando o quiz arrancar da cadeira de membro da meza parochial d'esta cidade, a fim de se traustoruar a eleição, roubando-se nessa ocasião a urna, produzindo esse incidente a dezordem e confusão, que teve lugar na matris no dia 6 de Agosto [...]”¹³⁰

Deste modo, tal denúncia sugeriu uma retaliação ao róbula, que atuou por mais de 15 anos na cidade, uma vingança por assuntos ocorridos durante as tumultuadas eleições primárias daquele ano, entrando para o rol de exposições da perseguição que ocorreram durante este momento e que ganhou a página do principal veículo na

¹²⁷ SANTOS; Mário Márcio de A. **Um homem contra o Império**. Editora: União 1994.

¹²⁸ Revista do Instituto Histórico e Geográfico. Volume 262. Rio de Janeiro, 1964, (p.21-22)

¹²⁹ 8^a Legislatura (1850-1851), 9^a (1852-1853), 10^a (1854-1855), 11^a (1856-1857), 12^a (1858-1859), 13^a (1860-1861), 14^a (1862-1863).

¹³⁰ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Parahyba do Norte, 23 de outubro de 1849. Nº 12.

imprensa liberal na província. O Bacharel e Juiz Municipal Manuel Tertuliano apareceu como protagonista de diversas outras situações peculiares neste contexto após a revolta, tornando-se uma face marcante do período, circunstâncias que iremos abordar em outros momentos da nossa análise.

De modo geral, o protagonismo destes agentes políticos bacharéis em Direito que ocuparam cadeira da Assembleia Legislativa foi notoriamente significativo. Neste contexto, dois deles nos chamam atenção; o Dr. Maximiano Lopes Machado e o Dr. Aragão e Mello, já citados em outros momentos deste texto. Liberais que atuaram nas diversas arenas de disputas da província.

O primeiro tornou-se um ícone da luta liberal desde o engajamento concreto no combate de 21 de fevereiro de 1849, e foi uma face marcante nos ecos da Revolta, através de sua atuação na imprensa, afrontando diretamente o Presidente de Província por meio de texto publicados no Reformista, e posteriormente sua versão da Revolta Praieira na Paraíba no livro publicado em 1851, narrativa de papel fundamental na memória do conflito, como abordamos no capítulo anterior.

O segundo, Dr. Aragão e Mello, uma face importante do partido liberal e de engajamento constante nas disputas estabelecidas após o combate na cidade de Areia, destacando-se nas eleições e autor de denúncias reveladoras na tribuna da Assembleia Legislativa, além de discursar a favor da bandeira Ideológica da Revolta; A constituinte, como apontaremos a seguir.

3.3 Bacharéis em destaque: atuação dos deputados Dr. Maximiano Machado Lopes e Dr. Aragão e Mello nos Tempos da Praieira

O Dr. Maximiano Lopes Machado¹³¹ filho de Manoel Lopes Machado, nasceu em 07 de agosto de 1832, foi aprovado na Faculdade de Direito em 25 de Outubro 1827. Recém-formado, exerceu o cargo de promotor público em Olinda,

¹³¹ Além de sua identidade de político revolucionário, Machado é considerado pioneiro na escrita da História da Província e Patrono do Instituto Histórico da Paraíba, um personagem atuante na cultura política da Paraíba e de Pernambuco. Ao se formar em Direito exerceu o cargo de promotor público em Olinda, posteriormente foi nomeado Juiz Municipal de Areia. Para aprofundar a discussão sobre essa faceta intelectual e a contribuição ao AHGP e IHGP deste agente político ver a dissertação de Hérick Dayann Moraes de Meneses As contribuições de Maximiano Lopes Machado e Irineu Pinto para a construção da Cultura Histórica sobre o período Holandês na Paraíba (2009), e João Paulo Rolim Pereira Os Indígenas na primeira História da Paraíba: um estudo sobre a história da província da Paraíba de Maximiano Lopes Machado (2012).

posteriormente nomeado ao cargo de Juiz Municipal de Areia e eleito nas legislaturas de 1846-47 e no biênio seguinte 1848-49, quando acumulou com o cargo de juiz de direito e delegado na cidade de Areia.

Sua atuação na localidade ganhou espaço nas páginas do jornal *O Tribuno*, publicado em Recife, como apresentamos no item anterior. Apontando a contradição de interesses dos chefes locais do Partido Liberal na disputa pelas eleições para deputado da Assembleia Legislativa Provincial para a 7^a Legislatura (1848-1849). Maximiano Lopes Machado foi mencionado com outro correligionário também vinculado aos liberais da capital - na correspondência enviada ao jornal de 18 de outubro¹³² de 1847, descrito como “louco e ardido”, interferido de forma grosseira na preparação da eleição daquele ano na cidade de Areia, como podemos observar:

Muito me assusta é a situação daquela provinsia - o Brejo d'Areia esta victima do desenfreamento de uns rapazes loucos, e ardidos que ali querem derrocar influencias mui antigas, e beneficas, ao bem estar daquela sidade. Se tem dado as mãos a um Maxado, e um Floripes, e pensam que com a ajuda de Felizardo, e Frederico e outras, pestes, que ora mandam na sidade podem perverter aquele termo, e arredar a dois omes bem notaveis, os srs. Santos Leal, e Luiz Vicente, do conseito publico ; e não veem como a justa indignação do povo os segue por toda parte. E pra lamentar, que omem pequenino, e odiento, se anime a pertubar um povo somente porque não tem confiansa, e se recuza a dar lhes seu sufragios ; eis o que acontece ali naquela boa sidade de Areia. Estejam entretanto firmes os arenenses, e baquearão esses mizeraveis , que lhe querem roubar o seu direito de voto, que deve exerser livremente. Estejam firmes os paraibanos por toda a parte, zombe a 2^o comarca das carantonhas dos palhaços, e as eleições será a melhor, que jamais a muito tempo se tinha visto [...]

Em tom áspero, o correspondente denotou as tensões entre os políticos liberais na cidade de Areia com a proximidade das eleições primárias. Outra denúncia publicada posteriormente no jornal pernambucano, narrou o tumultuado pleito e a clara divisão de forças dentro do Partido Liberal na província. Desta vez, assinado por Cândido Rodrigues Bezerra e Antônio José dos Santos Leal¹³³, ligados diretamente ao Tenente-coronel Joaquim José Santos Leal - figura importante no comando da Guarda Nacional, que abordamos no item anterior.

A correspondência apontou que o juiz e delegado Dr. Lopes Machado teria coagido eleitores e decretado prisões arbitrárias de votantes que se negaram a apoiar sua chapa, seguindo ordens expressas do governo, ou seja, do presidente da

¹³² Registro de Carta do Bacharel Formado. Arquivos do Livro de Registro de Diplomas de Bacharéis (1832-1848), Livro nº 538. Arquivo Histórico da FDR - CCJ - UFPE.

¹³³ Antonio José dos Santos Leal era irmão do tenente-coronel, natural de Alagoa Grande, comerciante de gado vaccum e cavalar (MEDEIROS, 2018, p.137).

província do tenente-coronel Frederico Campos. A eleição que ocorreu no dia 07 de novembro de 1847, foi conduzida pelas autoridades policiais de Areia, contou com “os eleitores desta freguezia - 23 baetas, 8 rasgados e 12 renegados”¹³⁴, e ganhou as páginas do jornal pernambucano, expondo a disputa interna entre os liberais no Brejo.

De acordo com os partidários ligados a Santos Leal, o juiz Lopes Machado desempenhou papel importante nas irregularidades que marcaram o pleito, além de integrar uma verdadeira tropa coercitiva e intimidadora aos votantes, compôs a mesa de votação, substituindo os membros do partido conservador que deveriam participar do pleito,

O Delegado o Sub-Delegado, o Juiz Municipal o Sr. Maximiano Lopes Maxado varejavão as ruas, aquelles acompanhados de homens armados de clavinetes, e este do Guarda de Policia João de Deos, e mandavam condusir todos os vontantes, que encontravão para a porta do Sub-Delegado, donde só lhes era permittido sair a Matriz. [...] Procedeus-se a Eleição da Mesa, e como eleitores occupamos os lugares de ultimo da 1^a turma, 1^a e 2^a turma, e assim os Suplentes Francisco Lins Fialho, e Manuel Jose da Silva sendo estes do credo baêta, ou membros do partido oposicionista, pedirão escusa, e eles mesmos com o Juiz de Paz Joaquim Gomes da Silva votarão nos Srs. Dr. Maximiano Lopes Machado, e João Gonçalves do Nassimento, como seus Substitutos, votando nos no Sr. Antonio Jorge Torres. Organisada assim a mesa incetou-se o recebimento das cedulas, sendo excluido aquelles Districtos de Quarterões, em que menos votantes havião da G. N., que por consequencia estavão unidos ao Santos Lial, e Luis Vicente, entretanto, que votarão outros, que não estavão qualificados [...]”¹³⁵

Pela denúncia, o então juiz municipal Lopes Machado, a partir dos votos de dois conservadores da cidade, tornou-se membro da mesa, compondo e organizando de acordo com seus interesses, e no processo excluindo votos que favoreciam os opositores Santos Leal e Luis Vicente Borges. Embora não possamos comprovar a veracidade das denúncias, afinal, no jogo político as trocas de acusações configuravam um comportamento comum entre os partidos antagônicos, as irregularidades nas eleições são temas predominantes na arena da imprensa deste contexto. Tendo em vista episódios narrados de corrupção, roubo de cédulas, intimidação, prisões, recrutamento forçado e violência são uma constante nos relatos sobre as eleições no Brasil Império (GRAHAM, 1997).

¹³⁴ Segundo outra correspondência, publicada na edição seguinte do jornal O Tribuno, de 29 de novembro de 1847, p.02. Nesta contagem dos eleitores acreditamos que os “renegados” sejam o grupo alinhado aos chefes locais Santos Leal e Luis Vicente Borges, que fazia frente aos liberais que chegaram em Areia para ocuparem cargos estratégicos na cidade de Areia, após ascensão de Frederico Campos na presidência da província.

¹³⁵ Hemeroteca digital. *O Tribuno*. Recife, 27 de novembro de 1847. N° 53.

Outra denúncia foi publicada posteriormente no mesmo jornal, desta vez assinada pelo irmão do Tenente-coronel Santos Leal de 07 de janeiro de 1848, o comerciante de gado Antônio José Santos Leal. A correspondência reiterou as perseguições que ocorreram durante as eleições primárias de novembro de 1847, enfatizando o papel do Maximiano Lopes Machado nas irregularidades. Nesta questão a denúncia trouxe à tona outro agente político companheiro do bacharel, o senhor Cândido Rodrigues Bezerra, que mesmo envolvido em um assassinato participou ativamente das disputas no dia da eleição,

Muito poder tem no coração do homem fraco qualquer ameaça, e he por fraqueza, que muitas vezes elles he victimas de seu proprio medo. Quando, passada as eleições de eletoes desta Freguesia, levei ao conhecimento do publico, e da Camara Municipal d'esta Cidade os factos bem horrorozos, praticados no dia 7 de novembro do anno passado pelas Authoridades Policiaes d'este lugar, nada acrecentei do que prezenciei, e antes omitti factos, que só quem prezenciou os poderá acreditar; entretanto, que meu companheiro - Cândido Rodrigues Bezerra, tambem tudo prezenciendo, não duvidou comigo affirma-los. Infelizmente esse homem meu amigo, tinha, ha pouco tempo, e com razão acabado com um homem traidor, que procurou não só o deshonrar, como tirar-lhe a vida, quando cometendo o crime mais negro possivel, e por isso despronunciado fora no Processo organizado. Timido de um novo processo esse homem não duvidou em subscrever uma resposta ao Juiz Municipal d'este lugar o Dr. Maximiano Lopes Machado, em que declara não exactas algumas partes da reprezentação por nós assinadas, sendo uma de que o Snr. Juiz Municipal n'este dia não andara com gente armada, quando o mesmo Snr. Lopes Machado andou com o soldado João de Deus. De certo não vi o Snr. Dr. Machado prender a pessoa alguma, e sim o Snr. Delegado, e Inspectores de quateroes; mas andando elle algumas vezes com esse Delegado, a quem acompanhava de numero de homens armados de clavinetes e punhaes intimidando a população pacifica, e alguns indigitados criminosos, sem que soffressem a minima reprehensão; he claro que as Authoridades consentirão em taes actos bem de encontro a Legislação Eleitoral. Tambem não vi o Snr. Machado conduzir os votantes ao quartel do delegado, Sub-Delegado; porque isso fazia as patrulhas de Policia comandadas pelos ditos Inspectores [...]¹³⁶

Nesta correspondência, Antonio José Santos Leal se apropriou de um tom mais cauteloso, buscando nortear sua fala para os eventos que supostamente testemunhou, passando a impressão de comprometimento com a verdade ao afirmar que de fato “não viu o Dr. Lopes Machado executar prisões, ou coagir as pessoas ao voto”, porém, deixou em ênfase a presença do bacharel e o comportamento junto a outras autoridades locais, indivíduos que de acordo com a lei eleitoral vigente possuíam atribuição importantes no pleito.

¹³⁶ Correspondência de 27 de janeiro de 1849, publicada no Jornal *O Tribuno* de janeiro de 1848, p.04.

Em Areia, o Dr. Lopes Machado substituiu o Dr. Trajano Chacon, indicado pela gestão liberal dominante na província. Com os conservadores afastados de cargos importantes na comarca, restou um jogo de influências entre os agentes do Partido Liberal que galgavam a vaga de deputado provincial. Na última correspondência assinada por Antônio José Santos Leal, o comerciante respondeu diretamente ao bacharel, tendo em vista a suposta representação formalizada do irmão de Tenente-coronel Santos Leal. Embora que ficou evidente ser motivada pela oposição ao outro grupo liberal da cidade. E, sobretudo, por sair vitorioso nas eleições, pois Lopes Machado alcançou mais um mandato na Assembleia Legislativa Provincial sendo eleito deputado provincial do biênio da 7ª Legislatura (1848-1849), vencendo nas urnas Santos Leal, que não se reelegeu, encerrando seu último mandato na 6ª Legislatura (1846-1947).

A tumultuada eleição de novembro de 1847 nos chamou atenção por envolver diretamente os agentes políticos que futuramente estariam aderindo à Revolta Praieira na cidade de Areia, sendo expostos por uma rivalidade interna por cadeiras na Assembleia Legislativa Provincial, como já apontamos no item anterior. O que nos indicou um período de domínio liberal em Areia marcado por disputas pelo poder dentro do próprio partido, tendo em vista uma freguesia de número de votantes bastante limitado, e que, segundo as denúncias através da constituição de um arranjo com os conservadores locais, aproximando indivíduos dos partidos antagônicos por interesses comuns naquela ocasião.

Neste ponto, percebemos que o alinhamento ideológico, que configurou os discursos entre liberais e conservadores, tomou proporções notavelmente flexíveis diante das circunstâncias e interesses destes indivíduos revelando seus vínculos no jogo de disputa pelo poder. Contudo, poucos meses depois, a revolta trouxe outro panorama aos liberais atuantes na cidade de Areia. E o Dr. Lopes Machado protagonizou um papel crucial da Revolta no território paraibano, principalmente no que diz respeito à construção da memória sobre o evento.

Apontado como um dos cabeças da Revolta, o Dr. Maximiano Lopes Machado, ignorou o ofício enviado por seu superior - o presidente da província, João Antônio Vasconcelos - e engajou-se na Revolta Praieira, indo ao encontro das tropas em Alagoa Grande, oferecendo suporte estratégico e material, participando efetivamente no combate de 21 de fevereiro na cidade de Areia. No período posterior, o bacharel também protagonizou cenas importantes na arena da imprensa, combatendo

diretamente o relatório apresentado à Assembleia Legislativa pelo Presidente da Província em 01 de agosto de 1849, por meio de uma correspondência publicada no jornal *O Reformista* de 02 de outubro de 1849, porém, assinada e escrita por Lopes Machado em 13 de setembro de 1849 da Capital da Província, período em que estava na prisão da capital.

Nesta, o bacharel antecedeu detalhes apontados sobre a revolta posteriormente publicados com mais profundidade em seu livro escrito durante o exílio. Machado acusou João Vasconcellos de não relatar com exatidão os fatos ocorridos, transcrevendo uma segunda carta, está com um teor mais íntimo onde se referiu ao bacharel enquanto “seu amigo e collega”¹³⁷.

Este segundo documento não foi citado no relatório apresentado pelo presidente da Província à Assembleia Legislativa, e em seu conteúdo ficou evidente a tentativa de negociação com os revoltosos, enfatizando a mudança de postura de Vasconcellos quando a revolta estourou em Areia. Machado incitou os leitores a tirarem suas próprias conclusões e ironizou qualquer negação a legitimidade da carta em dois trechos da denúncia, o primeiro; “se o expresso em favor do Governo, escripto pelos officiaes da secretaria, e ahi registado”¹³⁸. E seguidamente, ao narrar a condição que foi escrita: “a carta benevolà aos revoltosos escripta pelo seu proprio punho, sem coerção, no silencio do seu gabinete?”¹³⁹.

A ideia geral exposta pelo bacharel foi que João Vasconcellos conhecia as pretensões dos liberais e até flertou propostas com o grupo, pois “um impresso havia sahido contendo o programa da revolução, o qual foi transcripto com todos os jornaes”¹⁴⁰. E questionou a intenção do governo em manter a ordem ao buscar informações sobre a movimentação da coluna rebelde: “se corajosamente, como diz, se preparava se por vezes para os bater, por que me mandava saber delles o que pretendião?” Além disso, apontou que o presidente tomou medidas duvidosas ao retirar a autoridade do juiz municipal e delegado de um destacamento de força policial, além de demitir poucos dias antes da chegada dos revoltosos o subdelegado Felipe Guedes de Brito.

¹³⁷ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Parahyba do Norte, 02 de outubro de 1849. Nº 08.

¹³⁸ Idem, p. 03.

¹³⁹ Ibidem, p.03

¹⁴⁰ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Parahyba do Norte, 02 de outubro de 1849. Nº 08.

Para o bacharel, tais medidas revelavam a “versatilidade de caracter de S. Ex.” e sua “maledicencia” do presidente, que parecia ter interesse nos rebeldes, não assumindo uma postura concreta, afinal, dialogou constantemente com os liberais da província, ao ponto de supostamente enviar dois importantes partidários para negociar com a coluna; o Aragão e Mello e Amaro da Gama.

Vale ressaltar que Aragão e Mello foi autor da denúncia que apontamos anteriormente, na qual o deputado afirmou um suposto arranjo proposto por João Antônio Vasconcellos com os liberais na capital da província em troca de não aderirem aos revoltosos pernambucanos. Quanto ao tenente coronel Amaro da Gama, sua atuação na negociação foi aprofundada no livro de Lopes Machado sobre a revolta, onde apontou essas articulações entre os liberais junto ao presidente e a negociação com a coluna praieira na província.

A fala de Lopes Machado implicou um posicionamento duvidoso de João Antônio Vasconcellos, sugerindo um “flerte” secreto com a coluna dos revoltosos. De fato, a relação entre o então presidente da província tornou-se mais distante dos liberais após a derrota na cidade de Areia. Se de alguma maneira havia uma ligação entre João Vasconcellos e a ala liberal na província, como indicou algumas destas denúncias, após o fracasso dos praieiros em fevereiro, o então presidente tornou-se o principal alvo das críticas expostas em *O Reformista*, principalmente no que diz respeito às eleições daquele ano, como iremos destacar nos próximos capítulos. Deste modo, João Vasconcellos abandonou a postura conciliadora e alinhou-se por completo aos conservadores, automaticamente nomeando-os em cargos estratégicos na província. Uma postura totalmente compreensível tendo em vista as atribuições de um presidente nomeado pelo Imperador.

Este mesmo teor apareceu na fala de Lopes Machado no **Quadro da Revolta Praieira na Província da Parahyba**, publicado anos depois. A base de sua narrativa no livro partiu de dois pontos determinantes; o primeiro a ampla reflexão da constituição a qual considera ilegítima desde sua consolidação e a necessidade de reformas profundas para a concretização de um país livre e uma “real divisão dos poderes políticos”, rompendo com “despotismo constitucional” que havia sido criado de forma oculta¹⁴¹. Esta posição tem em vista o papel do Poder Moderador consagrado pela Constituição do Império, que gerou várias críticas no contexto da

¹⁴¹ Ver (Machado, 1983 [1854], p.29).

Independência e permaneceu nos discursos políticos do segundo reinado. O outro ponto determinante, foi criticar severamente João Antonio Vasconcellos, onde reiterou a mudança de postura do presidente na medida em que aprofundou o testemunho sobre os eventos na cidade de Areia em 21 de fevereiro de 1849.

Também contrapôs no livro outro artigo do presidente da província publicado na edição 28 do Correio Official do dia 06 de fevereiro de 1849. Segundo Machado, neste documento o presidente João Vasconcellos apontou uma breve análise dos eventos em Recife no combate de 02 de fevereiro, utilizando “uma linguagem de jesuíta”, dando por finalizada a revolta em Pernambuco ao assumir que “os revoltosos fugiam espavoridos, dispersos, sem chefes, e que o general Coelho, empenhada na sua perseguição, os seguia sem lhes dar descanso”¹⁴². O bacharel enfatizou este posicionamento enquanto um engano cometido pelo presidente, afinal de contas a coluna “occupavam á viva força” na cidade de Goiana e para o “cumulo de afflições, vogou nessa occasião pela capital a noticia de quererem os liberaes acommette-la com vista de si muinirem”¹⁴³. E em tom irônico apontou que Vasconcellos “não era um homem de coragem precisa para o que em taes apertos si devia fazer”¹⁴⁴, além disso, não possuindo o apoio do partido baêta/conservador, preparou-se para evadir-se da cidade, deixando um cavalo selado que tomou por empréstimo do coronel Francisco Alves de Souza Carvalho.

Neste ponto de sua discussão, Lopes Machado evidenciou a suposta “somma enorme de absurdos, calumnias e falsidades que o Sr. João Antonio Vasconcellos estampára neste seu artigo”¹⁴⁵, que na verdade, por trás de sua devoção ao governo, havia o desejo de alcançar um cargo de desembargador como recompensa pelos seus serviços¹⁴⁶. As ações do presidente da província foram enfocadas pelo bacharel, apontando a tribuna e a imprensa enquanto vítimas de suas ações. Primeiro por adiar a Assembleia Legislativa diante do receio de ter seus crimes expostos, a câmara municipal da capital também teria sido invadida e fechada pela “sua polícia-macóta”¹⁴⁷ e segundo, por atacar constantemente a imprensa; “essa foi processada, invadida e

¹⁴² Ver (MACHADO, 1983 [1851], p.56)

¹⁴³ Idem, p.56.

¹⁴⁴ Ibidem, p.56.

¹⁴⁵ Ver (MACHADO, 1983 [1851], p.56)

¹⁴⁶ Idem, p.47.

¹⁴⁷ Grifo do autor. O termo refere-se a algo de prestígio e influência.

saqueada por sua ordem; porque a imprensa era para elle, assim como para opressores similhantes, o fantasma que mais o assombrava”¹⁴⁸.

Segundo o bacharel tais crimes cometidos por Vasconcellos eram determinantes para demostrar seu caráter violento e criminoso. E justificou o confronto em seu relato, destacando-o enquanto um “movimento armado que devemos considerar a - intenção e o motivo. -”¹⁴⁹, considerando a guerra uma obra violenta de Deus, no mesmo nível de catástrofes naturais como terremotos e vulcões, principalmente quando a paz se tornou perigosa ou impossível, sendo justa quando necessária como o caso de Pernambuco, pois:

“[...] É preciso muitas vezes não dobrar a cerviz ao alfange do opressor; é preciso que conheça que só ha senhores, onde ha escravos. É indispensável que todos os cidadãos acabem com o opressor publico quando este, como alli, si tem tornado tam criminoso e perigoso, que a morte de todos é um momento natural de um só momento de hesitação. [...]”¹⁵⁰

Desta forma, diante da situação de Pernambuco dominada pela violência e usurpação, não havia uma alternativa além da guerra. E o comportamento de João Vasconcellos legitimou a perpetuação do combate na Paraíba que em “nenhum outro logar melhores proporções offerecia que a cidade d’Arêa: a sua localidade, os seus habitantes, as autoridades eram outros tantos auxiliares, com que deviam contar”¹⁵¹. Pois para o bacharel na cidade de Areia, com exceção de uma fração insignificante “sem nome, nem conseito”, todos seus habitantes possuíam genuíno comprometimento com a pátria e a causa liberal.

Contudo, a revolta sofreu outro fracasso na empreitada dos liberais de Areia e Lopes Machado continuou protagonizando cenas das consequências da Revolta, principalmente no que diz respeito ao acirrado debate na imprensa partidária da província, impedido de assumir seu assento na Assembleia Legislativa¹⁵², combateu nesta arena por meio de correspondências publicadas no jornal liberal *O Reformista*. Além disto, nos deixou o legado de seu Quadro sobre a Revolta Praieira publicado anos após a revolta, como aprofundamos no capítulo anterior.

¹⁴⁸ Ibidem, p.59.

¹⁴⁹ Ver (MACHADO, 1983, [1854], p.59)

¹⁵⁰ Idem, p.59-60.

¹⁵¹ Ibidem, p.70.

¹⁴⁸ No jornal reformista publicado em 20 de dezembro de 1849 foi publicado um ofício no qual explica que o deputado estava sendo processado pelo seu envolvimento na revolta.

Ao ser anistiado em 1852, retornou efetivamente à cena política paraibana, tornando-se chefe do Partido Liberal em Campina Grande, posteriormente ascendeu nas 12^a e 13^a legislaturas de 1858-1859, 1860-1861. Com a conclusão do mandato mudou-se para Recife onde deu continuidade à sua carreira política, assumindo diversos cargos e atividades intelectuais, inclusive a de deputado nos anos de 1864-65, 1866-67, 1870-71 e finalmente 1878-79 (DEUSDEDIT, 1966, p. 52; MARIZ, 1987 [1922], p.41). Lopes Machado, deste modo, foi um ícone do partido liberal neste contexto, gozando de uma longa e bem-sucedida vida política.

Outro deputado importante nos Tempos da Praieira foi o Dr. Antônio Manuel de Aragão e Melo, uma das figuras marcantes da elite política provinciana. Nascido em Bananeiras, em 1 de fevereiro de 1814, filho do casamento entre Antônio Manuel Pacheco de Aragão e Ana Isabel Bandeira de Melo, frequentou o Seminário de Olinda, abandonando a formação eclesiástica após quatro anos. Posteriormente, entrou na Faculdade de Direito de Olinda, onde foi bibliotecário e formado na turma de 1845, aos 31 anos (NÓBREGA, 1964, p.22).

No mesmo ano em que concluiu o curso superior ocupou o cargo de secretário do governo na Província da Paraíba, primeiro ano de governo do Tenente Coronel Frederico Campos. Também atuou enquanto promotor público, professor do Liceu e deputado provincial por duas vezes no final da década de 1840 nas 6^a (1846-1847) e 7^a (1848-1849) legislaturas. Nesta última, a atuação pelo partido liberal no período posterior à Revolta Praieira foi enfática ao expor em discurso na Assembleia Provincial uma possível negociação, por parte do presidente João Antonio Vasconcellos, com os membros do partido liberal, publicada n'O Reformista, como apontamos anteriormente. O que nos permitiu uma percepção diferenciada do que a historiografia local apresentou sobre a adesão dos liberais da Paraíba à Revolta Praieira, compreendendo o nível de barganha e articulações entre os agentes políticos na província.

Embora que não tenha engajado no conflito, Aragão e Melo atuou após o combate em Areia a favor da Constituinte, uma ação ousada por se tratar do ponto ideológico adicionado por Antonio Borges da Fonseca às reivindicações dos revoltosos em Pernambuco¹⁵³. A constituinte foi o principal eco da revolta na Paraíba,

¹⁵³ O general Mello Rego destacou que a participação de Borges da Fonseca assumiu justamente o caráter ideológico que faltava ao movimento, ao procurar os deputados para convencê-los de que a revolta sem uma ideia política como bandeira não passaria de uma mesquinha disputa de facções

pauta assumida no editorial do jornal chefiado pelo bacharel, tema recorrente de suas edições e item importante da agenda liberal na província.

Seu discurso na tribuna a favor de uma constituinte foi publicado integralmente na 8^a edição do jornal. A partir de uma fala baseada na necessidade de reformas, Aragão e Mello buscou argumentar através de um tom respeitoso e comedido diante a Assembleia e Vossa Majestade Imperador, entretanto, alguns aspectos de sua narrativa alinharam-se com as inquietações que Lopes Machado ponderou em Quadro da Revolta Praieira na Província da Parahyba, principalmente no que diz respeito a insatisfação que a Constituição configurou desde sua concepção, como podemos observar:

“Com o mais profundo respeito, a Assembléia Legislativa da Província da Parahyba do Norte, fiel intérprete dos sentimentos de seos committentes, que, são sem duvida, os da maioria da Nação, vem pedir a V. M. I. a convocação de uma Constituinte, que, organizando o Paiz, faça com que a liberdade seja uma realidade, que os direitos dos cidadão seja devidamente respeitados, e que o throno de V. M. I, seguro em bases mas solidas, não tenha precipitar-se, trazendo com sua queda a ruína do Brazil. Não é precizo, Senhor, grande esforço, de inteligencia para conhecer-se, que a sociedade Brazileira esta abalada em seos fundamentos, e que a continuação do estado anormal, em que temos constantemente vivido, desde a epocha de nossa emancipação política, tratá, como infalivel rezultado, um desmoronamento total. A Constituição existe, que o Brazil foi obrigado a aceitar, por que não pode resistir ao golpe d' Estado pelo qual foi dissolvida em 1823 á Assembleia Constituinte [...] Vinte quatro annos de dolorosa experiência tem feito conehcer, que é uma ficção essa divizão de poderes marcada na constituição existente, e que a fora o poder Executivo; nada mais existe. [...]”¹⁵⁴

O documento teria sido uma manobra traiçoeira, “produto de um golpe”, afinal, o Poder Moderador concentrava todos os outros poderes na figura do Imperador, centralizando as decisões, apontando como exemplo a dissolução da Assembleia Constituinte em 1823. Desta forma, convergindo na percepção dos deputados a insatisfação com a estrutura democrática do país, que impedia a atuação das províncias com autonomia. Importante apontar que os deputados liberais em questão foram colegas de turma em Olinda e terminaram o curso no mesmo ano 1845. Nos permitindo compreender um certo alinhamento de ideias no que diz respeito à

almejando o poder. Deste modo, a bandeira apontada pelo outrora inimigo do Partido e perseguido pelo Governo de Chichorro da Gama, seria justamente a convocação de uma Constituinte e através dela pudesse viabilizar reformas radicais. Reconhecendo a necessidade do cunho ideológico do movimento, os deputados aderem à constituinte, que ganhou espaço nos debates propostos pela imprensa partidária durante o contexto (REGO, 1899, p.23-24).

¹⁵⁴ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Parahyba do Norte, 02 de outubro de 1849. N^o 09.

bandeira ideológica que deu força a Revolta de Pernambuco e tornou-se pauta do eco do movimento na Província da Paraíba.

Para o Dr. Aragão e Mello não havia autonomia dos outros poderes diante da presença do Poder Moderador. O Judiciário, um exemplo das nações constitucionais, estaria em completa subordinação e dependência ao governo que poderia demitir, suspender e remover juízes quando julgasse conveniente. As leis, eram revogadas e anuladas por meio de regulamentos e avisos “e o Governo, que sabe, que nenhuma responsabilidade tem pelos abusos e prevaricações, que commetter, vai de dia em dia acabando com o poder legislativo”¹⁵⁵ ao ponto de não possuir menor influência nos negócios públicos do país.

A fala do bacharel arrematou o ponto importante da necessidade de autonomia entre os poderes para a gerência das províncias diante das constantes mudanças de cargo e demissões, objetos importantes na barganha das experiências políticas da época. Outrora, estes aspectos favoreceram o gabinete ao qual o deputado estava alinhado e ocupando boas posições no jogo político durante o quinquênio liberal. Contudo, com a mudança de poder, a estrutura possibilitou diversos limites aos liberais com a retomada pelos conservadores, principalmente no que diz respeito ao cenário instaurado pelas consequências da Revolta Praieira na província paraibana. Desta forma, ficou evidente que as disputas na província possuíam uma notória concentração “em torno das nomeações para os diversos cargos” (DOLHNIKOFF; 2005, p.218).

O processo eleitoral também apareceu em seu discurso a Assembleia, descrito enquanto “uma luta de morte entre o Governo e o Pôvo”, marcada pela violência e perseguições, custando lágrimas e sangue da população diante de um quadro de funcionários do Estado reduzido e escravizados, “sem liberdade, e sem vontade”. O deputado destacou elementos comuns durante as eleições. Seu discurso ocorreu após diversos acontecimentos que marcaram o acirrado pleito daquele ano, tendo em vista as denúncias em torno das eleições primárias de agosto, e ainda o assassinato do Dr. Trajano Chacon, que terminou sendo associado à disputa eleitoral, considerado um crime político legitimou novas perseguições aos liberais na província.

Entretanto, esta mesma estrutura a qual o discurso de Aragão e Mello apontou enquanto danosa a nação, privilegiou os liberais durante o seu domínio, inclusive

¹⁵⁵ Idem, p.03

sugerindo uma rachadura entre o partido, tendo em vista o estranhamento entre liberais da capital e os chefes locais de Areia nas eleições de 1847. Como apontamos anteriormente, quando estavam no poder e disputavam as eleições, os líderes do partido liberal na província configuraram uma relação sensível aos interesses individuais pelos cargos políticos (GRAHAM; 1997). Apenas com a possibilidade da revolta na província foi que em Areia se constitui uma frente unificada em apoio aos liberais pernambucanos.

Após a revolta o foco foi a Constituinte, a partir de posicionamentos publicizados nas arenas de disputas, principalmente no que diz respeito à imprensa. Com *O Reformista* essas duas faces; Lopes Machado e Aragão e Mello assumiram papéis importantes nos novos direcionamentos das querelas políticas na província. Dois bacharéis em Direito ícones do debate da pauta liberal associados diretamente ao jornal e consequentemente ao eco da Praieira na província.

Tendo em vista a importância dos jornais neste contexto, outras lideranças atuantes ganharam destaque vinculadas de forma íntima a imprensa. Primeiro Antonio Borges da Fonseca, o paraibano republicano que “ganhou” o Império de notório e histórico engajamento político, um veterano durante o contexto da abdicação de D. Pedro I no Rio de Janeiro, e posteriormente durante a Revolta Praieira tornou-se um poderoso aliado dos praieiros. E Felizardo Toscano, o futuro Comendador da província de longa carreira pública e proprietário do jornal *O Reformista*.

3.4 Agentes políticos na Imprensa nos Tempos da Praieira: Borges da Fonseca e Felizardo Toscano

A imprensa enquanto arena de disputa política desempenhou papel fundamental na divulgação das ideias e deu ênfase as disputas pelo poder, através de correspondência, denúncias, entre outros aspectos que caracterizaram o cenário político do Brasil Imperial. Neste sentido, o paraibano Borges da Fonseca foi um caso especial ao perfil político do jornalista da época. Uma vez que sua condição

bastarda¹⁵⁶ supostamente impediu de alcançar a formação intelectual¹⁵⁷, atuando enquanto advogado sem formação na condição de rábula¹⁵⁸, contudo, sua carreira jornalística projetou o paraibano em todo o Império (SANTOS, 1994).

Borges da Fonseca frequentou o Liceu Pernambucano, formando-se no ano de 1826, ao lado figuras que assumiram posições importantes posteriormente na província. Quando buscou continuar seu treinamento intelectual foi impedido de formalizar vínculo com o Seminário Episcopal de Olinda, por não aceitarem matrículas de filhos ilegítimos (SANTOS, 1994, p.27; SILVA, 2010, p.43). Mesmo sem a ligação formal com a instituição, foi influenciado pelos Padres do Seminário de Olinda, principalmente no que diz respeito aos liberais e de pensamento ilustrado, tendo acesso a obras como Rousseau, Diderot, entre outros (SILVA, 2010, p.45).

Em suas publicações autobiográficas afirmou que desde os 16 anos seu “espírito político” estava atrelado às dimensões das lutas políticas de 1817, 1821 e 1824¹⁵⁹ e onde destacou que se entregou “de corpo e alma à grande luta da nossa emancipação”¹⁶⁰ (SANTOS, 1994; RICCI, 1995, p.30; SILVA, 2010, p.46).

Atuou como rábula ao longo da vida, não conseguiu formalizar o título de bacharel em Direito, algo que foi utilizado por seus desafetos políticos para rebaixá-lo¹⁶¹. Contudo, sua atuação na imprensa tornou-se icônica, tendo em vista a extraordinária projeção nacional à frente de jornais políticos, atuando na Corte (Rio de

¹⁵⁶ Contudo, era descendente de uma família de militares, reconhecidos pelos serviços prestados à Coroa na Paraíba, inclusive na administração da província ainda no período colonial entre os anos de 1745 e 1753, algumas figuras de sua família alcançaram posições importantes e formação intelectual.

¹⁵⁷ A trajetória de Borges da Fonseca foi abordada por diversos autores, dentre eles, destacamos o trabalho biográfico de Mário Márcio de A. Santos: *Um homem contra o Império: Antônio Borges da Fonseca* publicado em 1994.

¹⁵⁸ Em seu livro o autor levantou o debate da ausência de sua formação e que implicou diante seus inimigos políticos um argumento para diminuí-lo, nos revelando o peso da formação intelectual para as elites e a condição de autoridade que conferia ao agente político. Contudo, enquanto rábula Borges da Fonseca teria tido sucesso e uma clientela.

¹⁵⁹ Diário de Pernambuco, nº 01 de 02 de janeiro de 1860 e nº 02 de 03 de janeiro de 1860, publicação transcrita por Maria de Souza Rangel Ricci em *A atuação política de um publicista: Antonio Borges da Fonseca* em 1995, p.73.

¹⁶⁰ FONSECA, Borges da. *Manifesto Político. Apontamentos de minha vida política e da vida política de Dr. Sabino Urbano Pessoa de Mello*. Recife, Typografia Comercial, 1867, p.5-6.

¹⁶¹ Questão que reafirma o valor e a importância em se obter um título de bacharel em Direito, funcionando normalmente enquanto uma porta de entrada para a vida política. O fato de não possuir o título conferia aos adversários políticos de Borges da Fonseca argumentos para diminuí-lo intelectualmente. O que gerou questionamentos quanto a obtenção do “certificado de Doutor em Direito”, pela Universidade de Rostock na Alemanha durante sua curta estadia na Europa entre os anos de 1857-1858. Segundo os opositores do jornalista, tratava-se de uma mentira “descarada”, acalorando as críticas direcionadas ao político que teria fraudado tal titulação nos jornais da época (SANTOS, 1994, p.275).

Janeiro) e em Recife em momentos efervescentes da disputa política neste contexto do Império (SANTOS, 1994; PINTO, 1977 [1916], p.120).

Iniciou na imprensa com a publicação do *Gazeta Paraibana* (1828), segundo jornal da província. Sua atuação teve repercussão em outros jornais mobilizando os redatores do *Jornal do Comércio*, do *Diário do Rio de Janeiro* e *d'O Alienista*, que compartilhavam a ideia que a folha paraibana agitava com a pregação republicana, e isto, rendeu-lhe alcunhas de “anarquista”, “criminoso”, e, evidentemente, “republicano” (SILVA, 2010, p. 51). Inaugurou na província em 1829 na Província um Tribunal de Júri “por crime de abuso de liberdade de imprensa”, previsto pelo “Decreto de 12 de setembro do ano anterior”. Desta forma, o jornalista supostamente foi o primeiro réu na Paraíba, o que acarretou a sua demissão do cargo de professor de primeiras letras, encerrando as atividades com *Gazeta* e mudança para Recife (PINTO, 1977 [1916], p.104; SILVA; 2010, p.52).

Em Pernambuco, Borges da Fonseca prosseguiu na arena da Imprensa, fundando seu segundo periódico *O Abelha Pernambucana* (1829), publicado por um ano e oito meses em Recife, “um órgão de combate à tirania e despotismo”, cujo nome conferia um sentido metafórico às ideias de autonomia política, no qual apenas “nos jardins constitucionais que encontraremos a Abelha”, de “mimosas brandas flores”, o ideal para sociedade (SILVA, 2010, p.55). A folha basicamente defendia a “liberdade, independência e a constituição”. A constituição foi tema recorrente nas publicações e nos debates políticos do jornalista.

Ao elogiar “as revoluções de 1817 e 1824, destacando as “figuras Cipriano Barata e frei Caneca”¹⁶², considerando-os verdadeiros “heróis”, “sábios”, “bons exemplos” dos princípios patrióticos do movimento, lhe proporcionou uma ampla projeção nacional e rendeu-lhe um novo processo e prisão por onze meses pelo crime de imprensa. Contudo, em agosto de 1830 encerrou as atividades do *Abelha Pernambucano*, quando mudou-se para corte somando, deste modo, as fileiras em oposição a D. Pedro I. Movimento que ajudou a derrubar o Imperador tornado engajamento político jornalístico enfático neste contexto do império (SILVA, 2010, p.58).

Nesta ocasião surgiu seu terceiro jornal em 1830, *O Republicano*. Nas páginas do impresso destacou “a falta de brasiliade do Imperador, demonstrando o receio de

¹⁶² Idem.

que ele se tornasse um tirano e limitasse a representatividade da Assembleia Legislativa" (SILVA, 2010, p.58). Além disso, iniciou um debate em torno de uma federação no Brasil, de maneira que suas declarações destacavam o apoio a autonomia das províncias, principalmente no que diz respeito às do Norte, através de um sistema representativo.

Essa ideia do federalismo tornou-se temática central no debate de Borges da Fonseca no jornal republicano, sendo em seu ponto de vista uma via que evitaria a tirania da parte do governo, auxiliando-o em seu melhor funcionamento¹⁶³ com o objetivo principal de promover autonomia para as províncias e maior atuação da Assembleia Legislativa. Além disto, seu posicionamento crítico ao Imperador D. Pedro I ganhou notoriedade na corte, ao ponto de que:

"No dia 6 de abril, nas vésperas da Abdicação de D. Pedro I, Borges da Fonseca, figuras conhecidas da cena pública brasileira daquela época - Francisco da Chagas de Oliveira Santos (redator do *Tribuno do Povo*), Ezequiel Corrêa dos Santos (redator da *Nova Luz Brasileira*), Custodio Dias, Vieira Souto (um dos redatores do *Ástrea*) - e gente de todas as camadas e condições sociais reuniram-se no Campo de Santana para manifestar-se contra demissão do "mistério dos brasileiros", realizada no dia 05, e pedir a reintegração do mesmo. Todavia D. Pedro I, de modo irrevogável, não cedeu a solicitação, reafirmando seu caráter autoritário. O governante, através de uma proclamação, afirmava que não havia motivos para desconfianças contra sua pessoa, pedindo para que os brasileiros confiassem no novo ministério e obedecessem às leis "autoridades constituídas" (SILVA, 2010, p.64)

No dia seguinte a publicação acima, 7 de abril de 1831, o Imperador D. Pedro I abdicou, deixando seu filho, ainda criança, no trono. Neste ponto, a atuação de Borges da Fonseca consagrou a fama de agitador, ocupando uma posição de destaque durante as movimentações políticas que geraram a desistência do Imperador no Primeiro Reinado no Brasil. As duras críticas ao soberano geraram longos debates, encontrando "um terreno fértil para atuar no Rio de Janeiro" (SILVA, 2010, p.63).

Após a abdicação, Borges da Fonseca assumiu um tom mais moderado, tendo em vista que:

"[...] Ao depois de tantos sofrimentos, teve de ceder o ingrato à vontade nacional [...] nós estamos no Campo de Marte e aí fundaremos a nossa regeneração que não deve ser manchada por excesso algum. O perjuro abdicou que se vá em paz gozar dos frutos da sua traição [...] A constituição

¹⁶³ A atuação de Antonio Borges da Fonseca no jornal *Político* é abordada com detalhes pela dissertação de Mestrado defendida em 2010 por Carolina Paes Barreto da Silva com título de "A Trajetória D' O *Republício* no fim do primeiro reinado e início da Regência: os discursos impressos de Antônio Borges da Fonseca sobre a política Imperial (1830-1832)".

seja o nosso norte; com ela tudo venceremos: prudência, conciliação, moderação, ordem e respeito a todos os nossos chefes.”¹⁶⁴

Além do teor de conciliação diante do novo contexto político que iniciou com a regência, atuou atrelado a Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro, objetivando afastar tentativas de restauração do poder de D. Pedro I e manter a ordem pública, ao lado de notórios liberais exaltados da corte. A Sociedade Defensora ergueu a bandeira liberal com a função cívica de coibir a agitação da população das camadas mais baixas, “os chamados populachos”, e conseguiu influência em outras camadas mais elevadas dos salões da Corte (SILVA, 2010, p.66 apud GUIMARÃES, 1990).

Na medida em que a Regência foi ganhando estabilidade política e os riscos de uma revolta popular regressista anulados, os desentendimentos entre as lideranças da Sociedade Defensora afastaram Borges da Fonseca do diretório. E as publicações no “*O Republico*”, teriam perdido o seu propósito com a renúncia de D. Pedro I. Neste novo momento da política na Corte, “Borges tornara-se um aliado incômodo após a abdicação”. A estratégia utilizada para retirá-lo do cenário foi oferecer um cargo de Secretário do Governo na Província da Paraíba. Para onde retornou em 1831. (PINTO, 1977, 1916, p.119; SANTOS; 1994, p.61).

Contudo, durante o período que permaneceu na província paraibana lidou com a disputa pelo cargo, pois quando Francisco José Meira¹⁶⁵ assumiu o comando da província enquanto presidente interino em setembro de 1832, demitiu Borges da Fonseca. No ano seguinte, tornou a ocupar a secretaria, embora que temporariamente, pois devido a divergências com o recém nomeado presidente André de Albuquerque Maranhão, foi novamente demitido. Essa última exoneração rendeu uma publicação radical n’*O Republico*¹⁶⁶, onde prometeu “jamais aceitar outro cargo público”, um posicionamento contrário a dependência destas figuras políticas para alcançar uma vaga na ordem burocrática do Império (PINTO, 1977 [1916], p.113; SANTOS, 1964, p. 64; SILVA, 2010, p.70).

¹⁶⁴ *O Republico*, nº 51 de 07 de abril de 1831. Apud (SILVA; 2021, p.65)

¹⁶⁵ Francisco José Meira foi uma importante face da elite e de longa carreira política na província da Paraíba, esteve presente na instalação do primeiro Conselho Geral da Província em 1826, e em na segunda composição do Conselho em 1830-1933. E após a instalação da Assembleia Legislativa em 1835, ocupou por diversas vezes cadeira de deputado provincial, 1º (1835-1836), 2º (1838-1839) 3º (1840-1841), 4º (1842-1843), 5º (1844-1845), 8º (1850-1951), 9º (1852-1853), 10º (1854-1855)

¹⁶⁶ *O Republico*, nº 211 de 15 de novembro de 1832. Apud (SANTOS, 1994, p.72)

Neste curto período em que esteve na Paraíba, continuou suas atividades com “*O Republico*”¹⁶⁷. De acordo com Silva (2010), uma segunda fase do jornal, onde o publicista assumiu novas vertentes teóricas, “substituindo Rousseau por Volney”¹⁶⁸, e iniciando uma ferrenha disputa com o republicano e antigo companheiro Jorge Freire proprietário do Raio da Verdade (SANTOS, 1964, p. 64; SILVA, 2010, p.70).

Enquanto secretário do Governo, lidou com as duras críticas do jornal chefiado por Freire. Sua conduta relapsa ao cargo que ocupava foi mote principal das publicações no Raio da Verdade, apontando a indisciplina no horário, pois “chegava depois do meio dia à Secretaria”, e por fazer “estações” durante o expediente acompanhado de um pequeno grupo de policiais. Segundo a denúncia, ao invés de “ver obras” saia a diversos lugares, “ia a sua tipografia; à loja de Joaquim da Silva Guimarães, às casas do major Sérgio, do major Barreto, dos alferes Ernesto; à Casa da Câmara, outras vezes à tenda do sapateiro” (SANTOS, 1994, p.66).

Em resposta, Borges da Fonseca combatia as acusações nas páginas do *O Republico*, e acionou a justiça através de um processo contra seu opositor do Raio da Verdade (MARIZ; 1987 [1922], p.26). Interessante pontuar que Freire fez parte da Sociedade Jardineira ou Carpinteiros de São José em 1820, ao lado de Borges da Fonseca. A sociedade em questão foi fundada com o objetivo de contrapor a Sociedade Coluna do Trono atrelada ao Imperador D. Pedro I. De inspiração maçônica, possuía grande influência política no início do século XIX e teria se ramificado por diversas outras províncias. Outrora companheiros, disputavam o palmo a palmo nas linhas dos jornais neste novo momento político (SANTOS, 1994, p.32-33; SILVA, 2010, p.50)

Apesar da demissão da secretaria do Governo, Borges da Fonseca conseguiu se eleger com maioria de votos para vereador da Câmara Municipal da Capital da Paraíba e alcançar “a primeira suplência de deputado à Assembleia Geral do Império” (SANTOS, 1994, p.66). Entretanto, o assassinato de Jorge Freire, redator do Raio da Verdade interrompeu a atuação política do publicista na província da Paraíba. Acusado de ser autor do crime, a carreira pública do jornalista sofreu um novo obstáculo, sendo impedido de tomar assento na Câmara de Deputados como suplente

¹⁶⁷ Na imprensa, outro jornal “ganhou vida” através das linhas do redator; *O Publicador Paraibano* (1833) (SILVA, 2010, p.70).

¹⁶⁸ Na nova versão do “*O Republico*” em terras paraibanas a epígrafe do jornal citava o conde Volney, Constantin-François Chasseboeuf, político e intelectual francês que fez parte dos Estados Gerais e a Assembleia Nacional Constituinte na Revolução Francesa (1879) (SILVA, 2010, p.67).

da Paraíba. Com a situação o jornalista optou por se retirar da cena política paraibana retornado ao Rio de Janeiro (SANTOS, 1994, p.74).

Na Corte, *O Republico* voltou circular em 1834, condicionado às mudanças de posicionamento e contexto regencial. Uma terceira fase, onde teceu duras críticas ao ministro da Regência Trina Permanente, Aureliano de Sousa, Oliveira Coutinho e “aos atos da administração pública”. Após outro processo judicial, encerrou novamente as atividades do jornal, retornando posteriormente, quatro anos depois, em uma quarta fase (1837). Onde “tornou a escrever discursos inflamados” e em consequência foi processado mais uma vez por crime de imprensa, o que motivou a encerrar as atividades do jornal definitivamente (SANTOS, 1964, p. 60; SILVA, 2021, p.71)

Na década de 1840, residindo em Pernambuco e consagrado jornalista, “agitador popular”, entre outras nomenclaturas, o publicista prosseguiu sua atuação na imprensa. Foram diversos jornais em oito anos até eclosão da Revolta Praieira; *O Correio do Norte* (1841-1842), *O Nazareno* (1843-1844), *O Foguete* (1844), *O Verdadeiro Regenerador* (1844-1845), *O Espelho* (1845), *O Verdadeiro* (1845), *O Eleitor* (1846), e *O Tribuno* (1847-1848).

Após seu engajamento na Revolta Praieira e o fracasso do movimento, continuou atuando enquanto redator e colaborador entre as décadas de 1850 e 1860. Dentre estes, *A Revolução de Novembro* (1850-1852), a quinta e última fase do *O Republico* (1953-1856), *O Prometeu* (1856), *O Constituinte* (1861), uma nova fase e última para *O Tribuno* (1866-1869), encerrando sua notória carreira enquanto publicista¹⁶⁹, somando assim quarenta e dois anos de atividades na arena da imprensa (SANTOS, 1994, p.75; SILVA, 2010, p.72; ROSAS, 2020, p.167).

Importante frisar que no contexto da Revolta Praieira em Pernambuco circulavam inúmeros jornais políticos de filiações partidárias e que seu sistema de organização tinha uma característica interessante: cada bloco era liderado por uma folha principal que orientava as publicações menores, normalmente de "edições espaçadas e intermitentes". Desta forma, o Diário de Pernambuco, chamado pela oposição de Diário Velho, organizou os jornais conservadores alinhados ao partido gabiru, e os jornais aliados aos praieiras se orientavam pelo *Diário Novo* (MARSON, 1980, p.29).

¹⁶⁹ Segundo (Santos, 1994, p.302-303), Borges da Fonseca faleceu em abril de 1872.

Outro ponto importante da organização e atuação dos jornais na arena da imprensa: a Tipografia do jornal. Em Recife, por exemplo, a “Typografia Imparcial, de Luís Inácio Ribeiro de Roma, era responsável pela maior parte dos jornais praieiros, já as folhas dos *gabirus* estavam diretamente vinculadas “a *Typographia* de Manuel Figueiroa de Faria, posteriormente *Typographia União*”¹⁷⁰. A imprensa, desta forma, possuía uma organização estrutural na manutenção dos diversos debates e denúncias de seus jornais e folhetos e que demarcou o caráter singular da arena na Revolta Praieira. Ao nível de que a localização do jornal nomeou pejorativamente o grupo político, o “nome praieiro nivelava os redatores do Diário Novo aos comerciantes (‘especuladores’), que em grande parte eram portugueses” (MARSON, 1980, p.43).

Neste contexto, Borges da Fonseca desempenhou um papel importante na disputa partidária em Pernambuco por meio de vários jornais impressos alternativos em sua *Typografia Nazarena*, instalada em Recife. Por meio desta, movimentou debates exaltados em defesa da queda da monarquia mantendo seu teor republicano, o que lhe rendeu mais processos e prisões. Também assumiu a defesa da nacionalização do comércio, e uma postura antigovernista, estando sempre em oposição às autoridades estabelecidas, pois não aceitava integralmente as propostas *gabirus* e não concordava com as medidas praieiras. E por este motivo foi rotulado ora praieiro, ora gabiru, dependendo da facção estava no poder (MARSON, 1980, p.43).

Dentre os processos que respondeu judicialmente, o mais grave deles ocorreu durante o domínio praieiro. Condenado a oitos anos de prisão. O tema foi abordado no nº 24 do jornal 06 de outubro de 1947, por um correspondente que usou o pseudônimo de “Dr. Microscopio”,

Lá dentro das tormentosas separações, que para nós destinou a lei, geme vítima do predomínio, e vingança de um partido Snr. Antonio Borges da Fonseca digno redator do Nazareno, que firme em suas opiniões (boas ou más) as espalhou em seu jornal : hostil a administração do Chichorro, censurou severamente seos actos, mostrou seos erros, e clamou altamente contra sua conservação em Pernambuco: este proceder deu vida a um partido, que lhe devotou odio, e em sua maior colera chama-o por meio da justiça ao tribunal, accusa-o do crime do artigo 90 do Cod. Crim., e neste tribunal, a que deve presidir a consciencia, e somente escutar-se os factos, intimada ao Redactor Nazareno a setença de seos delictos, - a prizão de 8 annos. - Nos sentimos, e temos fé que ella merecerá reforma no tribunal, á

¹⁷⁰ O jornal impresso pela “*Typographia União*” associada a ala conservadora do Recife, contava em sua composição com textos assinados por ele que de maneira geral apelava a seus leitores o tema das eleições.

que devia appellar já attentas as provas produzidas em sua defeza, e já cruel hostilidade que sofre o digno cidadão.¹⁷¹

O texto publicado na primeira página do *O Tribuno*, apontou a perseguição ao redator e a pena de prisão de oito anos em consequência as publicações que criticou duramente a administração Praieira. Embora não tenhamos identificado a real autoria, o conteúdo enfatizou o discurso em defesa ao jornalista paraibano, vítima do ódio e perseguição política “já cruel hostilidade que sofre este digno cidadão”¹⁷². Além de sugerir a necessidade de recorrer, ou “reformar” a sentença.

A situação da prisão de Borges de Fonseca foi apontada em outros momentos no jornal, sendo continuamente questionada a postura severa do Governo quanto à condenação do jornalista. A liberdade de imprensa destaque nas edições do jornal¹⁷³ através de denúncias, críticas e denominações que seus opositores recebiam em linguagem simples, exaltada e de notório apelo popular¹⁷⁴.

Antes mesmo da sentença de Borges da Fonseca ser publicada, em seu jornal alertou a perseguição imposta pelo então chefe de polícia Vicente Ferreira Gomes contra o Nazareno, “por abuso de liberdade de comunicar os pensamentos”¹⁷⁵. Em diversas edições, realizou exaltadas críticas a figura do presidente de província, declarando abertamente sua hostilidade utilizando expressões como: “este infamissimo Xixorro é um monstro sem reputação, e sem onra, e por isso quer acabar a reputação, e onra d'este Pernambuco”¹⁷⁶. Este posicionamento também se estendeu

¹⁷¹ Hemeroteca digital. *O Tribuno*. Recife, 6 de outubro de 1847. Nº 24.

¹⁷² Idem, p.01.

¹⁷³ Na edição nº 31 de 21 de outubro de 1847, com o título de “E Muita Mizeria”, o jornal aponta a perseguição de Urbano Sabino de Melo e Nunes Machado e as falhas contra o povo cometendo verdadeiros assassinatos desde que “esses dois malvados” subiram ao poder. O Regenerador Brazeiliro; uma folha comercial que discutia o comércio nacional, perseguida por se opor ao comércio estrangeiro. Indijena de Joaquim Vilela e Muniz Tavares que advogava na causa da liberdade e perderam a licença para ser publicada. A petição dos artistas, que por própria confissão de Nunes Machado, sabia que desde 1845 estava na secretaria da Justiça, porém nunca foi proposta nenhuma medida correspondente aos interesses dos artistas nacionais. E *O Nazareno*, jornal republicano, “que muito aterrava a corte e facção imunda, que nos devasta”. Neste âmbito, o texto questionava a busca pela reeleição por parte dos opositores.

¹⁷⁴ Na edição de 19 de outubro de 1847, o jornalista convida a população a se subscrever para a compra de uma tipografia Popular, “que se ponha no lugar da Nazarena” convocando todos os interessados “na defeza da liberdade” em concorrerem como podiam, pois, havia a “mais do que nunca” era necessária “uma imprensa pela qual o povo adgovar a sua cauza contra esses senhores, que o oprimem”. Deste modo, assumia a necessidade de um veículo para os interesses do povo, deixando evidente um discurso que apelava pelas causas populares. O Discurso do povo e suas necessidades tornou-se uma constante neste contexto das eleições. Percebemos que cria uma forma de diferenciar o jornalista dos deputados da Praieira ao qual se referia enquanto fidalgos, traidores da causa do povo, dos artistas, vendidos aos estrangeiros.

¹⁷⁵ Hemeroteca digital. *O Tribuno*. Recife, 4 de setembro de 1847. Nº 14.

¹⁷⁶ Hemeroteca digital. *O Tribuno*. Recife, 4 de setembro de 1847. Nº 14.

aos destacados deputados praieiros Urbano Sabino de Mello e Nunes Machado¹⁷⁷, as futuras lideranças da Revolta Praieira.

As denúncias contra estes deputados foram destaques ao longo das edições, principalmente na medida em que se aproximavam as eleições¹⁷⁸ para deputado geral e provincial, cargos almejados por Borges da Fonseca¹⁷⁹. Embora não tenha ocupado cadeira na Assembleia Legislativa ou Geral, algo que marcou sua carreira política, pois “sem uma aliança com um dos partidos imperiais, era muito difícil, ou mesmo impossível, ele obter sucesso nas urnas como candidato, mesmo contando com a simpatia de parte da população de Recife” (ROSAS, 2020, p.176-177).

As eleições também foram temas recorrentes nos textos publicados pelo jornal, publicando reivindicações na edição de nº 27 de 13 de outubro de 1847, onde o redator

¹⁷⁷ O clima da disputa demarcam as páginas do *O Tribuno*, na edição nº 28 publicada em 13 de Outubro de 1847, e posteriormente nas nº 30 de 19 de outubro e nº31 de 21 outubro, na primeira página aparece em destaque com título de “Morfina”, a fala do deputado Urbano Sabino na Assembleia Legislativa em 1 junho de 1847, atacando pontualmente Borges da Fonseca, “provocador da jente de cor”, “que quer derramar pela minha província todos os elementos da desordem, que procura intrigar, e renovar a antiga odiozidade de brazileiros contra portuguezes”, por sua vez o jornalista questiona em uma curta resposta “E é jente, que quer ser chefe de um partido popular? Dizei, omes de côr [...] Ensinar-vos os vossos direitos é certamente é exsitar-vos, é provocar-vos a que defendaes [...].” A questão da cor, nesta ocasião torna-se argumento para diferenciá-lo dos políticos da Praia, que de acordo com o jornalista não defendiam a causa do povo. Esse tema será exposto novamente dias depois em um texto publicado na edição de nº33 de 29 de outubro de 1847. Com o título “Aytianismo”, a questão da raça é debatida relacionada diretamente a opressão da facção Praieira, o texto inicia a discussão mencionado que bastava “algum de cor” buscar seus direitos que estaria “exsitar rivalidade cores”, promover sedições, “quer reduzir-nos ao estado de S. Domingos ou Hayti - referencia as revoluções promovida pelos negros no processo de independencia destes países - como teria acusado-o Urbano Sabino. O argumento exposto é que o deputado não representava a causa do povo, por “nulificar os nossos patrícios pardos, e pretos” e que o Brasil “não pode jamais ser vitima de insurreições” e nas eleições que se aproximavam “no dia 7 de novembro depozitar nas urnas o nosso voto de consiensiia”. O texto não tem assinatura, sendo parte integrante da fala do jornal *O Tribuno*, e fortalecendo a série de críticas aos deputados envolvidos nas disputas eleitorais.

¹⁷⁸ Verificamos um constante debate sobre as eleições e uma recorrente campanha negativa contra Nunes Machado e Urbano Sabino de Mello nas edições que tivemos acesso do jornal. A edição de 30 de Novembro de 1847 nos chama atenção pela chamada ao eleitor, alertando a proximidade das eleições de 7 de dezembro e traçar duras e pontuando as falhas dos deputados da chamada “praia velha”, de maneira que “Joaquim Nunes Maxado, Manoel Inacio de Carvalho Mendonsa, Jozé Pedro da Silva, e outros nada foram, nada são, nada valem, e nada merecem, escolhel-os de novo para reprezentaren” e não mereciam o voto do patriota que “deseja ver a liberdade de seu paiz”.

¹⁷⁹ No clima das eleições para deputado provincial e geral, um texto assinado por Borges da Fonseca publicado pelo *O Tribuno* nº 33 de 29 de Outubro de 1847 nos chama a atenção. Com o título chamando “Pernambucanos e Paraibanos”, Borges da Fonseca se apresenta enquanto candidato a representação nacional, “ei-de defender o povo, sustentar nossa dignidade nacional, e lutar braço a braço, si tanto carecer meu paiz [...]”. A data que apareceu junto a assinatura de 27 de outubro de 1845, pensamos em duas possibilidades quanto a origem do texto, primeiro um erro na impressão, tendo em vista a data da publicação do jornal e sua originalidade. Segundo a possibilidade de ser um texto escrito por Borges da Fonseca em outro momento quando pleiteava o cargo para deputado em 1845, republicado pelo jornalista para frisar seu comprometimento com seus eleitores, tendo em vista as críticas ao posicionamento vendido dos deputados Nunes Machado e Urbano Sabino de Mello que em 1847 concorriam, respectivamente, para reeleição de seus cargos na Assembleia Geral e na Assembleia Legislativa.

aponta “as condições impostas pelo povo” para “quem queira alcançar a representação nacional”, ou seja, eleger-se deputado geral. Neste caso, oito pontos¹⁸⁰ são apresentados pelo jornalista como necessários para a representação do povo, dentre eles; a revogação de leis que geravam desvantagens para os comerciantes nacionais, inclusive, uma reivindicação recorrente pela proibição de estrangeiros no comércio de retalho; uma reforma da Constituição para o voto livre e universal. Proposta que entendemos como mais audaciosa, tendo em vista a projeção de uma mudança bastante drástica no sistema representativo da estrutura social adotada pelas práticas políticas do Império. A maioria destes pontos estavam presentes nessa discussão em 1847 e estavam presentes no documento dos rebeldes da Revolta Praieira.

Outro assunto recorrente no jornal foi a questão da *petição dos artistas* que teria sido traiçoeiramente ignorada por Nunes Machado¹⁸¹ evidenciando a nacionalização do comércio como ideia permanente na percepção política do jornalista. E com aproximação das eleições, folhas avulsas com assinatura do redator foram publicadas levantando pontos interessantes que posteriormente foram reivindicados na Praieira.

¹⁸⁰ De modo geral na publicação o redator questionou se o deputado Nunes Machado e seus correligionários estavam dispostos ao cumprimento destas condições; 1) Propor a revogação da Lei do juro convensional, e empenhar todas as forças para alcansal-o. 2) Propor que nenhum estrangeiro passa a vender a retalho, empenhar todas as forças em alcansal-o. 3) Propor a revogação da lei da reforma, e tudo empenhar para alcansal-o. 4) Propor a reforma da Constituição para que seja o voto livre e universal e directo, e tudo empenhar para alcansal-o. 5) Não apoiar Ministerio algum que faça tratados comersias com Inglaterra, Portugal e Fransa. 6) Propor a revogação da lei do presidentes, e o restabelecimento do conselho do governo, e tudo empenhar para alcansal-o. 7) Propor o direito de cento por cento nas obras d'arte, vindas de paiz estrangeiros, e empenhar todas as forças para alcansal-o. 8) Propor a proibição da importação de obras de marsineria, e sapateiro, vindas de paiz estrangeiro, e tudo empenhar para alcançá-lo representativo da estrutura social adotada pelas práticas políticas do Império. Um dado a destacar é que alguns pontos presentes nessa discussão já em 1847, voto universal, liberdade de imprensa e a nacionalização do comércio estavam presentes no documento dos rebeldes da Revolta Praieira.

¹⁸¹ A petição dos artistas, como eram conhecidos os pequenos comerciantes, requer mudanças urgentes quanto a presença estrangeira no comércio, essas reivindicações perduraram na justiça por vários anos. Borges da Fonseca desde 1845 acusa Nunes Machado no Nazareno de não dar andamento à petição. E em 1847 o jornal *O Tribuno* dedicou vários de seus textos para denunciar Nunes Machado por inviabilizar um abaixo assinado ao sugerir que as assinaturas teriam sido forjadas e através do *O Diário Novo* publica um texto onde acusa o redator d'*O Tribuno* de mentiroso e sugeriu que as assinaturas do abaixo assinado são falsas. Por sua vez Borges da Fonseca respondeu diretamente às acusações do deputado nas edições nº 29 do dia 18 e a nº32 publicada no dia 23 de outubro de 1847, na primeira o redator aponta que o deputado tem entre os seus aliados um “forjador de firmas”, cabendo-lhe a prática de forjar assinaturas, e aponta a negligência do deputado em relação a petição ocupando o espaço de deputado. Na segunda, o jornalista continuou com o argumento ao lembrar que o deputado que em 1844 ele batia de porta em porta pedindo voto, entretanto, virou as costas para a causa do povo, afinal, a petição representava justiça social diante do domínio e opressão estrangeira.

A primeira folha, em 1º de novembro de 1847, nos chamou atenção por dois aspectos. O primeiro o jornalista apontou o tempo em que Nunes Machado e Urbano Sabino de Mello estavam no cargo de deputado. A prática comum de reeleições nos cargos de deputado, uma característica da cultura política no Império, tendo em vista as várias legislaturas dos deputados paraibanos. E o segundo aspecto, a utilização de Sólon (638 a.C. - 558 a.C.) e as leis da reforma legislativa que livravam de todas as dívidas e perdoou as hipotecas. Para Borges da Fonseca a luta pela democracia grega, neste caso, servia de referência diante das condições de miséria e opressão estrangeira na província. Uma aplicação simplista do referencial na visão política do jornalista aplicada contra seus opositores. Em sua narrativa desde 1838, os praieiros não representavam efetivamente a população, apenas os interesses “facsiozos”, alegando que “o lugar de deputado não é propriedade”. E incentivou o voto livre em candidatos “que como Solon, venham arrancar o Brazil das mãos da mizeria”.

Na segunda folha publicada em 3 de novembro de 1847, quatro dias antes da eleição para deputado provincial, o redator clamou pela liberdade do povo votar e fortaleceu a postura dos deputados Praieiros em relação a petição dos artistas nacionais. Segundo Borges da Fonseca ao apoiarem o que nomeou de “leis de sangue”, leis antipopulares, dentre elas, a lei que retirou “os tribunos dos caxeiros estrangeiros”, os praieiros agiram em prol aos interesses dos estrangeiros no comércio. E insistiu na necessidade de mudança dos candidatos, pois “a urna com nomes populares, e seremos felizes: nada de votar em xapas mesquinhos desses omens mizeraveis”. A campanha massiva do jornal, não surtiu tanto efeito na opinião pública e os dos deputados praieiros foram reeleitos para a Legislatura de 1848-1849. Entretanto, em um novo cenário para o Partido da Praia com a ascensão dos conservadores e a queda do gabinete liberal.

A partir da atuação de Borges da Fonseca no *O Tribuno*, podemos visualizar as disputas as quais o publicista estava envolvido, e observar alguns indícios do discurso político do jornalista, destacando-se um teor voltado às causas mais populares. Em circunstância contraditória, tendo em vista todo o cenário de prisão e perseguição do jornalista em Recife durante o período do domínio do Partido da Praia no poder, reuniu forças à Revolta que foi deflagrada em 07 de novembro de 1849. Outrora “o principal adversário e grande vítima do partido praieiro”¹⁸², tornou-se um

¹⁸² Às vésperas da Revolta Sebastião do Rego Barros, colega da sociedade Jardineira, teria procurado Borges da Fonseca oferecendo-lhe vantagens para juntar-se aos conservadores. Contudo, recusou as

notório aliado¹⁸³ e seu nome ficou consagrado entre as assinaturas do documento símbolo do movimento; o manifesto *Ao Mundo*. Onde os revoltosos exigiam uma Assembleia Constituinte para realização de dez princípios reformadores, dentre estas reivindicações pautas debatidas pelo jornalista ao longo da década de 1840 como o voto livre e universal do povo brasileiro, a nacionalização do comércio. Posteriormente durante o processo criminal instaurado contra os rebeldes, coube a Borges da Fonseca assumir a autoria do documento que inseriu uma bandeira ideológica na (CARNEIRO, 1960, p.82).

Ao lado dos praieiros, Borges da Fonseca teve uma participação combativa estratégica em diversas circunstâncias do conflito armado, dentre estas, dois eventos às vésperas da Revolta nos chamaram atenção. O primeiro, quando Sebastião do Rego Barros, colega da sociedade Jardineira, teria procurado Borges da Fonseca oferecendo-lhe vantagens para juntar-se aos conservadores. Contudo, recusou as propostas como parte de um comportamento supostamente coerente aos seus discursos junto às massas miseráveis e perseguidas (SANTOS, 1990, p.153). Ao longo dos anos que atuou na imprensa, Borges da Fonseca apresentou discursos que acabam por lhe conferir a fama de “agitador”, “demagogo”, entre outras alcunhas que recebeu por sua atuação radical.

Alguns destes discursos se destacaram ao sugerir os seus referenciais teóricos, embora que em uma linguagem simples apareciam na maneira como abordou a questão da República no ponto da maior representatividade das províncias e pautas ainda mais complexas para a sociedade da época; defesa do voto feminino no *O Republico*, (SILVA; 2010, p.140), a defesa dos pretos, pardos em busca de seus direitos sociais em *O Tribuno*, ou seja, um liberal radical com ideias avançadas para o tempo.

propostas como parte de um comportamento supostamente coerente aos seus discursos junto às massas miseráveis e perseguidas (SANTOS, 1990, p.153). Ao longo dos anos que atuou na imprensa, Borges da Fonseca apresenta discursos que acabam por lhe conferir a fama de “agitador”, “demagogo”, entre outras alcunhas que recebeu por sua atuação na imprensa. Alguns destes discursos nos chamam atenção, sugere alguns de seus referenciais teóricos embora que em uma linguagem simples estão presentes em sua escrita, na maneira como abordou a questão da República, da maior representatividade das províncias e pautas ainda mais complexas para a sociedade da época; defesa do voto feminino no *O Republico* (SILVA; 2010, p.140), os pretos, pardos em busca de seus direitos sociais em *O Tribuno*. Embora não possamos observar de forma simplista, parte dessa coerência que Santos assume pelo fato do jornalista não se unir aos conservadores, estaria justamente pelo seu papel de oposição, e sobretudo, a crença das causas dos pequenos proprietários, em defesa a comércio nacional, ligado aos anseios da população mais empobrecida, camadas nas quais onde ganhou fama em Recife.

¹⁸³ Ver (CARNEIRO, 1960, 228).

Santos (1990) assumiu que o jornalista não se uniu aos conservadores, pois estava sintonizado pelo seu papel de oposição, e sobretudo, a crença das causas dos pequenos proprietários em defesa ao comércio nacional, ligado intimamente aos anseios da população mais empobrecida, camadas as quais ganhou fama em Recife até a invasão à Recife no dia 02 de fevereiro de 1849. Para nossa análise, a participação de Borges da Fonseca ganhou notoriedade no combate que ocorreu na cidade de Areia na Paraíba ao lado de seu primo Vicente Borges¹⁸⁴.

Para o autor o que moveu o jornalista foi a esperança nas “Reformas na Constituição”, algo que anos após declarou publicamente em seu manifesto que tornou público através das páginas do jornal *O Diário de Pernambuco* em 1859. Neste novo texto afirmou que suas ideias sociais se mantinham as mesmas, porém, acreditava na possibilidade de alcançar as reformas necessárias e “compatíveis com a nossa actual civilisação”, sem a exposição das “vicissitudes de uma nova guerra civil”. De modo geral, o jornalista se posiciona favorável ao Imperador D. Pedro II, assumindo um discurso notoriamente conciliador, uma postura que se tornou comum no contexto posterior a Revolta (MELLO, 1899, p.233).

Após a Revolta Praieira, Borges da Fonseca continuou operando na arena da imprensa. Enquanto cumpriu pena em Fernando de Noronha, emergiu *A Revolução de Novembro* (1850-1852) onde foram publicadas inúmeras cartas do jornalista abordando diversos assuntos do interesse político público (ROSAS; 2020, p.174). Contudo, o que nos chamou atenção no jornal foi a convocação de uma constituinte, pauta que a princípio criou divergências entre as lideranças liberais, mas funcionou enquanto elo da luta entre os dois principais jornais liberais de Pernambuco, *O Argo Pernambucano* e o *Echo Pernambucano*. Desta forma, a constituinte alicerçou “um novo pacto entre a nação e a monarquia, que havia sido quebrado por Pedro I ao outorgar uma Constituição à revelia dos representantes eleitos para elaborá-la” (ROSAS, 2020, p.167).

Deste modo, a face de Borges da Fonseca ganhou ainda mais notoriedade quanto às lutas políticas no Império. Embora não atuasse propriamente na província paraibana, as propostas dos revoltosos no auge dos confrontos em Pernambuco, que apenas largariam às armas mediante “instalada uma ASSEMBLEIA

¹⁸⁴ O engajamento de Borges da Fonseca findou ao ser preso nas matas de Cabu em 30 de março de 1849.

CONSTITUINTE”¹⁸⁵ tornou-se um diferencial para nosso exercício historiográfico ocupando espaço central nos ecos que são produzidos pelo conflito na província da Paraíba.

Ao passo em que Pernambuco lidou com as consequências do conflito e a defesa da convocação de uma Constituinte por parte de alguns liberais, pois “existiam divergências entre as suas lideranças a seu respeito”, diante da improvável possibilidade de mudanças pela via parlamentar a principal pauta da revolta tornou-se um ponto em comum entre republicanos e praieiros, uma real possibilidade de traçar “um novo caminho para consolidar um novo pacto entre a nação e a monarquia” (ROSAS, 2020, p.173).

Na Província da Paraíba o debate quanto a Constituinte teve espaço primordial nos ecos da Praieira a partir da emergência d’*O Reformista* (1849-1850). Neste ponto, é preciso destacar a face de seu redator e proprietário Dr. Felizardo Toscano de Brito, mencionado em momentos anteriores desta tese.

Figura notória da elite política paraibana, nasceu em 1814 na capital da província e faleceu em 28 de novembro de 1876¹⁸⁶ encerrando, deste modo, uma longa carreira política. Dentro do perfil que caracterizou a elite política da província, o Dr. Toscano de Brito ocupou os diversos espaços de poder no decorrer de sua vida¹⁸⁷ e desfrutou de formação intelectual, formando-se Bacharel em Direito em Olinda na turma de 1838¹⁸⁸.

Após formado, ocupou por vários anos o cargo de professor na cadeira de Retórica no Liceu Paraibano da Capital, integrando a primeira geração de professores

¹⁸⁵ *Ao Mundo, Diário Novo* de 01 de janeiro de 1849, p.01 Apud (CARNEIRO, 1960, p.229)

¹⁸⁶ *O Despertador* nº 1106 de 29 de novembro de 1876, p.01 Apud SEGAL; 2017, p.91.

¹⁸⁷ Felizardo Toscano tem origem de uma influente família paraibana descendentes de italianos, detentores de propriedades, terras, cargos importantes e patentes desde o período colonial (BASTOS; 1954, p.1954, p.597 Apud SEGAL, 2017, p.96) A partir de casamentos e associações com outras famílias abastadas formou diversos troncos familiares na Paraíba “cujo vários de seus descendentes figuraram no cenário político imperial e em instituições formais de poder como a Assembleia Legislativa da Paraíba”, inclusive durante os anos iniciais da República. (SEGAL, 2017, p.,96) Diante da vasta historiografia; Linda Lewin (1993), Serioja Mariano (2005), Maria Fernanda Martins (2007), as relações familiares ao longo da vida de um político tornam-se condições decisivas para o sucesso de um agente político, tendo em vista as próprias limitações sofridas por Borges da Fonseca na sua formação intelectual como apontamentos anteriormente.

¹⁸⁸ Em diversas edições do *O Diário Novo* dos anos de 1842 a 1845, encontramos a propaganda de seu escritório de advocacia em Recife. No conteúdo do anúncio de 10 de agosto de 1842, por exemplo, aparece a propaganda; “O bacharel formado Felisardo Toscano de Brito advoga na casa de sua residencia, rua Estreita do Rozario no 3 andar por cima da botica do Sr. Paranhos”. Formado bacharel em 1838 em Olinda, acreditamos que o paraibano tenha atuado no início de sua carreira em Recife por algum tempo. Posteriormente temos a referência que assumiu o cargo de Secretário Geral do Governo em 1847 durante o domínio liberal e presidência de Frederico Campos. Elegendo-se no mesmo ano para deputado Geral.

da Instituição. Foi ainda Diretor de Instrução Pública, Conselheiro Municipal da Capital, espaço onde engatou a carreira política como vereador por vários anos. De maneira incomum¹⁸⁹, porém demonstrando seu potencial político, tornou-se deputado geral da Província antes de tornar-se deputado provincial, contabilizando três mandatos na Corte durante o período de domínio liberal. Neste período acumulou o cargo de Secretário do Governo na província da Paraíba.

Continuou ocupando espaços de poder no contexto da mudança de gabinete e posteriormente, em outra fase de sua vida política, representou na corte o Partido Liberal Progressista¹⁹⁰ da província paraibana na 13^a legislatura (1867-1868) (NÓBREGA, 1964, p.17; LEITÃO, 1966, p.30; FERRONATO, 2012, p.147; SEGAL, 2017, p.92)

Na Assembleia Legislativa Provincial esteve por um mandato na 13^a legislatura (1860-1861), alcançou a lista de vice-presidentes e assumiu a presidência da província por mais de um ano, de 22 de julho de 1865 a 04 de agosto de 1966. Um período considerável para um espaço tão significativo na hierarquia do poder burocrático provincial, conferindo-lhe *status* e prestígio local. Além de ter exercido o cargo de provedor da Santa Casa da Misericórdia e recebido a alta honraria de título de Comendador da Ordem da Rosa¹⁹¹ (NÓBREGA, 1964, p.17; LEITÃO, 1966, p.30).

Deste modo, ao longo de sua extensa carreira política, o Dr. Felizardo Toscano acumulou cargos públicos importantes e desfrutou de vasta rede de sociabilidade através do apadrinhamento espiritual¹⁹² ou alianças políticas. Nos anos anteriores à Revolta Praieira, durante o período de domínio do gabinete liberal, o bacharel foi

¹⁸⁹ Felizardo Toscano de Brito inverteu a ordem da escalada ao poder, tornando-se deputado geral já na década de 40 e apenas tomando assento na Assembleia Legislativa apenas em 1860 (SEGAL, 2017, p.94).

¹⁹⁰ Durante as décadas de 50 e 60 o cenário político partidário do Império foi caracterizado pela aproximação entre políticos liberais e conservadores, entre os anos de 1853-1857, posteriormente uma nova tentativa de conciliação entre os anos de 1862-1868. Neste cenário, surge a Liga ou Partido Progressista formado por dissidentes do Partido Liberal. Contudo, na província paraibana houve uma espécie de fusão dos partidos, onde Felizardo Toscano através das linhas do seu jornal *O Publicado*, passou a se referir ao Partido Liberal como “Partido Liberal Progressista” (SEGAL, 2017, p.104).

¹⁹¹ Criada em 1829 pelo Imperador D. Pedro I para perpetuar o seu matrimônio com a sua segunda esposa Dona Amélia de Leuchtenberg, Duquesa de Bragança. A ordem honorífica possuía seis graus diferentes para homenagear os militares e civis em destaque pela lealdade de serviços prestados ao Estado; o Grã-cruz, Grande Dignitário, Dignitário, Comendador, Oficial, Cavaleiro. No primeiro Reinado poucos títulos foram distribuídos, contudo, durante o Segundo Reinado sob o comando de D. Pedro II muitos agentes políticos importantes foram homenageados com esta honraria.

¹⁹² Tendo em vista que o apadrinhamento foi uma das características das redes de relações formados por esses agentes políticos, por meio do ritual de batismo Felizardo Toscano de Brito agregou à sua clientela inúmeros indivíduos de diversos níveis sociais ao longo dos anos (SEGAL, 2017, p.99).

citado¹⁹³ ao lado do Presidente da Província Frederico Carneiro, no jornal *O Tribune* na edição publicada do jornal¹⁹⁴ em 13 de outubro de 1847. A denúncia questionava o desempenho dos representantes da província paraibana na corte, como podemos observar:

Paraibanos, não desmitaes vosso carater, e nada temaes; zombai da ira dos loucos que vos oprimem, e si triunfardes, imediatamente desaparecerão vossos algozes. O que querem esses omens, que vos tem governado por dois anos? que justiça voz fizeram, para que mereçam de vos tão assinalado premio? teem eles direito inauferivel a vos reprezentarem ? qual é o mérito dos srs, Frederico Carneiro de Campos e Felizardo Rego Toscano ? Que se eles contentem com o que teem ganho a nossa custa. Paraibanos, é tempo vos salvardes, uní-vos e procurai d'entre vos aqueles que vos podem fazer bem, e sereis salvos, e felizes. [...] Estes omens que tem servido desde 2 de fevereiro de 1844, não prestam para nada, estão imoralizados, se teem demaziadamente prostiuido, para que vos mereçam a menor consideração, e ficai sertos paraibanos, que saia deputado quem for (com tanto que repilaes da urna os nomes execrados do presidente e seu secretario)¹⁹⁵

Para o autor, Borges da Fonseca¹⁹⁶, ambas figuras não representavam os interesses do povo paraibano. Expondo a divisão entre os liberais na província e apontando a suposta opressão exercida pelo presidente e secretário de governo aos opositores. A perseguição foi exposta na sequência do texto acima citado, apontando as ameaças de recrutamento forçado para o Exército. Uma prática comum na cultura política imperial utilizada enquanto recurso para exercer punição aos desafetos políticos¹⁹⁷. O teor da denúncia de forma geral abordou as eleições e na necessidade de o povo paraibano votar contra Toscano e Carneiro, sendo postas enquanto figuras indignas para tais posições.

Neste panorama, Felizardo Toscano foi alvo de diversas denúncias nas edições seguintes do jornal *Pernambucano*. Com as disputas eleitorais daquele ano se aproximando, o Secretário do Governo e o Presidente da Província, candidatos à deputação geral, foram responsabilizados pela desordem na cidade de Areia tendo

¹⁹³ De maneira geral, os textos foram publicados em diversas edições do jornal *Pernambuco*, onde o Secretário do Governo Felizardo Toscano protagonizou diferentes denúncias.

¹⁹⁴ A partir desta edição nº 27 de 13 de outubro de 1847 até nº 61 de 16 de dezembro de 1847, identificamos 20 edições do *O Tribune* nas quais a província da Paraíba foi notícia. E o tema abordado predominantemente foi a eleição na província, onde um dos protagonistas dos eventos foi o Secretário do Governo, o Dr. Felizardo Toscano. Importante frisar o fato de estar vinculado diretamente a eventos na cidade de Areia - aos quais apontamos anteriormente ao abordamos outras faces do jogo político da província.

¹⁹⁵ Hemeroteca digital. *O Tribune*. Recife, 13 de outubro de 1847. Nº 27.

¹⁹⁶ Os indícios de mesmo estilo de escrita do redator. Identificamos elementos comuns da linguagem utilizada, uso de palavras e expressões semelhantes de outros textos de sua autoria publicadas no mesmo jornal.

¹⁹⁷ Hemeroteca digital. *O Tribune*. Recife, 13 de outubro de 1847. Nº 27.

em vista o apoio fornecido ao Dr. Maximiano Lopes Machado para deputado provincial, em contraposição a outras lideranças liberais da cidade como apontamos em outros momentos deste capítulo.

A distância entre os *rasgados* da capital ou *tambialista* e os *rasgados* de Areia, era na verdade uma disputa por votos para as vagas na Assembleia Legislativa Provincial e na Câmara dos Deputados. O protagonismo de Toscano de Brito tornou-se enfático neste momento em 1848. E após adesão da cidade de Areia a Revolta Praieira¹⁹⁸, o deputado atou intensamente nas páginas de seu jornal *O Reformista*. Embora não tenha engajamento direto no combate ao lado da coluna rebelde de Pernambuco, desempenhou, segundo a historiografia local, importante papel em defesa dos correligionários¹⁹⁹ liberais, pois “atendendo aos amigos perseguidos pelo ódio político dos situacionistas ou animando os companheiros nos dias incertos de ostracismo muito contribuiu para a consolidação e seguranças do Partido” (DEUSDEDIT, p. 1966, p.28).

De acordo com Irineu Ferreira Pinto em *Datas e Notas para a História da Paraíba de 1908*, apareceu no ano e 1846, “cuja publicação se estendeu a 1849” (PINTO, 1977 [1916], p.177) Entretanto, apostamos em duas possibilidades quanto a origem e datação correta do jornal e sua atuação na província; a primeira - e a menos provável - é que o jornal tenha passado por fases em sua publicação. Como ocorreu com outros títulos, tendo por exemplo, *O Tribuno* (1847-1848) e em (1866-1869), ou mesmo *O Republico* que apontamos suas diversas fases ao longo da carreira do notório jornalista Antonio Borges da Fonseca.

Essa possibilidade tornou-se inconsistente justamente por não acreditarmos que tenha ocorrido uma interrupção em suas publicações e reinício das atividades no após a revolta. Além disso, não localizamos nenhum vestígio do jornal e sua atuação no período anterior ao ano de 1849, sendo mencionado apenas na citação referida por Irineu Pinto.

¹⁹⁸ Em Areia a derrocada da coluna rebelde na cidade gerou a dispersão dos liberais, e posteriormente, o assassinato de Dr. Trajano Chacon a exclusão permanente de um dos líderes do Brejo Paraibano; o Tenente Coronel Joaquim dos Santos Leal. Mudando completamente as figuras que atuavam nas disputas locais.

¹⁹⁹ Percebemos que no caso do assassinato de Trajano Chacon, a defesa de Santos Leal não tem a repercussão esperada de um aliado político próximo. Embora *O Reformista*, jornal de Felizardo Toscano, mencionou em suas páginas o ocorrido e argumentou a via política que estaria tomando o evento, não foi uma pauta explorada com frequência em defesa do liberal acusado enquanto mandante do crime.

Desta forma, a segunda possibilidade - que julgamos mais provável - de que houve um equívoco cometido pelo autor. Afinal, a primeira edição d' *O Reformista* foi de 03 de agosto de 1849, e em suas páginas nenhuma referência a outra fase que tenha motivado a interrupção das publicações. E quando encerrou suas atividades na edição nº 50 de 02 de setembro de 1850, deixou evidente a substituição por outro jornal liberal fundado também por Dr. Felizardo Toscano de Brito; *O Argos Paraibano*, como podemos observar:

Por considerações e conveniencias políticas O REFORMISTA deixa, d'ora em diante, de ser publicado: será porém substituído por outro jornal no mesmo formato, que sairá a luz do dia 7 DE SETEMBRO, ou imediatamente depois, quando não possa isto lugar naquelle dia. O novo jornal sustentara os mesmos principios, com um outra pequena alteração, que indicara em seo prospecto, e substituindo o REFORMISTA, será como elle o echo do partido liberal na província, cujo os direitos procurará sustentar e deffender pelos meios de seo alcance empregando para isto seos maiores esforços.²⁰⁰

Contudo, durante o período em que circulou (1849-1850), por 50 edições trouxe em sua pauta a Constituinte, herança do movimento que ocorreu em Pernambuco e que acometeu a Paraíba agitando as disputas políticas locais. O jornal ponderou seu caráter ideológico agregado aos interesses do partido liberal na província, em contraposição a nova ordem conservadora, inclusive, recebendo a colaboração de figuras liberais remanescentes como o Dr. José da Costa Machado Júnior, bacharel da turma de 1842, eleito deputado provincial nos biênios de (1848-49) e (1852-53) (MARIZ, 1987, [1822], p.37).

Felizardo Toscano liderou por 28 anos do Partido Liberal na Província da Paraíba, no decorrer de sua carreira atuou intensamente na arena da imprensa, e em outros momentos de sua vida pública, através de jornais que ajudou a fundar ou colaborou, que circulavam na província enquanto veículo para expor suas ideias, e sobretudo, exercer a militância política, dentre estes *Argos Parahybano*, (1850- 1854) e posteriormente *O Commercio* (1855) e *O Despertador* (1859) (LEITÃO, 1966, p. 43; SEGAL, 2017, p.92).

Portanto, o jornalismo foi um ponto a se destacar na atuação deste agente político paraibano multifacetado, usufruiu de treinamento intelectual, ocupou diversos cargos importantes, alcançou a Assembleia Legislativa e a Câmara dos Deputados na corte.

²⁰⁰ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Parahyba do Norte, 02 de setembro de 1850. Nº 50.

Após a revolta na província, o líder liberal promoveu o debate com o objetivo de ser a “voz do partido”, utilizando para isto seus jornais²⁰¹, defendendo abertamente reformas através de uma constituinte. Deste modo, o agente político abordado por outros trabalhos sobre a província (SEGAL, 2017), destacou-se no contexto dos ecos da praieira enquanto pivô de reivindicações que simbolizaram a bandeira ideológica dos revoltosos praieiros. Assuntos que iremos abordar no último capítulo desta tese.

²⁰¹ Revelou-se no jornal *O Reformista* de 15 de novembro de 1849, que o agente político em questão era dono da tipografia que por algum tempo funcionou em sua casa.

4 O PALMO A PALMO DAS DISPUTAS: REVOLTA PRAIEIRA, MEMÓRIA, ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA E IMPRENSA NA PARAÍBA DO NORTE

Quais espaços os agentes políticos paraibanos disputavam o poder nos tempos da Revolta Praieira? Neste capítulo, abordarmos as arenas políticas, ou seja, espaços em que a elite da província atuava na defesa de seus interesses e ideias. Na primeira arena apontamos a ideia da rua enquanto extensão de suas disputas, utilizando a violência e força para obter seus interesses. Neste caso, percorrermos o momento em que a Revolta Praieira foi assumida e recepcionada pelos liberais da cidade de Areia, transformando a província, mesmo que de forma efêmera, palco da revolta de Pernambuco.

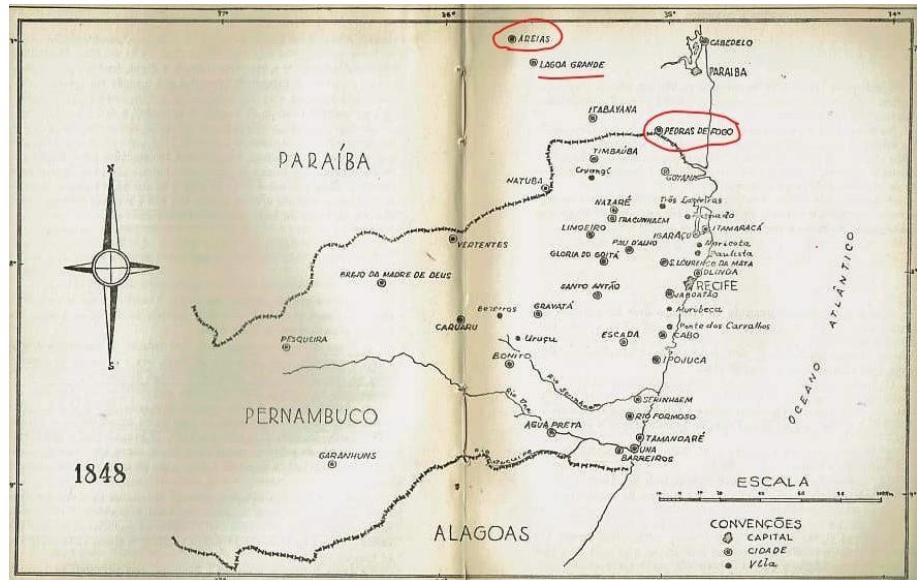
Na segunda arena abordamos a memória, na qual buscamos através de um exercício de reflexão teórica discutir a disputa das narrativas pela verdade, tendo em vista diversas apresentações de seus protagonistas em Pernambuco e principalmente no que diz respeito a Maximiano Lopes Machado com o quadro que construiu da Revolta Praieira na Paraíba.

A terceira arena foi a Assembleia Legislativa Provincial, espaço pelo qual a elite política provincial disputava continuamente uma cadeira. Neste ponto, buscamos o engajamento dos agentes políticos através das demandas legislativas durante o domínio liberal e compreender o nível de disputa e cenas protagonizadas no período posterior à revolta na Paraíba.

Na última arena apresentamos a imprensa paraibana, espaço que ganha enfoque central na tese, tendo em vista os ecos da Revolta Praieira na disputa partidária entre dois jornais da província: *O Reformista* e *A Ordem*. Onde constatamos que província da Paraíba possuía um histórico interessante de debates nesta arena preciosa, através da atuação de figuras políticas importantes para o cenário da cultura política local, além de situar a província no debate com outras localidades após a revolta eclodir.

4.1 A Rua: a Revolta Praieira em Areia na Paraíba do Norte de 1849

Figura 1 - Mapa de Edison Carneiro representando a extensão da Revolta Praieira.



Fonte: Carneiro, (1960, p. 72- 73).

O mapa acima publicado por Edison Carneiro em 1960 em seu livro **A Insurreição Praieira (1848-1849)** demonstrou a dimensão territorial de Pernambuco e as províncias limítrofes em 1848. Em destaque de vermelho, as localidades paraibanas que as tropas rebeldes estiveram e que apareceram com frequência nas fontes que consultamos.

Através de uma leitura interpretativa dos dados cartográficos percebemos uma pequena amostra das movimentações das tropas liberais e a dimensão territorial que a revolta alcançou. Entretanto, devemos levar em conta que alguns lugares aparecem apenas enquanto referenciais, este é o caso de duas cidades da província da Paraíba, a capital e Cabedelo²⁰².

²⁰² No caso da cidade de Cabedelo, nenhum evento direto em relação a revolta foi mencionado pela Historiografia nacional ou local, embora seja apontado pelo jornal *O Reformista* publicado no dia 23 de agosto de 1849, que o Forte de Cabedelo ter recebido ordens do presidente de província para jogar no mar munição e pólvora pelo jornal liberal. Contudo, a localização da cidade Portuária nos permite visualizar outra dimensão quando percebemos a cidade de Areia marcada na mesma altura do mapa. Nos fazendo imaginar a considerável distância percorrida pelo pela coluna liberal dentro do território paraibano. Já a capital da província, embora não tenha sido invadida pelas tropas liberais, por estrategicamente ser desfavorável aos rebeldes em fuga, contracenou com a revolta sob o risco constante de uma invasão, principalmente nas circunstâncias em que a cidade de Goiâna foi ocupada pelas forças rebeldes rendendo algumas mudanças da rotina na capital da Paraíba. Lopes Machado narra que temendo um ataque iminente o então presidente de província Antonio João Vasconcellos covardemente espalhava notícias “que seria a cidade acommettida” e buscou preparar o terreno com “algumas peças de campanha muito mal montadas e miseravelmente guarnecidias; ordenava o

O espaço geográfico destacado no mapa foi a província de Pernambuco, onde muitas destas localidades serviram de base de operação ou foram invadidas pelas tropas rebeldes. Principal palco da violência promovida pelo conflito entre praieiros e as tropas do governo nos meses que ocorreram a rebelião, quando “paixões políticas desenfreadas, manifestando-se materialmente no campo de batalha”²⁰³.

A fala de Eusébio de Queiroz no Relatório da Partição dos Negócios da Justiça apresentado à Assembleia Legislativa Geral de 1850, reportou os eventos da Revolta Praieira. O então Ministro atribuiu a este tipo de evento o atraso no desenvolvimento, questionando que desde a Independência nenhuma das revoluções que ocorreram trouxeram benefícios, a não ser gastos públicos. E apontou que a revolta era prevista devido à rivalidade partidária presente na província, chegando ao último grau da convivência por não consentirem a “partilha nas posições officiaes”, ou seja, as autoridades esperavam algum tipo de resistência com a mudança de poder.

Eusébio de Queiroz relatou que desde junho de 1848 quando o Partido Praieiro ainda estava no poder, teria dado uma amostra do que estava por vir nas ruas do Recife. Esta fala nos chamou atenção diante do exercício que buscamos fazer neste item da tese, considerando a célebre frase de Clausewitz: “a guerra é a continuação da política por outros meios”.

Diante das circunstâncias tensas das disputas políticas em Pernambuco, os Praieiros e posteriormente os paraibanos em Areia na província da Paraíba, buscaram a via da insurreição para a garantia de seus interesses e deste modo o espaço da rua como forma da manifestação e exercício da política. Usamos a ideia de arena, como ambiente que foi projetado nessas disputas. Tendo em vista a dimensão das práticas políticas que se apropriam da violência e a força em suas expressões. Afinal, motins,

alevatamento de trincheiras de taipas” (MACHADO, 1983 [1851], p.48). É evidente que a fala do bacharel tem como objetivo desmoralizar o presidente da província, porém, em seu relatório apresentando a Assembleia Legislativa em 01 de Agosto de 1849, João Vasconcellos confirma o clima de medo gerado pelos os diversos conflitos em Pernambuco; “Por muitas vezes essa cidade ficou sobre saltada, e grandemente aterrada: as famílias abandonavão as casas procurando abrigo nos matos, e nas praias, tendo a sua disposição jangadas, em que fugissem quando os anarquistas invadissem a Província, e procurassem a Capital”, nos revelando o cenário que se instaurou na capital com risco eminente de torna-se palco de conflito armado.

²⁰³ Neste contexto, as eleições, por exemplo, aparecem nos jornais como episódios de homens armados em conflitos, nos revelando um cenário hostil, de constantes conflitos. A revolta traz à tona essa dimensão de forma mais enfática, conflitos pré-existentes e para chegar ao nível do que representou a Revolta Praieira, não foi mero efeito das paixões partidárias, como mencionou o Ministro da Justiça. Existiam interesses em jogo mais substanciais, e ficou evidente que os cargos públicos, ou seja, a perda de posições privilegiadas na conjuntura do poder da província tornou-se um motivador fundamental. E a violência a via, um mecanismo para reverter o cenário, ou como a Arendt mencionou “reequilibrar a balança”.

revoltas e conflitos são associados historicamente as práticas das culturas políticas. E modo geral, a violência em diversos contextos históricos caracterizou as relações de poder.

Hannah Arendt (1970), considerou a violência uma ação condicionada a política, maneira pela qual “o agir sem argumentar, sem o discurso e sem contar com as consequências é o único modo de reequilibrar as balanças da justiça” (ARENKT, 1970, p.64). Em Pernambuco, com a mudança de poder a revolta tornou-se um meio de reverter a perda do domínio e terminou por utilizar o espaço público enquanto campo de batalha, e isto ocorreu em momentos de desordem passageiros nos meses que antecederam a praieira e atingiu seu ápice com a revolta propriamente dita²⁰⁴.

Ao analisarmos o desenho cartográfico apresentado acima, visualizamos as províncias limítrofes a Pernambuco. Ao Sul, a província de Alagoas, que foi mencionada pela historiografia por fornecer armamentos e reforços humanos para as tropas legalistas combatentes desta região de Pernambuco. Nesta localização atuou a coluna Praieira do Sul, tendo como uma das lideranças; Pedro Ivo Velloso, Caetano Alves, Bernardo Câmara e João Félix. Para o ataque do dia 02 de fevereiro em Recife, as forças militares da Praia concentraram o ataque a capital da província de Pernambuco, unindo as duas principais frentes de combate. Com o desastre da empreitada militar, Pedro Ivo bateu em retirada e terminou por “descobrir a retaguarda do Exército Liberal, com seu inopinado regresso a Água Preta”, ocupando a cidade sem resistência (CARNEIRO, 1960, p.136).

Com parte das lideranças presas, e acrescentando - posteriormente - a derrota na cidade de Areia na Paraíba, o comando remanescente liberal decidiu deslocar a luta para o Sul, concentrando as forças na região. Contudo, os destacamentos foram abandonando a luta em troca de anistia, casos de Bernardo Câmara e João Felix. A última chama acesa da revolta na região foi realmente Pedro Ivo, resistindo por meses, combatendo as tropas legalistas nas matas de Água Preta²⁰⁵ (CARNEIRO, 1960, p.136).

²⁰⁴ Segundo (Agier, 2011) dentro do aspecto antropológico das cidades e a relação cultura e política, a rua foi prática política, com seus movimentos cotidianos, reivindicações, passeatas, motins, enfim, palco da atividade política humana. Neste caso, em termos teóricos a rua foi espaço para a manifestação de disputas políticas dos agentes diversos momentos históricos e por muitas vezes torna-se campo de sangrentas batalhas.

²⁰⁵ Pedro Ivo e sua resistência tornou-se pauta em diversas edições do Jornal *O Reformista* e *A Ordem*. Abordarmos um pouco mais de sua atuação a partir da ótica do jornal no próximo capítulo.

Ao Norte do mapa, a província da Paraíba e algumas de suas localidades²⁰⁶ que entraram em destaque durante as movimentações rebeldes. Meses anteriores à eclosão da revolta no interior de Pernambuco, o vice-presidente da província da Paraíba do Norte, que assumiu o cargo em curto período - de março ao mês de maio -; o Dr. João Albuquerque Maranhão, apresentou no discurso de 11 maio de 1848 para o novo presidente João Antonio Vasconcellos, que embora confiasse na natureza pacífica do povo paraibano, demonstrou preocupação com as povoações limítrofes tendo em vista “as desordens” que começaram a aparecer na Província de Pernambuco.²⁰⁷

Interessante, que esse cenário no discurso oficial foi construído em um curto espaço de tempo. Pois, em 16 de março, quando o ex-presidente Frederico Campos deixou a província, não mencionou nenhuma alteração ou preocupação na tranquilidade pública quando relatou sua passagem na administração²⁰⁸. Entretanto, quando o Dr. João Antonio Vasconcellos assumiu a presidência da província foi alertado das desordens provenientes de Pernambuco, e da necessidade de enviar destacamentos da Guarda Nacional para algumas destas cidades da Província da Paraíba, como podemos observar:

Tenho maior satisfação de poder dizer a V. Exc., que a Província se acha em perfeita paz e tranquilidade: as participações que hei tido das autoridades locaes me assegurão tão feliz e prospero resultado: e V. Exc. se convencerá pela experiência, de que o Povo Parahybano, em sua grande maioria, he nimiamente amigo da ordem, e que dificil arredel-o dessa senda, pela convicção que geralmente se tem, de que he só com tranquilidade, que a agricultura, comercio, e artes, fontes principaes, se não unicas, de nossa futura grandeza, podem prosperar. Não obstante, porém o que acabo de dizer, devo informar a V. Exc., que as notícias do estado pouco lisongeiro, em que se achava a Província de Pernambuco, me obrigarão como medida de segurança, **a mandar destacar nesta capital cem Guardas Nacionaes, tirados dos diferentes Batalhões, que compoem o Commando Superior desta mesma Capital.** V. Exc., encontrara na Secretaria os Officios do Subdelegado de Pedras de Fogo participando as noticiais, que tinha da cidade de Goyanna, e de outros pontos da Província de Pernambuco: e bem assim o Officio do Juiz de Direito d'aquella Cidade, um destacamento do cem ou mais praças para a povoação de **Pedras de Fogo** com ordem de se prestar as suas requisições visto que pela ordem publica d'aquela Comarca -

²⁰⁶ Na leitura da legenda proposta pelo mapa de Edison Carneiro apresenta Pedras de Fogo enquanto cidade, contudo, tratava-se de uma povoação que em 1860 foi elevada à categoria de vila. O mesmo com Natuba, criada como freguesia pela lei nº 2 de 20 de setembro de 1848. Alagoa Grande que ainda era uma povoação sendo apenas referida nos registros enquanto vila após 1850. E Itabaiana (PINTO, 1917 [1916], p.196).

²⁰⁷ BRASIL. Relatório do Presidente da Província da Parahyba. Discurso apresentado a Assembléia Provincial em 11 de maio de 1848 pelo presidente Albuquerque Maranhão. Parahyba: Typographia de José Rodrigues da Costa. _ Rua Direita, nº 6.

²⁰⁸ Idem.

Encontrará mais Officio do Sub-Delegado da Barra de **Natuba**, participando os atentados praticados por Sebastião Lins de Araújo na povoação de Taquaritinga, Comarca de Limoeiro e Província de Pernambuco, e os receios de que elle accommettesse aquelle Destrito. Finalmente encontrara V. Exc., o Officio do Commandante Superior da 3.^a Comarca, acompanhado de outro Juiz Municipal da Villa de Piancó, no qual diz que tivera requisição do juiz municipal de Pajeú, Província de Pernambuco, para auxiliar com as tropas, afim de impedir de huma força inimiga que do Buique sahira em direcção àquela Villa, para a atacar ; e o do Delegado da **Cidade d'Arêa**, pedindo um Destacamento para a povoação de da **Alagôa Grande**, pelas rasões constantes do mesmo Officio.²⁰⁹ (Grifo nosso)

Nos meses que antecederam o conflito em Pernambuco, um clima receoso se instaurou na província paraibana, tendo em vista as solicitações das autoridades destas localidades, diante da possibilidade de ataques de “forças inimigas”. Embora o vice-presidente Dr. João Maranhão apontou a suposta passividade dos habitantes, solicitou remanejamento de destacamentos para configurar uma força de prevenção nestes pontos limites, diante de possíveis desordens,

E em vista de tudo conhecerá V. Exc. que, devendo guarnecer com alguma força os limites desta Província com a de Pernambuco, afim de evitar que os desordeiros, que por ventura alli aparecessem, se não passassem para esta, e mesmo ajudar, sendo necessário, as autoridades da mesma Província, força era destacar a Guarda Nacional desse a guarnição da Praça, revezando com a 1.^a linha. Na povoação de Pedras de Fogo hoje hum destacamento de de trinta e seis praças, sendo treze de 1.^a linha, e as mais de polícia, e encarreguei ao Official, que o comanda, que fizesse por conservar a paz publica e segurança individual, não tomado parte dos negócios na Província vizinha, sem sciencia autorização do Exm. Presidente, e respondi as Oficio do Juiz de Direito de Goyanna, que sem, sciencia e auhtorização do Exm. Presidente de Pernambuco, não podia consentir que forças d'esta entrassem naquella Província; e pedindo informações exactas do que se dizia ácerca de desordens; e ainda não veio resposta.²¹⁰ (Grifo nosso)

A situação limítrofe da Província da Paraíba com Pernambuco, criou geograficamente condições, possibilitando a movimentação dos rebeldes nos diferentes momentos do conflito. Como foi exposto pelo Dr. João Magalhães, esperava-se algum tipo de desordem ou conflito, frisando seu posicionamento político em não tomar parte, sugerindo o remanejamento de homens de outras cidades para atender o pedido das autoridades conservadoras da localidade.

Estas inquietações nos meses que antecederam a Revolta Praieira, identificadas no discurso oficial paraibano nos revelou uma pequena amostra do clima que se instaurou a partir das tensões políticas que tomaram forma em Pernambuco.

²⁰⁹ Ibidem, p.03.

²¹⁰ BRASIL. Relatório do Presidente da Província da Parahyba. Discurso apresentado a Assembléia Provincial em 16 de março de 1848 pelo presidente Carneiro Campos. Parahyba: Typographia de José Rodrigues da Costa. _ Rua Direita, n° 6.

Outra fala oficial que revelou a expectativa de um conflito foi a do então Ministro da Justiça Eusébio de Queiroz, quando mencionou à Assembleia Geral que “em junho de 1848 o Partido então dominante manifestou-se nas ruas do Recife, e com exigências fóra das leis alli perturbou a ordem publica”, referindo-se as manifestações contra a presença estrangeira que ocorreram nos dias 26 e 27 de junho de 1848 resultando destruição e morte de portugueses.

Para o ministro este episódio que foi sufocado pela polícia praieira que ainda estava no poder, teria sido “o precursor do grande movimento de novembro, que reduziu a província a um campo de batalha”²¹¹. Ao associar diretamente o evento, acreditamos que o Ministro cometeu um equívoco, embora que com a eclosão da revolta diversos grupos em prol de interesses comuns engrossaram as fileiras da rebelião, os dias 26 e 27 de junho de 1848 houve um movimento de natureza diferenciada, motivados por questões particulares da situação.

Além disso, quem reprimiu estas manifestações, marcadas pelo teor lusofóbico foi a polícia Praieira. E ressaltamos que, durante o domínio praieiro não se efetivou mudanças significativas na configuração do comércio a retalho, característica das manifestações que gerou quebra-quebra e morte de portugueses em junho de 1848²¹². Contudo, Eusébio de Queiroz apontou um aspecto importante neste cenário em que antecedeu a revolta: a província, de fato, vivenciou meses de tensão até finalmente a Revolta Praieira eclodir em novembro de 1848²¹³, resultado da insatisfação dos donos de engenho perdendo armas e cargos na Guarda Nacional.

Portanto, as indicações em maio do vice-presidente Dr. João Maranhão ao recém nomeado presidente da Província da Paraíba, Dr. João Antonio Vasconcellos, evidenciam o reforço das cidades limítrofes temendo um clima de desordem que se estendeu pelos meses de 1848 em Pernambuco. Após a eclosão da revolta, essa aproximação territorial permitiu aos rebeldes mobilidade na Paraíba, mostrando uma real necessidade em fortalecer as defesas dessas localidades.

²¹¹ BRASIL. Relatório do Presidente da Província da Parahyba. Discurso apresentado a Assembleia Provincial em 02 de agosto de 1850 pelo presidente Amorim Bezerra. Parahyba: Typographia de José Rodrigues da Costa. _ Rua Direita, n° 6.

²¹² Na introdução apontamos este movimento conhecido como Mata-marinheiro que teve grande repercussão nas ruas de Recife durante a década de 1840.

²¹³ Este clima aparece nas páginas do Diário Novo, na edição de 03 de junho de 1848, em capa uma nota referente a tranquilidade pública: “Já apresenta menos carregado os aspectos da província e vai desaparecendo as agitações que em diversos pontos se manifestou”. Algo que não se concretizou dias depois tendo em vista o quebra-quebra gerado pelo a falsa notícia do assassinato do estudante do Liceu por um caxeiro português (MARSON, 1981, p.64).

Consideramos que este foi o primeiro momento em que a Paraíba entrou em cena nos eventos que envolvem a Revolta Praieira. Em dezembro de 1848, após a invasão dos rebeldes à cidade de Goiana no dia 13²¹⁴, Pedras de Fogo na província da Paraíba foi alvo dos rebeldes, após enviar um destacamento para ajudar nas defesas da cidade pernambucana, como revelou a fala do Presidente João Vasconcellos:

A 13 de Dezembro foi a Cidade de Goyanna por elles assaltada, estando guarneida com pouco mais de sessenta praças de nossa gente ao mando do Capitão Jenuíno, de que já vos falei, empregada a de mais em outros pontos daquella Província. Podendo eles tomar a Cidade procurarão Pedras de Fogo, e invadirão a nossa Província na tarde de 15 de Dezembro [...]²¹⁵

Na povoação de Pedras de Fogo os rebeldes recrutaram dez paraibanos para suas fileiras, entre estes, os membros da Guarda Nacional, o Capitão Antonio da Costa Alecrim e o Alferes Antonio Martins Pedrinha. Segundo Carneiro, (1960, p.76) os irmãos António e Manuel Alecrim forneceram reforços quando os liberais pernambucanos invadiram Goiana, e ambos foram nomeados ajudantes nas divisões armadas dos praieiros. Os ataques a estas localidades foram executados pelo grupo de revoltosos denominados de “coluna do Norte”, dentre suas lideranças; o senhor de engenho Antônio Morais e o jornalista Borges da Fonseca. A adesão dos liberais de Pedra de Fogo tornou-se bastante significativa, tendo em vista que se tratava de uma povoação. Sinalizou um posicionamento dos agentes políticos na localidade, inclusive, ocupando cargo na Guarda Nacional.

Interessante pontuar que a natureza pacífica que também foi mencionada na fala do vice-presidente não descreveu o cotidiano da província, pelo menos não no que diz respeito às lutas partidárias nas constantes disputas eleitorais²¹⁶. Além do histórico engajamento da província nos movimentos de 1817 contra a monarquia

²¹⁴ No dia 13 de dezembro os liberais abriram fogo contra Goiana que mesmo com reforço da tropa paraibana abandonaram a cidade e fugiram para o povoado de Taquera na Paraíba e o engenho Jacaré nas proximidades de Goiana (CARNEIRO, 1960, p.75).

²¹⁵ BRASIL. Relatório do Presidente da Província da Parahyba. Discurso apresentado a Assembléia Provincial em 01 de agosto de 1849 pelo presidente Vasconcellos. Parahyba: Typographia de José Rodrigues da Costa. _ Rua Direita, n° 6.

²¹⁶ Outro ponto que devemos destacar quanto a passividade do povo paraibano neste contexto quanto às experiências do cotidiano que foram reveladas pelas fontes que consultamos. Em 1849 João Antonio Vasconcellos mencionou em seu relatório tumultos durante as eleições da Câmara de Juiz de Paz no ano anterior, ou seja 1848. Em diversos momentos encontramos denúncias de cenas de violência que marcaram a disputa partidária na província. Lidiane da Costa (2013, p.141) nos lembrou do cotidiano neste contexto da Praieira ao remontar Lima (2010) das supostas desordens provocadas pelas Festas Negras na década de 1840, havendo a imposição de Códigos de Posturas, “começaram a reprimir e controlar, exercendo, através do aparatões da ordem”.

portuguesa e 1824, logo a após da Independência²¹⁷ associada a outras províncias do “Norte” sob a liderança e protagonismo evidentemente de Pernambuco²¹⁸ (MARIANO, 2005, p.18).

Este suposto ambiente pacífico entrou em xeque quando em fevereiro os rebeldes em fuga adentraram no território paraibano. Segundo Carneiro (1960, p.129) com o fracasso em Recife os rebeldes pernambucanos da “coluna do Norte” recolheram-se no acampamento de Pasmado, e após um segundo ataque bem-sucedido à cidade de Goiana, seguiram para o norte. Ao entrarem na Província da Paraíba²¹⁹ fizeram uma pequena parada em Pedras de Fogo e posteriormente no povoado de Itabaiana²²⁰.

No dia 17 de fevereiro, os revoltosos chegaram ao povoado de Alagoa Grande, onde permaneceram por algumas horas, e - como mencionado anteriormente - enviaram dois de seus representantes paraibanos para a cidade de Areia: Antonio Borges da Fonseca e Manuel Alecrim. O delegado Dr. Lopes Machado descreveu este momento apontando:

Occupada que fosse aquella povoação, expediram os liberais para a cidade d'Arêa dois agentes seus, - os cidadãos Antonio Borges da Fonseca e Manoel da Costa Alecrim - com o fim de saberem o accordo em que estavam os seus amigos daquela parte da província da Parahyba; accôrdo que já lhe não devia ser estranho pelo encontro inesperado que haviam tido com o padre José Genunido de Hollanda Chacon expedido á capital com instruções de um plano de revolta combinado, e que naquelles dias devia se pôr em execução pelos influentes liberais d'Arêa (MACHADO, 1983 [1851], p.77) Mesmo sob instruções de “não tomar partido”, tendo em vista o ofício do presidente de província²¹⁶ alertando o posicionamento dos rebeldes já em território.

²¹⁷ Segundo Serioja Mariano (2005, p.18), foi “motivada pelo despotismo do Imperador e o centralismo representado pelo poder no Rio de Janeiro, em um momento de instalação do Estado Nacional”. A adesão da província a tais movimentos, de fato, revela um passado de luta e envolvendo algumas de suas localidades, dentre elas, a vila de Areia.

²¹⁸ Vale ressaltar que embora tratem de movimentos diferentes, evidentemente, estes movimentos do início do século XIX, termina por ser um referencial neste contexto da Praieira. O debate constitucional é o pontapé da narrativa de Lopes Machado que tem enquanto referência estes movimentos, e deixa claro sua insatisfação com a Constituição. Borges da Fonseca em seu manifesto também apontou enquanto seus referenciais, como já abordamos no capítulo anterior. Outro ponto é que alguns dos agentes envolvidos participaram da Confederação do Equador; Morais e João Roma.

²¹⁹ As informações sobre a movimentação rebelde no jornal o *Diário de Pernambuco* de 21 de fevereiro de 1849, p.02.

²²⁰ Em seu relato a Assembleia Geral Legislativa o Ministro da Justiça Eusebio de Queiroz levantou um ponto interessante que expressou em seu relatório a realidade destas localidades em que os rebeldes passaram durante a fuga, “surpreendendo povoações fracas e desarmadas fungindo as tropas imperiais”.

Mesmo sob instruções de “não tomar partido”, tendo em vista o ofício do presidente de província²²¹ alertando o posicionamento dos rebeldes no território paraibano, Lopes Machado demonstrou o entusiasmo com a presença dos liberais pernambucanos. E apontou que mesmo com a derrota em Recife, o triunfo destes partidários era interesse da província paraibana, tendo em vista a adesão das lideranças liberais da cidade de Areia, como podemos observar:

A antecipação das forças insurgentes de Pernambuco vindo de algum modo transtornar a combinação em que estavam os da Parahyba, nem por isso os fez desaninar. Bem que a sorte, quando começa a favorecer um partido, quando um feito d’armas prognostica o seu completo triumpho, difficulte-o nimiamente ao partido opposto, por ser então que os indefferentes sahem da sua estudada apathia para lesongear os vencedores, e até alguns dos alheios partidistas entram a vacillar: com tudo era preciso não abandonar por uma vez uma causa inferma depois de 2 de fevereiro, mas que tinha ainda por si muitas probabilidades, uma vez que seus partidistas, preferindo os encommeodos e riscos de campanha, não si deixassem ficar em casa no gozo de uma ephemera tranquilidade. Era preciso declinar, e acalmar o entusiasmo do povo que pelejava pela sua propria causa. Foi assim pensando que os honrados habitantes da cidade d’Arêa correram ás armas, dando á província um testemunho de sua adhesão, e do seu interesse pelo triunfo da réolta, ao mesmo tempo um exemplo digno de ser imitado [...] (MACHADO, 1983, [1851], p.77)

O relato de Lopes Machado não deixou claro quais as possibilidades. Contudo, mesmo diante do cenário desfavorável com a derrota no dia 02 de fevereiro, Areia trouxe novas possibilidades para a Revolta Praieira. Um ponto interessante foi que na documentação, essas adesões foram enfatizadas principalmente por fornecerem poder bélico aos revoltosos. Dentre estes, membros da Guarda Nacional, o tenente-coronel Joaquim José dos Santos Leal e o Major Joaquim Gomes da Silva, que agregaram cem granadeiros. E o caso do “coletor das rendas gerais” da cidade, Antonio Jose Gonsalves Lima que realizou compra de pólvora para o arsenal liberal²²², aquisições cruciais para o contexto pelo qual os rebeldes se encontravam após a derrota em Recife.

Tendo em vista as dimensões das povoações pelas quais os rebeldes passaram no território paraibano, de fato, dentre elas apenas a cidade de Areia

²²¹ Interessante pontuar que para o então presidente de província João Antonio Vasconcellos a revolta tem a motivação em torno das mudanças de cargo, como podemos observar: “Em consequencia de aparecerem desordens nos primeiros dias de novembro do anno passado nas Villas de Nazareh, e Iguarassú da Província de Pernambuco, promovidas por alguns descontentes, que pretendão disputar ao Governo o direito de demitir, e nomear empregados de sua confiança”.

²²² BRASIL. Relatório do Presidente da Província da Parahyba. Discurso apresentado a Assembléa Provincial em 01 de agosto de 1849 pelo presidente Vasconcellos. Parahyba: Typographia de José Rodrigues da Costa. _ Rua Direita, nº 6.

poderia possibilitar um apoio mais substancial nas circunstâncias de fuga e baixas em que se encontravam este grupo remanescente.

Elevada à categoria de cidade em 18 de maio 1846 pela lei n.º 2, Areia em torno de 1847 possuía uma população livre de 17.863 habitantes, considerando que na província da Paraíba do Norte a outra cidade era capital, com população livre de 20.009²²³ Entretanto, sobre a cidade Lopes Machado relata,

A cidade d'Areá, o melhor povoada da província da Parahyba depois da capital, donde dista cerca de 50 leguas, está em magnifica e aprazível situação. Estendendo-se do nascente para o poente em estreita chapada de pouco mais de duzentos passos na sua maior largura, corôa uma das mais elevadas eminencias d'entre a serie de montanhas [...] a cidade interiormente nada offerece que valha a pena referir-se. Edificada irregularmente de casas altas e baixas, e de ordinário más, muitas das quaes se appoiam pelo lado detraz em grossa muralha para evitarem o escarpado da montanha, compõem-se de poucas ruas, compridas e mal alinhadas. O mais importante edificio seria a cadea publica, sinão fosse construida com material ordinario (MACHADO, 1983 [1851], p.79)

Embora apontada como “o melhor povoado da província”, as condições da cidade na fala do delegado e juiz municipal demonstraram a precariedade em termos estruturais²²⁴, o que nos permitiu imaginar as outras localidades em que os rebeldes estiveram presentes na província. Um dado importante foi que nenhuma das povoações da Paraíba ofereceram resistência à presença dos rebeldes. Porém, devemos levar em consideração que os destacamentos eram limitados e houve remanejamento de guardas nacionais para reforço das tropas em Pernambuco²²⁵.

Estas localidades não viabilizaram real permanência para os rebeldes em fuga. Além disso, um grupo liderado pelo tenente-coronel Falcão estava no encalço dos revoltosos desde o confronto do dia 13 fevereiro no engenho Pau Amarello²²⁶. Desta

²²³ Dados retirados do relatório apresentado à Assembleia Legislativa em 03 de maio de 1847.

²²⁴ Medeiros (2018, p.88) em seu livro apresenta um mapa da cidade de Areia de 1847 encontrado no Arquivo Histórico do Exército no Rio de Janeiro, na ilustração a cidade tem praticamente quatro ruas principais, e nele o autor demarca proximidade da casa do tenente-coronel Joaquim Santos Leal e a casa do Dr. Trajano Chacon, em destaque no mapa a Igreja da Matriz, a cadeia e a Câmara Municipal.

²²⁵ Segundo o relatório apresentado à Assembleia Legislativa em 01 de agosto de 1849, a província da Paraíba enviou quatrocentas praças. (p.04) Entretanto, a atuação destes homens enviados para Pernambuco foi insuficiente, tendo em vista diversas deserções. Lidiane Justo da Costa (2013, p.142), aborda a atuação da Guarda Nacional da Província da Paraíba durante a Revolta Praieira.

²²⁶ Em notícia publicada em 19 de fevereiro de 1849 no Diário de Pernambuco menciona um pouco das movimentações da revolta na província da Paraíba, “as forças legalistas ao mando do brioso Sr. tenente-coronel Falcão e os rebeldes adiante de Goianinha; bem como noticiar-lhe que o grupo que foi repelido corajosamente em Pão-Amarello por essas fôrças, destrossado em quasi que completa debandada, buscava no dia 15 entranhar-se n'uma comarca central da Parahiba, levando-se numa rede agonizante e preste a expirar, o famigerado João Ignacio Ribeiro Roma, o qual a esta hora talvez ja tenha pago com a vida as atrocidades que procurou e autorisou”. De fato, embora a notícia desqualifique a figura de João Roma, o rebelde foi ferido mortalmente na cabeça neste confronto.

maneira, considerarmos que essa adesão dos liberais de Areia tornou-se crucial, oportunizando uma pequena resistência aos rebeldes praieiros. Oferecendo, deste modo, um considerável poder bélico²²⁷, apoio tático²²⁸ e acomodações²²⁹ na cidade no dia 18 de fevereiro. Outro aspecto oportuno foi que não houve resistência dos conservadores locais, ao contrário, se refugiram em suas propriedades rurais²³⁰, esperando as tropas legalistas estabelecerem a ordem.

No dia 21 de fevereiro as tropas de Feliciano Falcão finalmente chegaram à Areia. Por volta das 9 horas “rompeu [...] o mais vivo fôgo sobre os atiradores liberais”²³¹. O confronto durou cerca de oito horas; o plano dos praieiros era criar pontos de defesa, e isso separou a resistência praieira que somava pouco mais de 300 homens contra o dobro das tropas do governo. Um ponto determinante para a inferioridade numérica foi a desistência de Peixoto de Brito, desfalcando em número de homens armados e levando parte da munição, deixando à própria sorte os aliados (MACHADO, 1983, [1851], p.86, ALMEIDA, 1980, p.85, FIUZA, 1995, p.43).

Derrotados, os rebeldes debandaram da cidade de Areia seguindo para o sertão, consumando mais uma derrota dos Praieiros. No dia seguinte, 22 de fevereiro de 1849, as lideranças remanescentes deste grupo, Morais e Borges da Fonseca²³²

Capitão experiente e reformado da primeira linha, participou da Confederação do Equador em 1824, refugiou-se nos Estados Unidos. Regressou ao Brasil em 1828, quando foi degradado para o Rio.

²²⁷ Incorporação de novos homens para lutar. Segundo Almeida (1970, p.83), Francisco Romão Bezerra saiu recrutando os paisanos usando roupas de Capitão. Vale salientar que os rebeldes também tiveram acesso a pólvora, inclusive através do arrombamento das propriedades de Francisco Martins Botelho Caldereiro e José Francisco Borges, como aparece no relato do presidente da província João Antonio Vasconcellos.

²²⁸ A cooperação, por exemplo, de Manuel Joaquim dos Santos Leal, irmão do tenente-coronel Santos Leal, indicando lugares estratégicos, como relatou o presidente da província em seu relatório em 1849.

²²⁹ Segundo Lopes Machado (1983, [1851], p.78) utilizaram enquanto quartel-general as casas dos membros da Guarda Nacional Santos Leal e Antonio José Gonsalves Lima, do advogado Luis Vicente Borges e do delegado e juiz municipal Lopes Machado. Dentre as adesões é importante frisar a participação do Padre José Genuíno de Holanda Chacon, irmão do líder conservador Trajano Chacon que também ofereceu refúgio aos rebeldes em sua paróquia (ALMEIDA, 1970, p.82).

²³⁰ Segundo Almeida (1970, p.82) abandonaram a cidade em grande confusão para o interior e quando as tropas do governo chegaram na região forneceram informações importantes sobre oposicionamento dos rebeldes.

²³¹ Em seu relato Lopes Machado (1983, [1851], p.82) aponta principais falhas do exército liberal. Primeiro ao examinar o terreno percebe-se os erros do sistema de fortificação adotados pelos rebeldes. Segundo permitir que o inimigo se estabelecesse em Alagoa Grande, bastante próximo ao primeiro piquete avançado dos rebeldes.

²³² Após a derrota na cidade de Areia, o grupo de revoltosos retornou a Pernambuco. Segundo Carneiro (1960, p.140) as lideranças foram abandonando a luta, negociando a rendição com o Governo ou fugindo para o exterior. Peixoto de Brito, por exemplo, após ter abandonado os companheiros no combate em Areia, “tomou passagem num brigue português, no dia 18 de março de 1849, e partiu para a Europa”. Manuel Pereira de Morais teria combinado com Borges da Fonseca um ataque à capital da Paraíba, contudo, quando retornava a Paraíba em busca de novas alianças, é avisado por carta pelo

decidiram retornar a Pernambuco. O saldo do combate foram cinco mortos do lado do governo, seis homens dos rebeldes e trinta e três feridos, dentre estes mortos o tio do tenente-coronel Santos Leal: experiente membro da Guarda Nacional, o tenente Fabrício José do Espírito Santo, participou da Confederação do Equador (ALMEIDA, 1980, p.86-87).

As figuras políticas importantes da Paraíba envolvidas no conflito fugiram. Santos Leal e seu cunhado Manuel Joaquim dos Santos Leal²³³ refugiaram-se na fazenda Jandaíra disfarçados de vaqueiros. Luiz Vicente Borges, também escondeu-se usando o sobrado de um parente, onde ficou em um compartimento secreto de difícil localização por algum tempo na cidade de Areia. Lopes Machado fugiu para o engenho Pureza na província de Pernambuco, sendo preso e liberado dias depois por meio de um *habeas corpus*²³⁴ Retornando à Paraíba, foi impedido de tomar assento na Assembleia Legislativa²³⁵, ficando escondido até ser anistiado com os demais envolvidos em 1852 (ALMEIDA, 1980, p.87-88).

Atrelado aos praieiros, esses agentes políticos paraibanos foram apontados enquanto cabeças da rebelião pelo então presidente da província. Dezoito indivíduos, incluindo nove dos rebeldes pernambucanos, responderam ao processo criminal.²³⁶ Na cidade de Areia em prol do restabelecimento da lei a ação da tropa do governo tomou proporções excessivas em busca dos supostos colaboradores dos revoltosos. Segundo Machado (1983, [1851], p.89) a paz e ordem tão almejadas, foram substituídas por uma série de crimes e violações,

Taes homens quando corôados pela victoria, longe de darem ao mundo provas de suas boas intenções e da legalidade dos seus actos, fascinados por uma voluntaria cegueira, passaram a considerar aquele logar como um paiz estrtanho conquistado, e aos prisioneiros vencidos como bêstas selvagens subjeitas a pesados serviços e a tormentos crueis.

senhor de engenho de sua desistência. Morais foge disfarçado para os Estados Unidos. Borges da Fonseca prosseguiu resistindo até finalmente ser preso em 30 de março de 1849.

²³³ Interessante mencionar o envolvimento da família do líder liberal Santos Leal neste contexto.

²³⁴ Identificamos o documento no Arquivo Histórico do Estado da Paraíba, FUNESC, cx. 027, ano 1849.

²³⁵ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Parahyba do Norte, 02 de outubro de 1849. N°08.

²³⁶ O presidente da província, relatou que dentre eles, apenas um encontrava-se preso, José Alves da Trindade. Não encontramos os processos criminais ou qualquer outro indício de que indivíduos apontados enquanto cabeças da revolta tenham recebido punições. E acreditamos que não houve, de fato, punições penais no que respeito aos indivíduos apontados enquanto “cabeças da revolta”, Tendo em vista que, Lopes Machado, manteve-se em um exílio forçado no Rio Grande do Norte. E tenente-coronel Santos Leal continuou na disputa para deputado geral em setembro em 1849, apenas sendo punido pelo o crime do assassinato do Dr. Trajano Chacon, como apontamos em outros momentos do nosso texto.

Desta maneira, o comportamento dos vencedores²³⁷ muito comum em episódios e cenários de conflitos, trouxe à tona uma faceta das disputas pelo exercício do poder²³⁸. Na narrativa do liberal, a “marcha da vitória” na cidade Areia foi marcada por excessos de violência arrombamentos²³⁹, roubos e prisões²⁴⁰. Diante disto, o bacharel evocou a Constituição ao apontar os crimes cometidos pelas tropas do governo, destacando sua visão sobre cidadania e direitos a partir do papel que a lei desempenhava.

Entre as perseguições cometidas por vingança partidária, para “satisfazerem-se de uma divida eleitoral, ou tomarem vingança de uma indiferença pessoal”, nos chamaram atenção dois casos relatados envolvendo artistas nacionais de Areia. Primeiro, a perseguição de um indivíduo conhecido por “João Azul”, “pessoa de um tam exemplar comportamento”, foi “cuidadosamente procurado, como si procura o mais feroz scelerato; e como quer que o não achassem, conduziram em seu logar” o seu pai, um homem velho e cego, que retornou Areia meses após ser dispensado do serviço militar no Rio de Janeiro quando finalmente “constataram” sua invalidez (MACHADO, 1983 [1851], p.95).

Segundo caso mencionado por Lopes Machado envolveu um artista nacional, Vicente Izidoro do Rozario, que gravemente ferido no rosto “foi entregue á hordas da - legalidade -,” levado para cadeia e posteriormente transferido para Recife “tractado

²³⁷ Ultrapassar os limites moralistas foi um ato comum na guerra. Jean Pierre Azèma (1996, p.403 *apud* Ferreira), quando realizou reflexões sobre a guerra na prática política, ressaltou os aspectos biológicos humanos, chamando atenção a singularidade da espécie humana, sendo a única - com exceção dos ratos - que em “combate individual ou coletiva se extermina”, e elimina os vencidos. Neste caso, tendo em vista nossa proposta, a revolta desempenhou outra dimensão na disputa pelo poder, uma faceta em que os aspectos morais são rebaixados e o direito de matar o outro é consagrado. A humilhação do vencido faz parte do processo, elemento fundamental na punição do inimigo. Urbano Sabino de Mello fez menção a este tipo de conduta do exército legalista na derrota dos praieiros em Recife. Em Areia, coube a Lopes Machado denunciar a conduta das tropas do governo, contrariando o discurso oficial que mencionou as invasões e os crimes dos rebeldes, porém, silenciou acerca dos excessos cometidos por aqueles que deveriam supostamente estabelecer a ordem.

²³⁸ Neste caso, pensamos que dimensão política da guerra associada a disputa pelo poder, neste caso do conflito armado que configurou a Praieira, condicionou fatores de diversas diretrizes “que a guerra põe em jogo” (AZÉMA, 1996, p.410 *apud* Ferreira).

²³⁹ De acordo com o relato, o tenente-coronel Feliciano Antonio Falcão “foi o primeiro a violentar o dominicilio do cidadão”, arrombando o sobrado da Sra. D. Maria dos Santos Leal, mãe do tenente-coronel Santos Leal, local onde as tropas legalistas utilizaram enquanto quartel general, pilharam os objetos pessoais, sob a declaração de que “os soldados haviam exposto o peito a balas, e que era essa sorte dos vencidos!” (MACHADO, 1983, [1851], p.92).

²⁴⁰ Pelos relatos de Lopes Machado, diversas pessoas foram recolhidas na cidade, recrutadas para o serviço militar ou levadas para a prisão no Recife.

em um das persigangas do Sr. Tosta, passou ao depositio da - praia vermelha -, e por lá ficou até hoje" (MACHADO, 1983 [1851], p.97).

As denúncias de Lopes Machado ganharam ênfase por dois motivos, primeiro por apontar artistas nacionais em Areia, um engajamento interessante, tendo em vista que entre as pautas da revolta a questão da nacionalização do comércio; segundo, apresentou uma certa dimensão de quem aderiu a revolta na cidade. E nos permite uma pequena mostra da "frente liberal" que confrontou as tropas do governo na cidade de Areia. Com a participação de artistas nacionais e agregados, parentes, ou seja, a clientela dos grandes nomes do partido liberal da cidade (MACHADO, 1983, 1854).

De modo geral, a revolta possibilitou aos conservadores uma mudança mais rápida na conjuntura política. O que poderia levar um bom tempo, tendo em vista que mesmo com a mudança do presidente Frederico Campos em 1848 para dois conservadores João Maranhão e o João Antonio Vasconcellos, os agentes políticos do partido liberal que ocupavam cargos importantes na cidade permaneceram em suas posições. Apenas quando a revolta ocorreu que todos os envolvidos foram subitamente substituídos por aliados ao governo²⁴¹.

Nos meses que antecederam a eclosão da revolta, não identificamos uma comunhão entre os membros liberais, divididos em rasgados e tambialistas²⁴², disputando as eleições de 1848. Contudo, quando a revolta se tornou uma possibilidade real na província, estes agentes políticos utilizaram as ruas de Areia como palco para uma nova faceta de suas disputas.

Esta arena por diversos momentos tornou-se palco das disputas políticas na província paraibana. Quando observamos as falas de Vasconcelos quanto à tranquilidade pública no relatório do presidente de província, outras situações de desordens são mencionadas. Embora sejam eventos que não estão associados diretamente à Revolta Praieira, configuraram de modo geral o cenário das disputas na província que resultaram em insegurança e violência.

Por exemplo, em 04 de fevereiro de 1849 na vila de Bananeiras o presidente mencionou "secdições" contra o Juiz municipal e Delegado bacharel Antonio Binicio Saraiva Leão Castello Branco, que "tinha este juiz por antecedentes participações

²⁴¹ BRASIL. Relatório do Presidente da Província da Paraíba. Discurso apresentado a Assembléia Provincial em 01 de agosto de 1849 pelo presidente Vasconcellos. Paraíba: Typographia de José Rodrigues da Costa. _ Rua Direita, nº 6.

²⁴² Os termos são utilizados nas correspondências enviadas ao jornal *O Tribuno*, como apontamos no capítulo anterior.

contra um Antonio José Ignacio, turbulento daquela Villa, dando ordem de prisão por andar armado”²⁴³. Em decorrência disso pessoas armadas se reuniram “proferindo palavras sediciosas contra o juiz” e se dirigiram para sua casa, para evitar o tumulto o juiz entregou o cargo ao primeiro suplente, encerrando a desordem e nos revelando até que ponto os “pacíficos” paraibanos poderiam ir em busca de seus interesses. Neste caso, recusando a prisão de Antônio José Ignacio e criando uma tensão entre a autoridade local e o interesse da população, culminando na desistência do cargo.

O presidente ainda indicou que outras autoridades locais se posicionaram a favor do grupo, recebendo diversas representações de oficiais da “Guardas Nacionais, da Câmara Municipal e Juizes de Paz, que figuravão o facto acontecido a favor dos sediciosos”²⁴⁴, e confessou que não enviou reforços pelo fato de que grande parte da força estava “entrincheirada para evitar a entrada dos revoltosos de Pernambuco, que naquelles dias depois do combate do 2 de Fevereiro sobre o Recife se avisinhavão, e procuravão com grande empenho invadir esta Capital”²⁴⁵.

O tumulto provocado pela prisão do indivíduo gerou uma situação tensa na Vila de Bananeiras a qual o presidente considerou *sedição*, ou seja, atitudes de motim, *revolta*. O grupo armado foi em busca do Delegado e Juiz Municipal em sua casa, obrigando-o a ceder. E isto nos revelou que não há indícios de uma conduta realmente pacífica no comportamento da população, além de demonstrar até que ponto os indivíduos poderiam arriscar suas vidas para impor seus interesses e necessidades.

Os meses que seguiram após a Revolta Praieira foram marcados por acirradas disputas pelo poder local e a reconfiguração do domínio político pelos conservadores; como o caso da suspensão de diversos oficiais da guarda nacional, ou a nomeação de conservadores para cargos importantes, tendo em vista a nomeação de Lindolfo Correia das Neves, que iniciava sua carreira política na província como secretário do Governo. O nível destas disputas foi aferido nas tumultuadas eleições para deputados provinciais e geral, marcadas por situações de violência em diversos pontos da Província. Inclusive com o assassinato de uma figura importante da elite política, o Dr. Trajano Chacon, como mencionamos em diversos momentos da nossa discussão. A

²⁴³ BRASIL. Relatório do Presidente da Província da Parahyba. Discurso apresentado a Assembléia Provincial em 01 de agosto de 1849 pelo presidente Vasconcellos. Parahyba: Typographia de José Rodrigues da Costa. _ Rua Direita, nº 6.

²⁴⁴ Idem, p.10.

²⁴⁵ Ibidem, p.10.

rua, desta forma, foi um espaço constante para definir querelas políticas, o auge da barbárie em defesa dos interesses destes agentes políticos.

4.2 A memória: a disputa pela verdade sobre a Revolta Praieira

[...] Talvez que a minha condição de - proscripto - me fizesse escapar da memoria muitos factios, que, por sua natureza, merecessem ter especial menção; mas nem por isso, eu vo-lo asseguro, deixam os descriptos de ser menos verdadeiros, e reaes [...] (MACHADO, 1083 [1851] p.20)

Quando os protagonistas da Revolta Praieira escreveram sobre as circunstâncias do conflito transcreveram em suas linhas versões pretensamente verdadeiras acerca dos fatos, utilizando a memória enquanto principal condutor para revelar o evento. A disputa terminou por ganhar expansão utilizando a escrita na perpetuação da versão destes agentes políticos.

Pensamos isto a partir do debate sobre a memória que envolveu as produções de saberes e representaram determinados interesses no decurso das sociedades modernas. Situação denunciada nos debates epistemológicos da História. Pois, o próprio papel da disciplina na construção dos Estados Nacionais, legitimou o discurso social e os preceitos que moldaram nossas relações sociais (CERTEAU, 2007 [1982]).

Quando tratamos da Praieira, nos deparamos com diversos exercícios que utilizaram a memória enquanto veículo para defender uma narrativa intimamente atrelada às necessidades práticas da política e do jogo de poder local. Onde os lugares de fala definiam os interesses destes agentes (RICOUER, 2007).

Este foi caso da publicação de **Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco** de Urbano Sabino de Melo, onde o objetivo era rebater as acusações de “premeditação e rebelião”, quando instaurado pelo chefe de polícia Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, um processo que denunciava os prisioneiros de crime de rebelião. Sabino de Melo usou a escrita e seu exercício de memória enquanto um novo espaço de luta, sobretudo, para combater as acusações que moviam a perseguições contra os “famigerados” rebeldes da Praia.

Inicialmente a Praieira era tratada como uma sedição ou rebelião. Mas após os interrogatórios dos prisioneiros, dentre eles, Borges da Fonseca, criou-se um cenário de acusações a Praia por premeditar e atuar “excitando as paixões da plebe” a

convulsão e ameaça da propriedade, sendo enquadrada na infração máxima do código penal do Império: “*crime de rebelião*”. E aos réus a pena de prisão perpétua e trabalhos forçados em julgamento presidido por José Thomaz Nabuco de Araújo, (MARSON, 2009, p.99).

A mudança e direcionamento da narrativa sobre a revolta para punir seus participantes nos sugeriu o papel importante destes escritos. Pois um novo combate passou a ser travado, ao passo em que os conservadores buscavam culpar os oponentes políticos envolvidos no conflito armado, os acusados utilizavam dos escritos em defesa dos protagonistas da Praieira (MARSON, 2009). E esta disputa se estendeu por muitos anos e outras gerações, principalmente quando o movimento era tema dos debates políticos nas diversas publicações de comemoração dos anos posteriores, surgindo novas abordagens da revolta, inclusive sintonizados com as percepções teóricas de cada época.

Este foi o caso da tendência republicana que associou a revolta a um conflito legítimo de emancipação para a República. A Praieira, neste sentido, ganhou um repertório de abordagens diversificadas, alinhadas, sobretudo, às percepções políticas de seus produtores em diversos momentos do debate historiográfico. E entendemos estes deslocamentos dos sentidos atribuídos ao movimento, como um projeto de *saber-poder* que está interligado intimamente aos interesses políticos de sua própria época, e com o passar do tempo, de grupos que buscavam reivindicar com a memória a legitimação de seus espaços no presente (FOUCAULT, 2012).

Para Paul Ricoeur em **A memória, a história e o esquecimento** publicado em 2000, apontou que o testemunho constitui a estrutura fundamental de transição entre a memória e a História. A pretensão destes homens em narrar uma versão fiel dos fatos, correspondeu ao exercício de evocação da memória, no qual pretendeu expor os eventos, assumindo uma narrativa que objetivou representar a versão verídica do que aconteceu, pois:

[...] Uma ambição, uma pretensão está vinculada à memória: a de ser fiel ao passado; desse ponto de vista, as deficiências procedentes do esquecimento, e que evocaremos longamente no momento oportuno, não devem ser tratadas de imediato como formas patológicas, como disfunções, mas como o avesso de sombra da região iluminada da memória, que nos liga ao que se passou antes que o transformássemos em memória. Se podemos acusar a memória de se mostrar um pouco confiável, é precisamente porque ela é o nosso único recurso para significar o caráter passado daquilo de que declaramos nos lembrar (RICOEUR, 2007, p.40).

A memória, deste modo, possui um papel importante para a compreensão de outros mecanismos da nossa cultura política e das relações de poder da sociedade. Uma arena de incessante disputa e preciosa; pois através destas publicações seus autores conduziram inúmeras gerações que analisaram o movimento. E isto tem vínculo direto com processo de produção de saber e as apropriações dos grupos políticos de determinadas posicionamentos.

Evocada como um mecanismo de recordação, um exercício que pode ser instantâneo ou laborioso. Os gregos chamavam de *anamnēsis*, tratando-se de uma atividade consciente, um esforço que pode ser conduzido de forma arbitrária e movido por percepções ideológicas, além de diversas outras subjetividades. Os abusos da memória, os interesses dos grupos políticos, a seletividade dos acontimentos, produzindo o esquecimento de determinadas cenas (RICOEUR, 2007, p. 43-44).

Algumas considerações apontadas por Ricoeur (2007), foram relevantes para nossa análise e nos permitiu confrontar aspectos importantes da nossa cultura política, forjada por uma elite letrada servindo aos interesses dominantes. Ao analisarmos a fenomenologia da memória, o uso político da mesma foi configurado em nossos memorialistas, que com “o dever com a memória, em fazer justiça”, estabeleceu uma relação *veritativa* e pragmática com os eventos, pois “não temos nada melhor do que a memória para significar algo que aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela” (RICOEUR, 2007, p.40).

A expressão “fazer justiça com as palavras” descreveu as circunstâncias desses escritos e a real motivação de seus produtores. Quem primeiro identificou o debate da memória em torno da Praieira foi Izabel Marson no capítulo “Política e memória: leituras da Revolução Praieira”. A autora nos revelou a quantidade de publicações que surgiram após o evento, inclusive através da imprensa, onde a Praieira entrou em foco nos debates e a disputa entre os agentes políticos construiu um panorama da revolta apropriado aos seus próprios interesses. Contudo, Marson excluiu de sua discussão a Província da Paraíba e a relato de Lopes Machado²⁴⁶.

Como apresentamos no primeiro capítulo, **Apreciação da Revolta Praieira** (1849) de Sabino de Mello foi a primeira obra a inaugurar um testemunho acerca da

²⁴⁶ As edições dos jornais *O Reformista* e *A Ordem* apresentam um longo debate sobre essas situações que iremos abordar com mais profundidade no próximo capítulo.

revolta. Ao longo de suas páginas, uma preocupação em fazer justiça diante da perseguição que o partido praieiro estaria sofrendo após a derrota:

Já não posso continuar o silencio, que tenho guardado sobre os deploraveis successos da provincia de Pernambuco. Esperava que com a pacificação cessassem tantas calamidades e voltasse o regimen da constituição a substituir o domínio da espada, do arbitrio e do terror, empregado com a maior crueza e deshumanidade, e pretextado com ficticios reclamos da ordem publica: minha esperança se tem completamente esvaecido, e com dôr observo que o furor da vingança e extermínio bem tarde se ha de aplacar. Nem o respeito á constituição e ás leis, e aos direitos e garantias mais sagradas do cidadão, nem a compaixão pela innocencia opprimida e humanidade flagellada, teem feito afrouxar as cadêas da mais severa e infrene perseguição, de que não ha exemplo em as revoluções do Brasil. A politica, que produziu a revolta; que determinou os meios de a reprimir com a postergação de todas as leias e principios, que governão a sociedade, pretende seguir o mesmo sistema! Não se quer a pacificação moral dos espíritos, nem ainda punição legal do crime; e sim o extermínio de um partido immenso, ou a devastação de quasi toda a população de uma província (MELLO, 1849, p.03)

A retaliação dos conversadores após a rebelião levou o partido à extinção. Segundo Sabino de Mello, desde seu surgimento não houve inclinação do partido praia para desordem. Uma tentativa em eximir o movimento das acusações de premeditação, “uma conspiração do Partido da Praia”. Para ele a revolta foi uma condição imposta pela conduta da administração conservadora, afinal, o partido estava em ótima situação em relação às eleições e no cenário político da província.

Para contrapor, o General Jerônimo Martiniano Figueira de Mello Sabino de Mello, o chefe que instaurou o processo contra os rebelados publicou o **Chronicas da Rebellião Praieira (1848-1849)**, onde objetivou justificar as ações da facção legalista após a derrota dos rebeldes, relatando uma versão supostamente respalda nos documentos reunidos do inquérito e acusando seu opositor explicitamente,

[...] essa produção não respeita a verdade dos factos, inverte as datas, e faz juízo inteiramente parciais; que ella não é mais do que um acervo de grosseiras mentiras, de monstruosas calumnias, e de incocebíveis falsidades; e que em vez de avaliar e apreciar os acontecimentos com espírito de rectidão, com decidido amor á justiça, o seu autor não quiz senão irrogar injúrias aos seus adversários políticos, votal-os á execração publica, se tanto fosse possível sob o stigma de assassinos, ladrões e malvados, vingar-se assim de todos os nobres, generosos, extraordinários, e sublimes esforços, que elles fizeram para combater esse grande atentado contra a Constituição e as leis do Paiz (MELLO, 1850, p.08)

Na contramão, uma outra versão da revolta foi lançada em 1849, ressoando na corte a partir da publicação do jornal mineiro **O Libelo do Povo** de Francisco Sales Torres Homem, que na ocasião assinou pelo pseudônimo de *Timandro*. Neste

apontou os fatos a partir de outra leitura, vinculando o levante em Recife diretamente à interpretação dos “luzias”, direcionando “o movimento a um percurso genérico do Partido Liberal plenamente associado a anseios ‘populares e democráticos’ e sucedâneo das revoluções liberais contra o absolutismo em curso na Europa” (MARSON, 2009, p.101).

A Praieira ecoou por todas as províncias, sendo assumida como parte de uma agenda liberal que de acordo com *Timandro*, possuía uma bandeira de luta unificada. Este posicionamento foi combatido por Sabino de Mello por respaldar às acusações aos liberais réus pernambucanos (MARSON, 2009, p.101). A repercussão da revolta em Minas por meio da publicação do jornal nos chamou atenção por dois motivos: primeiro por inserir a Praieira na trajetória das lutas liberais na primeira metade do século XIX, pois na visão de *Timandro* a revolta foi uma resposta direta ao abuso de poder instituído pela monarquia, mesclando todos os movimentos liberais anteriores e igualando-o as revoltas em Minas Gerais e São Paulo em 1842²⁴⁷.

O segundo motivo, por reafirmar nas diversas narrativas que o evento produziu, o intenso debate na imprensa após a revolta. Acreditamos que pela necessidade de aliviar a situação dos membros que sofriam com a revanche conservadora, párias políticos diante do cenário predominantemente conservador, além de legitimar o papel do Partido Liberal na luta política na corte.

Como por exemplo, os esforços do jornal *A Revolução de Novembro*²⁴⁸ que circulou até meados de 1859. Assumiu a bandeira da revolta tendo a constituinte como mote principal de suas publicações. E espaço utilizado por Borges da Fonseca, que escreveu de seu degredo em Fernando de Noronha narrativas inseridas na construção da memória sobre a revolta.

²⁴⁷ Em uma visão geral da vasta documentação do contexto da Praieira, um traço marcante em suas falas; a Constituinte. Uma preocupação urgente nas falas de protagonistas como Borges da Fonseca diante da opressão portuguesa e estrangeira. E uma pauta antiga dos liberais desde a formação do estado nacional no início do século e outros aspectos próprios do idealismo que norteiam alguns pontos fundamentais do argumento político liberal. E existe um pensamento condicionado da revolta a estes aspectos que se perpetuam até ganhar contornos republicanos no final do século XIX, quando o pensamento político daquele momento estava alinhado ao progresso da causa republicana. Percebemos que cada pauta da revolta nos diversos contextos que ela será abordada generaliza esses aspectos e despreza de certa maneira as limitações destas ideias na prática.

²⁴⁸ Algumas edições disponíveis para consulta no sítio da Biblioteca Nacional. <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=717568&pagfis=1>>. Entretanto, o jornal *A Revolução de Novembro*, nos chamou mais atenção pelo teor do debate em torno da Assembleia Constituinte.

Neste sentido, a memória exerceu uma arena preciosa que cristalizou as narrativas sobre os acontecimentos da Praieira. A partir dos testemunhos destes agentes políticos vinculados diretamente ao evento, o que estava em jogo era a disputa pela “história verdadeira”. A apropriação da verdade tornou-se um ato político que deixou marcas no tempo, direcionando as percepções de determinados grupos e futuras gerações. As versões sobre um evento, os regimes de verdade sobre os acontecimentos, são mecanismos perigosos na disputa do poder (FOUCAULT, 2012, [1999]).

A partir da perspectiva de dever com a memória, dever com a justiça e percepções seletivas sobre os eventos, observamos o confronto entre os protagonistas da Revolta em suas narrativas,

[...] é preciso lembrar que, entre todas as virtudes, a da justiça é a que, por excelência e por constituição, é voltada para outrem. Pode-se até dizer que a justiça constitui o componente de alteridade de todas as virtudes que ele arranca do curto-círcuito entre si mesmo e si mesmo. O dever da memória é o dever de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não o si (RICOEUR, 2007, p.101)

O Quadro da Revolta Praieira na Paraíba do Norte escrito por Lopes Machado durante a fuga pelos sertões da província, desempenhou um papel semelhante de seus contemporâneos pernambucanos neste jogo pela verdade. Nos permitindo enfatizar o papel que Lopes Machado desempenhou para a revolta na província.

Na Paraíba os membros do Partido Liberal, embora sintonizados com os debates que ocorriam na província vizinha, não aderiram totalmente ao movimento. Restou ao jovem liberal e seus partidários de Areia forneceu o suporte necessário para um novo confronto contra as tropas do Governo. Um aspecto distinto da configuração tensa de Pernambuco diante das perdas de postos privilegiados em cargos policiais e públicos pelos senhores de engenho (SOBRINHO, 1949),

Após o fracasso em Areia, Lopes Machado voltou à política paraibana anistiado, tornou-se um dos chefes do Partido Liberal e eleito Deputado da Província em 1858, posteriormente eleito 1860-1861. Com a conclusão do mandato mudou-se para Recife onde deu continuidade à sua carreira política e atividades intelectuais, ocupando cargos e na Assembleia Legislativa de Pernambuco nos anos de 1864-65, 1866-67, 1870-71 e finalmente 1878-79 (PINTO, 1977 [1916], p.140).

Como apresentamos no capítulo anterior, Lopes Machado foi um perfil do político bacharel em Direito, de formação intelectual atrelada a uma carga cultural nitidamente norteada pelo modelo europeu (CARVALHO, 2003). Seu posicionamento político e concepções de liberdade, de homem de bem, de ordem e civilização e a maneira que observava o mundo, renderam a participação marcante na Revolta Praieira.

Ao descrever sua percepção dos eventos políticos foi inserido no cenário geral da agenda Liberal. Enquanto membro do Partido de Liberal, defendeu em suas escritas a ideia da reivindicação como ação legítima de um povo em busca seus direitos, ficando claro um desejo de emancipação, de abertura para as mudanças que a Europa vivenciava naquele contexto. Na busca em converter essas mudanças para a província, uma percepção bastante voltada para a necessidade do povo e a conjectura de sua participação remontando um conceito de cidadania, pois:

[...] embora fique esse mesmo povo com alguns dos seus direitos um pouco limitados, e diminuída essa liberdade absoluta individual, ele não pode alienar a faculdade que tem de declarar: quais dos direitos que renuncia, e quais os que reserva; de assignar, ou marcar a extinção, e os limites do poder público, cujo exercício confia a uma ou muitas pessoas, porque em verdade o poder, e autoridade não é sinônimo uma, que reside originaria, e imprescriptivelmente no povo (MACHADO, 1983 [1851], p. 18).

Serioja Mariano (2011), apontou Lopes Machado como um homem atento ao que estava acontecendo em seu tempo. Inserido nos debates dos homens políticos de seu contexto, leitor de Vico, Montesquieu, Cousin, Michelett, entre outros intelectuais que pensaram a cidadania e o Estado Moderno. Nos fornecendo uma pequena noção da recepção destes intelectuais e a extensão destas ideias nos escritos destes agentes políticos, levando em conta, evidentemente a percepção de nossa realidade tão singular e contraditória ao parâmetro europeu (FERRAZ, 1996).

Contudo, seu lugar social definiu uma visão etnocêntrica acerca do mundo, algo que podemos observar diante de toda sua trajetória intelectual. Alguns de seus escritos foram bem pontuais abordando duas revoltas completamente distanciadas; o já mencionado **Quadro da Revolta Praieira na Província da Paraíba** e um texto nos chamou atenção publicado pelo Instituto Arqueológico Geográfico Pernambucano em 1890, intitulado de “**O 14 de Abril de 1832**”.

Escrito anos após a Revolta Praieira, o texto abordou a temática da Guerra dos Cabanos, propondo “memoriar” o conflito, que teria sido esquecido pelos historiadores

de sua época. Ao imprimir sua visão geral do processo de independência e do papel do Partido Liberal, embora que utilizando uma linguagem mais moderada, Lopes Machado reafirmou seu posicionamento acerca do panorama geral político do Império, que desde o processo da independência não usufruiu da autonomia necessária para o progresso da nação.

Contudo, em **Quadro da Revolta Praieira na Província da Paraíba do Norte** esse posicionamento foi norteado pelo ânimo exaltado e linguagem exacerbada de claro teor pessoal e envolvimento com os eventos. Alguns pontos narrados por Lopes Machado nos chamou a atenção neste quesito.

Dentre estes, a necessidade de justificar o fato de ter sido relator da comissão designada a dar boas-vindas na Assembleia. E expressou ferrenhas críticas à atuação do presidente de província, que com o passar do tempo começou a desagradar:

"Esta falla essencialmente conficional revelava quaes eram os sentimentos daquelle assembéa, e quiçá de toda a provincia, de quem era ella em sua maioria a genuina expressão. O presidente logo depois começou a desagradar; e desagradava pela posição dubia em que se collocára, mostrando-se intractaval com aquelles que apoiávam o governo, de quem era delegado; ao mesmo passo que lisongeava, e acceitava as insinuações de alguns emperrados oposicionistas aos principios governamentaes do tempo (MACHADO, 1983, [1851], p.36).

O estranhamento e rejeição ao presidente Vasconcellos ocorreu justamente por ele não sancionar as leis que eram de interesses do Partido Liberal na província, e ainda investir abertamente contra o partido, restando ao bacharel "fazer oposição franca, leal á administração" (MACHADO, 1983 [1851], p.35). De qualquer forma, o papel desempenhado pelo presidente da província da Paraíba foi semelhante ao posicionamento de Sabino de Mello em relação ao de Pernambuco, Herculano Pena. Em ambas as narrativas, seus respectivos presidentes conservadores, nomeados pelo Imperador D. Pedro II, possuíram espaços marcantes nas motivações das ações rebeldes.

E no caso de Lopes Machado ganhou um conteúdo um tanto pessoal e atribuímos isto às experiências proporcionadas na Assembleia nos meses que antecederam a revolta. O bacharel deixou seu ponto de vista claro quando mencionou as circunstâncias da posse de Vasconcellos e a atuação do político conservador

Delfino Augusto Cavalcante d'Albuquerque²⁴⁹ a quem acusa de ser “eprigamma vivo” da família Cavalcante na província paraibana (MACHADO, 1983 [1851], p.35)

As relações tensas estabelecidas por Lopes Machado, ofereceram os elementos necessários para que ele construísse um cenário favorável a eclosão da revolta²⁵⁰. Embora que partindo, sobretudo, da fala de solidariedade as injustiças que ocorriam em Pernambuco, algo próprio de um discurso liberal genérico que tenta justificou a radicalização em prol de uma nação justa:

[...] O recrutamento, os esbordôamentos, as prisões practicados por agentes seus em vista, e face de uma numerosa população; as invasões, os roubos, os assassinatos por vingança, e odios, e toda a casta de reacção não se duvidou de pôr em acção para apurar o sofrimento do povo; porque do sofrimento à desesperação, e da desesperação à revolta não ha mais que um passo a dar. [...]

Seu anseio por justiça social configurou a trajetória da revolta - ao menos a partir de seu ponto de vista rebelde. Nossa impressão foi que ao conduzir a província como parte integrante dos eventos através de suas linhas, enquadrou a memória da revolta, ou seja, sua narrativa reivindicou um lugar na história a Paraíba (POLLACK, 1989).

Além disso, o deputado se incluiu neste projeto, uma espécie de ajuste da memória no qual – a partir de seus escritos – tomou para si um espaço nos eventos revolucionários²⁵¹, tornando-se o principal relato acerca da revolta. E, sobretudo, confrontando diretamente o discurso oficial do presidente da província, João Antonio Vasconcellos em seu relatório apresentado à Assembleia Legislativa em 01 de agosto de 1849.

Este tipo de projeto foi algo comum nas sociedades, principalmente para justificar a configuração da memória coletiva constituída a partir de pontos de

²⁴⁹ Também conhecido por Delfino Soares, foi deputado na 7^a Legislatura (1848-1849) e 8^a (1850-1851), juiz municipal em Areia após Lopes Machado ser afastado do cargo devido ao seu envolvimento com a Revolta Praieira. Protagonista de diversas cenas neste contexto político da província, foi um nome citado em pequenas notas publicadas na 03 edição do jornal O Reformista de 23 de agosto de 1849. Com o título de “Brilhatura do Sr. Delfino”, a narrativa ironiza a atuação do deputado na defesa da administração da província na assembleia provincial. Sugerindo que o deputado era um bajulador do presidente da província. Também foi citado enquanto um dos defensores da suspensão dos oficiais da guarda nacional. Lopes Machado em seu livro afirma que adotou o nome “Cavalcante quem acusa de ser “eprigamma vivo” da família Cavalcante na província paraibana (MACHADO, 1983 [1851], p.35).

²⁵⁰ Existe um texto de Eudes Barros, onde ele afirmou que a idade seria um dos fatores para esse comportamento de Lopes Machado. Mas desconsideraremos esse tipo de argumento no nosso exercício.

²⁵¹ Ver (POLLACK, 1989) no texto Memória, esquecimento, silêncio.

referências normalmente atrelados às classes dominantes onde essas memórias coletivas estão relacionadas diretamente as identidades (POLLACK, 1989). Isto foi constituído em um processo de negociação entre os grupos e indivíduos, associada à necessidade de afirmação e legitimação dos poderes. Uma disputa pela *verdade*, pela *memória do grupo* e o espaço destes agentes o *lugar do saber*, produziu propositalmente informações sobre determinadas realidades (FOUCAULT, 2012, [1999]).

Sob estes aspectos, a memória na Praieira assumiu uma dimensão de importante arena para compreendermos a cultura política do movimento. Após os eventos em Recife e seus ecos na Província da Paraíba, esta nova arena de disputa ganhou forma, onde um combate de narrativas recorreu à memória para compor uma versão preocupada em revelar a “verdade” dos fatos.

De maneira geral, denunciando as “injustiças” que ocorriam na província pernambucana, juízes dos eventos que condicionaram os acontecimentos a partir de suas percepções de *justo*, *correto* e *ideal* para a província e o Império brasileiro. Desta forma, o papel que a memória exerceu na fabricação de determinadas verdades enquanto dispositivo indispensável na luta pelo poder, condensado no discurso que legitimou certos grupos, e foi perpetuado pela História. O que entrou em jogo, desta forma, foi a disputa pela verdade²⁵².

Sendo assim, nos deparamos com a memória enquanto arena de disputa pelo poder. Deixou um legado impressionante na consciência das pessoas através do exercício destes agentes políticos. E isto, configurando o protagonismo destas narrativas quando se tratamos da Praieira (MARSON, 2009). A disputa das facções em Pernambuco, desta forma, ganhou espaços nos livros escritos por seus participantes e longos debates nos jornais impressos e revistas. A dimensão disto, se perpetuou no final do século XIX, quando surgiu uma tendência de alinhar o

²⁵² Neste ponto, Segundo (Foucault, 2012 [1970], p.51-52) “a verdade não existe fora do poder ou sem poder”, deste modo, ela é construída através do exercício de poder, por diversas coerções que configuram regulamentos nas relações, pois cada sociedade possui “seu regime de verdade”. O autor apontou cinco características históricas da “economia política” em torno da verdade, a primeira foi a relação com o discurso científico, a segunda sua relação íntima com o poder econômico e político, a terceira seu objeto de consumo, a quarta uma produção de grandes aparelhos “transmitida sob o controle” e por último “é objeto de debate político e de confronto social”, ou seja, das lutas norteadas pelas ideologias. Deste modo, observamos essa disputa pela verdadeira memória da revolta tanto em Pernambuco quanto na Paraíba, e no segundo caso essa disputa garantiu a versão dos liberais sobre o evento e perpetuou-se nas gerações seguintes da história local, conferindo-lhe um lugar na memória coletiva (POLLACK, 1989).

movimento da Praia às intenções republicanas diante do crescente movimento que se erguia no processo da República (REGO, 1899, p.50).

Deste modo, além dos diversos esforços materiais gastos e vidas humanas perdidas, outra perigosa disputa ganhou forma na medida em que seus participantes escreveram sobre a revolta; neste caso a disputa pela verdade. Diante de uma visão geral da política, percebemos como os grupos do poder se preocuparam com o legado, com a versão supostamente verdadeira da História (POLLACK, 1989).

Estas narrativas assumiram poder significativo diante dos projetos de sociedade defendidos pelos interesses das elites. Ao observarmos o nosso próprio tempo - sem o perigoso do anacronismo -, os nossos grupos políticos se apropriaram das diversas narrativas sobre o Holocausto, a Ditadura Militar de 64 no Brasil, entre outros eventos, que alimentam as disputas pela verdade atualmente. Onde a memória passa por constantes apropriações e parte integrante da disputa dos atuais grupos políticos pelos espaços de poder. Os eventos selecionados e direcionados, de maneira que a *verdade* na política foi flexibilizada, não enxergou corpos ou provas e rendeu contornos às diversas narrativas que alimentam os mais distintos propósitos (RICOEUR, 2007). Ao analisarmos a memória e o que ela representou enquanto arena de disputa, percebemos a preocupação dos contemporâneos da Revolta Praieira em tornar público a versão “verdadeira” dos eventos através dos escritos destes agentes políticos.

4.3 Assembleia Legislativa: O arranjo Institucional e a disputa pelo poder na Província da Paraíba do Norte nos Tempos da Praieira

As Assembleias Legislativas foram fundadas quando entrou em vigor o Ato Adicional de 1834, constituindo um novo repertório para as administrações das províncias com extinção dos Conselhos Gerais,

A Regencia Permanente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Faz saber a todos os Subditos do Imperio que a Camara dos Deputados, competentemente autorizada para reformar a Constituição do Imperio, nos termos da Carta de Lei de doze de Outubro de mil oitocentos trinta e dous, Decretou as seguintes mudanças e addições á mesma Constituição.

Art. 1º O direito reconhecido e garantido pelo art. 71 da Constituição será exercitado pelas Camaras dos Districtos e pelas Assembléas, que,

substituindo os Conselhos Geraes, se estabelecerão em todas as Provincias com o titulo de Assembléas Legislativas Provinciae.²⁵³

Em seu segundo artigo, o número de deputados era determinado por lei de acordo com o tamanho da população. Deste modo, conforme a economia e população da Paraíba no período; 27 deputados ocuparam cadeiras na primeira Legislatura da província instalada em 7 de abril de 1835, a partir de apurações nos colégios eleitorais da Capital, Monte-mór²⁵⁴, Pilar, Areia, Campina Grande, S. João e Pombal (MARIZ: p. 29; PINTO, 1977, [1916], p.132).

Deste modo, chegamos aos notórios nomes da política paraibana, veteranos atuantes nos movimentos de 1817; como Manuel Maria Carneiro da Cunha participou diretamente na organização do partido conservador na década de 1830; e figuras ícones do Partido Liberal, como o Bacharel Joaquim Baptista Avondano. Importante liderança liberal na capital em diversas legislaturas, protagonizou debates de leis provinciais na assembleia 1838-1839, inclusive, presidindo a sessão em 1847.²⁵⁵

Identificamos outras figuras importantes que atuaram nos antigos Conselhos Gerais associados ao Partido Liberal. Os casos do padre Francisco de Hollanda Chacon de Areia, do Bacharel João Coelho Bastos e Francisco José Meira da capital, alguns destes possuíam “cadeira cativa” em diversas legislaturas até meados da década de 1850, em algumas ocasiões ocuparam o cargo de vice-presidente da província. E Meira assumiu a presidência de forma interina em dezembro de 1832 até março do ano seguinte (PINTO, 1977 [1916], p.128). Um ponto que podemos destacar foi o prolongado tempo de permanência destes homens neste espaço de poder, acumulando com diversas posições de prestígio na província. Isso também diz respeito à família Chacon de Areia.

A família do padre Francisco Chacon foi representada em diversas legislaturas pelo bacharel Trajano Chacon. A liderança do partido conservador alcançou posições importantes, tais como o cargo de vice-presidente. Que de acordo com a Carta da Lei de 3 de outubro de 1834 passou ser escolhido a cada legislatura dentre seis deputados provinciais. A lista era feita pelo presidente de província e enviada para o

²⁵³ Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e addições á Constituição Politica do Imperio, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim16.htm>. Acesso em 21 de junho de 2020.

²⁵⁴ Futura Vila de Mamanguape.

²⁵⁵ Livro de Registro de Atas 1838-1839/1847, documentos digitalizados do Arquivo da ALPB.

“Ministro dos Negócios do Império que, por sua vez determinava a ordem a ser cumprida [...]” (DOLHNIKOFF, 2005, p.103).

Neste novo panorama político do Império, embora com poder certamente limitado à corte, o Ato permitiu experiências diferentes para estes agentes políticos. Primeiro, nos chamou atenção a jogada política e a tentativa do chamado “Golpe de 30 julho” de 1832, que mesmo fracassado possibilitou a alteração na Constituição pela Câmara dos Deputados e Senadores, em prol de mais autonomia para as províncias (DOLHNIKOFF, 2005, p.93; SANTOS, 2014, p.29). Uma amostra da dimensão do engajamento político do projeto reformista no império, que passou por releituras e interpretações voltadas aos interesses dos partidos e na configuração da administração das províncias neste contexto.

O Ato também conferiu certas regalias que possibilitaram autonomia em aspectos importantes para o gerenciamento das províncias tais como; o orçamento e controle final das contas, na legislação das províncias, obras públicas, instrução pública, criação e supressão de empregos provinciais e municipais. Além do estabelecimento de seu ordenado, decretar a suspensão ou demissão de um magistrado. Outro ponto importante foi que anteriormente, os municípios que gozavam de certa autonomia a partir 1834 passaram a depender diretamente das Assembleias Provinciais e dos Presidentes, ou seja, conferindo-lhe mais poder de decisão (DOLHNIKOFF, 2005, p.94; SANTOS, 2014, p.30).

O Ato Adicional concentrou as ambições do contexto político de emancipação que atuou alguns dos agentes políticos paraibanos, como foi o caso do outrora liberal Carneiro da Cunha, em prol da autonomia das províncias e evidentemente defendendo os interesses dos grupos locais; alinhados ao reordenamento do jogo político e com isto moldando características do Estado de forma geral (DOLHNIKOFF, 2005, p.97; SANTOS, 2014, p.103).

No final da década de 1840, contexto da Praieira, estes agentes já experientes, situados na dinâmica da cultura política e nos arranjos condicionados as relações de poder, a elite provinciana estava organizada em torno da Assembleia Legislativa. Neste ponto, precisamos caracterizar a assembleia enquanto um espaço importante cenário de eventos da nossa cultura política, arena na qual os interesses da elite paraibana entraram em jogo, conduzindo decisões importantes para a província através da criação e debate de leis.

A lei, neste sentido, assumiu papel fundamental na discussão dos nossos agentes políticos. O ordenamento jurídico orientando as relações sociais foi pensado em diversas sociedades no tempo histórico enquanto “um conjunto de normas que regulariza as ações sociais dos indivíduos situado diretamente na institucionalização do Estado”, configurando um aparato essencial aos grupos que exercem o poder (WEBER, 1922). Desta forma, como típica percepção do pensamento que fundamentou os Estados Nacionais modernos, a Paraíba do século XIX possuía uma organização administrativa regida pela racionalização das leis.

Dentre as demandas votadas pela assembleia, as questões orçamentárias, tributárias, da instrução pública e da Guarda Nacional foram temas recorrentes entre atas e relatórios apresentados às assembleias provinciais, atribuições configuradas pelo Ato que determinaram normas e mecanismos fundamentais nos arranjos pelo poder da província. Numa perspectiva geral, estes itens eram debatidos tendo em vista os interesses desta elite, evidentemente mediados pelo presidente da província.

Sob estes aspectos, o presidente foi uma peça importante nessa engrenagem. Principalmente no que diz respeito a Revolta Praieira, afinal, no relato de seus protagonistas a atuação destes presidentes foi parte integrante da motivação que levou estes homens a pegarem em armas. Tanto em Pernambuco quanto na Paraíba, o posicionamento e medidas tomadas por estas lideranças ficaram evidentes a defesa dos interesses do Partido Conservador, torando-se argumento principal dos rebeldes em seus escritos.

O presidente João Antonio Vasconcellos, por exemplo, no quadro narrado por Lopes Machado, mesmo diante de tão poucos meses à frente da província foi considerado pelo deputado liberal o responsável pela desordem na província:

Derramou o veneno da corrupção, aquelle que devia desenvolver o germen de todas as virtudes moares, e civis. Foi a alavanca de innovações criminosas, aquelle que devia manter, e defender o codigo supremo da nação. Foi o assoprador das exageradas divergencias de opiniões, o que devia promover, e conservar a concentração destas opiniões no unico objeto da obediencia ás leis, e respeito ás autoridades. - Serviu de illudir a província, o que devia servir de meio efficaz para illustra-la. Finalmente o bacharel João Antonio pervertido, e desencaminhado foi a vertente dos maiores males, e desaventuras [...] (MACHADO, 1983[1851], p.34)

Nomeado pelo governo central e representando os interesses do Rio de Janeiro, o cargo de Presidente de Província foi criado em 1823. Com o Ato de 1834 suas atribuições foram definidas em convocar a Assembleia Provincial, “expedir

ordens, instruções e regulamentos adequados à boa execução das leis provinciais; além de sancionar as leis aprovadas pela Assembleia" (DOLHNIKOFF, 2005, 100).

Este dispositivo jurídico organizou a lista dos vice-presidentes, que no caso era composta pelos seis deputados mais votados da província, "o presidente envia esta lista ao ministro dos Negócios do Império, que por sua vez determinava a ordem a ser cumprida em caso de sucessão no cargo" (DOLHNIKOFF, 2005, p.103).

Na Paraíba após a instalação da Assembleia em 1835, vinte e cinco presidentes de província ocuparam o cargo até o final da década de 1840. O primeiro a tomar posse em 7 de abril foi Bento Correia Lima natural da cidade de Areia, "na qualidade de membro mais votado da Assembleia Legislativa" de acordo com artigo 8 da Lei de 3 de outubro de 1834 (PINTO, 1977, [1916], p. 132). No mesmo ano, em 14 de abril Manoel Maria Carneiro da Cunha e em 12 de junho Luiz Alvares Cabral, chegaram ao cargo, ambos da capital, nos revelando a rotatividade destes expoentes da elite à frente da província, conferindo - mesmo que temporariamente - notório prestígio.

Outros nomes importantes chegaram ao cargo, dentre esses, Francisco José Meira de 18 de abril a 20 de maio de 1836, Coronel Manoel Lobo de Miranda Henriques 03 de março a 14 de abril de 1838 e o político de Areia Dr. Trajano Alípio de Hollanda Chacon, que assumiu em 07 de abril de 1839 e permaneceu no cargo até 21 de dezembro do mesmo ano.

Neste curto período que esteve no cargo de vice-presidente Chacon lidou com a disputa das eleições onde a assembleia interferiu na Câmara Municipal da Capital e os vereadores imediatos foram suspensos por "faltas e irregularidades commentidas em apuração de eleição", de maneira que:

Estes para que trabalhassem tiveram suspensos e responsabilizados por seguirem a conducta dos primeiros, sendo chamados novos imediatos haviam licenciado o Porteiro e obrigado o Secretario a dar- se por doente. Quando, porém, achavam-se já na apuração, os vereadores entraram tumultuosamente no recite, querendo a força tornar parte nos trabalhos, dando logar a interrupção dos mesmos. O Governo sabedor do facto mandou uma força para fazel-los retirar, continuando estão os referidos interrompidos (PINTO, 1977, [1916] p.140)

Além disso, com a insegurança construída pelos conflitos armados que marcaram o período regencial. Pois neste momento enviou praças para incorporarem a expedição na província do Maranhão contra a facção de Raymundo Gomes, no movimento que ficou conhecido na historiografia como Balaiada e que durou até 1841,

marcada pelo antagonismo dos liberais *bem-ti-vis* e conservadores *cabanos* (PINTO; 1977, [1916], p.150).

E a oposição, que desejava no cargo o segundo vice-presidente Manoel Lobo de Miranda Henriques. A situação chegou ao ápice em 5 de novembro, quando Antônio Borges da Fonseca encabeçou um ataque reunindo cerca de 200 homens que conseguiram invadir o Quartel do Corpo da Guarda Nacional e a Alfândega (PINTO; 1977, [1916], p.150). O movimento foi rapidamente disperso, mas contradiz a tranquilidade pública que muitas vezes foi apresentada nos discursos da Assembleia. E esse tipo de episódio se repetiu em outros mandatos.

Em 1841, o então presidente da província Pedro Chaves sofreu um atentado na tarde de 21 de agosto, sendo surpreendido com três tiros contra sua comitiva na Ladeira do Manema, ficando levemente ferido na perna. Os culpados envolvidos teriam confessado que os mandantes eram Alexandre Francisco de Seixas, cunhado do notório político João Coelho Bastos, e o vice-presidente Manoel Lobo de Miranda Henriques.

A circunstância foi exposta em seu discurso na assembleia, quando Chaves apontou:

Tenho satisfação de annunciar-vos que a Provincia goza de profundo soego, e devemos dar-nos os parabéns deste resultado, que parecia tão difícil de realizar-se no meio predominio de uma facção selvagem que tinha mostrado na tentativa do meu assassinato todo o alcance da sua perversidade. Sem escrupulo nos meios de vencer, era ella de tudo capaz, e o tempo não veio se não confirmar estes receios, e a necessidade de redobrar de vigilancia e vigor para abater-lhe a audacia, que recrescia a proporção que se avizinhava o termo da sua queda. Refugiados em Pernambuco os seus membros mais influentes depois do attentado de 21 de Agosto, a penas torráo a si do susto que lhes causou o máo exito d'aquelle crime, **projectarão novamente assassinar-me, assaltando-me em Palacio com porção de homens armados**. Na Povoação de Pedras de Fogo em dias de Outubro de anno passado formarão-se conventicos em que se tratou d'estes objecto, aliciou-se gente e fez-se cartuchame, porem avisado a tempo tomei as precauções necessarias, e ou por que estas fossem pressentidas, ou por que reflectissem melhor nos perigos da empreza, ou por que esperassem o proximo triunfo da sua facção no seio da Camara dos Deputados, os conjurados desistirão daquele plano.²⁵⁶ (Grifo nosso)

Os confrontos físicos eram constantes entre os agentes políticos. Utilizando a violência enquanto artifício para alcançar cargos públicos. Contudo, aparte as querelas locais o presidente reforçou a paz e tranquilidade. Neste mesmo discurso a

²⁵⁶ BRASIL. Relatório do Presidente da Província da Paraíba. Discurso apresentado a Assembléia Provincial em 15 de agosto de 1842 pelo Fernandes Chave. Paraíba: Typographia de José Rodrigues da Costa. _ Rua Direita, n° 6.

relação da paz configurada na ordem e a lealdade ao império foi mensurada pelo presidente, que ao relatar seu atentado desassociou a província a uma tendência revolucionária pois:

"Todos sabem como foi dissolvida a Camara e se lhes seguirão logo as revoltas de S. Paulo, e Minas, as quais o Exú, lugarejo de Pernambuco, quiz arremedar. Estes acontecimentos reanimarão as esperanças dos refugiados, que acreditarão que o incendio ateado n'aquelles lugares facilmente se propagaria nesta Província. Porem o bom senso dos seus habitantes, e a energia das Autoridades souberão frustar-lhes os desejos, e com a aniquilação da anarquia nas sobreditas Províncias cessarão elles de agitarse e os receios de seja aqui perturbada a tranquilidade publica.²⁵⁷

Pois neste período, as províncias de São Paulo e Minas Gerais deflagraram movimentos armados em contraposição aos caminhos dados pelo gabinete conservador que ascendeu em março de 1841 e aprovou "as Leis da Reforma do Código do Processo Criminal e do Conselho de Estado, tida como leis opressoras" (HÖRNER, 2011, p.331). Embora que as circunstâncias da revolta foram debatidas oficialmente pelos agentes políticos paraibanos, estes estavam arranjados na própria teia do jogo político local.

Pois não aderiram ao conflito armado. E isto não se deu pela dita natureza do povo paraibano de "um espírito de ordem que tanto caracteriza os paraibanos"²⁵⁸, como foi evocada pelo seu antecessor Dr. João Joze de Moura Magalhães, ao relatar a situação da província em relação ao "frenesi" revolucionário que acometia outras províncias. Na verdade, a passividade evocada nos discursos oficiais era consolidada pelo arranjo entre os presidentes e os grupos políticos locais. E isto de forma geral evidenciou a necessidade em nomear presidentes provenientes de outras províncias, justamente para assumir este caráter conciliador das tensas disputas locais, e "não alterar as regras do jogo, porém de participar dele em defesa dos interesses do Rio de Janeiro" (DOLHNIKOFF, 2005, p.101).

Em 1844, acendeu ao cargo três presidentes diferentes, resultado da instabilidade gerada pela mudança de grupos do poder, neste caso, a ascensão do gabinete liberal em fevereiro daquele ano. O tenente coronel do Imperial Corpo de Engenheiros Frederico Carneiro de Campos foi último a ser nomeado em 14 de novembro de 1844, permanecendo por vários anos no cargo.

²⁵⁷ Idem, p.04.

²⁵⁸ BRASIL. Relatório do Presidente da Província da Paraíba. Discurso apresentado a Assembléia Provincial em 16 de janeiro de 1839 pelo Moura Magalhães. Paraíba: Typographia de José Rodrigues da Costa. _ Rua Direita, n° 6.

Ao assumir, Carneiro de Campos²⁵⁹ se deparou com uma assembleia dominada por políticos associados ao partido conservador. Dentre eles o Dr. Trajano Chacon, tenente coronel Manuel Maria Carneiro da Cunha, coronel José da Costa Machado e o seu filho Dr. José da Costa Machado Júnior, Francisco José Meira, entre outras figuras da cultura política paraibana do contexto.

Contudo, este quadro foi revertido na 6^a legislatura (1846-1847), quando teremos uma marcante presença de deputados liberais; o recém bacharel em Direito. Maximiano Lopes Machado, o bacharel Antonio Manuel de Aragão e Mello, e os veteranos da Guarda Nacional; Joaquim Baptista Avondano e Joaquim José dos Santos Leal (MARIZ, 1987, p.36-37).

No período que permaneceu no poder debateu na assembleia a questão da segurança pública. Pontuada desde 1837 no discurso do presidente Quaresma Torreão²⁶⁰ a ausência de pessoas qualificadas para assumirem os cargos era um grande obstáculo na província²⁶¹. Pedro Chaves, destacou o problema quando atribuiu a escassez de “juízes de paz” a inabilidade jurídica da província pois, “deixavão de processar os criminosos, por não saberem haver-se com as fórmulas complicadas dos processos, ou por temor de serem victimas de seu zelo, ou por muitas vezes por connivencia com os criminosos”²⁶². O último ponto destacado na fala do presidente enfatizou a corrupção dos agentes envolvidos nos cargos, denunciando a possibilidade de cooperação dos juízes de paz com criminosos.

Além da administração da Justiça, a Guarda Nacional foi tema recorrente na Assembleia Provincial. Em 24 de junho de 1838, o presidente Dr. Joaquim Pereira

²⁵⁹ Carneiro de Campos nos chamou atenção também por ser elogiado por Lopes Machado. De acordo com o deputado, a província espantosamente prosperou. E de fato, algumas mudanças ocorridas durante seu mandato foram significativas quando a revolta toma forma na província (MACHADO, 1983 [1851]).

²⁶⁰ Basílio Quaresma Torreão, político Pernambucano, foi presidente da Província do Rio Grande do Norte e da Paraíba do Norte. Em seu discurso a assembleia pontou a segurança pública como parte fundamental para a vida social humana e os interesses individuais. A Administração da Justiça foi uma preocupação recorrente nos discursos apresentados à assembleia. Em sua época Torrão apresentou a província em três comarcas, estrutura mantida pelos “extintos Conselhos da Presidência, em virtude do Código do Processo acerca da Administração da Justiça e disposições”, e para as comarcas “foram criadas um juiz de Direito, Chefe de Polícia e um juiz especial do Civil”, isto promovido pelo Governo Central no princípio de 1834, contudo, enfrentavam a dificuldade de preencher os cargos devido à ausência de bacharéis formados.

²⁶¹ Contudo, com o ingresso cada vez maior na faculdade de Direito de Olinda ao longo da década de 1840, observamos o crescimento do número de bacharéis na província.

²⁶² BRASIL. Relatório do Presidente da Província da Paraíba. Discurso apresentado a Assembléia Provincial em 15 de novembro de 1842 pelo presidente Fernando Chaves. Paraíba: Typographia de José Rodrigues da Costa. _ Rua Direita, nº 6.

Peixoto de Albuquerque, abordou a questão da segurança, apontando a necessidade de uma reforma uniforme em todo o Império para o fortalecimento da Guarda Nacional, denunciando a grave situação da instituição; sem fardamento, armamento insuficiente, longe de corresponder o que determinou a lei de criação em 18 de agosto de 1831²⁶³.

Esse quadro se repetiu no discurso de seu sucessor, no qual relatou ter recebido um ofício do comandante superior interino da Vila de Souza onde expôs a situação de penúria da Guarda Nacional daquele distrito, ausência de farda e armamento, inviabilizando a disciplina e melhor atuação dos pelotões. O presidente apontou que estas dificuldades partiam da fragilidade da Lei de 14 de março de 1837 “que deu ao Governo o direito de nomear Officeas da Guarda Nacional”²⁶⁴²⁶¹ oferecendo “menos garantias de que trata o Art. 8 da referida Lei”.

Neste ponto, destacamos o debate jurídico destes agentes para o fortalecimento do poder de decisão local na Assembleia. A discussão da lei foi proposta de forma mais detalhada pelo presidente Ricardo José Gomes Jardim em 04 de agosto de 1843, quando apontou:

[...] A organização pois, e tudo que conserve a manutenção e disciplina da Guarda Nacional, não só na forma das Leis, como pela natureza e fim de sua instituição, não pode pertencer ao Poder Provincial, e limitar- me-hia por tanto a fallar-vos do que respeita a força de Policia, destinada a prevenção e repressão dos crimes, so hum acto legislativo Provincial, anterior a interpretação da Reforma Constitucional, e ainda não derogado, não embaraçasse seriamente a Presidencia de promover, como lhe cumpre, a organização e disciplina da guarda nacional, abolida de facto nesta Província pela lei de Março de 1837. Seria bastante referir-me aos relatórios apresentados à esta Assembleia nas Sessões de 1839 e 1842, em os quaes a Presidência assignalou os graves artigos inconvenientes dos Artigos 6 e 8 desta Lei [...]²⁶⁵²⁶²

De acordo com Jardim a lei dificultava a disciplina da Guarda Nacional, se opondo a um conjunto de leis vigentes e artigos em vigor em todo o Império:

[...] conforme entendeu meu Predecessor, o qual fez mui bem sobresahir no ultimo relatorio illegitimidade e inconvenientes de tal privilegio; e acrescentarei somente, que tendo o Governo Provincial o direito de nomear e demitir convenientemente aos Coroneis e Majores de Legião, nos termos dos artigos 59 da Lei de 18 de Agosto e a 14 de

²⁶³ BRASIL. Relatório do Presidente da Província da Paraíba. Discurso apresentado a Assembléia Provincial em 24 de junho de 1838 pelo presidente Peixoto d'Albuquerque. Paraíba: Typographia de José Rodrigues da Costa. _ Rua Direita, nº 6.

²⁶⁴ Idem, p.13.

²⁶⁵ BRASIL. Relatório do Presidente da Província da Paraíba. Discurso apresentado a Assembléia Provincial em 04 de agosto de 1843 pelo presidente Gomes Jardim. Paraíba: Typographia de José Rodrigues da Costa. _ Rua Direita, nº 6, p.12.

25 de Outubro, parece não haver razão que não tenha a mesma faculdade a respeito dos Officiaes dos Corpos. [...]²⁶⁶

No primeiro ano de Frederico Carneiro de Campos à frente da administração da província apontou em seu discurso na assembleia em 7 maio de 1845 o embaraço na legislação provincial chamando atenção pela necessidade urgente em removê-la, pois:

Por essa disposição ficarão os Officiais dos Batalhões de melhor condição que Coroneis e Maiores de Legião, os quaes pela legislação geral, não revogável podem ser demitidos pelo Governo: esta diferença, ou favor, é, quando menos intestavelmente offensivo de maiores direitos. Convém, Senhores, tornar extensiva esta medida das leis geraes a todos os postos, como se pratica em algumas Províncias do Imperio, onde a Guarda mais facilmente attingio os fins sua creações: esta minha reclamação é a repetição do meu antecessor, e não objeto novo.²⁶⁷

Em outros momentos de sua fala o presidente enfocou a importância da Guarda Nacional diante da doutrina que regia a legislação e seu papel para a ordem interna da província, e em sua ótica o agravo da situação se dava justamente por esta lei provincial em questão, pois:

“[...] a consideração de que os Officiaes só são conservadores em exercício em quanto estão na boa vista da Administração, o que pode d'um momento para o outro ser posto para o lado, deixando a posição a outrem, ás vezes menos apto, é sobremaneira desanimadora: tamanha oscilação traz consigo pouca estima pelas graduações, implantam a falta de disciplina nos Corpos, e cria muitas vezes graves dificuldades ao Governo; sendo de mais, que pela pratica actualmente[...]”²⁶⁸

A mesma lei voltou ao debate no discurso do ano seguinte, quando Frederico Carneiro de Campos repetiu sua inquietação:

Tem-vos sido por mim, e mesmo por alguns meos antecessores, apresentados os graves inconvenientes que resultado da execução da Lei N°8 de 14 de Março de 1837, que regula o modo de provimento dos postos da Guarda Nacional; eu tenho feito sentir, e creio que vos tambem o reconheceis, ser para hum Official pouco attractiva huma posição, na qual se conserva somente em quanto tem as boas graças do Governo: uma tamanha dependencia e precariedade em postos de honra não convida a dezelal-os,

Para o presidente a oscilação ocorreu pela errônea prática da lei e a disposição do seu sexto artigo que “garante as patentes, permitindo sua privação apenas por

²⁶⁶ Idem, p. 13.

²⁶⁷ BRASIL. Relatório do Presidente da Província da Paraíba. Discurso apresentado a Assembléia Provincial em 07 de maio de 1845 pelo presidente Carneiro Campos. Paraíba: Typographia de José Rodrigues da Costa. _ Rua Direita, n° 6, p.12.

²⁶⁸ Idem, p.12.

sentença", e isto apoiado no sétimo artigo que indicava como proceder no afastamento do cargo, tornando a instituição instável na ocupação de determinados espaços. Desse modo, o debate gerado pela lei por anos na nossa assembleia revelou o poder de decisão da nossa elite na Guarda Nacional e a capacidade de legislar as normas próprias aos interesses de seus grupos.

No ano seguinte, Carneiro de Campos apresentou a reformulação que passou a Lei Provincial de 14 de março de 1837, "que deixava o mais vacilante possível os postos da guarda"²⁶⁹. E esse arranjo legislativo gerou um profundo impacto no ano em que a Praieira chegou à província. Pois, segundo o presidente Vasconcellos em seu discurso apresentado à assembleia em 1 de agosto de 1849, a referida lei provincial impedia expressamente a demissão dos membros da Guarda Nacional envolvidos no combate em Areia, (no caso o tenente coronel Joaquim José Santos Leal e o Major Joaquim Gomes da Silva), a não ser por sentença como implicava a lei, tendo o presidente, deste modo, que fazer novas nomeações de confiança para os cargos:

Logo quando tive noticia certa os mesmo revoltosos na Arêa, e de que as Autoridades ditas, á quem a confiança do Governo impunha o reconhecimento, e fidelidade como um dever sagrado, tinhão pelo contrario feito causa commum com elles, recebendo-os, e auxiliando- os pelo modo dito, suspendi meu o Juiz, e os Officiais da Guarda Nacional complicados, não demitindos estes, por que a Lei Provincial o proibe expressamente a não ser por sentença: nomeei novos empregados de policia, e encarreguei o Commando da Guarda Nacional e Officiaes de confiança.²⁷⁰

Este debate da lei, configurou uma dimensão do poder da Assembleia Legislativa e autonomia da província a partir dos interesses de sua elite política, de maneira que a Guarda Nacional possuiu um papel importante possibilitando a projeção em cargos públicos dos agentes políticos paraibanos. E este ajuste gerou consequências no desenrolar da revolta Praieira na província paraibana (COSTA, 2013, p.145).

Desta forma, o arranjo da lei provincial permitiu aos oficiais da Guarda Nacional um debate jurídico quanto à suspensão de suas atribuições e permanência de suas

²⁶⁹ BRASIL. Relatório do Presidente da Província da Parahyba. Discurso apresentado a Assembléia Provincial em 03 de maio de 1847 pelo presidente Carneiro de Campos. Parahyba: Typographia de José Rodrigues da Costa. _ Rua Direita, nº 6, p.14.

²⁷⁰ BRASIL. Relatório do Presidente da Província da Parahyba. Discurso apresentado a Assembléia Provincial em 01 de agosto de 1849 pelo presidente Vasconcellos. Parahyba: Typographia de José Rodrigues da Costa. _ Rua Direita, nº 6, p.08.

patentes²⁷¹. No caso de Joaquim Santos Leal, embora suspenso, sua participação na revolta não acarretou implicações para as eleições de deputados geral em 5 de setembro de 1849, permanecendo na disputa por uma vaga na corte.

Contudo, no período eleitoral as suspensões de liberais se generalizaram pela província. E este debate foi inflamado nas edições d' *O Reformista* e no jornal opositor²⁷². Uma publicação em particular²⁷³ nos chamou atenção ao revelar que foi levado à Assembleia Legislativa um requerimento pedindo informações sobre oficiais que foram suspensos de suas funções por mais de seis meses por envolvimento na revolta. A denúncia enfatizou que este pedido foi negado, vetando o debate da situação de tais oficiais na assembleia.

Dois argumentos foram levantados no texto publicado pelo jornal liberal diante da recusa ao requerimento. Primeiro, o desrespeito à lei provincial que os oficiais da Guarda Nacional “não perdessem suas patentes se não por sentença”, e segundo, o não cumprimento da lei que criou as assembleias provinciais, pondo em xeque sua autonomia, de maneira “que sabe quanta mazela vai pela sua secretaria não quiz que a Assembleia instituisse exame a cerca dos actos de sua Administração”²⁷⁴.

A denúncia em questão nos revelou o nível da disputa neste espaço privilegiado da elite política paraibana nos meses após a revolta. Além disso, essa passagem desnudou dois pontos importantes da cultura política local, primeiro o nível das mudanças dentro da Guarda Nacional promovidas pela nova estrutura de poder sob o controle dos conservadores; e segundo, intimamente ligado ao primeiro ponto; onde essas perseguições se constituem, sobretudo, na necessidade de vencer as eleições,

²⁷¹ Costa (2014, p.147) revelou ao transcrever o ofício do comandante Joze da Costa Machado do Quartel do Comando Superior de Areia enviado para o presidente da província, que após a revolta não havia oficiais confiáveis ao governo vigente na cidade e logo tratou de nomear interinamente “oficiais comandantes de várias repartições”, além de expor as péssimas condições do batalhão.

²⁷² Nas edições do jornal conservador as disputas na assembleia aparecem. Já em sua primeira edição de 20 de agosto de 1849, um texto com o título de “Assembleia e o Governo” tece críticas à atuação dos deputados liberais na arena. No conteúdo do discurso a defesa ao presidente de província diante da última sessão do dia 17 de Agosto, e sem citar nomes aponta a falta de educação e as censuras ao governo movidas por motivos mesquinhos e vergonhosos, como podemos observar “Nessa sessão, que, a respeitarmos menos nossa representação provincial, lhe dariamos o epitêo significativo, hum Senhor deputado, cujo o nome callamos por educação, vingou a pé juntos as raias da decencia, e procurou desabafar com o Governo, e as mais pessoas respeitáveis, seus ressentimentos particulares”. Embora não seja apontado o protagonista da cena, e tratando-se do lugar partidário do jornal, o teor do texto nos revela mesmo que de forma superficial o clima que se instaurou na assembleia neste contexto turbulento da cultura política da província paraibana.

²⁷³ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Parahyba do Norte, 08 de setembro de 1849. Nº 05.

²⁷⁴ Idem, p.02.

e para “o bom andamento da ordem eleitoral” era preciso homens confiáveis ocupando patentes na instituição em questão (GRAHAM, 1997, p.284; COSTA, 2013, p.150).

Porém, o auge das disputas nesta arena²⁷⁵ da cultura política paraibana nos Tempos da Praieira, foi definitivamente o discurso promovido pelo deputado liberal Dr. Aragão e Mello, como mencionamos no capítulo anterior. Sua defesa de uma Constituinte no dia 27 de setembro na Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte gerou reações substanciais dos conservadores presentes na assembleia e acarretou a suspensão²⁷⁶ dos trabalhos legislativos, como podemos observar:

Mal que se tinha posto à discussão, por haver-se requerido urgencia, um dos membros da Assemblea o sr. Dr. Delfino A. C. de A., o qual outro tempo se chamao Delfino Soares e Albuquerque (entre nous soil dil) levanta-se e, acarreira, na secretaria escreve uma carta ao presidente de provincia, dizendo-lhe que a Assemblea se achava em anarquia, e que appareciam ali ideias desorganisadoras da ordem publica, e contra o sistema jurado pela Nação. E, em virtude somente d'essa carta, S. Ex. fez baicar um firman addianto a sessão para o dia 10 de Dezembro, e consignando n'essa Resolução - como motivos do addiantamento - as mentiras que lhe suggeriu - esse homem que adoptou o sistema de viver com todas as politicas, fazendo um papel redicul, e mizervale, e improprio, não do seo carater, mas de sua poição. nem menos porem era de esperar de semelhante cara [...] E o sr. João Antonio de Vasconcellos que parece só saber governar com os embustes, e intrigas de semelhantes aduladores, nem se quer so lembrou de indagar primeiro si effectivamente taes occurrencias contra as instituições, e

²⁷⁵ Em um comunicado sem autoria identificada com o título de “A OPPOSIÇÃO N’ASSEMBLEIA PROVINCIAL” publicado no jornal *A Ordem* em sua segunda edição de 27 de agosto de 1849, uma série de acusações contra os deputados provinciais liberais nos permite supor o cotidiano da Assembleia Provincial nos últimos meses de 1849. Para o comunicado estes deputados buscam iludir a população paraibana, através de falsas acusações contra o Governo, “causadas pela convicção de que nas mãos não terá mais o poder”, e por tal motivo “sonha todos os instantes perseguições, bayonetas, e bacamartes”. E aponta que a assembleia na conjuntura que se encontra não trouxe nenhum benefício para a província, “pois sua malcria esta exclusivamente occupada em compôr termos e lingoagem revolucionaria para insultar ao Exm. Presidente da província, e, se algum dia temcalmaria, occupa-se em elogiar os revoltosos de Pernambuco” e cita o Dr. Aragão de Mello que em seu último discurso no dia 18 estaria fora da razão, embora elogie a inteligência e eloquência do deputado, salvo quando falava mal do Governo. No mesmo comunicado cita outros nomes; o Dr. Victoriano do Rego Toscano Barreto, o qual os “discursos só servem para encomodar aos ouvidos do respeitável publico - tantas são discordancias e cacofonias”, e sendo aconselhado a “tomar lições” com deputado Aragão de Mello. O diretor do Liceu Paraibano o Padre João do Rego Moura, já citadono capítulo anterior, que “quer inculcar-se defensor do Governo, entretanto que procura engrossar asfileiras da gente que só trata de insultar o Presidente da província”, é aconselhado a ser franco quanto sua posição política e comparado com o Padre Fellipe Benício da Fonseca Galvão que não escondia suas preferências políticas. O último deputado liberal citado é Antonio Henrques de Almeida, questionado sua atuação parcial enquanto presidente da Assembleia Provincial, e permitindo os excessos cometidos pelos liberais, pois “deixa de chamar a ordem os deputados do seu lado”. Consideramos que se trata de um veículo conservador, podemos observar alguns aspectos do cotidiano na Assembleia Legislativa da Província da Paraíba do Norte e o comportamento dos agentes políticos paraibanos.

²⁷⁶ Uma circular do presidente de província datada de 19 de setembro de 1849 foi publicada no jornal *A Ordem* nº 07 de 01 de outubro de 1849, em seu conteúdo: “Tendo n'esta cidade adiado para o dia 10 dezembro vindouro, por assim exigir o bem publico, visto n'ella se manifestaram *princípios desorganizadores e contrarios ao sistema jurado pela Nação*, assim comunico a V. Me. para sua intelligencia.

tão anarchizadoras, se passavam na Assemblea para não se tornar cumplice de um mentiroso, consignando-as em um acto oficial.²⁷⁷

Deste modo, a ação do deputado conservador Dr. Delfino Soares determinou o adiantamento da sessão, prejudicando completamente a representação do deputado Dr. Aragão e Mello, antes mesmo que entrasse em votação.

A *Ordem*, em resposta, publicou no dia 08 de outubro de 1849 um texto na primeira página sobre o adiamento da assembleia. Apontando a versão sobre o acontecimento em um discurso baseado na defesa do “tão honrado presidente de província” e “nos nobres partidários da ordem”. O artigo comemorou o adiamento da assembleia tendo em vista as ações dos liberais no espaço legislativo; “torpe interesse, e a ferina vingança”. Entretanto, o ponto alto da narrativa conservadora foi a representação do liberal Dr. Aragão e Mello²⁷⁸,

Mas a nossa assembleia provincial ainda não contente com a inqualificável seena que representava aos olhos da província, não satisfeita com o exemplo de immoralidade, que apresentava ao público, manchando-se com indignas discussões ainda deu mais um passo gigantesco no perigoso terreno da anarchia. Em sessão dia 27 do p. p. mez apresentou Sr. Aragão e Mello, de cuja ilustração sempre fizemos subido conceito, huma indicação para que - se pedisse a Sua Magestade o Imperador a convocação de huma Assembleia constituinte - com a clausula de não ser discutida a indicação, e sim *imediatamente submettida a votação*²⁷⁹

Para o jornal, os liberais usaram de má fé ao impor tal representação, questionando a urgência da matéria, já que deixaram para apresentar a proposta no último dia de sessão, não dando espaço para discussão de um conteúdo de extrema importância para a nação. Além do que, tal representação tratava-se da “legenda da bandeira revolucionária, que ensanguentou duas províncias; sanctificação da revolta, reprovada pela maioria sensata da Nação”²⁸⁰.

Deste modo, a suposta manobra dos liberais na assembleia foi rapidamente inutilizada pela denúncia do deputado conservador da cidade de Areia Delfino Soares²⁸¹ ao presidente da província. De maneira que a pauta da Revolta Praieira

²⁷⁷ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Parahyba do Norte, 03 de outubro de 1849. N° 08.

²⁷⁸ Abordamos este discurso no capítulo anterior, quando apresentamos esse agente político. O deputado ao solicitar a convocação de uma Constituinte, tece críticas ao Judiciário, a falta de autonomia das províncias, entre outros elementos que na sua percepção requerem reformas urgentes.

²⁷⁹ Hemeroteca digital. *A Ordem*. Parahyba do Norte, 08 outubro de 1849. N° 08.

²⁸⁰ Idem, p.02.

²⁸¹ O deputado que utilizava o nome Delfino Augusto Cavalcante d'Alburqueque no item 3.2 deste capítulo. Na fala dos liberais era sempre referido enquanto Delfino Soares. Lopes Machado o acusa de “crísmar-se” por influência legítima de Pernambuco.

sendo posta para representação tornou-se um agravante intolerável na fala ordeira, além do argumento central para considerar a matéria anárquica e contra o Imperador.

Esta situação permitiu uma vantagem aos conservadores, que ao suspender as atividades destituiu qualquer via de articulação dos liberais remanescentes à frente da tribuna, retomando seus trabalhos em 10 de dezembro de 1849. Onde foi votado após três dias de trabalho, "às leis do orçamento e da fixação de forças", ou seja, matérias urgentes das finanças da província, e a outra voltada especificamente sobre a tranquilidade pública, tendo em vista a revolta de Pernambuco (PINTO, 1977, [1916], p.195).

A partir disto, diante do domínio conservador, a atuação dos *rasgados* na província passou por um período de limitações em acesso a cargos importantes. Inclusive, na Assembleia Legislativa Provincial, tendo em vista a renovação da bancada na 8^a Legislatura (1850-1851), sendo esta unânime conservadora.

Neste novo contexto político inaugurado pela Praieira, ressurgiram nesta arena de poder as famílias; "Carneiro da Cunha, os Meira, os Vilar, os Almeida e Albuquerque e outros nomes do partido dos *baêtas*. Ressaltamos que neste cenário o padre Lindolfo Correia de Neves ocupou o assento na Assembleia Legislativa e acumulou o cargo de secretário de governo, celebrando o longo domínio conservador na província da Paraíba do Norte (MARIZ, 1987 [1922], p.38).

4.4 A Imprensa: jornais e disputas partidárias na província da Paraíba do Norte nos Tempos da Praieira

A abertura das Assembleias Legislativas ampliou a participação política formal dos agentes políticos no Brasil Imperial. E atuou articulada a imprensa pois "vinculados aos trabalhos legislativos, os periódicos foram instrumentos e espaço para o enfrentamento político-doutrinário, reinserido a própria linguagem política" (MOREIRA, 2016, p. 200). Deste modo, a imprensa tornou-se um espaço importante na luta partidária, onde seus redatores e colaboradores produziram um "exercício de poder", nos fornecendo detalhes de um fértil debate partidário que se instaurou na província após a revolta.

A relação entre imprensa²⁸² e a Revolta Praieira foi determinante no cenário político em Recife na década de 1840. A cisão do partido liberal em Pernambuco deu à luz um debate riquíssimo nesta arena, tendo enquanto ícone do movimento o veículo praieiro *O Diário Novo*. Que surgiu em contraposição ao *Diário de Pernambuco*, jornal que representava a voz do governo na província²⁸³.

Quando o Partido Nacional ascendeu ao poder, *O Diário Novo* tornou-se um órgão oficial. Segundo Marson (1980, p.29), estes jornais possuíam um sistema de organização dos periódicos, onde cada bloco era liderado por um jornal principal. Uma tipografia, local de impressão do material destes jornais, estava ligada a um determinado partido. Por último, uma equipe de redação, integrada diretamente aos seus líderes políticos.

Desde o surgimento da imprensa com a “Revolução de Gutenberg”, a prensa gráfica desenvolveu-se enquanto equipamento de modo geral, dando vida a livros, jornais, folhetos, entre outros, impressos configurando um novo panorama para o desenvolvimento da cultura da escrita e das práticas de leitura, transfigurando-as a partir do momento em que reduziu o tempo e os custos de produção, além de funcionar de forma mais eficaz como difusor das ideias, multiplicando-se pela Europa e consequentemente pelo mundo (CHARTIER, 1999, p.07).

No contexto da Revolução Francesa, por exemplo, a tipografia ajudou a “dar forma aos eventos que registrava”, sendo “uma força ativa na história, especialmente durante a década de 1789 a 1799, quando a luta pelo poder foi uma luta pelo domínio da opinião pública” (DARNTON, 1996, p.15). A Revolução teve potência para transformar o mundo francês apagando o *Antigo Regime* em seus elementos mais corriqueiros; vocabulário, calendário, nome das crianças batizadas com nomes de ícones revolucionários. Foi o poder dos meios de comunicação “em moldar os fatos ao dar-lhes cobertura foi um fator crucial” para ter efeito na população, efetivar essas mudanças no dia a dia das pessoas (DARNTON, 2010, p.15).

²⁷⁹ O termo polissêmico, “a rigor serve para denominar, de forma abrangente, qualquer material imprenso” (MOREL, 2007, p.17).

²⁸³ Segundo Ana Luiza Martins (2013, p.48) no século XIX com a expansão de aparelhos administrativos e da população nas províncias os jornais assumiram um papel na divulgação das ações do governo, comunicando suas decisões a partir de órgãos oficiais, além de desempenhar um elo das províncias com o poder central, ou seja, da corte no Rio de Janeiro. Em contraposição teremos diversos jornais opositores ao governo. Deste modo, política e imprensa possuem uma relação bastante íntima, tendo em vista que estavam atreladas aos interesses dos partidos, no nosso contexto, conservador e liberal, agregados a grupos famílias e correspondendo aos seus interesses econômicos e intelectuais, sendo desta forma um espaço para a disputa destes agentes políticos.

A imprensa, desta forma, assumiu a dimensão política e “o jornalismo surgiu pela primeira vez como uma força nos negócios do Estado”. Nesta perspectiva, tomou-se a consciência de que para “tomar o poder, tem que tomar a palavra e difundi-la”. E os franceses o fizeram por meio de diversificados veículos; “através de jornais, almanaques, panfletos, cartazes, estampas, partituras de canções, papelaria, jogos de cartas, cartões de racionamento, papel moeda” enfim, qualquer coisa que pudesse ser impressa e que chegasse aos 26 milhões de franceses (DARNTON, 1996, p.16).

Em Minas Gerais e São Paulo na década de 1840, os liberais investiram nas publicações de diversos tipos de materiais, livros, folhas avulsas, jornais periódicos e esse projeto ampliou-se “com a recopilação de textos, contribuindo para a circulação do discurso pelo território brasileiro”. Segundo Moreira (2016, p.200) “a imprensa foi fundamental para se construir uma ideia de unidade do Império, atuando na formação da opinião”, sendo utilizada enquanto arma para os escritores públicos e políticos, pois “a belicosidade também está presente no vocabulário utilizado pelos redatores”. Esse projeto evidentemente surtiu efeito e transformou a imprensa em um dos espaços mais férteis da disputa política da Regência e Segundo Reinado do Brasil Império.

Desta forma, ao focarmos os nossos olhares especificamente para a imprensa periódica e as disputas partidárias nos tempos da Praieira ficou evidente a distinção dos movimentos. Porém, dois aspectos importantes nos acontecimentos são sinérgicos na nossa percepção. O primeiro, a atuação da imprensa praieira e sua opositora nas cenas da disputa em Pernambuco. Segundo o campo das ideias²⁸⁴, mesmo diante da limitação das práticas dos agentes políticos²⁸⁵, a Revolução Francesa foi uma referência no debate destes jornais em ambos os movimentos, continuamente evocada nas falas de seus jornalistas, como por exemplo, no conteúdo do jornal de Antonio Borges da Fonseca *O Tribuno*.

Desta forma, nos pareceu coerente até certo ponto, conferir à Revolta Praieira esse campo das ideias tendo em vista o debate da imprensa periódica e o

²⁸⁴ Amaro Quintas (1967) pensa o clima de ideias e agitações, o componente doutrinário do movimento, dando ênfase aos jornalistas e escritores que participaram da revolta praieira, “personalidades bem distintas entre si” mas que teriam se aproximado pelo ideal de reforma.

²⁸⁵ Devemos levar em conta o exercício proposto por Socorro Ferraz (1996), tendo em vista que liberalismo e demagogia andam de mãos atadas.

direcionamento reformista que tomou forma na Praieira, tendo em mente as reivindicações lançadas por seus participantes²⁸⁶.

Nestes aspectos, o jornal um dos espaços, ou seja, arena na qual os agentes políticos atuaram expondo ideias, opiniões, querelas, denúncias, enfim, uma diversidade de opções que nos permitiu ter um breve vislumbre dos comportamentos da cultura política imperial, pois “o jornal era arma indispesável na luta política” (CARVALHO, 1995, p.11).

No Brasil²⁸⁷, a imprensa foi permitida legalmente no século XIX, pois não fazia parte do projeto colonizador o estabelecimento de tal prática²⁸⁸, embora houvesse a circulação de jornais produzidos na Europa desde o século XVIII nas províncias. (MOREL, BARROS, 2003, p.17) Apenas com a vinda da família real em 1808 foi possível a concretização de uma imprensa régia e os primeiros jornais impressos no Brasil²⁸⁹, inaugurando assim a circulação com certa regularidade de periódicos até

²⁸⁶ Dois programas de reivindicações foram apresentados pelos Praieiros: o manifesto *Ao Mundo* e a Bandeira do Movimento Liberal. Ambos apresentavam programas de modo geral distintos, porém, possuíam em comum a reivindicação da Assembleia Constituinte.

²⁸⁷ Segundo Morel (2007), amplamente discutida na historiografia nacional, a história da imprensa no Brasil foi abordada inicialmente com o perfil de inventário dos jornais publicados, responsáveis por esse levantamento de dados foram; conégo Pinheiro, Mello Moraes, Moreira de Azevedo. O autor indicou a contribuição de Rafael Arcano Galvão com “Relações dos jornais brasileiros publicados de 1808 até 1889. Outros trabalhos de caráter analítico e interpretativo também ganham destaque. Primeiro, Barbosa Lima Sobrinho em *O Problema da imprensa* (1923), trouxe grande contribuição abordando questões como “modernização dos meios de comunicação impressos ao longo do século XIX” a partir de suas linguagens, códigos, estilos e perfil intelectual. Hélio Vianna Contribuição à História da Imprensa brasileira (1812-1869), em um recorte temporal idêntico a Rafael Arcano Galvão, Vianna analisa a primeira geração da imprensa focada em estudos de casos. Nelson Werneck Sodré em História da Imprensa no Brasil (1966), também foi apontado enquanto um pioneiro a partir de seus estudos definiu categorias como “imprensa artesanal” e “pasquim”. Trabalhos produzidos recentemente vem aprofundando a abordagem da discussão política quanto à atuação da imprensa no século XIX, dentre estes destacamos a contribuição de Luciano da Silva Moreira (2006) em *Imprensa e Política: Espaço público e cultura política na Província de Minas Gerais (1824-1842)*, onde analisou a relação da imprensa periódica e a cultura política, o autor observou as relações estabelecidas pelos os periódicos na província de Minas Gerais “com a Corte”, traçando um perfil dos agentes políticos que estavam por trás da produção dos periódicos, focalizando as ideias de liberdade e soberania nestes impressos. A tese de doutorado de Luciano da Silva Moreira (2011), *Imprensa e opinião pública no império: Minas Gerais e São Paulo (1826-1842)*, apontou a relação entre imprensa e a vida pública no Império do Brasil nas províncias de Minas e São Paulo, a partir da hipótese de que a imprensa foi decisiva para mudança e criação de novas condições históricas na prática política constituindo estratégicas e redes de relações entre as elites regionais mineiras e paulistas, abordando os escritos políticos que visavam atingir a opinião pública, de maneira que “os periódicos foram fundamentais no processo de articulação política entre os participantes da Revolução Liberal de 1842” (MOREIRA, 2011, p.18).

²⁸⁸ Segundo Lustosa (2004) partiu do sentido de temer a divulgação de ideias, de construção de uma consciência através das novidades e perder o controle gerado pela falta de informação e circulação de ideias. No mesmo seguimento Molina (2015), apontou que havia também o receio de atrair a cobiça de outros países ao Brasil.

²⁸⁹ Com a necessidade de divulgar os interesses da coroa e ações, decretos do governo em 1808 foi impresso no Brasil o *Gazeta do Rio de Janeiro* (LUSTOSA, 2004, p.20).

mesmo nas “mais longínquas” províncias (BARBOSA, 2010, p.21). Neste sentido, tornou-se uma dimensão importante para as disputas políticas no império, afinal, “difundiram-se pelo território imperial, fazendo-se presente no cotidiano das pessoas em locais diversos, por vezes ligados por estradas precárias, modificando as relações que os sujeitos estabeleciaam com os poderes instituídos” (MOREIRA, 2011, p.16)

Os jornais estabeleceram diálogo constante entre as províncias, a partir de publicações de correspondências, ou de artigos de outros jornais, constituindo importante papel na difusão de ideias e informações. Durante o contexto da Revolta Praieira as movimentações rebeldes eram divulgadas pelo *O Diário Novo* até a atividade do jornal ser interrompida pela perseguição policial em 1849. Notícias sobre a revolta também eram abordadas no periódico oficial do governo *Diário de Pernambuco*, que publicou inúmeras notas oficiais acerca do conflito.

Na província da Paraíba do Norte²⁹⁰ com a implementação do decreto da imprensa em 1823, surgiram os primeiros jornais²⁹¹ na capital da província no século XIX²⁹², dentre eles, ganhou destaque no debate político; *O Republico* (1832) impresso pela *Typographia Municipal*, dando largada à atuação jornalística de Borges da Fonseca²⁹³, como apresentamos no capítulo anterior.

Através do jornal, o paraibano forneceu combustível para debates acirrados, as demandas ideológicas partidárias e posicionamentos pessoais de seus editores, mas sobretudo, “a imprensa paraibana imperial esteve inserida em um contexto político e

²⁹⁰ A História da imprensa paraibana foi abordada por diversos trabalhos, dentre estes destacamos obras pioneiras; *A imprensa na Parahyba* (1922) de Alcides Bezerra, *A Imprensa na Paraíba* (1962) de José Leal, *A Tipografia do Beco da misericórdia: apontamentos históricos* (1978) de Eduardo Martins. No que diz respeito a pesquisas mais atuais, destaca-se o trabalho de Socorro Barbosa (2010), *intermediários da leitura na Paraíba do Oitocentos: livreiros e tipógrafos* onde aborda três importantes tipógrafos da Paraíba, dentre eles José R. da Costa. Neste ínterim, ganha destaque a dissertação de Tayná Cavalcanti Peixoto (2017) *José Rodrigues da Costa: um tipógrafo na Cidade da Parahyba (1848-1866)*, onde a autora ao abordar a trajetória de José Rodrigues da Costa e sua tradicional tipografia na capital da Província da Paraíba do Norte, traz à tona alguns títulos de jornais que circularam na província, dentre estes, os jornais que tornam-se fontes e objetos desta tese, o jornal publicado pela a tipografia de José R. da Costa, o jornal conservador *A Ordem*, antagonista do jornal de Felizardo Toscano de Brito o jornal liberal *O Reformista*, a voz da Constituição na província após a Revolta Praieira.

²⁹¹ Moreira (2016, p.207) apontou a controvérsia quanto aos primórdios da imprensa paraibana, remontando José Leal no livro *A imprensa na Paraíba* (1962) aponta que a partir de uma tipografia que recuperada do naufrágio de um barco inglês em Cabo Branco, “o primeiro folheto impresso na Paraíba teria sido “O Português” em 1818. Contudo, oficialmente a imprensa periódica na província é atribuída ao *Gazeta do Governo da Parahyba*, impresso pela Tipografia Nacional.

²⁹² Principalmente no que diz respeito a década de 1840 houve um considerável aumento de jornais na capital da província, pois “de quatro para oito jornais em relação à década anterior”, quanto às tipografias também duplicou o número, “de duas, para quatro oficinas” (PEIXOTO, 2017, p.57).

²⁹³ Um dado interessante foi que ele era vereador neste ano (PINTO, 1977 [1916], p.120).

cultural amplo, pois esteve por dentro dos debates políticos respectivos a cada momento" (PEIXOTO, 2017, p.75).

Identificamos alguns destes jornais no contexto da Revolta Praieira²⁹⁴, alguns deles nos revelaram as disputas internas entre os liberais quando estavam no domínio e disputavam vagas nas eleições de deputados de 1847. Além disso, um certo nível da censura na imprensa paraibana²⁹⁵ quando foi referido nas correspondências publicadas no jornal *O Tribuno* que dialogamos no capítulo anterior.

No panorama político da província e as disputas internas entre os liberais, o jornal *O Tribuno* tornou-se palco para os agentes políticos paraibanos que alegavam a falta de liberdade na imprensa local, encontrando no jornal pernambucano a possibilidade confrontarem seus opositores políticos.

Desta forma, nos respaldamos pela capacidade que a imprensa possuiu em criar estas conexões, e demonstrar que a Província da Paraíba constituiu sintonia com as demais. Principalmente no que diz respeito às províncias limítrofes. Além de identificarmos correspondências e notícias sobre a Paraíba em jornais Pernambucanos; *O Diário Novo* e o *Diário de Pernambuco*. Também identificamos o jornal da província do Rio Grande do Norte; *O Sulista*, onde foi noticiando a prisão dos envolvidos do assassinato do Dr. Trajano Chacon, evidenciando a circulação de informações sobre as outras províncias, pois "havia uma rede nacional de debates através da imprensa" (BASILE, 2006, p.91).

No que diz respeito aos meses posteriores à revolta nos deparamos com um riquíssimo manancial de fontes através de dois jornais paraibanos. O primeiro, de

²⁹⁴ Peixoto (2017, p.86), apontou que em 1849 circulavam na capital da província dois outros jornais: *O Correio Official Paraibano* de tipografia de J. R. Costa, e *O Espreitador* cuja tipografia não foi identificada. O primeiro tem o perfil de jornal que cumpre o papel de ser a voz do governo, a autora demonstra sua organização editorial com pautas oficiais e ações da administração da província. Segundo Irineu Pinto (1977, [1916], p.194) na década de 1840 circulou também os jornais *O Investigador*, e o jornal *O Tapuia*.

²⁹⁵ Um correspondente anônimo da cidade de Areia no *O Tribuno* de 27 de novembro de 1847, p.04. enfatiza sobre não ter espaço na imprensa da província para publicar suas queixas. Tendo em vista que na Paraíba os liberais estavam divididos, de um lado tínhamos o presidente da província Frederico Campos e seu Secretário de Governo Felizardo Toscano de Brito atuantes na capital da província e em Areia eram representados pelo juiz municipal e delegado o Dr. Maximiano Lopes Machado, contrapondo-se aos líderes locais da cidade o tenente-coronel Santos Leal e o advogado Luís Vicente Borges. Na correspondência de Antonio José dos Santos Leal, publicada no jornal *O Tribuno* em 18 de outubro de 1848, p.03-04, Santos Leal e Vicente Borges são mencionados no sentido de defenderem seus lugares de liderança na cidade, então entendemos que não havia muitos espaços na província que essas alas do partido liberal pudessem expor suas queixas, e se utilizam o jornal de Borges da Fonseca para expor seus interesses.

cunho liberal, reivindicou reformas na constituição a partir da instauração de uma Assembleia Constituinte. O segundo conservador, atrelado ao secretário do governo e presidente da província.

Os jornais entraram em cena na capital da província da Paraíba no mês de agosto, período das eleições para deputados provinciais e gerais de 1849, trazendo à tona algumas especificidades das disputas e querelas partidárias entre conservadores/ordeiros e liberais/reformistas. Termos frequentemente utilizados pelos jornais nas narrativas que foram expostas em suas páginas. O primeiro jornal publicado em 03 de agosto de 1849 de título *O Reformista*, sugeriu o enfoque de sua proposta

Figura 2- Primeira edição do jornal liberal *O Reformista*.



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

O jornal²⁹⁶ impresso pela tipografia de F. T. de Brito e composto pelo o sr. Jozé Joaquim da Silva Braga. Definiu-se no subtítulo por “político, literário e comercial” e

²⁹⁶ O jornal não tinha previsão de saída, dado escrito em sua capa “e sahir por ora, quando for possível”, mas manteve a média de uma edição por semana até o encerramento de suas atividades. O valor da assinatura era de 2\$ rs por 24 números, a venda também ocorria de forma avulsa em lojas da capital da província por 100 rs. Na Cidade Alta era vendido pela loja do Sr. Joaquim da Silva Guimarães Dengozo situada na Rua Direita, e na loja do Sr. José da Silva Neves situado na rua do Varadouro na região conhecida por Cidade Baixa. O jornal possuía o editorial organizado em colunas divididas por

surgiu na arena da imprensa quase seis meses após os praieiros invadirem a Província da Paraíba. Junto ao título e subtítulo dizeres reivindicando um lugar de fala, uma ênfase ao papel da imprensa na sociedade moderna para a manifestação das ideias pois; “A imprensa é a voz da sociedade moderna... O seu silêncio é a morte da Liberdade”. Deste modo, o jornal liberal deu espaço à pauta geral reivindicada pela Revolta Praieira; a necessidade de reformas através de uma constituinte (CARNEIRO, 1960; MARSON, 2009).

Diante desta dinâmica, meses após o desfecho da cidade de Areia na revolta e com aproximação das eleições, *O Reformista* iniciou sua primeira edição com impressões negativas da situação política da nação:

Quando um paiz se acha no estado melindrozo, em que está o Brasil; quando se procura por todos os meios acabar com suas instituições; quando a liberdade do cidadão tem desmerecido, e se os mais sagrados direitos são menospresados e caleados a pes, é dever, e dever sagrado, de todo homem, que se preza de ser livre, não fica silencios no meio de todos esses attentados; cumpre-lhe procurar, pelos meios ao seu alcance, fazer parar essa torrente, que do alto desce, e que tratá como infalivel resultado, a ruina de sua patria: cumpre-lhe opor barreira dos desvanios daqueles que, senhores do poder, correm as cégas, sem atenção ao tempo, e a occasião, e que não veem a diante o precipício, em que hão de cahir, desgraçadamente de pois de muitos males terem causado: cumpre-lhe finalmente animar aos tibios, encorajar aos amigos, e fazer com que todos todos unidos, e animados de um só sentimento, e uma só vontade em commum no bem estar e salvação da Patria. [...]²⁹⁷

O texto editorial de abertura, notadamente, assumiu um tom de queixa diante do panorama político geral do império, e indicou a necessidade de se ter uma voz diante do menosprezo aos direitos sagrados do cidadão, sendo um dever romper o silêncio frente às injustiças cometidas por “senhores” que não possuem atenção ao tempo²⁹⁸. A liberdade, preceito importante para as sociedades modernas, encontrava-se em risco, e apenas a partir da atuação do partido liberal poderia encontrar a salvação da pátria na garantia dos direitos.

temas, comunicados, avisos, correspondências, poemas, em duas folhas frente e verso oportunizando quatro páginas. Não temos indícios de assinantes, embora possamos ter uma ideia de alguns leitores do jornal através do diálogo estabelecido pelos correspondentes. Contudo, um dado interessante é que a tipografia onde o jornal era impresso muda de endereço, inicialmente situada na Rua Nova n.70 a partir da décima edição do jornal *O Reformista*, o endereço da tipografia muda para a Rua da Areia (Peixoto, 201, p.57).

²⁹⁷ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Parahyba do Norte, 03 de agosto de 1849. Nº 01, p.01.

²⁹⁸ O texto não deixa claro, ao menos neste primeiro momento, o que significa “atento ao tempo”, mas pelo conteúdo geral do jornal, acreditamos que seja diante do contexto que estes homens estavam inseridos, as diversas mudanças proporcionadas pelas revoluções burguesas na Europa, os processos de independência na América, enfim, um contexto de reformas profundas nas sociedades.

Essa atuação do partido liberal foi apresentada na narrativa através de uma remontagem do passado político. Ao longo de seus trechos defendeu a atuação da facção política durante este período de instabilidade instaurado desde a abdicação de D. Pedro I em 1831, pois

Passado o susto, dessipados os terrores, que trouxe o extraordinário acontecimento do dia 7 de Abril de 1831, o partido liberal lançou o voo do esquecimento sobre o passado: generôzo, como em todos os tempos costuma ser, perduou as offensas e não houve alguém, por mais rancorozzo, por maiores males, que tivesse causado, que não fosse chamado, por seo turno, para tomar parte na gerencia dos negocios publicos; Temerôzo do futuro, pelo estado de exaltação em que estavão os espiritos, e pelas ideias que então se apregoava, deixou por algum tempo de ser um partido progressista e fez-se um partido conservador, com a denominação de moderado. Assim procendendo salvou a Monarchia Constitucional e evitou talvez as consequencias funestas de uma restauração.²⁹⁹

Ao conferir o lugar de “salvadores da Monarquia Constitucional” ao partido liberal, o jornal dialogou diretamente com eventos importantes que ocorreram no período regencial; mencionando as revoltas nas províncias de Minas Gerais e em São Paulo³⁰⁰ frisando um argumento em torno da instabilidade, dos erros “em direção dos negocios publicos” e a “fraqueza propria de um governo regencial”.

Para o jornal, apenas o partido liberal alcançou pautas reais para o cidadão durante o período em que esteve no poder; como “as cadeias, os processos e o recrutamento forão o prêmio de sua dedicação aos principios liberaes”, expondo uma convicção na aptidão do partido em promover o progresso. Entretanto, com a mudança do gabinete e ascensão do partido conservador, Pernambuco foi o primeiro alvo para a implementação de uma “experiencia da política-miguelista”, referindo-se à mudança do presidente da província e o consequente remanejamento de cargos importantes na província, entretanto, escondido no eufemismo “destinado a sufocar o partido liberal”, como podemos observar

Um Presidente, armado de ponto em branco, veio destinado e disposto, ou a sufocar seos brios, ou leval-a ao desespero, para poder com segurança esmagal-a. A revolução arrebentou, e foi levada a uma altura, como ainda, não chegou a revolução alguma do Brasil; mas, não podendo resistir as forças de todo Imperio, que para ali convergirão, teve de sucumbir, por cauzas que

²⁹⁹ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Parahyba do Norte, 03 de agosto de 1849. Nº 01, p.01.

³⁰⁰ Neste ponto o argumento do redator está alinhado às mudanças realizadas no governo de Diego Antônio Feijó que gerou o conjunto de revoltas liberais no ano de 1842. Neste período de instabilidade o partido teria tido um papel crucial na manutenção da ordem, evitando revoltas e “ações sinistras dos opositores”, porém, a partir do direcionamento dado à política no país posterior ao Ato Adicional de 1834, e a reforma no Código do Processo Penal, entre outras leis que haviam sido promulgadas, a facção opositora teria assumido vantagens, perseguindo os membros do partido liberal nos anos seguintes, ou seja, diante de tais circunstâncias era justificável as revoltas referidas.

agora não cumpre examinar, de pois de progidios de valor, de exemplos de moralidade, e honestidade, que fizerão baicar a vizeira aos infames, que não sabião imitar seos adversarios³⁰¹

O posicionamento do jornal ficou evidente, a revolta em Pernambuco tratou-se de uma reação a esta mudança de poder e à perseguição ao partido liberal, tendo em vista sobretudo os espaços/cargos que os membros ocupavam na província. O jornal frisou a fraqueza do partido conversador, que almejava ocupar estes cargos, com o “mesmo intuito de sempre”; o de destruir as garantias dos cidadãos em um sistema representativo:

onde um partido, conscio de sua fraqueza, e da nenhuma importancia, que tem na provincia, procura pela policia, e pelos empregos, fazer-se representar no parlamento: certos de que os dominadores actuaes continuão com as mesmas ideias, e que seu fim unico he destruir, e acabar com as garantias constitucionaes, conservando as provincias em verdadeiro estado de captiveiro, e, sob as apparencias de sistema representativo estabelecer estabelecer um governo absoluto, ou - governo forte- como elles chamao.³⁰²

O redator do jornal era também o dono da tipografia o Dr. Felizardo Toscano de Brito, ex-secretário do Governo e deputado geral. Essas circunstâncias que foram apresentadas pelo editorial remontou o cenário político geral e a revolta em Pernambuco, buscou descrever a realidade da província paraibana. Que após a luta em Areia passou por diversas mudanças no que diz respeito à ocupação de cargos importantes na administração pública.

E neste cenário, deixou claro em sua fala a necessidade de usar o jornalismo como meio, pois “resolvemos entrar no número do jornalismo, e a concorrer em nosso contingente para a grande regeneração do Brasil”³⁰³. Ou seja, *O Reformista* nasceu com o papel de ser o “echo do partido liberal n'esta provincia”³⁰⁴.

³⁰¹ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Parahyba do Norte, 03 de agosto de 1849. Nº 01, p.02.

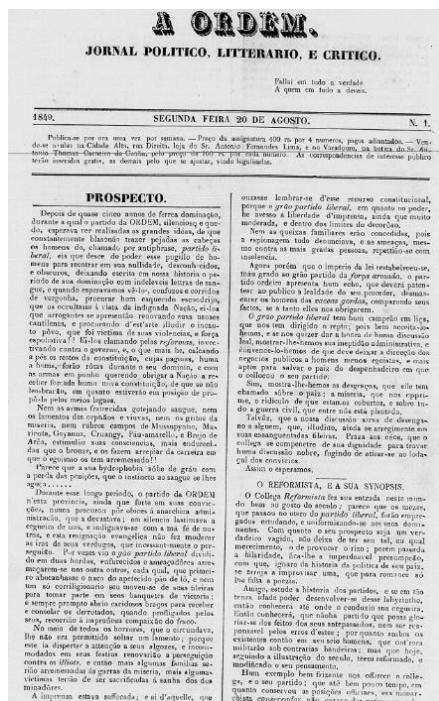
³⁰² Idem, p.02.

³⁰³ Idem, p.02-03.

³⁰⁴ Não podemos avançar quanto a distribuição dos jornais em outras localidades da província, contudo, acreditamos que mesmo com alguns dias de atraso, algumas dessas edições pudesse chegar nas mãos de diversos agentes políticos na província. Pois no que diz respeito aos jornais *O Reformista* e *A Ordem* há diversas correspondências de outras localidades da província. E levamos em conta isto em dois movimentos, primeiro na comunicação entre as províncias, tendo em vista o diálogo entre a Paraíba e Pernambuco ou a província do Rio Grande do Norte, e dentro da província a partir da partida dos correios. Peixoto (2017, p.97), observa que apenas na década de 1850 os jornais paraibanos começam a informar a partida dos correios no cabeçalho das edições. No início da década de 1840 o jornal *Diário de Pernambuco* já inclui a “Província da Paraíba e Villas” na “Partida dos Correios Terrestres”, em 1849 no jornal *O Diário Novo* a partida dos correios era duas vezes na semana para a província paraibana, nas segundas e sextas-feiras. Nos levando a crer nesta possibilidade de acesso a estes jornais por parte dos agentes políticos.

Em contraposição no dia 20 de agosto de 1849 apareceu na imprensa paraibana o jornal conversador *A Ordem*. Seu argumento central foi a necessidade de se preservar as garantias constitucionais, a defesa da ordem e combater a luta fraticida que ocorreu em Pernambuco e a Paraíba. Desta forma, o jornal conservador assumiu o lugar na arena da imprensa dando início a uma acirrada luta partidária na capital da província, neste contexto efervescente após a Revolta Praieira,

Figura 3 - Primeira edição do jornal Conservador A Ordem



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Em sua primeira publicação definiu-se enquanto “jornal político, literario, e critico” de posicionamento ideológico expressamente conservador, cuja as publicações foram até 1862 (PINTO; 1906, p.194)³⁰⁵. Impresso na tipografia de J. R. da Costa, era publicado semanalmente, custando 400 rs. por número e em pagamento adiantado³⁰⁶, também vendido avulso por 100 rs. em dois estabelecimentos da capital;

³⁰⁵ Entretanto, nós limitamos a análise na edição de número 60, primeiro por ser o quantitativo que temos em mãos enquanto fonte, segundo porque *O Reformista* saiu de cena da arena da imprensa, dando espaço ao outro jornal do Dr. Felizardo Toscano de Brito; *O Argos Parahybano*.

³⁰⁶ Interessante mencionar que embora tenha escrito isto em seu cabeçalho, mas a frente passou por problemas com pagamentos das assinaturas. No jornal *A Ordem* da edição nº 25 publicada em 04 de fevereiro de 1850, citou em sua segunda página a cobrança aos assinantes inadimplentes, ameaçando a suspensão da entrega do jornal. Peixoto (2017, p.70), nos demonstrou um pequeno referencial do preço dos jornais em relação ao preço da carne, um jornal possuía um preço bem inferior aos tipos de carne que eram vendidos no mercado da capital, sendo um item relativamente acessível.

na loja do Sr. Antonio Fernandes de Lima na Rua Direita da Cidade Alta e na botica do Sr. Antonio Thomaz Carneiro da Cunha no Varadouro³⁰⁷.

Quanto a sua periodicidade e local de venda, houve mudança no decorrer das publicações que tivemos acesso, que podem ser identificadas no cabeçalho das edições do jornal:

o cabeçalho do primeiro jornal publicava-se uma vez por semana até o de número 35, em que o jornal publicava-se uma vez por semana e que também era vendido na Cidade Alta [...] Já no exemplar de número 36, percebem-se algumas alterações. A primeira diz que só sairão seis meses, em dias indeterminados, e no Varadouro, seria encontrado de agora em diante na loja do senhor Manoel Porfírio Aranha. Estas informações estão contidas no jornal até o número 55, pois a partir do exemplar de número 56, o periódico retorna a sua publicação semanal, e passa a ser vendido na tipografia José Rodrigues da Costa (PEIXOTO, 2017, p.88)

O jornal passou por um período de venda na loja do deputado e professor Manoel Porfírio Aranha que junto ao secretário de governo Pe. Lindolfo Correia das Neves contribuíram com artigos representando os interesses do então presidente da província João Antonio Vasconcellos e a ala conservadora. Sua estrutura física era semelhante ao jornal liberal, dividido em colunas e contendo quatro páginas, salvo algumas edições mais longas com seis páginas.

No cabeçalho os dizeres próximos ao título “Fallai em tudo a verdade... A quem em tudo deveis”, sugerindo a falta de compromisso com a exatidão dos eventos noticiados pelo jornal opositor³⁰⁸. Interessante pontuar que o termo não foi pioneiro na arena da Imprensa no Brasil Império.³⁰⁹ Sua proposta era combater o partido liberal

³⁰⁷ A capital da província no início da década de 1850 possuía devido a topografia do terreno a disposição urbanística dividia a cidade em duas; Cidade Alta e Cidade Baixa. A primeira com dezessete ruas, e a segunda com dezesseis, formando assim a zona urbana (ALMEIDA, 1982, p.39).

³⁰⁸ Na província de Minas Gerais, Moreira (2011) apresenta o jornal *A Ordem* que desempenhou o papel em “forjar a memória conservadora”, ocorrendo o esforço em “impor ao futuro uma imagem de si” constituída na lógica da “ordem conservadora e anarquia liberal”. Percebemos este aspecto no que diz respeito ao jornal paraibano. Seu título foi tão sugestivo quanto o antagonista liberal, *A Ordem* indica a lei, a verdade, uma narrativa construída para ao mesmo tempo que configurou uma definição de si e do opositor *O Reformista*.

³⁰⁹ No início da década de 1840 em Minas Gerais, “a Revolução debelada pelos batalhões de Duque de Caxias”, consolidava-se a “autoridade” da Província de Minas Gerais, como propugnado por um periódico de São João del-Rei, *A Ordem*” (MOREIRA, 2011, p.220). Tal jornal teve importante papel na transmissão do discurso em torno da legalidade e ordem na província em questão, configurando um programa conservador. Segundo Moreira (2011, p.220) remontando o filólogo Gabriel Mendes do Santos diretor do jornal e que “sabia da força dos escritos da história de um país”, faz o uso de um título de potência no período posterior aos movimentos, tendo em vista a ordem enquanto uma condição supostamente químérica a política, “cimentada na monarchia”, apoio inabalável da moral, da indústria, entre outros, elementos que configuram uma sociedade ideal. Este preceito parece fazer jus à versão paraibana após revolta praieira. Percebe-se esse movimento em seus textos, na narrativa que o jornal conduz ao disputar com o jornal opositor liberal.

na província, estabelecendo diálogos abertos em resposta às edições do jornal opositor *O Reformista*, como observamos em sua primeira edição publicada no dia 20 de agosto de 1849,

Depois de quase cinco annos de ferrea dominação, durante a qual o partido da ORDEM, silencios e quedo, esperava ver realisadas as grandes idéas, de que constantemente blasonão trazer pejadas as cabeças os homens do, chamado por antiphrase, partido liberal, eis que desce do poder esse pugillo de homens para reentrar em sua nullidade, desconhecidos e obscuros, deixando escrito em nossa historia o periodo de sua dominação com indeleveis letras de sangue, e quando esperavamos vê-los, confuzos e corridos de vergonha, procurar hum esquecido escondrijo, que os occultasse á vista da indignada Nação, ei-los que arrogantes se apresentão renovando suas usuaes cantilena, e procurando d'est'arte illudir o incauto pôvo, que foi victimá de suas violencias, e força espoliativa! Ei-los clamando pelas reformas, invectivando contra o governo, e, o que mais he, calcando a pés os retos da constituição, cujas paginas, huma a huma, forão rôtas durante o seu dominio, e com as armas em punho querendo obrigar a Nação a receber forçada huma nova constituição, de que se não lembrarão, em quanto estiverão em posição de propô-la pelos meios legaes.³¹⁰

Nesta primeira edição o argumento do jornal conservador alimentou a narrativa de que o partido liberal não promoveu nenhuma reforma, e agora através da revolta e violência investiu contra o governo, forçando a nação receber uma Constituição que correspondeu apenas aos interesses dos liberais. Uma postura bastante comum no âmbito das relações políticas, afinal, as disputas discursivas normalmente desqualificam a gestão do adversário, inserindo em nossa cultura política a dinâmica de críticas e trocas de acusações:

Durante esse longo período, o partido da ORDEM n'esta província, ainda que forte em suas convicções, nunca procurou pôr óbices á anarchia administração, que a devastava; em silencio lastimava a cegueira de uns, e indignava-se com a má fé de outros, e estas resignação evangélica não fez moderar as iras de seus verdugos, que incessantemente o perseguição.

Outro ponto importante foi a censura jornalística durante o poder dos liberais pontuada nesta primeira edição d'*A Ordem*:

A imprensa estava suffocada; e ai d'aquele, que ouzasse lembrar-se d'esse recurso contitucional, por o grão partido liberal, em quanto no poder, he avesso á liberdade d'impresa, ainda que muito moderada, e dentro dos limites do decorôso. [...] Nem as queixas familiares erão concedida, pois a espionagem tudo denunciava, e as ameaçãs, mesmo contra as mais gradas pessoas, repettião-se com insolênciia.³¹¹

³¹⁰ Hemeroteca digital. *A Ordem*. Parahyba do Norte, 20 de agosto de 1849. Nº 01, p.01.

³¹¹ Idem, p.01.

Em tom de justificativa, ambos os jornais utilizaram em suas narrativas a perseguição na imprensa. O liberal ao longo dos meses posteriores a revolta e o jornal conservador apontou a falta de liberdade de imprensa³¹² durante o período que os rasgados estiveram no poder. Este jogo de acusações, nos indicou algumas práticas comuns na dinâmica política da província. A perseguição política e de imprensa, o favorecimento dos correligionários, a prática de espionagem para denunciar as ações dos opositores, entre outros comportamentos comuns até os dias atuais.

Ambos os jornais expressavam em suas páginas as ameaças e perseguições que supostamente sofriam, justificando o dever de combater seus opositores. De um lado *O Reformista*, o eco do partido liberal na província, objetivou sustentar princípios, promover reformas, acompanhar o espírito do século, numa alusão ao progresso, assim como oposição ao poder estabelecido, tendo o presidente de Província como alvo em seu posicionamento,

[...] o Reformista. será incansavel na sustentação dos seus principios; acompanhando o espirito do seculo, e apreciando as necessidades do Paiz, será igualmente incansavel em promover as reformas, que essas necessidades e as circunstancias momentozas o exigem: e se o Senhor Vasconcellos e sua policia o consentirem, e não levarem o facto as ameaças ja se tem feito, o Reformista fará oposição a politica dominante, censurando, com energia, mas sem faltar as conveniencias, os actos do governo, e de seus delegados, e agentes.³¹³

Do outro, *A Ordem*, assumiu o dever em informar, apontar os problemas aos quais o país estaria afundado, um verdadeiro antagonista frente ao jornal rival, capaz de convidá-lo para um debate aberto:

“O grão partido liberal tem hum campeão em liga, que nos tem dirigido o repto; pois bem acceita-lo-hemos, e se nos quiser dar a honra de uma discussão leal, mostrar-lhe-hemos sua ineptidão administrativa, e convence-lo-hemos de que deve deixar a direcção dos negócios publicos a homens menos egoistas, e mais aptos para salvar o paiz do despenhadeiro em que o collocou o seu partido. Sim, mostra-lhe-hemos as desgraças, que elle tem chamado sobre o paiz; a miseria, que nos opprime, o ridiculo de que estamos cobertos, e sobre tudo a guerra civil, que entre nós está plantada. Talvés, que a nossa

³¹² Entretanto, no contexto em que *O Reformista* atuou na capital da província, relatou em suas páginas por diversos momentos a perseguição de seu distribuidor, um sujeito conhecido por Miguel Verdadeiro, acarretando inclusive na interrupção da distribuição do jornal. Felizardo Toscano de Brito também enfrentou um processo judicial, teve a distribuição interrompida. Deste modo, a censura e perseguição não foi instrumento apenas de um partido, mas da prática de exercício de poder de ambos os partidos na província. Ela marcou o período de domínio liberal. E como estavam divididos na província a solução para Santos Leal e Luís Vicente Borges foi publicar denúncias no jornal do primo Antonio Borges da Fonseca.

³¹³ Hemeroteca digital. *A Ordem*. Parahyba do Norte, 20 de agosto de 1849. Nº 01, p.02.

discussão sirva desegenado a alguém, que, illudido, ainda se arregimente em suas ensanguentadas fileiras. [...]"³¹⁴

Desta forma, a imprensa desempenhou um papel importante na conjuntura dos debates políticos, um cenário caracterizado por seus interesses ideológicos que norteou as disputas entre os diversos agentes da cultura política no Império brasileiro ao longo do século XIX.

Mesmo que uma figura política não fosse diretamente ligada a um jornal, certamente, em diversos momentos da sua jornada em busca do poder, foi protagonista em notícias. Muitas vezes na legitimação daquele indivíduo prestigiado em um exercício que afirmava as qualidades diante o leitor. E em outras, sendo tratado de forma jocosa, criando apelidos, tecendo críticas ácidas aos seus rivais (CARVALHO, 1995, p.17).

A Paraíba vivenciou este tipo de situação. A província conduzia de forma peculiar suas relações políticas estabelecendo um diálogo com as práticas do poder central. E a imprensa possuiu um papel importante na dinâmica do império, de maneira que o jornal foi um mecanismo importante da cultura política, no qual debates, opiniões, percepções dos eventos eram transmitidas para um público específico. Um leitor engajado no cenário político local. Deste modo, apresentado à imprensa enquanto uma arena de disputa pelo poder dos agentes políticos paraibanos nos Tempos da Praieira, destacamos a seguir o eco da Revolta Praieira e as disputas partidárias destes jornais antagonistas.

³¹⁴ Idem, p.02.

5 ECOS DA REVOLTA PRAIEIRA: O *REFORMISTA* E A *ORDEM* NA DISPUTA POLÍTICA NA IMPRENSA PARTIDÁRIA DA PARAÍBA (1849-1851)

Quando pensamos no cenário político que se instaurou na província da Paraíba do Norte após tornar-se palco da Revolta Praieira, temos em mente diversas cenas protagonizadas pelos agentes políticos que apresentamos no segundo capítulo. Algumas destas cenas foram expostas através da publicação dos jornais políticos *O Reformista* e, em contraposição, *A Ordem*.

A Revolta Praieira repercutiu na província da Paraíba do Norte e sua principal bandeira foi expressa na atuação d'*O Reformista*, que surgiu na arena da imprensa alguns dias antes das eleições primárias. Neste capítulo, buscamos entender a luta partidária através do embate travado por ambos os jornais, abordando alguns acontecimentos que marcaram esses meses finais do tumultuado ano de 1849. Para isto, analisamos a repercussão da revolta na província paraibana a partir das mudanças de cargos e o debate da revolta nos jornais partidários, as narrativas em torno da figura de Pedro Ivo e processo eleitoral em 1849 e por último e o seu principal eco; a reivindicação de uma Constituinte que, personificada pelo jornal liberal, gerou um interessante debate político.

5.1 A repercussão da Revolta Praieira na imprensa da Paraíba do Norte: narrativas e disputa partidária entre os jornais *O Reformista* e *A Ordem*

A Revolta Praieira ecoou no cenário político que se instaurou na província da Paraíba do Norte e acelerou mudanças na estrutura administrativa, uma vez que em Areia houve uma “inversão”, ou seja, troca de agentes políticos na ocupação dos cargos importantes da cidade e a suspensão de membros da Guarda Nacional³¹⁵. De acordo com diversas denúncias publicadas no jornal liberal, essa prática posteriormente será assumida em outras localidades, de maneira que as mudanças nos cargos da província foi uma questão que se destacou já primeira edição do jornal de *O Reformista*:

³¹⁵ Ação tomada diante da adesão de guardas nacionais a revolta (COSTA, 2013, p.27).

Anificação apparente da Província de Pernambuco **foi signal ajustado para se esmagar em toda parte o partido liberal**; dissolveo a camara temporária : houve festividate, que horror! pelas victimas generozas, que sucumbirão ao ferro do inimigo: e as eleições servirão pretexto para a continuaçāo do estado da revolução pacifica, em que nos achamos. **Em toda parte houve uma completa inverçāo; os processos e as pronuncias tem posto fora do combate uma grande parte dos influentes**³¹⁶. (Grifo nosso)

No argumento do jornal liberal, havia intenção por parte do gabinete *conservador/saquarema* em promover essa inversão de cargos, primeiro em Pernambuco e posteriormente em toda parte do Império, sugerindo que fazia parte dos anseios do novo ministério a completa destituição do partido liberal. Na Paraíba isto foi, pelo menos no que diz respeito à fala do jornal liberal, supostamente representado por meio da nomeação de João Antonio Vasconcellos para presidente da província em maio de 1848.

Neste aspecto, a figura do presidente tornou-se o alvo principal do jornal, primeiramente por ser indicado pelo Ministro “Sr. Visconde de Macahé, que mandou administrar essa província”³¹⁷. Ou seja, segundo o jornal, o partido liberal da Paraíba do Norte também estaria sob ameaça. E este discurso está alinhado com a fala de Lopes Machado em seu livro **Quadro da Revolta Praieira na Parahyba do Norte**, publicado anos depois, no qual o presidente da província tornou-se o alvo principal do rebelde, como apontamos no segundo capítulo³¹⁸.

E o principal tom destas críticas tecidas pelo jornal liberal ao presidente foi centralizado na mudança de postura de João Antonio Vasconcellos, que ao chegar à

³¹⁶ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Parahyba do Norte, 03 de agosto de 1849. Nº01, p.03.

³¹⁷ Idem, p.03.

³¹⁸ Como já apontamos anteriormente o confronto de Maximiano Lopes Machado ao presidente da província ocorreu também no jornal, por meio de uma correspondência usou o espaço para “prestar analyse dessa pessa exquesita”, onde propõe tratar “de adjudicar algumas reflexões a história referida na parte-tranquilidade publica-hitorica que S. Ex. teve o cuidado de salpicar de injurias”. O argumento principal utilizado pelo bacharel é o mesmo adotado pelo jornal liberal e as demais denúncias; João Antonio Vasconcellos atuou de forma duvidosa. Em 15 de janeiro de 1850, em correspondência revela a defesa de seu filho Maximiano Lopes Machado em resposta ao relatório apresentado à Assembleia Legislativa pelo então presidente da província João Antonio Vasconcellos de 01 de agosto de 1849. O conteúdo nos chama atenção pelo tom dramático assumido pelo pai do rebelde ao defender o nome do filho, que segundo o presidente ficaria com o nome “escrito com sangue”, recaindo de alguma maneira a culpa da revolta na província paraibana ao ex-delegado da cidade de Areia. Em defesa do filho, Manoel Lopes Machado atacava o presidente, alguns trechos são bem enfáticos, com passagem como “nome escripto de sangue deve ser o presidente que, atraiçoando o governo, de quem era delegado, tacita e expressivamente pactuou com os rebeldes de que hoje é algoz”, e em um momento revela que “ao passo que ordenava a meu filho que defendesse a cidade de Areia com a guarda nacional, que sabia não ser adversa aos rebeldes, mandava tirar d'allí o destacamento forte de primeira linha”, e “ao passo que oferecia toda cooperação as forças do governo, mandava comissões para o acampamento rebelde”. Deixando a entender que o presidente dificultou a defesa da cidade, fortalecendo o questionamento à postura de João Antonio Vasconcellos pelo discurso usado pelos liberais.

província teria se aproximado dos liberais principalmente no período em que a revolta eclodiu em Pernambuco, como podemos observar:

Foi por esse tempo, e durante a revolta de Pernambuco, que S. Ex se fez o maior liberal; que dizia não pertencer de 29 de 7brº.; que mostrava asco aos que nesta Província pertenciam a essa política, o que deu lugar a ser solicitada sua demissão, como ninguém hoje ignora. Então com ufania dizia S. Ex.-; não tomar parte alguma em eleição, por que entendo que elas só devem pertencer ao povo, e que grande parte dos males do Brasil porvem da ingerência do poder nos negócios eleitorais.³¹⁹ (Grifo nosso)

De acordo com *O Reformista*, João Antonio Vasconcellos³²⁰, ao chegar, teria assumido uma postura de rejeição ao partido conservador, e discursava em prol da neutralidade referente às eleições. A conduta inicial do presidente contrariava as funções atribuídas ao cargo de “garantir a vitória nas eleições dos candidatos afinados com o ministério em exercício”, eleições estas “manipuladas por fraudes e pelo uso da violência”, embora não pudesse alterar as regras do jogo” (DOLHNIKOFF, 2005, p.100). Porém, ao menos do ponto de vista da província paraibana neste momento específico sugeriu uma estratégia na atuação do recém nomeado presidente, cercado de liberais em cargos importantes na administração, inclusive o secretário do governo, Felizardo Toscano³²¹, redator do periódico em questão.

Para a narrativa do jornal liberal após os episódios da revolta em Areia, a mudança de Vasconcellos teria sido drástica e coerente ao gabinete conservador³²² que outrora hostil aos conservadores tornou-se aliado destes e promoveu diversas mudanças em cargos estratégicos na província:

³¹⁹ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Paraíba do Norte, 03 de agosto de 1849. Nº 01.

³²⁰ De modo geral, um ponto importante a destacar é que esse eco, a repercussão da revolta apareceu mescladas aos eventos das eleições. E neste aspecto, percebemos que desde a inauguração dos jornais na arena da imprensa paraibana inicialmente observamos um debate em torno das eleições, e consequentemente a crítica ao presidente da província da Paraíba, e posteriormente o de Pernambuco. Acontecem em momentos distintos da publicação do jornal liberal, no primeiro momento a figura do presidente da província João Antonio Vasconcellos é vinculado ao debate das eleições e a revolta na província, seu nome sai de cena após ser substituído pelo Coronel José Vicente de Amorim Bezerra que tomou posse em 23 de janeiro de 1850. A mesma coisa ocorre quanto ao presidente da província de Pernambuco, a quem o jornal acusa de diversas irregularidades, um verdadeiro ditador, e interferindo diretamente no processo eleitoral da província de Pernambuco. Obviamente ambos trabalhando em prol dos interesses do recém instaurado gabinete conservador e do poder central, tendo em vista a atribuição do presidente da província em representação aos interesses do imperador. (DOLHNIKOFF, 2005).

³²¹ Que será substituído após a revolta por Polycarpo Lopes de Leão, quem assina enquanto Secretário do Governo no relatório de 01 de agosto de 1849 apresentado por João Antonio Vasconcellos, posteriormente será indicado o Pe. Lindolfo Correia das Neves, como apontamos no segundo capítulo.

³²² Tendo em vista o aspecto para o cargo apontado por Dolhnikoff (2005), o papel do presidente da província era defender os interesses da coroa e do poder central, sobretudo, no que diz respeito às eleições.

Depois do ataque da Cidade d'Arêa, quando se julgou, que a revolução de Pernambuco estava aniquilada, o Sr. Vasconcellos, que havia servido com o partido hoje fora do poder, ao qual fazia os maiores elogios, ao mesmo tempo que estigmatizava com a maior virulencia o partido contrario, a quem tratava de exigente, e de quem disse que formava uma nihilidade na provincia, mudou inteiramente de proceder, e fez a mais promta e extraordinaria inversão, redeando-se ao mesmo tempo de todos quantos havia maltratado, de todos os cantos o tinhão desconceitado por essas ruas, e nos lugares mais publicos!³²³ (Grifo Nosso)

Esse debate da postura se intensificou em um Comunicado publicado no jornal liberal em sua terceira edição de 23 de agosto de 1849. Iniciando o texto com uma frase provocativa; “Ao idiota tudo perdão”. O autor não identificado apontou o mesmo argumento em relação a João Vasconcellos, a mudança de conduta para com os liberais. O conteúdo do comunicado demonstra certo nível de intimidade do autor, pois a denúncia se baseia em ter ouvido da autoridade falas que revelavam a posição contrária ao partido conservador, como podemos observar:

“Tam liberal como eu, dizia o sr. Vasconcellos, tomara que nunca me apareça essa gente baêta, ou saquarema: gente que tenho conhecido ser odiada por toda população da província; gente que só nutre vinganças, e que quando aqui se apresenta e para deprimir do credito, e reputação do outro lado - quero estar com o lado liberal, por que me cazo com suas ideias: não quero nem pretendo noemar um só baeta para qualquer lugar, em quanto me conservarem por aqui !”³²⁴

Obviamente, este tipo de revelação pretende desmoralizar a figura do presidente da província e gerar algum tipo de dano na recém forjada aliança com o partido conservador. Sua narrativa reiterou a postura adotada por Vasconcellos quando a revolta eclodiu. A partir de um tom irônico, apontou que o presidente se comportou de forma exacerbada ao expressar “o seu liberalismo”, tanto que “lhe chamavão rebelde, em vista de sua conducta para com a revolta”³²⁵, e mencionou que ouviu da própria boca de Vasconcellos “que estava disposto a ceder tudo ao Moraes, até dinheiro !!, desde que não atacasse a capital da província”.

Este aspecto reafirmou a possível articulação promovida pelo presidente da província com estes liberais da capital, que não demonstraram efetiva adesão ao movimento, afinal, acataram as ordens do presidente da província³²⁶, mesmo sob a

³²³ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Parahyba do Norte, 03 de agosto de 1849. Nº 01, p.02.

³²⁴ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Parahyba do Norte, 23 de agosto de 1849, Nº 04, p.02.

³²⁵ Ao mencionar isto, o autor questiona o fato de “rebelde” seria o termo adequado para se referir ao “briozo povo pernambucano”.

³²⁶ O comunicado menciona o episódio da pólvora e munição atirados ao mar, detalhe apontado por Lopes Machado em seu livro anos depois. Em resposta em um texto publicado posteriormente no jornal

constante possibilidade de a cidade ser invadida pelas tropas praieiras. Isso se confirmou na edição posterior, quando o jornal publicou a denúncia feita pelo Dr. Aragão e Mello na Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba.

O comunicado nos chamou atenção também por mencionar os ofícios enviados para a cidade de Areia, quando os rebeldes praieiros entraram no território da província. Um destes documentos, segundo o jornal liberal paraibano, também foi publicado pelo *O Diário Novo* em Pernambuco³²⁷ e anos após transcrito em **Quadro da Revolta Praieira na Província da Parahyba do Norte**.

A ideia de expor estes documentos pelo jornal, ou posteriormente no livro, foi comprovar documentalmente a relação de intimidade de João Antonio Vasconcellos com os liberais. Em seu livro, Lopes Machado fez análise do discurso utilizado pelo presidente João Antonio Vasconcellos, para sugerir a mudança do tom nos textos em relação à presença dos praieiros na província (MACHADO, 1983, [1851], p.74). De modo geral, em todo momento da narrativa liberal, seja nos jornais ainda em 1849, ou anos depois no livro de Lopes Machado, a ideia foi demonstrar a conduta traidora do presidente da província.

Em resposta, o jornal conservador *A Ordem* publicou na primeira página da terceira edição de 03 de setembro de 1849 o título em letras garrafais; “AO IDIOTA TUDO SE PERDOA”. Quando chamou atenção ao título, atribuiu a definição ao próprio “reformista”, pelo seu “idiotismo”. E iniciou sua fala em defesa do presidente pontuando que “antes do perdão, merece o idiota huma correção”. O tom jocoso ressaltou que a posição do presidente da província era pelos conservadores, contrariando a suposta ligação de Vasconcellos com os liberais. O texto nos sugeriu um rápido vislumbre no cenário que se instaurou na capital da província meses anteriores, quando a revolta estava em seu auge em Pernambuco, inclusive revelando a cooperação dos liberais

“O partido catucá, digo liberal, sempre que podia, punha obices as providencias do Exm. Sr. Presidente, que tendião a auxiliar o acabamento da rebelião. Emissarios foram mandados pelo matto para espalhar o terrô entre o pôvo, com o fim de desanistar a G. N., para que não acudisse as armas. Hum Sr. Padre aconselhou, em caminho desta cidade a huma porção desses guardas bizonhos, que fugissem, pois do contrario serião victimas; que o produzio seu effeito. Nesta Cidade houve quem se incumbisse de aconselhar aos poucos Guardas, que se apresentarão, a diserção. Cartas foram

A Ordem o autor deixa a entender que essa ação seria necessária tendo em vista a situação de constante ameaça de invasão à capital da província.

³²⁷ Não tivemos acesso a esta edição do jornal *O Diário Novo*.

mandadas para Goyanna, por oficiaes da G. N desta Cidade, aos seus soldados, ordenando-lhes a diserção, e asseguralhando-lhes a impunidade.³²⁸

A fala do jornal conservador utilizou como estratégia a acusação para compor a defesa, o modo de operação mais comum nas disputas e debates utilizados pelos jornais paraibanos. Neste caso, revelou a conduta dos liberais em criar empecilhos no combate aos rebeldes, incitando a deserção, desanimando a Guarda Nacional. Interessante destacar ao enfático uso do termo *catucá* para referenciar os liberais, pejorativamente associado a foragidos ou pessoas que não seguem as regras³²⁹, sendo a nova condição dos liberais: revoltosos, bandidos e desordeiros.

Além disso, também evidenciou as ações realizadas pelos liberais da capital contra a autoridade do presidente, que por este motivo, embora não tivesse tomado partido³³⁰, percebeu a má fé dos liberais e as ações acima apontadas, e em prol da ordem na província se alinhou aos conservadores. Isto se deu quando os liberais da cidade de Areia aderiram à revolta, como podemos observar:

Finalmente entrarão os constituintes no Brejo, e as autoridades liberais os foram receber em oração, entregar-lhes o armamento, e munições que para bem diverso fim lhes forão confiados: convocarão povos em nome do Governo, e os atirarão no foco da revolução !!! Os outros liberais prepararão-se para o mesmo, e huma autoridade houve, que argumentou, que aumentou, em correspondencia oficial, extraordinariamente as tropas rebeldes, com o fim desanimar ao Governo, e encorajar os seus. Então o Exm. Sr. Presidente reconheceu a má fé do partido liberal, e que estava sobre hum volcão, prestes a rebentar, que estava rodeado de fementidos traidores, e tratou ele de tirar as posições policiaes, e da G.N. das mãos d'aquelle, que menos confiança merecia.³³¹

A resposta ao comunicante do jornal liberal sustentou as justificativas das mudanças de cargos efetivadas pelo presidente da província após a adesão dos liberais, decisão razoável tendo em vista o argumento ordeiro da necessidade em manter a tranquilidade pública. Em outros momentos da fala exposta, o presidente da

³²⁸ Hemeroteca digital. *A Ordem. Parahyba do Norte*, 08 de setembro de 1849. Nº 03, p.01

³²⁹ Interessante apontar que o termo é referente às matas do catucá, região das matas entre Goiana e Recife, onde era localizado um quilombo, “resultado da luta dos escravos pela liberdade e um subproduto do caos político em Pernambuco, entre 1817 e o final da década de 1830” (CARVALHO, 1991, p.05) Uma questão curiosa sobre este quilombo é a liderança de João Batista, também conhecido por Rei Malunguinho. Malungo foi um termo do dialeto originário do grupo étnico destes povos que atuavam no quilombo em questão, que significa “camarada”, “companheiro de viagem”.

³³⁰ Sugerindo que João Vasconcellos assumia na verdade uma posição de neutralidade, para não intervir nas eleições.

³³¹ Hemeroteca digital. *A Ordem. Parahyba do Norte*, 08 de setembro de 1849, Nº 03.

província João Antonio Vasconcellos foi destacado pelas suas qualidades; quando sua defesa ganhou forma para elogiar atuação do administrador.

De modo geral, ao contrapormos ambas as narrativas utilizadas, a inversão dos importantes cargos em toda província, principalmente no que diz respeito à Guarda Nacional³³². Mudou a versão do evento pela ótica partidária; na fala dos liberais, uma injustiça tendo em vista a traição do presidente, por intervir sobretudo no processo eleitoral; para os conservadores, um ato natural tendo em vista o comportamento anárquico e desordeiro dos liberais.

Na mesma edição do jornal conservador, essa ideia foi reiterada em um comunicado com o título de "Conspirando ou governando", evocando a conduta conspiratória dos liberais na província durante a revolta. Desta vez com uma linguagem mais exagerada o comunicante enfatizou o objetivo em "reproduzir a sempre moderada Parahyba ao estado deplorável" em que se encontrava Pernambuco, "a que reduzirão os vossos correligionários, os facionáras do Catucá", e parte para uma pequena narrativa dos eventos da província na revolta. De modo geral, o conteúdo dele do texto anterior, porém, enfatizou o teor conspiratório dos liberais e rebeldes, vinculando-o diretamente às eleições, pois "desejos, que chegasse o dia 5 de Agosto, elles, os insufladores cobardes, arrastando a opinião pública com o maior cinismo" em prol de vencer as disputas. Um ponto importante a ser destacado foi a preocupação com a opinião pública, tendo em vista que "imprensa configurava como força instrumental essencial e instrumento essencial para atuação do mundo político"³³³.

Quando a revolta foi referenciada pelo discurso conservador, precisamos destacar o apelo à ideia de se afirmar a tranquilidade pública, a ordem e a segurança da província, em eventos que terminam sendo associados neste primeiro momento do

³³² Lidiane da Costa (2017) mencionou essa mudança em relação à Guarda Nacional. De acordo com os jornais, essa mudança também ocorreu em cargos policiais, juízes, enfim, nas ocupações importantes para o andamento das eleições na província. Lembrando que um guarda nacional poderia acumular outros cargos, como o caso do Sr. Calafange apresentado no segundo capítulo desta tese.

³³³ Segundo Luciano da Silva Moreira (2011, p.203), o papel da imprensa foi fundamental para vida política no império onde a opinião pública era disputada pelo jogo político através dos jornais que circulavam entre as províncias de Minas Gerais e São Paulo durante a década de 1840, tendo notório impacto nas revoltas liberais do início desta década, promovendo ideias, informações. O jornal "revestido de poder", ao longo do primeiro reinado foi "modificando as relações que as pessoas estabeleciam com os poderes e instituições".

embate político promovido nos jornais³³⁴: revolta, reformas e eleições. Em um segundo momento, em 1850, passado o clima eleitoral, outros assuntos ganharam espaço nos jornais, como denúncia de desordens, perseguições políticas, o surto de febre amarela que assolou diversos territórios no ano em questão. Entre outros temas reflexos das experiências cotidianas da província, com foco na revolta e nas reformas, principalmente no que diz respeito *O Reformista*.

Deste modo, ficou evidente o antagonismo das narrativas expostas nos jornais partidários. A *Ordem* foi supostamente em prol da tranquilidade pública, que ao longo de diversas edições do jornal conservador³³⁵, argumentou para legitimar as imposições determinadas pelo Governo. Nos pareceu evidente que isto corresponde a uma apropriação do clima de instabilidade resultado da revolta e associada ao partido liberal à desordem e anarquia. Em algumas destas falas um alinhamento que remontou a Revolta Praieira aos movimentos do início da década de 1840 em Minas e em São Paulo³³⁶, ou seja, eram os liberais que ameaçavam a tranquilidade da nação desde sempre.

Com a saída de João Antonio Vasconcellos e a nomeação de o coronel José Vicente de Amorim Bezerra, o cotidiano da província permaneceu conturbado diante das perseguições políticas e instaurações de processos reveladas nas denúncias do jornal liberal. Isso demonstrou, embora que de forma superficial a outras dimensões

³³⁴ Importante apontar que o debate promovido pelos jornais abordava os eventos de acordo com o cotidiano da província, os trabalhos na Assembleia Legislativa, denúncias de perseguições políticas em diversas localidades durante as eleições, a apuração dos votos para deputados provinciais e gerais, os assassinatos e violência, dentre estes, figuras políticas importantes tais como o Dr. Trajano Chacon e o Reverendo de Barra de Natuba o liberal Francisco Antonio de Souza. Entretanto, a necessidade de reformas e a revolta são pautas permanentes nas edições publicadas nos anos seguintes, principalmente no que diz respeito ao *O Reformista* até o encerramento de suas atividades em sua quinquagésima edição em 02 de setembro de 1850.

³³⁵ São diversos os momentos que o rebelde foi citado na documentação, identificamos em 31 edições diferentes, 14 do jornal *A Ordem* e 17 das 50 edições publicadas do jornal liberal do *O Reformista*.

³³⁶ Vale ressaltar o papel da imprensa nos movimentos liberais do início da década de 1840 em Minas Gerais e São Paulo, o papel dos jornais foi fundamental, constituindo um espaço organizado politicamente, onde se cria um “clima da opinião pública” constituído desde o Primeiro Reinado, e a abdicação de D. Pedro I. (MOREIRA, 2011, p.223) Quando observamos a província paraibana temos em vista que este debate foi convergente à realidade do engajamento político local, como por exemplo a projeção nacional do jornal *O Republico* de Antonio Borges da Fonseca que apontamos no segundo capítulo. O papel que a imprensa desempenhou nestes processos permitiu desta forma o debate e a circulação de ideias. Acontece algo próximo na Praieira em 1848, afinal, a imprensa *gabirua* e a *praieira* protagonizam este debate em Pernambuco, ainda observamos o diálogo constante entre os agentes políticos do brejo paraibano com o jornal *O Tribuno*. Com a Areia sediando a revolta, mesmo que secundariamente, estas trocas e debates se materializam em um jornal como *O Reformista*, que traz para a arena da imprensa as disputas no cotidiano político na província. Em contraposição um jornal conservador, novos donos do poder, que buscam impor a “ordem”. Obviamente tratou-se de dois movimentos distintos, não podemos comparar a circulação e disputas na imprensa no Centro-Sul 1842.

do eco da revolta: a alteração no jogo político e a repressão aos liberais com o intuito de preservação da ordem.

Um ano após a adesão dos liberais de Areia, foi exposto no *O Reformista* de 26 de julho de 1850, um pouco do cenário político que perdurou na província. Com o título de “Novos Processos Políticos”, o jornal relevou os processos instaurados (sob o argumento de crime de “sedição”) a figuras do partido liberal em algumas localidades, dentre elas, em Barra de Natuba, Ingá e na cidade de Areia, onde a revolta teve espaço, como podemos observar:

Consta-nos que em virtude aos acontecimentos que tiverão lugar na freguesia de Barra de Natuba forão pronunciados, por efeito de denuncia do dr. promotor publico da 2º comarca, por crime de sedição, os Srs. capitão Jozé Severino da Silveira Calafange, Luiz Barreto, e um outro, que dizem achar-se prezo na cadeia desta cidade. Haverá por ahi ainda algum lugarejo, onde a rede dos processos politicos continue a inutilizar muitos de nossos amigos! [...] Na vila de Ingá o processo foi a intimação dos que se organizaram em Bananeiras e cidade d’Areia, sendo muitos os pronunciados. Entretanto, na phrase de ao sr. João Antonio, não houve revolta na Parahyba, que sempre se conservou em paz e socego! Se não havendo revolta 4 processos por crime politico se ha feito nos quaes não tem sido pronunciados menos de quarenta cidadãos, até onde extenderia esse numero, se se houvesse dado revolta na Parahyba?

O discurso apresentado por João Antonio Vasconcellos serviu de argumento para questionar a quantidade de processos que foram instaurados durante a administração do coronel Amorim Bezerra. A denúncia traz à tona a prisão de um agente político que, meses antes, também foi preso durante o período das eleições. Desta vez o capitão e ex-juiz de paz Calafange foi acusado de fornecer suporte aos revoltosos em Barra de Natuba. Neste ponto, precisamos ressaltar que houve movimentações dos rebeldes liberais em diversos pontos da província, como apontamos no capítulo anterior. Isso também diz respeito à debandada da cidade de Areia em 21 de fevereiro de 1849.

Pelo conteúdo da denúncia, o crime de sedição era vinculado diretamente à cooperação com os rebeldes. A perseguição e prisões se estendeu às localidades, envolvendo a cidade de Areia da 2ª Comarca e a vila de Bananeiras, que possuía a maior população livre da província e a vila de Ingá, menor população da 1ª Comarca da província³³⁷. O clima de rebelião justificou as supostas atitudes das autoridades locais, pois:

³³⁷ De acordo com os dados do relatório apresentado à Assembleia Legislativa de 1847 a vila de Bananeiras pertencente a 2ª Comarca da província possuía uma população livre de 21.383 habitantes.

Pelas informações que temos, não se conhece na cidade d'Areia outra justiça, que não seja a da polícia, a qual concentrou em si as atribuições de todas outras autoridades: prende e solta quem quer, faz as vezes de juiz de paz, manda pagar dívidas, eé, e tudo modo mais pronto e sumário. Se assim é pode-se ir ali observar o que é miniatura regimem distópico!³³⁸

O conteúdo do jornal liberal reiterou as prisões e recrutamentos forçados, entre outros mecanismos utilizados pela administração da província para reprimir figuras importantes. A Guarda Nacional sentiu instantaneamente os impactos, com a suspensão de diversos dos seus membros, algo que mencionamos em outros momentos. O presidente que substituiu João Antônio Vasconcelos na administração da província em discurso oficial apresentado à Assembleia Legislativa em 02 de agosto de 1850 relatou sua versão do cenário em que encontrou a província:

logo que tomei conta da Administração da Província então agitada, e dividida, como vos sabeis, pela influencia dos partidos; e meo maior desvelo foi o restabelecimento da ordem e a consolidação dessa tranquilidade, a par do progresso moral; da sustentação da dignidade do Governo; da obediencia á Lei, e o respeito ás Autoridades constituidas, empregado a todos os meios de que podia dispôr³³⁹

O coronel José Vicente de Amorim Bezerra, como observamos acima não poupou esforços para restabelecer a ordem – leia-se *combater a anarquia* na província –, que para as novas autoridades locais e o discurso exposto cotidianamente pelo jornal conservador eram os *reformistas/liberais*. E revelou algumas medidas tomadas durante sua administração:

tendo cessado a rebeldia da Província de Pernambuco nenhum receio havia sobre a tranquilidade desta Província porém como n'alguns pontos d'aquela província em que extrema com essa se houvessem homisiado muitos involvidos na rebeldia, e com elles alguns facinoras, que os acompanhavão; mister me foi conservar toda a vigilancia, e recommenda-lo ás Autoridades policiaes, (algumas das quaes são actualmente de nomeação minha) a fim de neutralizar qualquer plano que por ventura quizessem pôr em execução, e obstar a perpetração de crimes; e o mesmo cuidado tive com os pontos centraes da Província.³⁴⁰

Situada no Brejo paraibano, próximo a cidade de Areia, região que desenvolveu diversos engenhos e propriedades de terra que utilizavam mão de obra escravas, pois “Bananeiras destacou-se pelo seu plantio diversificado, produzindo plantação de mandioca, algodão, cana-de-açúcar e criatório ou, dependendo do tamanho da propriedade, poderia acontecer ambas ao mesmo tempo”. (OLIVEIRA, 2017, p.46)

³³⁸ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Parahyba do Norte, 26 de julho de 1850. Nº 44.

³³⁹ BRASIL. Relatório do Presidente da Província da Parahyba. Discurso apresentado a Assembléia Provincial em 02 de agosto de 1850 pelo presidente Amorim Bezerra. Parahyba: Typographia de José Rodrigues da Costa. _ Rua Direita, nº 6. p.03-04.

³⁴⁰ Idem, p.04.

A partir da fala do então presidente duas impressões. Primeiro, ficou evidente que as medidas tomadas permitiram às autoridades locais um posicionamento estratégico em espaços importantes de poder através de nomeações. Segundo, reafirmou a ideia exposta ao longo da narrativa d'*A Ordem*, a qual foi marcada pelo clima de conspiração e a possibilidade de sedição na província por parte dos liberais. Em diversos momentos de suas edições, deixou a entender representações do partido opositor como sinônimo de anarquia e violência, em contraposição à imagem que o periódico conservador construiu de si: ordeiros e conservadores da tranquilidade pública³⁴¹.

De qualquer forma, ao término da denúncia publicada em 26 de julho de 1850, o redator questionou se de fato o presidente da província teria conhecimento das atitudes das autoridades locais, pois:

Talvez que a presidencia não tenha inteiro conhecimento do que fazem sua autoridades por todo esse centro; mas se deseja que sua administração tenha o carater de imparcialidade e justiça; se que que o nome seja estimado e não execrado, tome informações examine com coidado e perserverança, e providencia de modo, que homens honestos e respetaveis pela sua probidade e virtudes sejam os unicos encarregados as atribuições de prender, processar e julgar!

O trecho chamou atenção por trazer à tona o papel que deveria ser exercido pelo presidente da província no jogo local de disputa: o de imparcialidade, além do apelo à importância dos cargos policiais. Deste modo, correspondendo aos interesses do novo grupo dominante nestas localidades, instaurou-se a perseguição aos líderes locais liberais – basta evocarmos as duas prisões do ex-deputado e ex-juiz de paz Calafange de Barra de Natuba: a primeira quando ocupou cadeira na Assembleia Legislativa em 1849, como apontamos no segundo capítulo desta tese, e posteriormente na nova gestão do coronel Amorim Bezerra, agora por crime de sedição. Estas ações foram justificadas diante da possibilidade de novos episódios de revolta.

As inversões dos cargos nestas localidades da província, agregado ao forte discurso legitimador de ordem e tranquilidade pública, herança direta da Revolta Praieira, consagrou o domínio conservador que se instaurou na Paraíba do Norte³⁴².

³⁴¹ Um fato curioso foi a convergência aos movimentos liberais que ocorrem em Minas Gerais e São Paulo ao observarmos a atuação dos jornais na arena da imprensa no início da década de 1840, principalmente no que diz respeito a versão mineira, “original”, do jornal *A Ordem* em São João del-Rei em Minas Gerais, que emergiu no contexto também pós-revolucionário. (MOREIRA, 2016, p.219).

³⁴² O conteúdo das denúncias expostas pelo jornal liberal.

Não houve resposta do jornal conservador a este debate levantado sobre a nova política adotada pela província.

Neste mês de julho observamos que *A Ordem* interrompeu suas publicações, enquanto *O Reformista* caminhou para suas edições finais mantendo-se fiel ao debate das reformas através de uma Assembleia Constituinte, às denúncias contra as autoridades locais e a perseguição política, além de transmitir as cenas finais da revolta³⁴³.

Na penúltima edição de 15 de agosto de 1850, o texto com o título de “Conciliação!!!” na primeira página nos chamou atenção. Em seus momentos finais, quase dezesseis meses após a província ser palco da Revolta Praieira, *O Reformista* apontou as supostas estratégias dos saquaremas em constituir uma espécie de fusão com o partido liberal, e com ironia questionou: “mas qual será a causa que tanto prepondera ao ponto de fazer que à facção por hum órgão seo insinue, e peça uma fusão, uma conciliação com o partido liberal?”. O questionamento foi reiterado por apontar as perseguições instauradas contra os liberais neste contexto.

Neste período *O Reformista* estabeleceu diálogo em relação a conciliação entre os partidos, gerando o debate promovido pelo jornal liberal nos momentos finais de sua atuação na imprensa paraibana. Embora não seja uma discussão que foi aprofundada no periódico, interessante o posicionamento em torno da união entre os partidos para a garantia da paz e integridade da nação, usando como motivo o clima de guerra que se instaurou com os conflitos e guerras estrangeiras argumento dos deputados saquaremas tais como sr. Nebias³⁴⁴, sobre a necessidade de união.

Contudo, para *O Reformista* era “impossível conciliar luz com as trevas”, diante da disputa de forças completamente antagônicas, enfocando o despotismo e tirania do partido conservador. Além das perseguições políticas, símbolo de seu injusto domínio. Trouxe à tona que o real interesse do opositor era manter-se no poder e conquistar a opinião pública nacional³⁴⁵.

³⁴³ Enquanto cenas finais, pensamos no desfecho com as prisões e denúncias que compõem este contexto pós-revolução na Província. O jornal ofereceu o espaço para divulgar denúncias não apenas na Paraíba, mas também de Pernambuco, dentre elas, vale salientar a publicação da edição de 15 de agosto de 1850, o periódico apresentou uma denúncia originalmente do *O Grito Nacional*, que destacava a situação em que se encontravam os presos em Fernando de Noronha, apontando que Borges da Fonseca estaria passando “dias e dias sem comer”. Vilela Tavares estaria passando também por situação precária, sem água, recebendo um barril para sua família; mulher, uma filha, dois agregados e um escravo.

³⁴⁴ Joaquim Otávio Nebias era paulista, foi juiz municipal, deputado provincial, presidente da província de São Paulo e principalmente conselheiro do Imperador D. Pedro II.

³⁴⁵ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Paraíba do Norte, 25 de agosto de 1850. N° 49.

Não foi a primeira vez que o jornal liberal citou a questão da opinião pública. Quando combatia as publicações da *A Ordem* em suas primeiras edições, acusou-o de querer ludibriar o povo; deste modo, entendemos a consciência do redator sobre o potencial do instrumento ao qual se apropriou para difundir suas ideias, e embora nossa proposta entender os “consumidores” destes jornais na Paraíba, ressaltamos que a luta partidária por meio da imprensa era orientada pelos interesses destes grupos ou indivíduos.

No caso da Paraíba e *O Reformista*, temos em mente a figura de Felizardo Toscano de Brito e a ala liberal, inclusive Maximiano Lopes Machado, que estabeleceu diálogos com o jornal através de correspondências. Do lado conservador, embora não identifiquemos o “cabeça” por trás da redação, suspeitamos da relação do presidente da província João Antonio Vasconcellos e seu secretário geral Pe. Lindolfo Correia das Neves.

O primeiro por ser o principal interessado em defender seu nome difamado pelo jornal liberal. O segundo pelas várias contribuições em *A Ordem*, período que ascendeu ao secretário de Governo. Desta forma, a opinião pública era o alvo destes agentes políticos neste cenário após a revolta, onde disputavam palmo a palmo na província.

O Reformista representou a materialização do eco na Revolta Praieira na província da Paraíba do Norte, no sentido de que através de suas páginas, deu vida ao movimento até finalmente encerrar suas publicações. Percebemos que o fim da Revolta coincidiu com o encerramento das atividades do periódico, inclusive apresentando apontamentos sobre a conciliação entre os partidos como expomos acima.

Em sua última edição, de 02 de setembro de 1849, o jornal liberal denunciou em primeira página a decisão da Assembleia Legislativa na nomeação da comissão externa da administração de rendas provinciais, “composta pelo inspector d’alfandega sr. Jozé Lucas de Souza Rangel, do thesoureiro da mesma sr. Francisco de Assis Pereira Rocha Senior, e do secretário do governo, reverendo sr. dr. Lindolfo Jozé Correia das Neves”. A comissão foi designada em “examinar o estado daquella repartição, e se as despezas tem sido feitas de conformidade com as leis”. O questionamento girou em torno justamente do fato de apenas “homens do governo” fazerem parte da comissão.

Deste modo, a Assembleia “não teria feito mais do que satisfazer aos dezejos da presidencia”. E após expor essa contradição na nova comissão, adicionou termos como “rancorozos” e “ignorantes” para definir a composição da mesma e concluiu mencionando que outros disparates seriam revelados. Contudo, acreditamos que esse debate continuou no novo jornal da ala liberal anunciado na última página desta edição, *O Argos Parahybano*³⁴⁶.

Dois dias depois, *A Ordem* quebrou o silêncio. E explicou categoricamente que “de propósito nos havemos esquecido do Collega” demonstrando desinteresses no debate, e completou; “deixando-o livremente divagar em seu horizonte cheio dos vapores da miserável intriga, calunia vil, e infame descredito”³⁴⁷. Interessante apontar que o periódico conservador continuou circulando na capital da província, surgindo sempre quando conveniente para responder o novo opositor *O Argos Parahybano*. Interessante apontarmos que a Revolta Praieira e o debate por reformas por meio de uma reforma constituinte permaneceram em seu substituto. Contudo, uma nova pauta foi adicionada: à discussão da anistia.

Dois momentos do jornal liberal nesta nova fase nos chamaram atenção. Primeiro quando ironizou a nota publicada no seu novo opositor retirando a anistia dos liberais paraibanos envolvidos na revolta: Maximiano Lopes Machado, Antonio Jose Gonçalves Lima, Padre José Genuino de Holanda Chacon, Luis Vicente Borges e o Major Joaquim Santos da Silveira, aos quais se refere enquanto “anarquistas do brejo”. E segundo, utilizou o mesmo tom irônico, ao confrontar o lamento exposto pelo jornal *Argos Parahybano* pelo fato da anistia não se estender a Joaquim dos Santos Leal.³⁴⁸

Desta forma, o jornal conservador continuou cumprindo seu papel tendo enquanto argumento a ordem e tranquilidade pública. A revolta legitimou as mudanças

³⁴⁶ Através das edições seguintes d'*A Ordem* descobrimos que foi *O Argos Parahybano*, periódico de Felizardo Toscano de Brito, circulou entre os anos de 1850 até 1854. O novo jornal foi anunciado como um instrumento do partido liberal, mantendo o perfil político ideológico de seu antecessor.

³⁴⁷ Hemeroteca digital. *A Ordem*. Parahyba do Norte, 04 de setembro de 1850. Nº 51.

³⁴⁸ Nesta edição, publicada em 07 de julho de 1851, o jornal questionou o fato de o Argos lamentar que a anistia não se estendesse ao liberal de Areia, Santos Leal, culpado pelo crime do Dr. Trajano Chacon de Areia, pois “Santos Leal, o algos do infeliz Trajano, Santos Leal o cúmplice terrível de Carlota. Santos Leal sobre quem chove as precatórias. Santos Leal devia ser anistiado!! Carlota, a serpente do Brejo também dev ser?” O crime Chacon, também teve repercussão no debate dos jornais. Neste ponto, nos chama atenção por reiterar a relação da revolta com o crime que normalmente é retratado pelo protagonismo da Carlota Júlio de Brito, e de fato, ela é mencionada neste trecho parte do terrível evento adjetivada por serpente, no seu sentido voltado a traiçoeira, perigosa, maligna. Interessante pontuar que o evento ocorreu no dia da eleição para deputado geral.

de cargos e consagrou o domínio do partido conservador na província. A repercussão da Praieira ficou em evidência, ou seja, ecoou nos debates promovido pelos jornais partidários.

Neste cenário dos ecos da Revolta Praieira na província da Paraíba do Norte, um dos agentes atuantes do movimento ganhou espaço nesses momentos finais, sendo evocado em diversos momentos por ambos os jornais. Neste sentido, outro eco da revolta foi a narrativa acerca do rebelde praieiro Pedro Ivo Velloso Silveira, constituindo diversas cenas na disputa política partidária.

5.2 O Herói dos “Catucás”: narrativas de Pedro Ivo nos Jornais *O Reformista* e *A Ordem*

Embora a sensação geral de fracasso após as derrotas em Recife e posteriormente em Areia, o evento apareceu sempre sendo uma referência nas narrativas, justificada devido à necessidade de reformas. E neste sentido, a abordagem de ambos os jornais terminou por vincular a figura de Pedro Ivo³⁴⁹, um ícone que acendeu a chama remanescente dos praieiros em ação.

O personagem ganhou forma primeiramente no periódico conservador, nomeado de “Herói dos Catucás”, tornou-se símbolo do risco à ordem com a guerra das matas. As informações sobre o rebelde estabeleceram diálogos com um correspondente em Recife, como podemos observar,

Pernambuco 12 de Outubro de 1849.

Agora desenganou-se o Presidente desta Província, que é impossível consiliar Pernambuco. Descobriu-se que havia uma conjuração para rebentar a rebellião no domingo: o Presidente removeu todos os presos que estavão em terra para bordo das embarcações de guerra, outros mandou para Fernando, e de novo fez certas prisões, bem como foi aprehendida polvora,

³⁴⁹ Segundo (Carneiro, 1960, p.167) Pedro Ivo Velloso da Silveira (1811-1852), nasceu em Olinda na Província de Pernambuco, proveniente de uma família de militares, teria se tornado praça aos 11 anos, combatendo os cabanos no Pará. Em 1848 era capitão de artilharia em Água Preta quando aderiu à revolta, “antes de se declarar a insurreição praieira, o comando das armas o declarará “ausente”, por haver excedido a sua licença de três meses, por motivo de saúde”, além disso, o capitão não teria prestado contas do batalhão que liderava “e os cronistas gabirus apontavam esta circunstância como a causa imediata da sua adesão ao movimento liberal”. Para o autor Pedro Ivo tornou-se uma lenda de revolta, “símbolo da resistência contra a opressão” e foi inspiração de outros versos de Castro Alves e Álvares de Azevedo, embora que considere as guerras das matas uma situação extra-insurreição e “prejudicou seriamente o Exército Liberal, descobrindo-lhe a retaguarda, concorrendo para as derrotas em pau Amarelo e de Areias e, em última análise, para a dissolução das forças da Praia”. Para nós o agente político ganhou destaque no cenário que consideramos enquanto eco da revolta no debate promovido pelos jornais na província paraibana, onde constatamos um fértil debate sobre sua resistência e prisão.

e armamento que ião para Pedro Ivo. Ficou assim frustado esse plano, porém os conjurados declarão, que estavão ligados com os mesmos planos ahi, e em outras provincias, portanto continuão os sustos.³⁵⁰

A partir de falas como a citada acima, observamos a exploração da insegurança ocasionada pelo conflito abordado no jornal, a figura do capitão de Água Preta emergindo como o herói “fora da lei” dos liberais. Na edição posterior de 04 de novembro de 1849, por exemplo, criou insegurança após a declaração do correspondente que desmentiu o boato de que o rebelde havia pedido anistia e anunciou que “Pedro Ivo tinha ido à Parahyba”, e uma força de 100 praças foi designada para pegá-lo na passagem para o Sul. O correspondente admitiu não acreditar na veracidade das informações e frisou que os liberais criaram essa narrativa para evocar a desordem, sobretudo, com as derrotas da revolta em Recife e Areia.

A versão das notícias pelo jornal liberal assumiu outro sentido. O rebelde começou a ser citado inicialmente de forma tímida. Sua cabeça foi colocada a prêmio³⁵¹, curiosamente algumas edições após o jornal antagonista abordá-lo enquanto ícone da desordem dos “catucás” da província paraibana. Ou seja, um projeto narrativo que construiu um herói ou um bode expiatório nestes momentos finais do conflito.

No jornal conservador *A Ordem*. Através do texto “O Heroe dos Catucás”, publicado no dia 26 de novembro de 1849, essa configuração do Pedro Ivo herói ficou clara, embora que de forma pejorativa e em tom carregado de ironias:

Quem ouvir a apotheose, que os Reformistas, Constituintes, e Catucás de todos callbres fazem ao seo hero, Pedro Ivo, julgará, que elle he algum Tito, Viriato, ou outro qualquer illustre guerreiro, que encanecido no regaço da victoria, apresenta apar de seus brilhantes feitos d'armas huma serie de virtudes; e esta persuasão obrigou-nos a ler a biographia d'esse novo simdeus”

Para *A Ordem*, essa construção do rebelde enquanto herói da Revolta Praieira terminou por legitimar o clima de insegurança que por vezes foi ressaltado nas páginas do jornal conservador,

Em Pernambuco os desordeiros teem feito espalhar boatos atterradores, ora asseverando, que em breve Pedro Ivo tem de attacar a Capital, ora que um grande violento recrutamento vae ser começando, porem a despeito de todos os seus exforços, ha tal confiança tal confiança publica na Administração d'aquelle Provincia, que todos zombão similhantes alicantinas, e o plano não

³⁵⁰ Hemeroteca digital. *A Ordem*. Parahyba do Norte, 22 de outubro de 1849. Nº 10.

³⁵¹ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Parahyba do Norte, 15 de novembro de 1849. Nº 14.

tem vingado. Nesta província também se tem posto em prática este plano; e os desordeiros constituintes são inacançáveis, já em clubs, já protelando quando podem os negócios públicos, já anarquizando as sessões das Câmaras, já finalmente insultado o Governo, a Polícia, e os homens da Ordem.³⁵²

A instabilidade em Pernambuco e os constantes boatos de ameaça de invasões pelo grupo de Pedro Ivo eram associados diretamente aos liberais da província paraibana. Ou seja, os defensores das reformas, os "constituintes", culpados pelas anarquias nas Câmaras Municipais³⁵³. A ideia era construir essa imagem da desordem, do caos, da criminalidade nos adversários políticos liberais, justificando exonerações de cargos e prisões. As províncias da Paraíba e Pernambuco estavam correlacionadas nessa estrutura narrativa adotada pelo jornal conservador, ambas vítimas da anarquia do "grão partido liberal".

O primeiro momento em que *O Reformista* expressou uma noção mais profunda do paradeiro de Pedro Ivo foi através das palavras do senhor de engenho Miguel Afonso Ferreira, publicada em 23 de dezembro de 1849. Enviado, originalmente para o jornal *Século da Bahia*, devido à censura³⁵⁴ promovida pelo então presidente Honório Hermeto Carneiro Leão³⁵⁵ em Pernambuco, a quem se referiu como "dictador" e alegou a falta de liberdade de imprensa. De modo geral, o ofício do senhor de engenho revelou sua adesão ao movimento e apoio ao rebelde remanescente Pedro Ivo:

III.sr. - Cheguei hontem do acampamento do bravo capitão Pedo Ivo Velloso da Silveira, para onde me havia dirigido com trezentos cidadãos, dispostos à

³⁵² Hemeroteca digital. *A Ordem*. Paraíba do Norte, 19 de dezembro de 1849. Nº 18.

³⁵³ Outro ponto importante foi a constante ameaça do recrutamento, ao que pareceu a prática continuou por meses sendo utilizada enquanto estratégia de perseguição política para o governo ao lidar com duas circunstâncias: a revolta e as eleições. Na Paraíba, em 12 de junho de 1850 já na administração de José Vicente de Amorim Bezerra, meses após a revolta e as eleições, o jornal liberal denuncia que uma força de Pernambuco que estava em Barra de Natuba estaria recrutando inimigos políticos enviando para província vizinha. Para o jornal, evidentemente, a causa principal eram vingança e intrigas, e lembra que "Já foi um escândalo que, no tempo de João Antônio Vasconcelos, sempre de detestável memória, a força de Pernambuco, que foi a Cidade d' Areia, remettesse ao presidente d'aquela província os prezos". Desta forma, podemos entender que tendo em vista a denúncia em questão os recrutamentos não acabaram e a utilização do recurso enquanto ferramenta de vingança política supostamente utilizava apoio da província pernambucana. Que segundo o próprio jornal liberal não precisava dos recrutas paraibanos pelo fato de ser maior e mais populoso.

³⁵⁴ O senhor de engenho era aliado dos praieiros vítimas da perseguição promovida pelo então presidente da província Honório Carneiro Leão (CARNEIRO, 1960, p.165).

³⁵⁵ Foi nomeado Presidente da Província de Pernambuco em 31 de maio de 1849. Governou a província por um curto período e teve que lidar com as constantes ameaças de revolta. Honório Carneiro de Leão nasceu em São Carlos do Jacaú em Minas Gerais, possuía formação intelectual, formado em Coimbra e iniciou a vida pública no Brasil com o cargo de juiz "esteve presente e atuante nos embates da política nacional". (SILVA, 2016, p.489) Importante pontuar o protagonismo e liderança saquarema de Carneiro Leão, inclusive em relação ao jornal *A Ordem* de Minas Gerais em 1842.

derramarem o seo sangue pela liberdade, que uma facção immoral e corrompida dirigida pelo.... Honorio Hermeto Carneiro Leão, pretende, contra opinião do paiz, destruir, e que não conseguira, enquanto houver um Pernambucano, que aprecie a condição do homem livre, e não deseja entre nos o desejo paternal da Russia. Nessa disposição estava, no meio dos valentes Pernambucanos, a causa da liberdade contra a tyrania, quando soube q' minha propriedade havia sido invadida por uma quadrilha de..., de que é V. S. digno chefe, e que nella se havião praticado actos, que excedem a toda comprehensão, e que nem mesmo praticado nos paizes, que são regidos por uma dictadura. [...] O conselheiro Honorio desperado por vêr o seo orgulho abatido, não podendo fazer dispersar coluna do bravo capitão Pedro Ivo, sciente de haver eu entrado nas mattas com trescentos homens e das disposições firmes em que me acho de não largar as armas em quanto não for convocada uma Constituinte, unica taboa de salvação para o Brazil, julgou, que me poderia desarmar, praticando actos da mais requintada hostilidade contra minha propriedade, contra minha mulher, e finalmente (oh! malvadeza!) contra oito meninos de idade seis mezes a dose anos.³⁵⁶

A queixa do senhor de engenho Miguel Afonso Ferreira revelou o clima na província vizinha ao alegar os danos a seus bens mais preciosos quando frisou propriedade³⁵⁷. Ao mesmo tempo, em sua fala a revolta ainda permanecia acesa através da coluna de Pedro Ivo, trazendo a esperança de uma constituinte. O senhor de engenho em questão era aliado do capitão praieiro, ligado diretamente aos rebeldes (CARNEIRO, 1960, p.165).

Na edição seguinte o jornal liberou em sua primeira página na edição de 8 de janeiro de 1849, expressou rejeição da postura do presidente, que por defender os interesses da coroa, buscou meios “para extinguir por completo a revolta na província”, mas sobretudo por sua conduta durante as eleições, “exposto ao ponto de verem o estadista rebaixar-se vilíssima ação dos meios eleitorais”. Em alguns momentos um trocadilho com seu nome expressou a subserviência aos interesses dos conservadores, “Leão para os outros, e um carneiro para si”.

A partir disto figura de Pedro Ivo ganhou uma roupagem de resistência da causa liberal, da liberdade contra a tirania. O *Reformista* começou a abordar o capitão praieiro a partir de sua resiliência, ao manter viva a luta pelas reformas e pela constituinte. Seu nome foi evocado em um poema publicado na edição de 09 de fevereiro de 1850, intitulado “O brado do trovador”.

³⁵⁶ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Paraíba do Norte, 23 de dezembro de 1849. Nº 21.

³⁵⁷ A família, tendo em vista a dimensão dos pertences de um cidadão, homem de bem na sociedade oitocentista. O enquanto patrimônio do indivíduo tido enquanto respeitável, cidadão político para os parâmetros de uma sociedade patriarcal e escravagista. (CARVALHO, 2011; MAUZE, 2006)

Como prática comum do gênero de jornais políticos e literários, a linguagem foi um recurso para expor críticas³⁵⁸ ao presidente da província e legitimar a figura do rebelde. Selecionamos alguns trechos que evidenciaram esse aspecto da narrativa das figuras políticas em questão, como podemos observar:

Que cynismo! que crueza!
Oh que infamia!
que fraqueza!
Estremece a natureza Escutando um tal pregaõ!
As vidas de seos agente Pôz em termos insolentes De Pernambuco o Mandão!
Quem vá no campo arrostar
Os bravos, e batalhar.
Já não se atreve a mandar, Vendo as derrotas dos seos
Contra héroes da opossião Armando assassina mão, Presume o *homem leão*
Frustar decretos de DEUS!
A quem trouxer, morto, ou vivo,O guerreiro Pedro Ivo
Marca o preço-e deciviso Considera um meio tal!
Mas assim não ha de ser;
Nem o Brasil assim ver Seu *Garibaldi* morrer, Seu futuro general

O poema publicado originalmente no periódico baiano *Seculo*³⁵⁹, deixou claro em seu conteúdo o herói da causa liberal, comparando Pedro Ivo com Giuseppe Garibaldi³⁶⁰, em contraposição ao “cynismo” e “infamia” do presidente de província. Essa associação do jornal paraibano a tal figura icônica conhecida por “herói dos dois

³⁵⁸ Segundo Barbosa (2007, p.29-30) a literatura era sinônimo de belas letras que diz respeito a um conjunto de escritos, dentre estas cartas, narrativas de viagens etc. No que diz respeito aos jornais que se apropriaram desta descrição em suas capas, está associado à "eloquência, a poesia, a história, a crítica". Ou seja, a proposta de tais rimas fazia parte do universo do debate político que o jornal liberal assumia. No jornal conservador também encontramos o estilo sendo utilizado enquanto recurso, de modo geral, em tom jocoso às propostas de reformas e ideias defendidas do periódico opositor.

³⁵⁹ Neste ponto, podemos destacar o diálogo do *O Reformista* com outros periódicos no Império através de suas edições, dentre estes, *O Grito Nacional*, *O Jornal do Commercio*, *O Correio Mercantil*. Neste caso, do poema em questão, *O Século* era da província da Bahia e contribuiu com a discussão das últimas movimentações de Pedro Ivo até sua partida para o Rio de Janeiro.

³⁶⁰ De origem italiana, durante o exílio no Brasil participou da Guerra dos Farrapos ou Farroupilha em 1835, tornando-se um ícone do movimento de caráter separatista e republicano na província do Rio Grande do Sul.

mundos" constituiu a imagem de Pedro Ivo ao rol de protagonistas dos movimentos emancipacionistas da primeira metade do século XIX.

A figura de Nunes Machado também foi evocada na estrofe seguinte "Pelo heróe Nunes Machado, Da liberdade o soldado", figurado como mártir da revolta, apareceu no poema enquanto recurso para reiterar a resiliência do capitão rebelde. Isto aconteceu em outros momentos das edições do jornal liberal, evocando "seu phantasma ensanguentado do patriota", enquanto "um dos mais leaes subditos"³⁶¹ assassinado pelas forças do absolutismo.

Na edição de 16 de fevereiro de 1850 d'*O Reformista*, um soneto em homenagem ao seu aniversário foi republicado do *Correio Mercantil*; Nunes Machado "o herói morto" da revolta, ao passo em que o capitão Pedro Ivo "o herói vivo", que persistia na luta em prol de reformas.

Deste modo, o jornal se apropriou dos diferentes gêneros textuais; onde capitão Pedro Ivo tornou-se um importante protagonista das cenas finais da Revolta Praieira, o "herói dos catucás"³⁶². O processo de rendição do rebelde foi publicado n'*O Reformista* de 09 de março de 1850:

Corre à dias nesta cidade a noticia de que a revolta de Pernambuco está concluída, por que o capitão Pedro Ivo e seos companheiros cedendo as propostas, que lhe forão feitas pelo pai daquelle capitão, que estava completamente autorizado, e reconhecendo a improficiude da luta, resloverão dêpor as armas, e embarcar para a província da Bahia, cujo presidente tinha em suas mãos o decreto de annystia geral, que seria publicado.³⁶³

³⁶¹ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Parahyba do Norte, 21 de janeiro de 1850. Nº 24.

³⁶² O termo foi amplamente utilizado pelo jornal conservador e situado nesta configuração de insegurança e conspiração. Na edição da *A Ordem* de 14 de janeiro de 1849, em uma sessão do jornal chamada "Interior", um texto "Tendencias Catucás", reiterando a denúncia da edição anterior que engenhos e casas "dos magnatas da facção", eram defendidas de "sicarios", revelando um confronto no engenho Munguegue nas proximidades da capital da província, envolvendo indivíduos vinculados ao partido liberal, "os famigerados faccinoras Caiana, Guedes, Flores e outros" e o confronto a um destacamento de 36 homens liderado pelo delegado Dr. Manoel Tertuliano Thomaz Henrique e mais 20 praças da guarda nacional com o reforço do delegado de Santa Rita, que segundo a denúncia resultou em 1 morto e 3 presos, apreensão de clavinotes, armas e munição. No discurso do autor anônimo o reforço em associar os liberais a ações de desordem, violência e desobediência. Inclusive questionado "Sustentem agora Reformistas a innocencia dos seus, e digão este acto de desobediencia e immoralidade, e que aquelles faccinoras estavão ali discutindo as bases da Reforma". O fato é que tais argumentos expõem as supostas tendências dos liberais na província, baseadas na desobediência, da irregularidade. Interessante ressaltar que o delegado Dr. Manuel Tertuliano e o Sr. Flores em edições anteriores protagonizaram cenas de disputas quanto a retirada da licença em advogar, retaliação pela qual o jornal liberal devido a eleição na capital possuía caso exposto, e que torna questionável suas ideias de reformas, adequando o termo as circunstâncias revelam as tensões que perduram neste contexto no qual a revolta ecoou.

³⁶³ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Parahyba do Norte, 09 de março de 1850. Nº 31

O desfecho da revolta ganhou as páginas dos jornais liberal, demonstrando o arranjo envolvendo o pai do capitão Pedro Ivo para concretização da rendição do rebelde, o embarque para a Bahia e a dispersão dos revoltosos. A Revolta Praieira chegou a em suas cenas finais e em outro momento do texto insinuou o desgosto do presidente da província de Pernambuco Honório Carneiro Leão, que precisou recorrer à outra autoridade devido à sua inépcia em lidar com o foco rebelde.

Dias depois, o jornal conservador na edição de 12 de março de 1850 apontou sua versão dos acontecimentos em uma correspondência na sessão “Interior”, dedicada à situação do famigerado capitão Pedro Ivo supostamente a partir de fontes “fidedignas” da província de Pernambuco:

Passa certo, que a força de Pedro Ivo está debandada, e que elle se dirigio ao presidente de Maceió, em companhia do Pae, para ir ao Rio implorar á Clemencia Imperial; e por consequencia conta-se a guerra por aquelle lado acabada. [...] Parece chegado a seu termo a guerra civil que assolava essa província: Os bandidos das mattas de Agoa Preta, agora estão em completa debandada, faltos de recursos, e munições, restando-lhes somente (se é o que lhes restão) os remorsos de seos negros crimes [...]

A versão do jornal conservador revelou outra direção do capitão, no caso para a província de Alagoas, e reiterou o arranjo com o pai do rebelde expondo a localização de “Caetano Alves, Miguel Afonso Ferreira, e algum desertores se dirijem para Alagoas e apresentar-se ao Exm. Presidente da dita província”, e acrescentou que “muito provavel que as noticias da derrota dos bandidos das mattas desanime os dyscolos das outras Comarcas”³⁶⁴.

O tom assumido pela correspondência do jornal conservador ganhou teor irônico ao questionar a veracidade das informações que eram publicadas pelo jornal antagonista, pois “taes são as noticias que temos daquela província, noticias, que acreditamos se o Reformista nos consentir; pelo que pedimos-lhes, que quanto antes nos auxile com sua sagacidade critica para sahirmos do engano”.

Desse modo, a versão das cenas finais da revolta de Pernambuco entrou em disputa pelos jornais partidários. Contudo, o debate foi interrompido por um mês de silêncio por parte do jornal liberal. Na ocasião os redatores foram vitimados pela epidemia de febre amarela³⁶⁵que assolou diversas províncias; dentre estas, o jornal

³⁶⁴ Idem, p.03.

³⁶⁵A epidemia de febre amarela começou a ser noticiada no jornal A Ordem de 18 de fevereiro de 1850.Um texto para instruir a população com o título de “Saúde pública” trazia informações e medidas sanitárias para evitar a doença indicadas pelo Conselho Geral de Salubridade Pública, originalmente

cita Pernambuco, Bahia e o Rio de Janeiro³⁶⁶. Após a paralisação das atividades em 16 de março, o jornal ressurgiu em 27 de abril de 1850, quando explicou que "O Reformista não tem sido publicado a dias, alem de motivos ponderozos, que a isto derão lugar, por que forão atacados das febres todos quantos concorrem para sua publicação".

Nesta edição a revolta foi retomada pelo artigo "Os Revoltozos de Pernambuco", o qual apresentou mais detalhes do processo de rendição de Pedro Ivo e mais "11 companheiros", confirmado a saída de Alagoas para a Bahia em busca de intervenção do governo. A linguagem ao tratar dos rebeldes foi notoriamente diferenciada, tratados como heróis, ovacionados na província da Bahia, com visitas importantes da "governança" e sendo homenageados em jantares. Enquanto prova de tais afirmações, uma carta anexada à notícia descreveu os passos dos rebeldes:

No dia sabbado de Aleluia aqui chegarão o capitão Pedro Ivo, Miguel Afonso de capobres outros, ao todo 11 pessoas vierão de Maceió na charrua Carioca e remettidos, ao que dizem pelo presidente d'aquela província [...] Disem mais que estão annistiados: e nem outra coisa se pode crer; visto que eles estão soltos e livres, são vizitados e vizitão as pessoas importantes daqui, jantão com o presidente, andão no carro deste && Taes são as coisas deste mundo! Pedro Ivo era a pouco caudilho, dezertor, ladrão e assassino, e hoje esta recendo todas essas ovações e parece que nada aconteceu em Pernambuco.³⁶⁷

Ao relevar a situação do capitão rebelde, conferindo-lhe uma certa dignidade ao prisioneiro, o jornal assumiu o posicionamento contrário do noticiado pelos

publicada pelo *Diário de Pernambuco*. Dentre as recomendações do conselho estavam regras de higiene, asseio com lugares e alimentação, ventilação dos ambientes, entre outras instruções orientando a população da capital. Interessante apontar que Pai de Maximiano Lopes Machado padeceu da febre, seu falecimento foi publicado em uma nota pelo jornal O Reformista em 16 de março de 1850, inclusive posteriormente a essa edição os envolvidos na publicação do liberal jornal são acometidos pela doença paralisando suas atividades e retornando apenas em abril. Em homenagem ao Sr. Manoel Lopes Machado, uma nota na última página informava a morte do pai do rebelde em Pernambuco no dia 05 de março em Olinda, um soneto fúnebre acompanha a homenagem, no qual o nome do liberal foi associado ao desembargador Nunes Machado, a relação dos sobrenomes evocada para engrandecer as figuras do partido liberais. Manoel Lopes Machado participou do debate nos jornais após a Revolta Praieira.

³⁶⁶ Irineu Pinto (1977, [1916], p.197) transcreveu o relatório apresentado à Assembléia Provincial pelo o presidente José Vicente de Amorim Bezerra, fazendo a descrição do cenário geral em que a província se encontrava "Sabeis, Senhores que pouco depois que tomei conta da Administração desta Província, foi ella acometida do flagello da peste, desenvolvendo se a febre amarella, que tantos estragos causou em outras Província do Imperio, ceifando preciosas vidas". No relato do presidente, a epidemia iniciou na capital e posteriormente espalhou pelo interior da província, os primeiros casos foram "nas tripulações dos navios estrangeiros", e aponta a medidas tomada para combater a epidemia, dentre estes, a construção de um local para receber os doentes, distribuição de remédios para a população pobre nas boticas da capital, entre outros. Deste modo, visualizamos um cenário pós revolta na província que vivenciava um cotidiano precário e epidêmico.

³⁶⁷ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Parahyba do Norte, 27 de abril de 1850. Nº 33.

ordeiros. Desta forma, o interessante neste último momento eram as condições de tratamento dos rebeldes. Um esforço dos liberais em conferir um aspecto mais honroso ao “herói”.

Em resposta ao jornal liberal, *A Ordem* publicou na primeira página da edição de 13 de maio de 1850 uma carta “de pessoa fidedigna” na qual a situação dos rebeldes apareceu de forma diferente; narrando que o rebelde estava isolado: “Pedro Ivo está morando na Solidade, e mais outros os quaes vivem isolados: não forão vistados por pessoa alguma; todos os lados os lados politicos o aborrecem; e estao muito descontes, e fallando muito mal da Bahia”³⁶⁸. Neste caso, os conservadores apelavam para Pedro Ivo enquanto um criminoso.

Neste ponto, o jornal admitiu que não importava a condição dos prisioneiros, tendo em vista uma opinião formada sobre os “anarquistas/desordeiros”. E questionou a recepção dos rebeldes na província baiana, tendo enquanto parâmetro fontes de “homens imparciais” e “alguns periódicos, tanto de Pernambuco, como de outros províncias”, apontando o objetivo do jornal liberal paraibano, que na verdade tinha a intenção de “certamente nos persuadiremos que o Pedro Ivo teve essa ovação na Bahia”³⁶⁹.

De modo geral, o que nos chamou atenção foi o espaço que o agente político ganhou nos jornais, e a ênfase ao processo de rendição do rebelde³⁷⁰. As cenas finais da revolta, deste modo, entraram em disputa a partir da narrativa das versões da prisão dos últimos rebeldes por ambos os periódicos partidários. E ocorreu um arranjo para a rendição dos últimos homens em armas em Pernambuco, mantendo vivo o debate das reformas através de uma Assembleia Constituinte até a completa rendição dos rebeldes.

Após meses de resistência nas matas de Água Preta e várias tentativas por parte do então presidente da província de Pernambuco Honório Carneiro Leão em sufocar a revolta, foi designada uma força liderada pelo general Coelho para esmagar

³⁶⁸ Hemeroteca digital. *A Ordem*. Parahyba do Norte, 13 de maio de 1850. Nº 43.

³⁶⁹ Idem, p.01.

³⁷⁰ Uma carta do Pedro Ivo publicada originalmente no *O Século*, ganha as páginas do jornal liberal paraibano no dia 05 de junho de 1850, para reafirmar a condição da estadia do capitão praieiro na Bahia. No documento o rebelde, por não ter tido tempo de despedir-se agradece pelas visitas e acolhimento durante a estadia na província. Vale salientar que na mesma carta, o rebelde revela que a melhor proposta de rendição teria sido a proposta pelo presidente da província de Pernambuco Carneiro Leão em 03 de maio de 1850. Seus aliados apresentaram um requerimento à Assembleia Legislativa da província pernambucana em 11 de maio de 1850, questionando alguns dos pontos postos para esclarecimento, dentre estes, as condições da anistia e sua extensão para “esquecimento.

completamente seu último foco. O tenente-coronel Pedro Antonio Velloso da Silveira, pai do capitão praieiro, apresentou-se para negociar com o filho e após o ataque das forças legalistas ocorreu a dispersão do grupo que ainda resistia na região (CARNEIRO, 1960, p.165).

Pedro Ivo, Miguel Afonso, e outros seguiram para corte na Guanabara e foram conduzidos à fortaleza de Santa Cruz. O capitão foi “condenado, por deserção e rebeldia, à expulsão das forças armadas e à morte por enforcamento, mas a pena foi reformada pelo Conselho Militar para dez anos de prisão numa fortaleza ou praça de guerra” (CARNEIRO, 1960, p.165). Contudo, recusou a pena e a proposta de anistia³⁷¹ e posteriormente com auxílio de correligionários escapou da prisão mantendo-se escondido até ser declarada sua morte a bordo da barca italiana Vesuvio, quando fugia para a Europa (CARNEIRO, 1960, p.166).

Através do General Mello em seu livro “Chronica da Rebellião Praieira”, publicado em 1899, nos deparamos com a ideia de Pedro Ivo enquanto o herói da revolta. E ao menos no que diz respeito ao debate da imprensa paraibana. O agente político foi construído enquanto um ícone remanescente da Revolta e da possibilidade de uma constituinte pelos liberais. Ou símbolo da desordem e anarquia pelos conservadores. Com a prisão do capitão praieiro, a revolta finalmente terminou e constatamos as disputas estabelecidas pelas narrativas das versões sobre a trajetória do rebelde à corte no Rio de Janeiro e os arranjos para sua rendição em 1850.

A esta altura, *O Reformista* foi substituído pelo *Argos Parahybano*. Contudo, pelo a revolta e as reformas continuaram sendo pautas nos debates destes agentes políticos. Porém, outro evento em meio a este cenário conturbado após a Revolta Praieira ganhou destaque, temática por diversos momentos no acirrado debate destes jornais; afinal, o que estava em jogo agora eram as eleições.

5.3 As Eleições de 1849: disputas entre liberais e conservadores nos jornais da Paraíba do Norte

Segundo Graham (1997, p.141) as eleições eram constantes: “ocupavam a atenção das comunidades locais quase todo o tempo”, podiam ser contestadas,

³⁷¹ O jornal liberal na edição de 19 de junho de 1850, mencionou que Pedro Ivo não teria aceitado a anistia por não ter sido oferecida para todos os envolvidos de forma geral, pois “a rejeição, que fez da anistia pela razão de não ser geral conforme as promessas eseguranças dadas”.

anuladas e realizadas novamente. Pela frequência, tornou-se elemento importante da cultura política do Império, preocupação recorrente na vida local e motivo de interferência no cotidiano de diversos indivíduos. No segundo capítulo, observamos as disputas internas entre os liberais da província pelas vagas de deputado geral e provincial nas eleições de 1847. De um lado, o presidente Frederico Campos e o Secretário de Governo Felizardo Toscano, tendo em quanto representante na cidade de Areia, o juiz municipal e delegado o Dr. Maximiano Lopes Machado; do outro, as lideranças do partido liberal da cidade Santos Leal e Vicente Borges.

As denúncias nas correspondências do jornal *O Tribuno* de Antonio Borges da Fonseca foram parte do contexto geral exposto pelo periódico em questão. Afinal, em diversos momentos o processo eleitoral de Pernambuco ocupou suas páginas e foi tema abordado constantemente pelo redator, inclusive através de folhas avulsas com reivindicações bem definidas, como apontamos anteriormente.

Desta forma, quando nos aprofundamos no contexto da revolta, as eleições são temas recorrentes no cotidiano das províncias. Em Pernambuco essa relação íntima com as eleições foi enfatizada no testemunho de Urbano Sabino de Mello em *Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco* (1849), no qual aponta as irregularidades e violência ocorridas, seja para os cargos de juízes de paz³⁷² e vereadores municipais, ou na disputa pela Câmara dos deputados e Assembleia Provincial em 1849. E nisto a revolta legitimou as ações do governo contra os liberais em toda província, pois após o conflito o que estava em jogo para estes agentes políticos eram as eleições (MELLO, 1849, p. 249).

De modo geral, o cenário narrado pelo praieiro configurou os processos eleitorais a elementos comuns: corrupção, perseguições e violência. Isso sugeriu que

³⁷² Essas disputas pelas eleições nas diversas instâncias também dizem respeito ao que ocorria na Paraíba do Norte. No Relatório apresentado à Assembleia Legislativa de 01 de agosto de 1849, João Antonio Vasconcellos no item sobre a Tranquilidade Pública da província aponta que as Eleições para as Câmaras e Juízes de Paz para o novo quadriênio - tendo em vista que era cargos ocupados por quatro anos, foram tumultuadas em Alagoa Nova distrito de Campina Grande e na Bahia da Traição, distrito de Mamanguape. No primeiro o motivo alegado que "em consequencia de desavenças entre partidos" e no segundo a eleição teve que ser adiada pelo sumiço do cofre que guardava a urna no terceiro dia de trabalho, adiando o processo para 14 de outubro de 1848. Para o presidente "o facto referido, e sua circunstancia, do qual mandei tomar conhecimento, revela animosidade dos partidos, que em tempo de eleições se irritão a ponto de romperem em ameaças e taes". Neste mesmo processo de escolha dos juízes de paz e os vereadores, as eleições das freguesias da Vila de Souza situada na terceira comarca e de Independência na segunda comarca foram anuladas. Ou seja, os processos eleitorais na província paraibana, independente dos cargos que eram disputados, se mostraram tumultuados. A revolta, deste modo, tornou-se mais combustível para as contendas entre os agentes políticos na Paraíba do Norte.

as disputas políticas nos Tempos da Praieira foram configuradas na mistura entre revolta, disputas por cargos públicos e eleições; um elemento, associado ao outro, constituindo uma amalgama³⁷³. E quando tratamos das eleições, a rua tornou-se novamente espaço/arena das disputas; a força foi imposta pela ambição de êxito nas urnas, no *corpo a corpo* dos agentes políticos por espaços importantes de poder.

Esse aspecto também foi percebido na província paraibana, pois tornou-se evidente que quando o jornal liberal *O Reformista* surgiu na arena da imprensa, dois dias antes das eleições primárias em agosto de 1849, possuía dentre seus interesses trazer à tona detalhes do processo eleitoral. Além de ecoar a ideia de reformas, o periódico que tinha por objetivo dar voz ao partido liberal na província trouxe em suas páginas a pauta das eleições e suas irregularidades em todo o território.

O clima estabelecido pela Revolta Praieira configurou um efeito decisivo no processo de mudanças de cargos, aliado ao argumento de tranquilidade pública usado pelo governo conservador diante da suposta ameaça de “sedições”. Deste modo, estruturou o controle dos espaços importantes de decisão, inclusive de atuação nas eleições, começando pela Guarda Nacional³⁷⁴.

Como apontamos anteriormente, a ideia de tranquilidade pública foi o argumento central da defesa do jornal conservador em legitimar as ações do presidente da província, que consequentemente assumiu o protagonismo das críticas do jornal liberal por seu posicionamento em favor da facção rival e principalmente por supostamente não assumir a neutralidade que havia prometido ao chegar à província³⁷⁵.

Junto ao presidente João Antonio Vasconcellos, outros agentes tornam-se alvos das denúncias, tendo em vista obviamente o processo eleitoral; dentre estes, incluímos alguns membros do partido liberal que aproveitaram o ensejo das perseguições e tornaram-se dissidentes, passando para o lado do partido conservador. O caso da exposição do Guarda Mor Jozé Luiz Nogueira de Moraes por *O Reformista*. Em uma nota, o jornal sob título de “O Guarda Mo'r e seos

³⁷³ O termo nos pareceu apropriado tendo em vista a fusão da revolta e o processo eleitoral no contexto, compondo assim o cenário geral do que chamamos de Tempos da Praieira.

³⁷⁴ Após a revolta, as mudanças de cargos na Guarda Nacional estavam legitimadas pela falta de pessoas de confiança em determinados espaços, pois de acordo com o conservador José da Costa Machado não havia um oficial confiável ao governo. E isto, estava intimamente relacionado com a necessidade de vantagem nas eleições em questão, aspecto que foi estabelecido com o aparelhamento promovido por João Antonio Vasconcellos. (COSTA, 2013, p.150).

³⁷⁵ Apresentamos a discussão sobre a conduta do presidente da província João Vasconcellos no primeiro item deste capítulo, amplamente criticado pela os liberais em diversos espaços.

subordinados", Nogueira Morais, foi referido como um deserto do partido liberal, ou seja, o termo político vulgar de "vira-casaca", uma estratégia com o objetivo de manter no cargo com a ascensão do partido conservador. E isto diz respeito, sobretudo, por sua conduta a favor do governo durante o processo eleitoral, sendo acusado de chantagear seus subordinados na tentativa de angariar voto, ausentar-se de suas funções na alfândega, e até de demitir funcionário.

Este tipo de prática, bastante recorrente nas relações em torno dos conchavos eleitoreiros no Império, revelando dinâmicas bem tensas, além de uma série de ações tomadas devido os recentes eventos relacionados à revolta: ameaças, remoções de cargos e prisões tornaram-se supostamente o *modus operandi* do governo conservador. Como observamos na edição de 15 de agosto de 1849 do jornal liberal que denunciou uma série de condutas assumidas pelo Governo durante o processo eleitoral:

Desde que o systema reprezentativo tem vigor entre nos, ainda a capital da Parahiba, não dizemos bem, ainda a província da Parahiba não tinha prezeniado uma luta tão encarniçada entre o governo e o pôvo, como a que acaba de ter lugar por occziaõ das elições. Não houve um só meio, um só recurso, que podesse concorrer para triunfo do governo, de que elle não laçase mão, e isto por mais violento, por mais ilegitimo e indigno, que fosse. Mas tam bem ainda não se tinha visto maior rezignação para soffrer seos direitos, como a que acaba de ter o pôvo Parahibano! Massacrado, perseguido e violentado, elle soube sempre sustentar sua dignidade, e não desmintio um só momento seos honrozos precedentes! Qual quer que fosse o rexultado das eleições era sempre honrôzo para o partido liberal da província da Parahiba, que, compremido como se acha, apresentou- se, não obstante, com a maior coragem a disputar as eleições contra as baionetas do sr. Vasconcellos! Nas vesporas do dia da eleição a subdelegacia expedio ordem de prisão contra alguns cidadãos, que tinhão cometido o grave crime de andar cabalando a favor da oppsozião; e tendo-se-lhe ido fallar para revogar uma ordem semelhante respondeu,- que elle tinha por obrigação manter a liberdade do voto, e que tanto não podia consentir, que essas cabalistas estivessem violentando os cidadãos vontantes extorquindo-lhes seos votos!!! Ao publico, deizamos a apreciação de tão hipócrita, quão escarnicedôra lingoagem!³⁷⁶

Deste modo, de acordo com o jornal e evidentemente seu lugar de interesse, o novo cenário instaurado ditou as relações de poder por meio de subornos e aliciamentos de votos, entre outras práticas identificadas no conteúdo desta denúncia. Neste ínterim a Alfândega, noticiada na denúncia ao Guarda Mor Jozé Luiz Nogueira de Morais, tornou-se alvo novamente na edição seguinte, reiterando o desvio do órgão e seus funcionários para promover campanha em prol ao governo, negligenciando

³⁷⁶ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Parahyba do Norte, 15 de agosto de 1849. Nº 02.

suas atribuições nas repartições. Este aspecto apontado pelo jornal convergiu com o poder de coação e o meio pelo qual o grupo no poder moldou o resultado das eleições a partir dos cargos públicos ocupados.

A denúncia baseou-se, sobretudo, no uso da instituição para fins eleitorais, o mesmo ocorreu com a Guarda Nacional, como apontamos anteriormente, pois “o objetivo de garantir a ordem separava-se do objetivo de vencer uma eleição apenas por um tênuo fio” (GRAHAM, 2007, p.120). Desta forma, neste contexto na Paraíba do Norte, a mistura explosiva da revolta e eleições repercutiu em suas instituições dando contornos a tensa disputa entre os partidos na província.

Outras supostas estratégias foram apontadas pelo jornal, como prisões ordenadas “por motivo de eleição”, o uso da força policial e constrangimento. Mas o auge desta edição foi a narrativa construída para descrever a confusão que ocorreu no processo eleitoral a partir da suspeita de fraude e o roubo de cédulas nas eleições primárias de 05 de agosto:

Organizada a meza ficarão sendo membros della os srs. Major Manoel Rodrigues de Paiva, e Jozé Luis Lopes Bastos, como Eleitores; e Francisco Ignacio Peixoto Flores e Jozé Ribeiro Guimarães como Suplentes. Deo-se o princípio ao recebimento; e quando chegou a occaçao de ser rejeitada huma sedula por não ser a pessoa, que a apresentava a mesma, que estava qualificada, os homens da governança apresetarão-se como furiosos; a confuzão foi extraordinária; o Subdelegado, que não largou o lado do Juiz de Paz, assim como o outro lado estava o agente cabalista do Cabedello Sr. Capitão Luis Estanislão, batia em cima da urna, e dizia -que ali não entraria outra sedula em quanto aquella não fosse recebida;- e ouvia- se constatimnte - quando a meza desconhece a os Cidadãos, estes tem o direito de desconhecer a mêza!³⁷⁷

A cena retratada implicou na postura dos conservadores que, sob suspeita da procedência de um eleitor, tendo sua cédula rejeitada pelo então presidente Dr. Felizardo Toscano, e contrário à decisão do juiz de paz, procedeu para interromper a votação³⁷⁸. Desta modo, a cédula falsa teria sido o estopim para as facções se digladiarem verbalmente e fisicamente durante a votação primária, expondo algumas cenas interessantes que constituíam práticas da cultura política local.

Desta forma, o jornal liberal apontou a figura de Joaquim Manoel Carneiro da Cunha³⁷⁹ (que neste momento de sua carreira política atuava do partido conservador),

³⁷⁷ Idem, p.02.

³⁷⁸ Segundo Graham (1997, p.184), os grupos políticos praticam diversas modalidades de fraudes, a leitura errada de uma cédula, roubo de cédulas, alteração das atas, escravos substituem eleitores, votantes inserir mais de uma cédula na urna, entre outros meios de fraudes para garantir o resultado favorável para determinada facção.

³⁷⁹ Notório político paraibano no contexto do século XIX, pertencente à tradicional família Carneiro da Cunha. Foi deputado geral nas 2^a (1830-1833), 5^a (1843-1844) e a 8^a (1850-1852) legislaturas. E deputado provincial na 2^a (1838-1839) legislatura. Esteve presente representando a Paraíba na primeira Assembleia Constituinte em 1823. Esteve presente na Revolução de 1817 e em 1823

filho de uma das famílias mais influentes da província, partidário do movimento e eleito novamente deputado na 8º legislatura da Assembleia Geral (1850-1852) no lugar do Dr. Trajano Chacon da cidade Areia. O agente político tornou-se um dos alvos das críticas do redator do reformista, sendo referenciado de forma pejorativa enquanto o “botafogo” mais furioso neste evento:

Não é possível referir-se tudo quando nessa occasião se passou! Os gritos, as ameaças, as descomposuras mais asquerozas contra o Juiz de Paz, e mais membros da meza sucedião-se com uma rapidez incrivel; e é para notar-se que o sr. Joaquim Manoel Carneiro da Cunha fosse o botafogo mais furioso, que ali se apresentou; fosse o que mais se distinguiu em gritar-acaba-se com essa meza, bote-se para fora esse Felizardo! No meio de todo esse tumulto, e dos maiores ameaços, a meza conservou-se firme no seo posto, e o sr. Doutor Felizardo, como Presidente della, mostrando sempre a maior prezença de espirito, e todo sangue frio, declarou, com voz forte - que a mesa não recuava um só passo diante do cumprimento de seos deveres, e que não cedia ja mais do seos direito; que se dezinganassem a quelles, que a procuravão aterrar, que ella só largaria os lugares, em que a lei a tinha colocado, de pois que seos membros fossem arrastrados para as cadeias, ou assassinadas!³⁸⁰

Neste novo cenário político definido pela Revolta Praieira na província da Paraíba, a disputa envolveu justamente a liderança do partido conservador contra o redator reformista e juiz de paz no pleito, o Dr. Felizardo Toscano de Brito, presidente responsável pela mesa, cargo que ainda ocupava da herança do domínio liberal. O debate gerado pelos jornais antagonistas revelou que a sessão se tornou uma verdadeira balbúrdia, com gritaria, xingamentos e ameaças, tendo o presidente Toscano de Brito que intervir com “ameaças de morte” para restabelecer a ordem.

Em defesa, o jornal conservador apontou o perfil de mentiras e difamações da imprensa liberal em todo Império, em publicação assinada pelo pseudônimo “O

manifestou-se contra a dissolução da Assembleia e aderiu à Confederação do Equador em 1824. O movimento eclode devido às discordâncias as medidas centralizadoras assumidas pela Corte no Rio de Janeiro. Em 1824 algumas províncias do “Norte”, dentre elas a Paraíba, decretam um “governo autônomo, de tendência Republicana e federalista”, após a dissolução da Assembleia Constituinte de 1823. Segundo (Mariano, 2005, p. 209) o debate promovido pela assembleia “girou em torno do poder real, de uma monarquia constitucional e da preponderância do Executivo sobre o Legislativo”. Joaquim Manuel Carneiro da Cunha ao representar a Paraíba do Norte, discursou em defesa de um governo constitucional atrelado a monarquia, sugerindo a autonomia das províncias através da criação de Assembleias Legislativas.

³⁸⁰ Segundo Graham (2007, p.150), o juiz de paz era uma figura inferior na “pirâmide judiciária” e por muitos momentos aparece enquanto único representante do sistema hierárquico da paróquia. Na análise do autor, o juiz de paz ocupa protagonismo no teatro das eleições “orgulhosamente adornado com a faixa do cargo”. A importância do cargo já foi abordada em outros momentos da nossa tese. O curioso nesta situação foi o lugar de ocupação dado ao Dr. Felizardo Toscano de Brito, reiterando a versatilidade da atuação deste agente político, além de protagonizar a cena, certamente o autor do debate que se propagou na arena da imprensa partidária.

Imparcial", com o título de "A imprensa Oposicionista". Em seu argumento igualou os jornais da Corte e de Pernambuco, igualmente caluniosos, como podemos observar:

O fim principal dos escriptores da oposição invertendo, e adulterando os factos é calumniar o Governo, seus agentes, e áqueles de seus adversarios, que lhes fazem sombra, e que por seus serviços, e conceito publico, podem inutilisar os meios de que lanção mão para outra vez empolgarem o poder, e repartir entre si os bons nacos de pão de ló, assim o Mercantil da corte, o Diario Novo de Pernambuco, e agora o Reformista da Parahyba, que antes de dizer-nos em que julga precisa a reforma, se nos costumes, se nas leis, se na constituição, estreou sua carreira contando a seu geito a historia da eleição da capital e de alguns collegios, sem se importar com a inexactidão de semelhante declamação:na da eleição da capital, alem de muitas contradicções em que cae, diz, para ferir o Sr. Carneiro da Cunha,- é de notar-se que o Sr. Joaquim Manoel Carneiro da Cunha fosse o maior botafogo, que ahi apareceu: - o Sr. Carneiro da Cunha apareceu na Matriz no 1.º dia 5 de Agosto já tarde, e como não fosse chamado, retirou-se conservando-se o pouco tempo, que ali esteve longe da mesa, e sem uma só palavra proferir, sem caballar, sem persuadir a ninguem para trocar sedulas³⁸¹

Na fala do jornal conservador as intenções do opositor eram claras, tendo em vista "estrear" justamente no período das eleições. Ou seja, a ideia de que um dos motivos do surgimento do periódico liberal foi justamente a eleição. Algo plausível diante do debate levantado pelo jornal opositor. A imprensa era o espaço usado por estes agentes políticos para manifestarem suas inquietações.

Outro ponto tocado pelo Imparcial foi a defesa da honra de Carneiro da Cunha. Que apareceu na cena narrada pelo *O Reformista*, e enfatizou a questão das cédulas, implicado na conduta fraudulenta que marcou o pleito. A exposição ainda tomou outro âmbito, conduzindo as acusações a um coronel português conhecido por Carvalho, que chegou no segundo dia do pleito eleitoral acompanhado de nove escravos chamados de capoeira³⁸² para a votação. De modo geral, "violência e eleições caminhavam juntas", real ou apenas como ameaça, surtiam os efeitos necessários para garantir autoridade nestas relações de poder (GRAHAM, 2007, p.166).

A ideia desta denúncia partiu da mesma narrativa geral no perfil do jornal ordeiro, associando os liberais à violência, desordem a sedição e revolta. A denúncia continuou com o objetivo de enaltecer o político conservador:

³⁸¹ Ibidem, p.02.

³⁸² Entendemos que sejam escravos lutadores, normalmente utilizados de guarda-costas, certamente para intimidar ou garantir os interesses de seu senhor pela força, afinal, a violência foi parte da conduta política destes agentes. Segundo (Graham, 2007, p.180) em 1840 há relatos de escravos que se passaram por eleitores legítimos. Embora não possamos aprofundar a atuação destes indivíduos, devemos considerar a participação e protagonismo no processo eleitoral, em alguns momentos tornando-se peça fundamental para impor a força ou até mesmo nas fraudes.

“[...] o Sr. Carneiro da Cunha, disse com calor e vehemencia, que ella era a causadora da desordem, que tinha havido, mas não dirigio insultos a ninguem, como afirma o Reformista, e nem por se fallar com mais ou menos acrimonia merece-se o titulo dado pelo Reformista de furioso bota fogo. bem moço era o Sr. Carneiro da Cunha, quando fôi aqui membro da junta do Governo, e alem dos serviços, que fez á Independencia de seu paiz, sempre tractou a todos com urbannidade, chegando a ponto até de tractar com toda a consideração a alguns que contra elle tinham jurado, e em todos os momentos de perigo sempre mostrou coragem, e sempre proclamou a paz e a ordem; nunca pela imprensa atacou a algum cidadão, embora de credo diferente, e sempre se tem pronunciado contra os desvios da nossa imprensa, que em lugar de moralisar o Povo, o desmoralisa em nogentas descomposturas, contenha-se pois Reformista [...]”³⁸³

O tom usado pelo “Imparcial” argumentou a índole e atuação histórico de Carneiro da Cunha. Um fiel representante da Constituição, pois o deputado participou ativamente da primeira Assembleia Constituinte de 1823, fazendo parte da junta governativa e que posteriormente em 1824 aderiu à Confederação do Equador (MARIANO, 2005; SANTOS, 2014). A tradicional família³⁸⁴ e o passado do seu estimado combatente dos movimentos de 1817 e em 1824, evocados na denúncia, tornando-se referências no argumento do autor ordeiro ao constituir a imagem do renomado político que lutou pela Constituição desde sua concepção.

Contudo, em contraposição, ficou em ênfase no jornal liberal seu comportamento violento, desrespeitoso contra o juiz de paz Felizardo Toscano. Dois pontos nesta disputa nos chamaram atenção: primeiro, nas narrativas criadas pelos jornais em defesa das lideranças políticas, onde ficou claro a ideia d’O Reformista sugerindo a arena da imprensa para garantir outra instância das disputas na província dando voz ao partido liberal. E trouxe à tona a necessidade de debater as eleições, sobretudo, diante das sucessivas perdas do partido liberal no contexto posterior ao conflito armado.

De modo geral, nos Tempos da Revolta as eleições movimentaram os esforços destes agentes políticos. Senhores e capangas disputaram a urna literalmente. Nos dias seguintes um clima de tensão, ordens de prisões e confusões em outros pontos da capital, ao menos no que diz respeito às denúncias retratadas no jornal liberal. Uma série de vivências motivadas pelas demandas políticas, tendo seu desfecho o rumor de uma possível tentativa do roubo da urna:

³⁸³ Hemeroteca digital. A Ordem. Parahyba do Norte, 20 de agosto de 1849. Nº 01.

³⁸⁴ Sobre a família Carneiro da Cunha neste contexto dos movimentos de 1817 e 1824 ver Mariano (2005).

Certo os homens de poder, de que tinhão perdido as eleições, tencionarão, segundo é voz publica, roubar a urna na noite do mesmo dia 7; e uma tal noticia fez reunir na Igreja mais de 80 cidadãos, que estavão dispostos a não se deixar vencer por semilhante meio. O juiz de paz, que teve denuncia de que o roubo da urna se premeditava, não quis sacrificar tantos cidadãos, e, requizitando as 9 horas da noite a força de 10 homens sob o comando de um official, entregou assim ao governo a guardar da urna. Esse passo prudente fez desaparecer da Matriz aos muitos do partido saquarema, que ali se achavaõ, e tirou da oppozião a responsabelidade de qualquer attentado, que por ventura tivesse lugar.³⁸⁵

Uma prática comum, afinal, nas eleições para juízes de paz houve algo semelhante, como foi relatado pelo então presidente da província João Antonio Vasconcellos. Novamente o artifício foi cogitado, terminou por envolver diversos indivíduos para garantir a segurança dos trabalhos eleitorais. De acordo com a mesma edição, no dia 12 a ata foi lavrada e o resultado favorável ao partido liberal; em tom triunfante o redator questionou se o presidente estaria arrependido por ter atuado ao lado dos conservadores.

Na lista publicada dos eleitores vencedores pelo jornal, o próprio Felizardo Toscano de Brito apareceu em segundo lugar com 276 votos. As edições seguintes de ambos os jornais denunciaram os incidentes do processo das eleições primárias, ou seja, para eleitores, nas diversas localidades da província. Segundo as denúncias dos liberais, na freguesia de Santa Rita o processo teria sido marcado por “coação; se tomava qual quer deliberação era obrigada a revogá-la, por que as facas de pontas e os punhaes lhes eram apresentados”; na paróquia onde ocorreu o pleito “assassinos armados de bacamartes, e espadas, assim como tam bem a policia, cuja a tarefa era tirar, a fôrça, a sedula do vontante, e substituirl-a por outra”³⁸⁶

Em Cabaceiras, na noite anterior à eleição, integrantes do partido liberal foram recebidos à bala pelos homens do governo e o irmão do juiz de paz da região ficou ferido no ataque. Na vila de Campina Grande as eleições foram adiadas para o dia seguinte; o jornal apontou que o juiz municipal da Capital, o Dr. Manoel Tertuliano foi enviado há quase dois meses para a localidade para “deregir a eleição” pois “rezolveo não arriscar, pois que tinha certeza de perder”, e criou outra mesa dentro da mesma paróquia para ser presidida pelo juiz do governo. Na freguesia de Alagoa Nova, a mesa ocupada por maioria do partido liberal sofreu atentados, ameaçando a vida do Dr. Francisco Ignacio de Souza Gouveia³⁸⁷.

³⁸⁵ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Parahyba do Norte, 15 de agosto de 1849. Nº 02.

³⁸⁶ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Parahyba do Norte, 15 de agosto de 1849. Nº 02.

³⁸⁷ Idem, p.04.

Em Pilar, desde junho os conservadores colocaram em prática estratégias de dominação da polícia através da “nova oficialidade da G. N”, durante este período até o dia da eleição “essas duas potencias combinadas se empregaram em notificar todos os votantes, e, em nome do Governo, impor-lhes o dever de votar pela lista, que lhes autoridades, impunham”, a resistência dos votantes implicou em ameaças de “processos, prisões, recrutamento, e toda casta de iniquidades”³⁸⁸.

No dia 04 de agosto a casa do tenente-coronel liberal Saturnino supostamente foi atacada por homens do governo; segundo os rumores, as ordens do presidente da província eram que conservadores deveriam vencer as eleições “fosse como fosse”³⁸⁹. O clima exposto, desta forma, assumiu a força enquanto principal mecanismo para obter a vitória no processo. Contudo, importante enfatizar que a violência nos processos eleitorais foi estabelecida de forma generalizada pelas facções rivais, embora no discurso fosse recriminada por ambos os lados; porém, “se a fraude malograva, os concorrentes recorriam à força” (GRAHAM, 2007, p.184).

Areia, palco da Revolta Praieira também seguiu a mesma dinâmica de outras localidades da província durante a eleição primária. De acordo com a correspondência publicada em 24 de setembro de 1849 de Francisco Jorge Torres Junior, o membro da mesa paroquial de Areia foi supostamente impedido de anotar irregularidades na ata de votação, que foi levada com o livro da apuração para a casa do secretário, Sr. Joaquim Jozé Henriques da Silva. Posteriormente Torres Junior foi chamado a casa do então delegado Delfino Soares e narrou:

e ahí, estando presente os mais membros da Meza, pedirão-me, que prestasse a minha assignatura no livro em que estava lançado a acta, e já por elles assignada, ao que prestei-me, e quando antes da assignatura hia principiando a declarar as irregularidades que tinha observado, opozerão-se os mais Membros da Meza a esse minha intenção, tirando-se-me o Livro das das mãos, e dizendo-se-me, que nem na acta e menos no Livro se consentia declaração alguma, e que eu seria multado.³⁹⁰

Para Francisco Torres Junior, a mesa foi organizada de forma irregular, devido ao impedimento da primeira turma que composta pelos rebeldes Luis Vicente Borges, Manoel Joaquim dos Santos Leal e Joaquim Gomes da Silva. Contudo, o presidente da mesa, o juiz de paz sr. Francisco Fialho Lins, ao perceber os membros do partido liberal, nomeou outros suplentes infringindo a lei. Sob estes aspectos, a denúncia da

³⁸⁸ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Parahyba do Norte, 31 de agosto de 1849. Nº 04.

³⁸⁹ Idem, p.03.

³⁹⁰ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Parahyba do Norte, 24 de setembro de 1849. Nº 07.

conduta assumida pelas autoridades locais na cidade de Areia e implica a consequência da adesão na revolta aos membros do partido liberal citados, impedidos de assumirem seus cargos durante o processo eleitoral. E revelou a articulação conduzida pelos conservadores para garantir a vitória.

A mesma denúncia apontou outro aspecto da eleição na cidade de Areia, o uso da força para coagir os votantes,

passou-se a o recebimento das Sedulas, não pelo modo em que estavão collocados os nomes dos votantes, mas da maneira que a Policia tinha determinado: seguio-se o recebimento das sedulas que erão dadas por votantes conduzidos por 2 Guardas de Policia em baionetados, a Meza, e aquelle votante, que assim mesmo não se sugeitava a receber a sedula da Policia, Immediatamente o Inspector Ignacio Joaquim Monteiro apresentava-se com um officio do Sr. Delegado para sahir com ele e receber,e para lugares, longuicos, sob pena de prisão.³⁹¹

Toda essa coerção implicou diretamente no número de votantes, que assustados desistiram de cumprir com “seos deveres”, pois na “freguezia que possuía 2.450 votantes “recolherão-se na Urna” apenas 503 cédulas de um número curiosamente reduzido de 300 votantes. Desse modo, ficou óbvio que os números não batem e a denúncia reiterou a possibilidade do acréscimo de cédulas. Uma das modalidades fraudulentas mais comuns e utilizadas pelas facções, na qual o votante usando o subterfúgio de usarem mais de uma cédula colocar na urna eleitoral (GRAHAM, 2007, p.181).

Em contraposição, o jornal conservador rebate as denúncias que convém. Sua narrativa foi composta sobretudo pelo discurso de manter a ordem pública, e em contrapartida as supostas irregularidades cometidas pelos liberais. Na eleição secundária em setembro, na capital, uma mesa constituída de forma irregular pelo partido liberal foi impedida pelas autoridades³⁹². A dinâmica foi a mesma, sempre em defesa da ordem, e as ações do governo durante as eleições estabeleceram sempre o requisito da tranquilidade pública, afinal, os membros do “grão partido liberal”, como mencionado diversas vezes ironicamente, eram a origem do mal para moral e civilidade na província.

Outro evento marcante durante o processo eleitoral foi obviamente o assassinato do Dr. Trajano Chacon. Morto na noite em que venceu a disputa pela

³⁹¹ Idem, p.02.

³⁹² Hemeroteca digital. *A Ordem*. Parahyba do Norte, 10 de setembro de 1849. Nº 04.

vaga de deputado geral contra Joaquim Santos Leal na cidade de Areia, o evento marca o cenário amalgâmico entre revolta e eleições. Normalmente abordado a partir do protagonismo de Carlota Júlio de Brito, identificamos a repercussão do crime na arena da imprensa. Desta forma, a notícia foi publicada em ambos os jornais da capital e evidentemente a partir de narrativas divergentes.

O crime primeiramente foi noticiado no jornal conservador, através de comunicado publicado na edição do dia 10 de setembro de 1849. O tom utilizado pelo jornal apontou o drama da perda de uma figura notória na política paraibana, como pode ser observado:

Mais uma vítima acaba de succumbir aos golpes de uns bandidos assalariados pela hedionda facção dos hydrophobos... mais uma vítima acaba de ser immolada á brutal sanha dos sanguinarios... mas um prestante Cidadão, um ordeiro, um nosso amigo cahe ferido pelo braço assassino!... o Sr. Trajano Alipio De Ollanda Chacon foi barbara e atrozmente assassinado no dia 5 do corrente, ás 10 horas da noite, talvez por ser um Candidato da Assembléa Geral, e uma influência nossa no Brejo: a horda homicida bate palmas por tão horroroso delicto ! E hão de lhe chamar triumpho!

Ao final da denúncia, o autor levantou a suspeita pelas motivações do crime. O Dr. Trajano Chacon, como apontamos em diversos momentos, uma liderança do partido na cidade de Areia concorreu com o rebelde Santos Leal para a cadeira de deputado geral. O jornal liberal apresentou o crime pela primeira vez na edição de 18 de setembro de 1849, oito dias depois do opositor, com o título de “Assassinato Horroroso”, apontando detalhes minuciosos sobre o acontecimento:

O Sr. Dr. Trajano Alipio de Ollanda Chacon foi barbara e atrozmente assassinado das 9 para as 10 horas horas da noite de 5 do corrente, indo d'Areia para seo sitio, que fica muito perto da mesma Cidade!!! Dois tiros e cinco facadas fizerão em um momento uma viuva, e uns poucos de orfãos. Diz-se que os tiros ainda forão ouvidos por pessoas dos arrabaldes da Cidade, e que morão vezinhas ao logar do delicto; bem como que forão ouvidos os lamentos da desgraçada vítima quando se procurava livrar das mãos de seos infernaes algozes!

Os detalhes mencionados não contemplaram por completo a narrativa construída por Medeiros (2018), que ao consultar o processo criminal apontou uma quantidade diferente de ferimentos. O corpo de Chacon foi levado para a casa do capitão Miranda Henriques, onde ocorreu um exame cadavérico que foi assinado por Sabino Antônio da Silva Coutinho³⁹³. Entretanto, o periódico, reportou a cena do crime,

³⁹³ O autor cita detalhes do documento “hum ferimento de polvora na espadua esquerda, com quarenta carossoes de chumbo, e hua balla, que sahio na parte superior, e lateral, digo e lateral esterna do peito

deixando em ênfase a maneira bárbara do assassinato e na condição solidária ao importante agente político apela pela justiça e autoridades policiais, pois “cumpre finalmente que ella habelite a justiça para descarregar com toda severidade seguros golpes sobre as Cabeças desses monstros, quaes quer que sejão³⁹⁴.

Contudo, este posicionamento não foi considerado pelos conservadores, tornando a associar os liberais ao crime na edição de 08 de outubro de 1849, por meio de um texto com o título em letras garrafais “HUM ENSAIO DE SANGUE”. Nele, o autor denunciou a tentativa de outro assassinato, desta vez, de um correligionário de Pedras de Fogo. Neste caso, os eventos foram vinculados como parte da postura violenta do partido liberal: rebeldes e demagogos impondo sua política através do sangue, como podemos perceber:

Que a facção no lodaçal de suas miseras lança-se mão das armas fratrecidas, para justificar a sua politica demagogica, e sua inpecia no poder... podia se chamar - rebelde - assassina. Que facção tendo chegado ao cumulo de suas perversidades nos queira nodoar em seu póste, nos queira accumular de infamantes accersão... pode-se chamar duas vezes infame. Que facção planejasse as duplicitas, os desturbios eleitoraes... podia-se chamar - miseravel. - Mas, que a facção nos queira extinguir por meio de emboscadas, a nós [...] Hum plano tenebrôso concedeu-se, e sua desgraçadas consequencias vão aparecendo: no Brejo o infeliz Chacon cahio victima de dous tiros e algumas punhaladas: e agora em Pedras de Fogo o nosso presente amigo, e correligionario escapa de huma cilada-homicida.³⁹⁵

O teor implicou o *modus operandi* da facção liberal que segundo a narrativa usou enquanto artifício duplicitas e “distúrbios eleitoraes”, a morte do Dr. Trajano Chacon tornou a ser utilizada enquanto argumento para criminalizar o partido. Parte do ponto de vista defendido pelo jornal conservador dos eventos foram conectados para pontuar a conduta revoltosa e assassina dos liberais na província.

O clima gerado pela morte despertou nos mais exaltados conservadores o desejo de eliminar o culpado³⁹⁶. A investigação, deste modo, foi conduzida pelas autoridades locais ligadas ao partido conservador de Areia, o que gerou outra “caça

do mesmo lado destro na parte anterior, e inferior esquerda das costelas mínimas, com tres carossos que penetrarião o baço, e mais alguns carossos empregados em diferentes partes do antebraço esquerdo. Mais quatro ferimentos feitos com instrumento perfurante na circunferencia do peito direito, que penetrarão a cavidade dele, e mais nada”. O bacharel foi enterrado no dia seguinte, conforme o livro de Assentamentos de Óbitos da Paróquia da cidade de Areia. (MEDEIROS, 2018, p.125)

³⁹⁴ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Parahyba do Norte, 18 de setembro de 1849. Nº 06.

³⁹⁵ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Parahyba do Norte, 08 de outubro de 1849. Nº 09.

³⁹⁶ Embora que no desenrolar das investigações o nome de Cartola Júlio de Brito tomou destaque, principalmente a partir da prisão dos envolvidos no ato do assassinato, tornando-se uma das suspeitas e posteriormente mandante. Para aprofundar esse protagonismo de Carlota Júlio de Brito no crime do Dr. Trajano Chacon ver (ALMEIDA, 1980 [1957]; MEZNAR, 1889; MEDEIROS, 2018). Este último, traz uma discussão mais detalhada sobre a investigação, prisão e julgamento dos culpados.

às bruxas" aos liberais ainda remanescentes na região (ALMEIDA, 1980 [1957], p.102; MEDEIROS, 2018, p.133).

Quando Manuel Joaquim dos Santos Leal, cunhado do tenente-coronel foi preso e levado à capital o jornal conservador reportou que "No dia 20 corrente chegou a esta Cidade preso o facinora, indigitado, como um dos assassinos do infeliz Dr. Chacon³⁹⁷", e em seguida complementou a notícia apontando o risco de um novo conflito, pois "tem vagado notícias atterradoras de planos de revolução, e de reuniões de pessoas no centro, mas o partido Constitucional não desampara o seu posto de honra³⁹⁸". Neste ponto, ficou claro o objetivo do jornal ao afirmar os verdadeiros aliados da Constituição e assumiu a postura de defensor da ordem, afinal, "tem a precisa coragem para dar mais uma lição aos anarquistas, se ousarem erguer o collo³⁹⁹".

A resposta d'*O Reformista* em 27 de novembro de 1849, questionou o posicionamento do jornal opositor em associar o crime aos liberais, pois "o partido, a quem pertencia o infeliz assassinado, não cessa de atirar, com maior perfidia, para cima do partido que lhe é adverso". E abordou as providências tomadas pelas autoridades locais após o crime, pois durante a eleição a qual a vítima era presidente da mesa havia mais de 50 praças disponíveis e nada foi cogitado para buscar os culpados, cogitando que:

foi depois de muitos dias que a polícia dê signal de vida. Por sem duvida forão os interessados, que já desassombrados, em vista da indiferença das autoridades, procurarão espalhar, que o crime era politico, e não faltou um só homem mais ou menos importante da oposição da cidade d'Areia, para quem não se lançasse a morte do dr. Chacon; e os chefes do partido, hoje no poder, querendo especular com assassinao seo co-religionario, confirmarão que o assassino era politico, e, levando sua perversidade mais longe, disserão, que esse crime era resultado de um plano do partido cahido.⁴⁰⁰

A morte do bacharel conservador Dr. Trajano Chacon, deste modo, considerada como parte de um plano conspiratório dos conservadores. Essa discussão ficou evidente na narrativa projetada pelo jornal na fala acima, tornou-se o único argumento viável para os liberais. Quando a eleição, destacou que era certa a vitória dos conservadores, não havendo motivos para cometer tal crime, pois os interessados estavam impedidos de participarem do processo e "expatriados".

³⁹⁷ Hemeroteca digital. *A Ordem*. Parahyba do Norte, 22 de outubro de 1849. Nº 10.

³⁹⁸ *Idem*, p.02.

³⁹⁹ *Ibidem*, p.02.

⁴⁰⁰ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Parahyba do Norte, 27 de novembro de 1849. Nº 16.

Com a notícia da prisão do suposto acusado, Joaquim Manuel dos Santos Leal, o jornal liberal defendeu o prisioneiro “cidadão respeitável, e muito bem conceituado”, preso mesmo diante do fato de que as “testemunhas inqueridas negão, que alguma coisa houvessem dito a seo respeito”. Entretanto, mais à frente o jornal conservador mencionou outra pessoa, Manoel José dos Santos Leal, irmão mais novo do tenente-coronel. E de fato, posteriormente percebemos o equívoco. Quem estava preso na capital era Manoel José, vulgarmente conhecido por Neco, que não permaneceu muito tempo na prisão, fugindo com a cooperação do carcereiro ao lado de um preso político, o rebelde de Areia Bento José Ponteiro.⁴⁰¹

De qualquer forma, esta foi a última publicação do jornal liberal a respeito do assassinato do Dr. Trajano Chacon até sua última edição em 1850, um silêncio inquietante por parte d'*O Reformista*. Que não investiu na defesa do partidário de Areia⁴⁰². O crime assumiu conotação política e no centro das investigações e instauração do processo o tenente Santos Leal. Durou até 1851 quando finalmente os envolvidos foram julgados.

O caso foi exposto nas províncias vizinhas, e na medida em que os acusados iam sendo presos, os jornais conservadores abordaram as cenas envolvendo a morte do bacharel, dentre estes, *O Nortista*, *O Diário de Pernambuco* e *A União* (MEDEIROS, 2018, p.152). Contudo, o teor político do crime na província foi consagrado pelo jornal conservador da capital da província, *A Ordem*. O caso Chacon ganhou destaque neste contexto que repercutiu a Revolta Praieira na província, interferindo no cenário político da cidade de Areia, sob o controle dos conservadores desde a revolta. Como referimos em outros momentos, o crime em questão foi

⁴⁰¹ O jornal *A Ordem* de 15 de dezembro de 1849, reporta a fuga dos prisioneiros, “fugirão da Cadeia publica da Cidade na noite do dia 9 corrente, e levarão com sigo o Carceireiro, Antonio Galdino Cavalcanti de Vasconcellos, os seguintes presos - Manoel José dos Santos Leal, indiciado no assassinato do infeliz Dr. Trajano; Bento José Ferreira Ponteiro, pronunciado por tomar parte com os revoltosos na acção do Brejo da Area”. Um documento de 03 de janeiro de 1850, publicado nos Anais da Biblioteca Nacional divisão de obras Raras (Catálogos e Documentos) da Revolução Praieira, o presidente da província de Pernambuco Honorio Carneiro Leão expõe ao então Ministro e Secretário dos Negócios do Império o Visconde de Mont'Alegre, “Acabo de receber a noticia de haverem fugido da Cadeia da Parahiba alguns presos por connivencia do carceireiro, que tambem fugio, e do comandante da Guarda que se acha preso”, ao mencionar Bento José Ferreira Ponteiro entafiza “he assaz emprehendededor, e he possivel que tente algum movimento na Provincia da Parahiba, sendo provavel que esteja em correspondencia com os rebeldes desta Provincia”. No conturbado contexto em que se encontrava a província, a revolta ainda foi uma ameaça para as autoridades

⁴⁰² Em um lance rápido de nossa imaginação histórica e comparando o afínco ao qual o jornal conservador *A Ordem* defendia a figura do presidente da Província, o tenente Santos Leal não foi tema recorrente nas edições do jornal liberal.

associado diretamente ao conflito, pois havia uma narrativa política conservadora contra os liberais fortalecida pela atuação d'*A Ordem*.

Desta forma, além da revolta, as eleições e o assassinato de um político influente, gerou um debate riquíssimo entre os partidos antagonistas na arena da imprensa. O jogo político apropriou-se dos eventos, expondo as querelas acerca do que realmente estava em jogo: a eleição. Semelhante ao que ocorreu em Pernambuco, afinal, o processo eleitoral foi mencionado pela vasta historiografia que analisamos sobre a Revolta Praieira.

Vencer era a meta de ambos os partidos. Entretanto, a soma destes eventos não foi favorável ao Partido Liberal; o resultado do processo eleitoral garantiu o domínio conservador na Assembleia Legislativa Provincial e mesmo com a morte do deputado geral eleito Dr. Trajano Chacon, seu substituto, estava à altura dos *baêtas*, afinal, Joaquim Manuel Carneiro da Cunha, “o botafogo mais furioso”, assumiu mais uma vez o lugar de representante da Paraíba do Norte na Corte.

Carneiro da Cunha nos chamou atenção justamente pela participação na representação da Constituinte contra o centralismo da Corte no episódio que deflagrou a Confederação do Equador em 1823, um liberal histórico que no contexto da Revolta Praieira, defendeu os interesses do partido conservador. Contudo, passadas algumas décadas a Constituição tornou-se novamente um elemento importante no debate da disputa política destas províncias⁴⁰³. Desta forma, dentre as repercussões da Revolta Praieira na província, podemos destacar outro eco que foi amplamente debatido nos jornais antagonistas da Paraíba do Norte; a ideia de reformas a partir de uma Assembleia Constituinte.

5.4 A Constituição é a nossa bandeira? *O Reformista* e *A Ordem* no debate da Constituinte

Dentre as repercussões da Revolta Praieira na província da Paraíba do Norte, ficou em ênfase diante da documentação analisada que o principal eco foi o debate de reformas através de uma Assembleia Constituinte. Herança do movimento praieiro

⁴⁰³ Em Pernambuco esse debate foi representado pelas publicações de periódicos do naípe *A Revolução de Novembro*, que contou com a ampla contribuição de Antonio Borges da Fonseca (ROSAS, 2020).

materializado com o surgimento d' *O Reformista*, espaço na imprensa que deu voz ao debate das reivindicações sugeridas pelos rebeldes no auge do conflito e permaneceu em ênfase até finalmente Pedro Ivo se entregar, encerrando suas atividades na arena da imprensa.

Como apontamos anteriormente, o próprio título sugeriu a ideia das reformas. O principal redator o ex-secretário do governo, Dr. Felizardo Toscano de Brito, tornou-se uma voz para o debate da Constituição e a necessidade de reformas. O jornal iniciou suas atividades trazendo à tona a percepção do panorama geral político do império, quando o país se encontrava em estado “melindroso” e enfatizou o interesse em acabar com as instituições do país, pois desde a independência, momento em que “o doce nome da liberdade pôde, sem susto, e sem risco, ser pronunciado pelos seus filhos⁴⁰⁴”, implicaram diversos “embaraços à sua marcha progressiva”⁴⁰⁵. E isto se deu justamente pelo fato do primeiro Monarca, “mal gerido e mal aconselhado acreditou, que era possível fazer-nos retrogradar⁴⁰⁶”.

Para o jornal liberal, a sociedade brasileira não experimentou a liberdade em sua totalidade, e por estas motivações o cenário de instabilidade política acompanhou a formação do Estado Imperial e com a abdicação de D. Pedro I o partido liberal, a partir de uma postura generosa, perdoou erros passados e assumiu uma conduta moderada salvando a Monarquia Constitucional. Durante o período regencial o país também não assumiu de fato a liberdade, pois “os erros imperdoaveis da quelles que tinhão sido colocados a frente, em direção dos negocios publicos, a fraqueza propria de um governo regencial⁴⁰⁷”. Neste panorama e diante das circunstâncias que limitavam o partido liberal justificou as revoltas liberais de 1842, pois “que as proeminencias do partido liberal fossem aniquiladas, e o governo provocando pelos seos actos a revolta das provincias de Minas e S. Paulo⁴⁰⁸”.

De modo geral, a narrativa da primeira edição do *O Reformista* seguiu a mesma lógica dos discursos do Dr. Aragão e Mello na Assembleia Legislativa ainda em 1849, e do Dr. Lopes Machado no seu relato sobre a revolta anos depois, embora que, em linguagens diferenciadas, pois no Quadro da Revolta Praieira na Provincia da Paraíba o delegado exonerado da cidade de Areia utilizou um tom mais exaltado em

⁴⁰⁴ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Paraíba do Norte, 03 de agosto de 1849. Nº 01.

⁴⁰⁵ Idem, p.01.

⁴⁰⁶ Ibidem, p.01.

⁴⁰⁷ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Paraíba do Norte, 03 de agosto de 1849. Nº 01.

⁴⁰⁸ Idem, p.01.

sua narrativa, como apresentamos anteriormente. Entretanto, o mesmo princípio: a insatisfação e a apropriação dos eventos decisivos na política nacional que, segundo o julgamento destes agentes políticos, não foram suficientes para conduzirem a nação ao progresso e o cidadão ao gozo pleno de seus direitos.

Desta maneira, percebemos um discurso alinhado entre estes liberais, ícones da defesa de uma Assembleia Constituinte após a revolta na província. Ao focarmos o debate do jornal, o redator Felizardo Toscano de Brito evidenciou que está “política de horror” só foi interrompida em 1844, com a ascensão do Gabinete Liberal, mas “nunca deixou de influir, com mais ou menos actividade, e o parlamento e o governo, que então subirão, não poderão prover as necessidades publicas pelos embaraços constantes⁴⁰⁹”. E nisto configurou a justificativa de que, enquanto estavam no poder, os liberais não tiveram oportunidade de promover as reformas necessárias para uma condição de liberdade e coesão das instituições. Diante desta narrativa exposta pelo jornal liberal, a mudança de gabinete atrelado a um suposto plano em curso para eliminar completamente os liberais em todo o Império, tornou justificável a revolta em Pernambuco.

E de fato, as mudanças de cargo, a perda de patentes na Guarda Nacional, atrelada ao desarmamento de membros influentes do partido praieiro, foram elementos decisivos para a adesão do senhor engenho Manuel Pereira de Moraes. Contudo, na província da Paraíba as mudanças de cargos foram sistemáticas apenas com a adesão dos liberais da cidade de Areia na revolta. E a documentação nos revelou que o presidente da província cumpriu seu papel conciliador próximo ao partido liberal na capital; seu secretário de Governo por alguns meses foi o Dr. Felizardo Toscano de Brito.

Quando a Revolta Praieira tomou forma, entre as províncias houve comunicação através de circulares, manifesto contra o governo Pena, os jornais em Pernambuco disputaram intensamente na imprensa até que finalmente o *Diário Novo* foi silenciado, nos revelando o intenso debate acerca do movimento (CARNEIRO, 1960) quando as reivindicações surgiram através do manifesto *Ao Mundo*, assinado pelos “liberais constituintes ao norte da província”, dentre estes, Manuel Pereira de Moraes, João Ribeiro Roma e o famigerado Antônio Borges da Fonseca. O documento reivindicou, através da instalação de uma Assembleia Constituinte; “1º Voto livre e

⁴⁰⁹ Ibidem, p.02.

universal do povo brasileiro. 2º A plena e absoluta liberdade de comunicar os pensamentos por meio da imprensa. 3º O trabalho como garantia de vida para o cidadão brasileiro. 4º O comércio a retalho só para os cidadãos brasileiros. 5º A inteira e efetiva independência dos poderes constituídos. 6º A extinção do Poder Moderador, e do direito de agraciar. 7º O elemento federal na nova organização. 8º Completa reforma do Poder Judicial, em ordem a segurar as garantias dos direitos individuais dos cidadão. 9º Extinção da lei de juro convencional. 10º Extinção do atual sistema de recrutamento" (CARNEIRO, 1960. p.229).

Dentre estes itens, reformas sofisticadas para o então regime, como o voto livre e universal brasileiro, tendo em vista o sistema eleitoral excludente da época; o elemento federal na nova organização, autorizando mais autonomia para as províncias; a exclusão permanente dos estrangeiros no comércio, uma pauta antiga na província; reformulação do sistema de recrutamento, símbolo da perseguição política; e a liberdade de imprensa diante da censura (CARNEIRO, 1960. p.229).

O documento foi rejeitado dentro do próprio movimento Praieiro. Afinal, outra versão das reivindicações surgiu com as publicações de Lopes Neto no *Diário Novo*, dentre estas, a "Bandeira do Movimento Liberal": "Estamos resolvidos a não largar as armas sem que se chegue ao acordo da convocação de uma Assembléia Constituinte que trate de decretar reformas que a experiência de tantos sofrimentos souber aconselhar", como a autonomia econômica para as províncias (CARNEIRO, 1960, p.85).

No segundo artigo estipulou normas para a convocação da Constituinte; "1 - Dissolução do atual Corpo Legislativo e convocação imediata de uma Assembléia Nacional Constituinte para rever a atual Constituição e fazer nela as reformas que julgar convenientes, contanto que seis meses depois da dissolução do atual Corpo Legislativo esteja reunida a Assembléia Nacional, 2) Cada província deve dar tantos representantes para a Assembléia Constituinte quantos forem os deputados senadores que dá atualmente para o Corpo Legislativo, isto é, Pernambuco, que dá 13 deputados e 6 senadores, deverá eleger 19 representantes para a Constituinte, 3) Nenhuma pessoa que não tenha nascido no Brasil poderá ser eleita representante para a Constituinte, sendo a primeira condição, *sina qua non*, o nascimento no país". Contudo, o praieiro insistia na monarquia constitucional, pois "ainda queremos conservar a atual forma de governo e integridade do Império". Em seu último artigo

garantia que os praieiros se submeteram ao que fossem resolvidos pela Constituinte (CARNEIRO, 1960, p.85).

Dentre os pontos divergentes na reivindicação de ambas propostas, um aspecto evidente convergiu entre elas; apenas através de uma Assembleia Constituinte as reformas necessárias poderiam ser alcançadas. Na província da Paraíba, este debate ficou mais claro após a revolta e o surgimento do jornal de Felizardo Toscano de Brito na fala de Aragão e Mello à Assembleia Legislativa Provincial e no livro de Lopes Machado, tratado pela historiografia local como um ícone do conflito armado.

Na arena da imprensa a disputa dos jornais nos revelou riquíssimos detalhes do debate em torno desta “bandeira”, que compreendemos a priori pela própria materialização do periódico liberal; entretanto, foi importante ter em mente que também ofereceu um precioso espaço para as denúncias durante o período eleitoral, como mostramos no item anterior. Embora o debate das reformas foi uma marca/perfil do jornal, o que estava em jogo naquele momento, afinal de contas, era vencer as eleições; pois o que restou para os liberais diante de tantos desacertos na disputa pelo poder eram os espaços na Assembleia Legislativa Provincial e Geral na Corte, com exceção dos partidários de Areia, impedidos de participarem do certame devido ao crime de rebelião.

O debate em torno da Constituinte com objetivo “dar voz ao partido liberal”, que consequentemente ressoou o eco da Revolta Praieira a partir de uma correspondência publicada em 06 de dezembro de 1849, com título em letras garrafais “CONSTITUINTE”, o autor identificou-se pelas iniciais “M. M”, e iniciou suas reflexões assumindo que sentia-se obrigado “a tratar de algumas questões peculiares e a demonstrar, e reprimir os expressos, e abuzos do governo da província”, e acrescentou “tem o Reformista deixando de se ocupar do objecto que mais transcende no espirito nacional - a necessidade de uma Constituinte”⁴¹⁰.

Na correspondência de “M.M”, o autor deixou claro a insatisfação com a elaboração da Constituição, que por não ser bem formulada abriu espaço para tirania, a sensação de que o processo do início do Império brasileiro em sua formação foi produto de um golpe; pois “virão frustada todas as esperanças, e o seu querer no dia 12 de novembro de 1823, pelo facto attentatorio exercido pela côroa contra seus

⁴¹⁰ Ficou evidente que quando o processo eleitoral foi se diluindo o debate das reformas ganhou ainda mais destaque no jornal.

direitos”⁴¹¹. Convergiu, deste modo, com a ideia levantada pelos agentes políticos do partido liberal que apresentamos.

A insatisfação à Constituição desde sua origem, terminou por ocasionar “dias de sanguess, e de lagrimas que lançou as provincias do norte na voragem da guerra civil. As provincias protestarão com as armas na mão contra esse acto demor tyrannia”⁴¹². Esse discurso alinhado aos liberais apontou o débito histórico do país com a constituição, justificando deste modo o movimento armado em 1824, e mais à frente pelo fato de acumular por anos ao país um panorama de atraso, no qual a estrutura dominada consagrou falta de liberdade e cidadania, pois:

a infelicidade de incorrer no desgrado dos matins da policia, convencer-vos-heis de que as garantias, e segurança dos vossos direitos tanto de propriedade, como individual, e a vossa liberdade, tem por baze o maior ou menor grau de ferocidade do carather dessa raça privilegiada: contra quem a justiça não tem acção: por que a justiça é o executivo, que quer eleições [...]

Desta forma, para o correspondente do jornal liberal o sistema constituído, privilegiou o governo central e o teor central foi inegavelmente autonomia das instituições, especificamente da justiça que dava alicerce para o processo eleitoral. O discurso, ao menos no que diz respeito ao debate que analisamos nos jornais, nos permitiu entender um delineamento da agenda dos liberais neste momento na província, unificando um discurso que usou as páginas do jornal para ser legitimado.

Mais à frente, a pauta ícone da Revolta Praieira, citado pelo autor da correspondência em questão, quando mencionou “Andai pelas villas, e cidades, olhae para o estabelecimento commerciaes, e vede com pasmo quantos pertecem os brazileiros”, onde trouxe à tona a insatisfação com o comércio sob o jugo estrangeiro.

O autor explorou outros aspectos em sua narrativa, como a relação da autonomia financeira das províncias, entre outros elementos dessa possível agenda do partido liberal, associada diretamente a pontos reivindicados pelo movimento Praieiro, evocando deste modo: “Devemos com a mais franqueza, e lealdade pedir a convocação de uma Constituinte, que opere as reformas necessárias”.

O cenário terminou por ser consagrado pela reivindicação por reformas enquanto alternativa para os liberais; para os mesmos a Constituição em xeque e o

⁴¹¹ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Parahyba do Norte, 06 de dezembro de 1849. Nº 18.

⁴¹² Idem, p.03.

absolutismo defendido pelo novo gabinete colocou em risco a liberdade do cidadão. Em um comunicado publicado pelo jornal em 24 de setembro de 1849, no qual o autor se identificou por “Y”, trouxe à tona uma discussão interessante acerca do papel da Constituição para a civilização, ao questionar a postura do governo que estaria com “constituição em huma mão, e a espada em outra na outra, e castiga antes que aja culpa e premeia antes de haver serviços”. Ficou evidente que o autor se referiu às mudanças de cargos dos liberais enquanto punição e vingança partidária com nomeação dos conservadores. Ou seja, a constituição não estaria em sua plenitude a partir de ações como estas, o que justificou a revolta e as reformas necessárias para a liberdade das instituições.

Em diversos momentos a percepção dessas reformas foram conectadas em um ponto em comum: era preciso repensar o sistema judiciário e sobretudo o eleitoral, salientando instâncias intimamente vinculadas. Por sua vez, em contraposição ao posicionamento do reformista, o periódico conservador combatia a legitimidade das reivindicações da facção que esteve no poder desde 1844 e não teria realizado nenhuma reforma.

O questionamento foi pontual e em sintonia às diversas críticas que foram realizadas ao movimento praieiro por seus contemporâneos conservadores, *por que os liberais não fizeram as reformas que agora reivindicavam?* Este questionamento e crítica também foram levantados por Borges da Fonseca n'O *Tribuno*, quando combatia os Praieiros na arena da imprensa, denunciando a não representação dos interesses dos artistas nacionais, acusando Urbano Sabino de Mello de ignorar o abaixo assinado. Na Paraíba do Norte, Felizardo Toscano de Brito ocupava cargo importante na província, deputado geral durante o domínio do gabinete liberal e após os liberais se tornarem um “partido caído”, tornou-se um *reformista*.

Essa percepção do jornal conservador, que apenas com a queda os liberais assumiram o pedido de reformas⁴¹³, contudo, não demonstraram interesse em realizá-las enquanto estavam no poder. Foi reforçada pela narrativa, quando apontou a

⁴¹³ Na edição de 27 de agosto de 1849, por exemplo, o argumento parte justamente por esse questionamento, como podemos observar; “Recorde collega quantas vezes tem subido o seu partido ao poder, depois da interpretação estygamatisada; e verá que ainda a pouco teve huma decidida maioria na camara dos Deputados, sem que ali se apresentasse hum só projecto contra a interpretação e reforma. nem hum só dos seus ministerios pedisse modificação n'essas leias: e que bem ao contrario hum disse em plena sessão, que não julgava suficiente o tempo para conhecer se - a reforma convinha ao paiz -: e que os liberaes aproveitarão essa lei, que appellidão de ferro, para ordenhar as pingues vaccas, cujas tétas temem largar.” (Grifo Noso)

divisão que o partido liberal, que “por vezes vio o grão partido liberal dividido em duas hordas, enfurecidos e ameaçadôres arremesçaram-se uns contra os outros⁴¹⁴”. Neste mesmo sentido apontou que “até bem pouco tempo, em quanto conservou as posições officiais, era monarchista conservador, não curava de reformas pelos turmos legaes, e nenhum defeito achava emender o pacto fundamental⁴¹⁵.

Ou seja, até a mudança de gabinete não havia real interesse em alguma alteração significativa no sistema, afinal, enquanto os privilegiavam os liberais, na verdade estavam ocupados disputando as vagas em cargos políticos, como demonstramos no segundo capítulo. Por outro lado, para os reformistas era óbvio a inversão dos cargos, a marca da tirania, do absolutismo completando negação dos direitos dos cidadãos. E tendo consciência disto, a necessidade urgente da reforma e a justificativa da revolta.

Para os ordeiros, a tentativa de impor, não teria adesão da nação, fruto da imposição do partido “fraticida”. Este combate generalizou-se por denúncias que frisavam o comportamento violento, desordeiro dos constituintes/reformistas “à mão armada”, sobretudo na disputa que se instaurou entre os jornais durante as eleições.

Outro aspecto apontado pelos ordeiros foi a associação entre Borges da Fonseca, à revolta e a constituinte, usados como argumentos para desqualificar o movimento. Pedro Ivo também foi utilizado enquanto parâmetro para destituir as intenções positivas destas reformas ao mencionar no artigo “Os constituintes e seus homens em armas”, publicado em 28 de janeiro 1850.

O artigo sintetizou um pouco deste direcionamento dado pelo jornal no combate aos liberais quando “nossos impenitentes anarchistas out’rrora praieiros, hoje constituintes republicanos e amanhã o que lhes aprouver ser, se tem prevalecido de todos quantos embustes lhes tem sugerido a insaciavel cobiça de poder e mando”. Nesta mesma edição, Pedro Ivo, o “herói dos Catucás” representou a imposição das armas e violência por essas reformas.

A pauta da nacionalização do comércio nacional também foi abordada pelo jornal conservador:

Ha muita tolice, ou muita maldade. Ignora o Reformista que qualquer lei tendente á proteger o commercio nacional não he, propriamente dita, lei constitucional? Ignora que é puramente administrativa, e que a sua falta se possa atribuir á constituição? E porque os constituintes a não fizerão? [...]

⁴¹⁴ Hemeroteca digital. *A Ordem. Parahyba do Norte*, 20 de agosto de 1849. Nº 01.

⁴¹⁵ Idem, p.01.

Continua a carregar á conta da constituição o mau estado de nossas finanças, desapreciação do nosso credito, falsificação da nossa moeda papel, exportação do ouro, e moeda metalica; como se fôra logico atribuir á constituição organica de qualquer os maus resultados do seu desregramento. Amigo, esses males são filhos da pessima administração porque passámos.⁴¹⁶

A possibilidade da nacionalização do comércio ganhou natureza jurídica na fala conservadora. Em seu julgamento tratava-se de um aspecto administrativo e outros problemas eram mais urgentes, tais como o mau estado das finanças, falsificação do papel moeda, entre outros. De maneira geral, o debate em torno da nacionalização do comércio foi tratado de forma superficial por ambos os jornais. Mas “a lei” serviu como parâmetro para demonstrar as irregularidades cometidas pelas autoridades ou pelos oposicionistas, em tom de denúncias. Para os reformistas o que estava em jogo era a liberdade do cidadão, a propriedade; estes eram os argumentos centrais dos simpatizantes à constituinte. Para os ordeiros, o combate era contra a desordem, anarquia, a facção opositora, reduzida ao fato de perder os espaços de poder que outrora ocupava,

E um ponto que se destacou na crítica dos conservadores em relação à *O Reformista* foi justamente a ausência de um programa realmente claro sobre as reformas, apontando as mudanças necessárias. Na edição publicada em 01 de outubro de 1849, o jornal conservador questionou ironicamente com destaque na primeira página sob o item “MOFINA” apelando pela atenção do leitor:

Gemem os typos debaixo do torneado madeiro, e grosseiro prelo, e apresenta-se ante o respeitavel publico Campeao - Reformista, - parto de huma democrata associação de intelligentes escriptores sob commando em chefe do luminarias das luminarias! : mas quando o respeitavel espera encontrar - os projectos de reforma -ache-se em BRANCO. - Tornão a gemer, aparece o campeão, o respeitavel espera - resposta decente a Ordem [...]

O ápice do argumento conservador ao denunciar um programa em branco. Desqualificando a causa liberal. E o chamou atenção foi que tal provocação não surtiu efeito no opositor, ou seja, os liberais que estavam por trás do debate. Pois na edição seguinte d’*O Reformista* o jornal optou em denunciar as irregularidades do processo eleitoral. O apelo conservador ao exigir um programa definido e pontual foi ignorado, sugerindo a estratégia do jornal liberal em utilizar as denúncias em torno da conduta dos conservadores e do governo. Ao mesmo tempo que justificou a necessidade de

⁴¹⁶ Hemeroteca digital. *A Ordem*. Parahyba do Norte, 19 de dezembro de 1849. N° 18.

reformas, alinhadas ao posicionamento do deputado Aragão e Mello na assembleia, mais moderado no que diz respeito às reivindicações.

Entretanto, isto não diminuiu o destaque que a constituinte tomou no debate político da província paraibana neste contexto. Ela foi a herança da Revolta Praieira em sintonia com as discussões entre os liberais de outras províncias, afinal, a constituinte temática tratou-se de uma temática amplamente discutida em Pernambuco. Tendo em vista atuação do jornal *A Revolução de Novembro*: “o jornal se identificava com a guerra civil finda em tempo de consolidação de “pacificação” na Província de Pernambuco”, embora que a folha não defendesse “uma radicalização das armas, em 1850 ela tinha em vista outro objetivo extremado advogado pelos praieiros no limiar da passagem da paz para a guerra: a defesa da convocação de uma nova assembleia constituinte” (ROSAS, 2020, p.171).

Percebemos pelo confronto destas narrativas que para além das reformas havia interesses mais urgentes, como por exemplo a instabilidade dos cargos no magistrado judiciário e o mecanismo do processo eleitoral. Quando a revolta eclodiu, oportunizou a resistência às mudanças que estavam previstas pelos liberais com a troca de gabinete. Em Pernambuco, o presidente Penna promoveu rapidamente a política de inversões dos cargos, gerando a reação primeiramente dos senhores de engenho, posteriormente a adesão dos deputados da Praia e as camadas urbanas. E os paraibanos situados a estes eventos, inclusive expondo uma percepção de um plano geral para eliminar o partido, como afirmou o jornal reformista em sua primeira edição.

O *Reformista* encerrou suas atividades e o debate continuou em seu substituto *Argos Parahybano*⁴¹⁷. Em contraposição o jornal ordeiro manteve o combate dando ênfase a perpetuação de algumas temáticas que caracterizaram a disputa entre estes jornais na arena da imprensa. A missão do jornal reformista que surgiu ecoando a Revolta Praieira na província da Paraíba do Norte terminou. A derrota do movimento selada. As próximas cenas das disputas políticas entre as facções paraibanas eram em torno da anistia, concedida em 1851, período marcado pela conciliação entre os partidos.

⁴¹⁷ Na edição de 17 de setembro de 1850, o jornal conservador abriu o editorial em resposta ao jornal opositor por “*finado*” que, sempre cuidadoso em “plantar algum ressentimento contra o governo”, deixou a arena da imprensa. E mencionou o *Argos*, dedicando-se a confrontar *O Reformista* mesmo fora de cena e seu substituto.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] e um futuro historiador legará á posteridade o verdadeiro juizo, que se deva fazer da revolta praieira. Seja porém qual fór a sentença do publico, a nossa consciência nos diz, que não faltamos aos nossos deveres (MELLO, 1850, p. 02).

A epígrafe acima, utilizada enquanto recurso no primeiro capítulo, quando começamos a mergulhar nas narrativas que foram escritas sobre a Revolta Praieira, nos pareceu apropriada para tecermos um momentâneo “desfecho” para esta versão do conflito armado que marcou a cultura política de Pernambuco e da Paraíba no início do Segundo Reinado.

Quando iniciamos esta pesquisa pensamos em um percurso completamente diferente; entretanto, ao penetrarmos na documentação um cenário de novas possibilidades ganhou forma sobre o contexto. Fomos tecendo os fios da narrativa a partir dos sinais que identificamos, buscando confeccionar as cenas e compreender as disputas vivenciadas pelos agentes da cultura política dos paraibanos nos Tempos da Praieira.

A Revolta Praieira (1848-1850), movimento de caráter político ocasionado pelas intensas disputas na década de 1840 em Pernambuco, agitou as relações entre os diversos agentes políticos da região. Em seu auge, dois documentos são publicados com reivindicações de reformas. Embora que o programa dos rebeldes apresentou algumas divergências, no centro das exigências a convocação urgente de uma Assembleia Constituinte (CARNEIRO, 1960).

Na Paraíba do Norte, um ano antes da eclosão da Praieira, o partido liberal estava dividido: uma ala centrada na capital através da figura do então presidente da província Frederico Campos e seu secretário de Governo Felizardo Toscano de Brito, tendo como representantes na cidade de Areia o delegado e juiz municipal Maximiano Lopes Machado, em contraposição aos líderes locais Joaquim dos Santos Leal e Luis Vicente Borges até a nomeação do presidente João Antonio Vasconcellos.

Com a mudança do gabinete ministerial e atentos ao que ocorria em Pernambuco⁴¹⁸ por conta da nomeação de Herculano Penna, nos deparamos com uma cena diferente no que diz respeito aos liberais paraibanos que a historiografia

⁴¹⁸ Argumento usado pelo redator do jornal *O Reformista* de 03 de agosto de 1849. Percebemos o mesmo conteúdo em diversas edições ao longo dos meses em que o periódico circulou.

local não mencionou. Na capital, o então presidente da Província supostamente abriu negociação com liberais para não aderirem à revolta, ou cooperar com os rebeldes que ameaçavam o território paraibano. De qualquer forma, os praieiros tomaram outro rumo: a cidade de Areia, apesar de observarmos cooperação de outras localidades da província, como por exemplo, Pedras de Fogo.⁴¹⁹

Com a adesão de Areia e o combate de 21 de fevereiro de 1849, a província ofereceu uma oportunidade para os rebeldes após o fracasso em 02 de fevereiro no Recife. Contudo, o movimento não progrediu; os rebeldes praieiros obtiveram uma nova derrota contra as tropas do governo. E o cenário político paraibano passou por um divisor de águas para a instauração do domínio conservador, principalmente no que diz respeito aos cargos de oficiais da Guarda Nacional (COSTA, 2013).

Desta forma, buscamos entender os agentes políticos⁴²⁰, a partir da formulação de perfis levando em conta as ocupações destes indivíduos (CARVALHO, 2003). E nos deparamos com uma elite política normalmente letrada, na qual muitos destes agentes eram bacharéis em Direito pela Faculdade de Olinda, e ocuparam diversos cargos públicos ao longo de suas carreiras políticas.

Joaquim dos Santos Leal, Lopes Machado, Felizardo Toscano, Borges da Fonseca entre outras figuras que revelaram algumas cenas da cultura política provinciana e os conflitos internos dentro do partido liberal às vésperas da mudança de gabinete. Durante a administração de Frederico Campos, os agentes ligados ao partido ocupavam espaços importantes de decisões, principalmente no que diz respeito à Guarda Nacional e a marcante presença na Assembleia Legislativa Provincial.

A longevidade destas carreiras também nos chamou atenção. E podemos destacar dois exemplos interessantes. Primeiro, Joaquim Manuel Carneiro da Cunha, que se engajou na Revolução Pernambucana de 1817, participou como deputado ativamente da primeira Assembleia Constituinte em 1823, e esteve envolvido na Confederação do Equador em 1824 (MARIANO, 2005; SANTOS, 2014); já no final da

⁴¹⁹ Pelo discurso oficial dos relatórios apresentados à Assembleia Legislativa, as povoações paraibanas foram por vezes invadidas pelos rebeldes. Nos jornais, mencionou a colaboração de alguns agentes políticos em outras localidades, como Barra de Natuba.

⁴²⁰ Sobre o objeto da história, segundo Bloch (2001, [1949], p.51) “o objeto da história, é por natureza, a homem”, e reitera a palavra no plural, pois emprega a diversidade, pois “Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou as máquinas,” dos escritos ou instituições, “são os homens que a história quer capturar”.

vida é exposto nas disputas eleitorais de agosto de 1849 e na sequência engata a substituição do falecido Dr. Trajano Chacon para deputado geral.

Segundo o Dr. Felizardo Toscano de Brito, um agente político multifacetado, bacharel, redator, dono de tipografia e, ao que indica, no contexto da Praieira, estava no início de sua carreira política, quando ocupou o cargo de secretário do Governo durante o domínio conservador. Foi juiz de paz, deputado geral e posteriormente detentor do título de Comendador do Império, entre outros cargos e honrarias, atuando intensamente no cenário político imperial na província paraibana, inclusive na imprensa (SEGAL, 2017).

Desta forma, esses agentes frequentavam diversos espaços e achamos necessário destacar estes locais de disputas que nos referimos ao longo do texto por arenas. Observarmos estes cenários nos aproximando da cultura política da província. Onde identificamos aspectos específicos da localidade com uma aproximação estratégica do recém presidente nomeado pelo gabinete saquarema e os liberais da capital da província.

A partir da recepção dos Praieiros, o jogo político mudou. A partir da ideia da violência condicionada à disputa política, a revolta foi um meio de “reequilibrar a balança da justiça”, no sentido dado por Arendt (1970). Os líderes locais de Areia colocaram em risco as posições que ainda preservavam para aderirem à revolta pernambucana que reivindicava reformas.

A rua neste caso deu espaço para que, a partir da força, esses homens exercessem o poder. Neste contexto, o protagonismo de alguns agentes entrou em ênfase: Maximiano Lopes Machado, Joaquim José dos Santos Leal, Luís Vicente Borges lutam “lado a lado” esquecendo as querelas passadas⁴²¹ Entretanto, a cidade de Areia não foi suficiente para levá-los à vitória contra as tropas do general Falcão.

Outra arena de disputa foi a memória. A partir do lugar de produção, os protagonistas do evento deixaram seus testemunhos em prol da “verdadeira versão da revolta”. A disputa pela “verdade” e a memória coletiva. Neste sentido, a produção escrita do praieiro Urbano Sabino de Mello e do general conservador Jerônimo Martiniano Figueira de Mello tornam-se ícones nesta disputa política pela memória/verdade. Na Paraíba o testemunho de Maximiano Lopes Machado na preocupação de se contrapor, sobretudo, ao discurso apresentado à Assembleia

⁴²¹ Vide as denúncias apresentadas pelo jornal de Antônio Borges da Fonseca, *O Tribuno* de 1847 e janeiro de 1848.

Legislativa pelo presidente João Antonio Vasconcellos⁴²². O livro de Lopes Machado cumpriu o papel em ajustar na memória coletiva a participação da província no evento, reivindicando um lugar na história de sua versão sobre a revolta na cidade de Areia.

A Assembleia Legislativa Provincial também foi um espaço importante nas disputas pelo poder da elite política paraibana desde o ato Adicional de 1834. Local de decisões burocráticas que definiam as regras administrativas na província. Dentre algumas demandas debatidas, destacou-se a estabilidade de oficiais na Guarda Nacional, que após a revolta na cidade de Areia, tornou-se um debate crucial diante da suspensão em massa de oficiais ligados ao partido liberal (COSTA, 2013). E palco de um debate acalorado acerca da convocação de uma Assembleia Constituinte, através da representação do liberal Aragão e Mello, ocasionando a suspensão e adiantamento dos trabalhos legislativos⁴²³.

Por último, a Imprensa, onde a revolta repercutiu de forma mais clara. Os ecos da Revolta Praieira na província foram representados pelos jornais partidários da capital durante o processo eleitoral de 1849: *O Reformista* na ala liberal e *A Ordem* atrelado aos conservadores. A adesão de Areia gerou consequências para os liberais, principalmente da Guarda Nacional. A ordem e a tranquilidade pública tornaram-se argumentos para a inversão de cargos públicos.

Eis, então, o argumento central desta tese. Uma vez que identificamos as repercuções da Revolta Praieira no debate político partidário de ambos os jornais, os ecos do movimento na Paraíba apresentados ao passo em que os agentes políticos disputaram por espaços de poder, deixando suas marcas e percepções sobre o conflito.

Contudo, devemos tomar essas impressões com olhares desconfiados, afinal, o lugar de fala, as intenções e interesses dos autores foram levados em consideração no trato com os vestígios. Através da colaboração ou até mesmo da exposição nos jornais, estes agentes políticos exteriorizaram suas percepções sobre as dinâmicas dos eventos no plano da rua, na Assembleia Legislativa, enfim, em suas disputas no palmo a palmo do cotidiano da província. Em alguns momentos assumiram nomes verdadeiros, e outrora usavam como subterfúgio o anonimato para suas denúncias.

⁴²² Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Paraíba em 01 de agosto de 1849. Lopes Machado, iniciou essa discussão nas edições do *O Reformista* publicadas em

⁴²³ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Parahyba do Norte, 02 de outubro de 1849. Nº 08.

Entretanto, o conteúdo destas disputas foi revelador. A revolta trouxe à tona a inversão de cargos, legitimados por uma narrativa de insegurança que termina por estar associados intimamente ao processo eleitoral. Neste clima que surgiu na arena da imprensa o jornal político e literário *O Reformista*. De nome sugestivo, a voz do partido liberal na província e a pauta a reivindicação do movimento praieiro de Pernambuco, a necessidade de reformas a partir da convocação imediata de uma Assembleia Constituinte. O redator por trás do periódico foi o Dr. Felizardo Toscano de Brito, dono da tipografia, secretário do Governo durante o período liberal, juiz de paz, enfim, um agente político importante nas disputas pelo poder na Paraíba do Norte⁴²⁴.

Em contraposição, a narrativa dos conservadores foi a tranquilidade pública personificada no jornal *A Ordem*, com o posicionamento e a versão do governo através da contribuição do novo secretário do Governo Pe. Lindolfo Correia das Neves, outra notória figura política na paraibana, com ampla atuação na imprensa (SEGAL, 2017).

Deste modo, foi no debate destes jornais que a revolta ecoou. Na referência da fala destes homens, trazendo à tona as denúncias quanto à mudança nos cargos públicos e as narrativas acerca dos remanescentes do movimento; neste caso, se destacou Pedro Ivo Velloso, nomeado pelos conservadores por “Herói dos Catucás”. A revolta também repercutiu nas denúncias em relação às eleições, e inclusive em diversas prisões vinculadas ao crime de “sedição”⁴²⁵, por supostamente cooperarem com os rebeldes.

Neste ponto, em que o processo eleitoral ganhou destaque, ficou evidente que os ânimos na província ferveram em agosto e setembro de 1849⁴²⁶. Para os liberais, disputar as urnas era a única alternativa após a mudança do gabinete e as consequências que a revolta trouxe no cenário político. Sobretudo, o principal eco foi a reivindicação por parte dos principais liberais da província pela convocação de uma Assembleia Constituinte, pauta dos rebeldes praieiros que repercutiu nas ambições de agentes políticos como Aragão e Mello, Felizardo Toscano de Brito e Maximiano Lopes Machado.

Entretanto, embora a repercussão específica do movimento (por isso destacamos como principal eco da revolta), não havia uma definição clara dos liberais

⁴²⁴ Hemeroteca digital. *O Reformista*. Paraíba do Norte, 15 de novembro de 1849. Nº 14.

⁴²⁵ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa de 01 de agosto de 1849, p.10.

⁴²⁶ O tema das eleições foi abordado por diversas edições de ambos os jornais analisados.

paraibanos, como um programa quanto às reformas reivindicadas. Por isso, supomos um superficial esboço da agenda liberal ao menos no que diz respeito aos agentes políticos paraibanos que a defenderam abertamente.

Primeiro, a necessidade de reforma no judiciário, principalmente no que diz respeito a estabilidade nos cargos. Segundo uma reforma eleitoral, tendo em vista a fragilidade do processo, aspecto este que, quando no poder, os liberais lidavam de forma satisfatória. Ambos os pontos apareceram na fala destes agentes e são partes óbvias das necessidades e interesses em torno do poder perdidas pelos liberais ao ser instaurado o domínio conservador.

A vasta historiografia ponderou diversos exercícios usando-os enquanto fontes. O trabalho de Izabel Marson (1980) nos demonstrou o potencial ideológico da revolta tendo em vista os periódicos políticos que circulavam no contexto. Entretanto, a Paraíba, que por vezes foi silenciada nos escritos sobre o conflito em questão, apresentou sua própria versão do debate na arena da imprensa.

A província situada em um amplo debate alinhado a outros territórios permaneceu historiografia local silenciada até então, pelo menos no que diz respeito à Revolta Praieira na província da Paraíba do Norte. Outro ponto inédito foi o debate em torno da Constituinte, reivindicação dos praieiros assumida pelos liberais paraibanos afastados do poder, uma repercussão direta do conflito de Pernambuco, e acendeu um debate acirrado entre reformistas e ordeiros.

Contudo, não percorremos a via “revolucionária” das ideias de reformas, embora que, ao iniciarmos a pesquisa, flirtamos com os discursos acerca das ideias. Contudo, a documentação colocou em xeque qualquer direcionamento a uma versão paraibana do espírito “Quarante-Huitard” sugerido por Amaro Quintas (2004, [1968]). Embora identifiquemos o debate sobre a necessidade de autonomia da província e suas instituições, tendo em vista a nova situação política dos liberais com a mudança de gabinete, estes aspectos, no caso da província da Paraíba, estavam diretamente ligados à revolta.

Objetivamos perceber a dinâmica da cultura política que fazia uso de diversas arenas na disputa pelo poder e usou a revolta enquanto recurso. E a imprensa representou uma arena importante, na qual essas querelas tomaram forma de narrativas, com a escrita atuando na transmissão das ideias destes indivíduos, trazendo à tona as especificidades das circunstâncias as quais movimentaram o cenário político na província Paraíba neste contexto do Império e no centro do conflito

armado de Pernambuco no início do Segundo Reinado. Por fim, nossa proposta buscou contribuir para a análise do contexto em questão para as novas gerações de historiadores.

REFERÊNCIAS

LEIS

BRASIL. Ato Adicional. **Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834.** Faz algumas alterações e addições á Constituição Politica do Imperio, nos termos da Lei de 12 de Outubro de 1832. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim16.htm. Acesso em 21 de junho de 2019.

BRASIL. **Lei de 8 de Agosto de 1831.** Disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html Acesso em 12/02/2021.

BRASIL. **Lei de 19 de agosto de 1846.** Regula a maneira de proceder às Eleições de Senadores, Deputados, Membros das Assembléas Provinciaes, Juizes de Paz, e Camarás Municipaes. Disponível em: <http://www.ibrade.org/wp-content/uploads/2018/03/Lei-387-de-19-de-agosto-de-1946.compressed.pdf> Acesso em 27 de outubro de 2020.

DOCUMENTOS MANUSCRITOS

Registro de Carta do Bacharel Formado. **Arquivos do Livro de Registro de Diplomas de Bacharéis (1832-1848),** Livro nº 538. Arquivo Histórico da FDR – CCJ - UFPE.

Livro de Registro de Atas. **Assembleia Legislativa da Paraíba (1838-1839)/(1847-1850-1851-1852-1854),** documentos digitalizados do Arquivo da ALPB, Livros nº5, nº6, nº7, [Armário 03]. Correspondências, ofícios, despachos. Caixa 027. Ano 1849. ARQUIVO HISTÓRICO – FUNESC.

JORNAIS DIGITALIZADOS - HEMEROTECA DA BIBLIOTECA NACIONAL

O Reformista

O Reformista: jornal politico, literário, e commercial, 03 de agosto de 1849, nº 01, disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=1>

O Reformista: jornal politico, literário, e commercial, 15 de agosto de 1849, nº 02, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=5>

O Reformista: jornal político, literário, e commercial, 23 de agosto de 1849, nº 03, disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=9>

O Reformista: jornal político, literário, e commercial, 31 de agosto de 1849, nº 04, disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=13>

O Reformista: jornal político, literário, e commercial, 8 de setembro de 1849, nº 05, disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=17>

O Reformista: jornal político, literário, e commercial, 18 de setembro de 1849, nº 06, disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=21>

O Reformista: jornal político, literário, e commercial, 24 de setembro de 1849, nº 07, disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=25>

O Reformista: jornal político, literário, e commercial, 02 de outubro de 1849, nº 08, disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=29>

O Reformista: jornal político, literário, e commercial, 08 de outubro de 1849, nº 09, disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=33>

O Reformista: jornal político, literário, e commercial, 12 de outubro de 1849, nº 10, disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=37>

O Reformista: jornal político, literário, e commercial, 17 de outubro de 1849, nº 11, disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pasta=ano%20184&pagfis=41>

O Reformista: jornal político, literário, e commercial, 23 de outubro de 1849, nº 12, disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pasta=ano%20184&pagfis=45>

O Reformista: jornal político, literário, e commercial, 27 de outubro de 1849, nº 13, disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pasta=ano%20184&pagfis=49>

O Reformista: jornal político, literário, e commercial, 15 de novembro de 1849, nº 14, disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pasta=ano%20184&pagfis=53>

O Reformista: jornal político, literário, e commercial, 22 de novembro de 1849, nº 15, disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pasta=ano%20184&pagfis=57>

O Reformista: jornal político, literário, e commercial, 27 de novembro de 1849, nº 16, disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pasta=ano%20184&pagfis=61>

O Reformista: jornal político, literário, e commercial, 30 de novembro de 1849, nº 17, disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pasta=ano%20184&pagfis=65>

O Reformista: jornal político, literário, e commercial, 6 de dezembro de 1849, nº 18, disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pasta=ano%20184&pagfis=69>

O Reformista: jornal político, literário, e commercial, 15 de dezembro de 1849, nº 19, disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pasta=ano%20184&pagfis=73>

O Reformista: jornal político, literário, e commercial, 20 de dezembro de 1849, nº 20, disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pasta=ano%20184&pagfis=77>

O Reformista: jornal político, literário, e commercial, 23 de dezembro de 1849, nº 21, disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pasta=ano%20184&pagfis=81>

O Reformista: jornal político, literário, e commercial, 8 de janeiro de 1850, nº 22, disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pasta=ano%20184&pagfis=85>

O Reformista: jornal político, literário, e commercial, 15 de janeiro de 1850, nº 23, disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pasta=ano%20184&pagfis=89>

O Reformista: jornal político, literário, e commercial, 21 de janeiro de 1850, nº 24, disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pasta=ano%20184&pagfis=93>

O Reformista: jornal político, literário, e commercial, 27 de janeiro de 1859, nº 25, disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=97>

O Reformista: jornal político, literário, e commercial, 03 de fevereiro de 1850, nº 26, disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=101>

O Reformista: jornal político, literário, e commercial, 09 de fevereiro de 1850, nº 27, disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=105>

O Reformista: jornal político, literário, e commercial, 16 de fevereiro de 1850, nº 28, disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=109>

O Reformista: jornal político, literário, e commercial, 23 de fevereiro de 1850, nº 29, disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=113>

O Reformista: jornal político, literário, e commercial, 02 de março de 1850, nº 30, disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=117>

O Reformista: jornal político, literário, e commercial, 09 de março de 1850, nº 31, disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=121>

O Reformista: jornal político, literário, e commercial, 16 de março de 1850, nº 32, disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=125>

O Reformista: jornal político, literário, e commercial, 27 de abril de 1850, nº 33, disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=129>

O Reformista: jornal político, literário, e commercial, 04 de maio de 1850, nº 34, disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=133>

O Reformista: jornal político, literário, e commercial, 15 de maio de 1850, nº 35, disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=137>

O Reformista: jornal político, literário, e commercial, 23 de maio de 1850, nº 36, disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=141>

O Reformista: jornal politico, literário, e commercial, 29 de maio de 1850, nº 37, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=145>

O Reformista: jornal politico, literário, e commercial, 05 de junho de 1850, nº 38, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=149>

O Reformista: jornal politico, literário, e commercial, 12 de junho de 1850, nº 39, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=153>

O Reformista: jornal politico, literário, e commercial, 19 de junhos de 1850, nº 40, disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=157>

O Reformista: jornal politico, literário, e commercial, 29 de junho de 1850, nº 41, disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=161>

O Reformista: jornal politico, literário, e commercial, 06 de julho de 1850, nº 42, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=165>

O Reformista: jornal politico, literário, e commercial, 13 de julho de 1850, nº 43, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=169>

O Reformista: jornal politico, literário, e commercial, 20 de julho de 1850, nº 44, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=173>

O Reformista: jornal politico, literário, e commercial, 26 de julho de 1850, nº 45, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=177>

O Reformista: jornal politico, literário, e commercial, 04 de agosto de 1850, nº 46, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=181>

O Reformista: jornal politico, literário, e commercial, 10 de agosto de 1850, nº 47, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=185>

O Reformista: jornal politico, literário, e commercial, 17 de agosto de 1850, nº 48, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=189>

O Reformista: jornal político, literário, e commercial, 25 de agosto de 1850, nº 49, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=193>

O Reformista: jornal político, literário, e commercial, 02 de setembro de 1850, nº 50, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=197>

A Ordem

A Ordem: jornal político, literário e crítico, 20 de agosto de 1849, nº 01, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pasta=ano%20184&pagfis=1>

A Ordem: jornal político, literário e crítico, 27 de agosto de 1849, nº 02, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pasta=ano%20184&pagfis=5>

A Ordem: jornal político, literário e crítico, 03 de setembro de 1849, nº 03, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pasta=ano%20184&pagfis=9>

A Ordem: jornal político, literário e crítico, 10 de setembro de 1849, nº 04, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pasta=ano%20184&pagfis=13>

A Ordem: jornal político, literário e crítico, 17 de setembro de 1849, nº 05, disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pasta=ano%20184&pagfis=17>

A Ordem: jornal político, literário e crítico, 24 de setembro de 1849, nº 06, disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pasta=ano%20184&pagfis=21>

A Ordem: jornal político, literário e crítico, 01 de outubro de 1849, nº 07, disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pasta=ano%20184&pagfis=25>

A Ordem: jornal político, literário e crítico, 08 de outubro de 1849, nº 08, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=29>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 15 de outubro de 1849, nº 09, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=33>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 22 de outubro de 1849, nº 10, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=37>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 29 de outubro de 1849, nº 11, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=41>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 05 de novembro de 1849, nº 12, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=45>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 12 de novembro de 1849, nº 13, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=51>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 19 de novembro de 1849, nº 14, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=55>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 26 de novembro de 1849, nº 15, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=59>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 03 dezembro de 1849, nº 16, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=63>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 15 de dezembro de 1849, nº 17, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=67>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 19 de dezembro de 1849, nº 18, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=73>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 24 de dezembro de 1849, nº 19, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=77>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 31 de dezembro de 1849, nº 20, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=81>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 07 de janeiro de 1850, nº 21, disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=85>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 14 de janeiro de 1850, nº 22, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=89>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 21 de janeiro de 1850, nº 23, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=93>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 28 de janeiro de 1850, nº 24, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=97>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 04 de fevereiro de 1850, nº 25, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=101>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 08 de fevereiro de 1850, nº 26, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=105>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 28 de fevereiro de 1850, nº 30, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=109>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 12 de março de 1850, nº 31, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=113>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 17 de março de 1850, nº 32, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=117>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 20 de março de 1850, nº 33, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=121>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 24 de março de 1850, nº 34, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=125>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 28 de março de 1850, nº 35, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=129>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 31 de março de 1850, nº 36, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=133>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 9 de abril de 1850, nº 37, disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=137>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 14 de abril de 1850, nº 38, disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=141>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 23 de abril de 1850, nº 39, disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=145>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 13 de maio de 1850, nº 43, disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=149>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 17 de maio de 1850, nº 44, disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=153>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 20 de maio de 1850, nº 45, disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=157>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 28 de maio de 1850, nº 46, disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=161>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 07 de junho de 1850, nº 47, disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=165>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 15 de junho de 1850, nº 48, disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=169>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 22 de junho de 1850, nº 49, disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=173>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 05 de julho de 1850, nº 50, disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=177>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 04 de setembro de 1850, nº 51, disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=181>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 17 de setembro de 1850, nº 52, disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=189>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 8 de outubro de 1850, nº 53, disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=193>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 25 de outubro de 1850, nº 54, disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=193>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 16 de junho de 1851, nº 55, disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=197>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 23 de junho de 1851, nº 56, disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=201>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 30 de junho de 1851, nº 57, disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=205>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 07 de julho de 1851, nº 58, disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=209>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 14 de julho de 1851, nº 59, disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=213>

A Ordem: jornal politico, literário e critico, 21 de julho de 1851, nº 60, disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&pagfis=217>

O Tribuno

O Tribuno, 01 de setembro de 1847, nº 13, disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=824119&pasta=ano%20184&pagfis=0>

O Tribuno, 04 de setembro de 1847, nº 14, disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=824119&pasta=ano%20184&pagfis=5>

O Tribuno, 06 de setembro de 1847, nº 15, disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=824119&pasta=ano%20184&pagfis=9>

O Tribuno, 07 de setembro de 1847, nº 16, disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=824119&pasta=ano%20184&pagfis=13>

O Tribune, 09 de setembro de 1847, nº 17, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=824119&pasta=ano%20184&pagfis=17>

O Tribune, 10 de setembro de 1847, nº 18, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=824119&pasta=ano%20184&pagfis=21>

O Tribune, 13 de setembro de 1847, nº 19, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=824119&pasta=ano%20184&pagfis=25>

O Tribune, 16 de setembro de 1847, nº 20, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=824119&pagfis=29>

O Tribune, 01 de outubro de 1847, nº 21, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=824119&pagfis=33>

O Tribune, 04 de outubro de 1847, nº 22, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=824119&pagfis=37>

O Tribune, 05 de outubro de 1847, nº 23, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=824119&pagfis=41>

O Tribune, 06 de outubro de 1847, nº 24, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=824119&pagfis=45>

O Tribune, 11 de outubro de 1847, nº 26, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=824119&pagfis=49>

O Tribune, 13 de outubro de 1847, nº 27, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=824119&pagfis=53>

O Tribune, 15 de outubro de 1847, nº 28, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=824119&pagfis=57>

O Tribune, 18 de outubro de 1847, nº 29, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=824119&pagfis=61>

O Tribune, 19 de outubro de 1847, nº 30, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=824119&pagfis=65>

O Tribune, 21 de outubro de 1847, nº 31, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=824119&pagfis=69>

O Tribune, 23 de outubro de 1847, nº 32, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=824119&pagfis=73>

O Tribune, 26 de outubro de 1847, nº 33, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=824119&pagfis=73>

O Tribuno, 28 de outubro de 1847, nº 34, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=824119&pagfis=77>

O Tribuno, 29 de outubro de 1847, nº 35, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=824119&pagfis=85>

O Tribuno, 30 de outubro de 1847, nº 36, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=824119&pagfis=89>

O Tribuno, 03 de novembro de 1847, nº 37, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=824119&pagfis=93>

O Tribuno, 04 de novembro de 1847, nº 38, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=824119&pagfis=97>

O Tribuno, 05 de novembro de 1847, nº 39, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=824119&pagfis=101>

O Tribuno, 06 de novembro de 1847, nº 40, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=824119&pagfis=105>

O Tribuno, 27 de novembro de 1847, nº 53, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=824119&pagfis=109>

O Tribuno, 29 de novembro de 1847, nº 54, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=824119&pagfis=113>

O Tribuno, 30 de novembro de 1847, nº 55, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=824119&pagfis=117>

O Tribuno, 02 de dezembro de 1847, nº 56, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=824119&pagfis=121>

O Tribuno, 04 de dezembro de 1847, nº 57, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=824119&pagfis=125>

O Tribuno, 06 de dezembro de 1847, nº 58, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=824119&pagfis=129>

O Tribuno, 07 de dezembro de 1847, nº 59, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=824119&pagfis=133>

O Tribuno, 15 de dezembro de 1847, nº 60, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=824119&pagfis=137>

O Diário Novo

O Diário Novo, 20 de agosto de 1846, nº 178, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=4331>

O Diário Novo, 9 de novembro de 1848, nº 243, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=6886>

O Diário Novo, 10 de novembro de 1848, nº 244, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=6890>

O Diário Novo, 11 de novembro de 1848, nº 245, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=6894>

O Diário Novo, 13 de novembro de 1848, nº 246, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=6898>

O Diário Novo, 14 de novembro de 1848, nº 247, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=6902>

O Diário Novo, 15 de novembro de 1848, nº 248, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=6906>

O Diário Novo, 16 de novembro de 1848, nº 249, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=6910>

O Diário Novo, 17 de novembro de 1848, nº 250, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=6914>

O Diário Novo, 18 de novembro de 1848, nº 251, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=6918>

O Diário Novo, 20 de novembro de 1848, nº 252, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=6922>

Diário Novo, 21 de novembro de 1848, nº 253, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=6926>

O Diário Novo, 22 de novembro de 1848, nº 254, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=6930>

O Diário Novo, 23 de novembro de 1848, nº 255, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=6934>

O Diário Novo, 24 de novembro de 1848, nº 256, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=6938>

O Diário Novo, 25 de novembro de 1848, nº 257, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=6942>

O Diário Novo, 26 de novembro de 1848, nº 258, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=6946>

O Diário Novo, 27 de novembro de 1848, nº 259, disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=6950>

O Diário Novo, 28 de novembro de 1848, nº 256, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=6954>

O Diário Novo, 29 de novembro de 1848, nº 260, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=6954>

O Diário Novo, 01 de dezembro de 1848, nº 261, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=6958>

O Diário Novo, 02 de dezembro de 1848, nº 262, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=6963>

O Diário Novo, 04 de dezembro de 1848, nº 263, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=6967>

O Diário Novo, 05 de dezembro de 1848, nº 264, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=6971>

O Diário Novo, 06 de dezembro de 1848, nº 265, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=6975>

O Diário Novo, 07 de dezembro de 1848, nº 266, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=6979>

O Diário Novo, 09 de dezembro de 1848, nº 267, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=6983>

O Diário Novo, 11 de dezembro de 1848, nº 268, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=6987>

O Diário Novo, 12 de dezembro de 1848, nº 269, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=6991>

O Diário Novo, 13 de dezembro de 1848, nº 270, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=6995>

O Diário Novo, 14 de dezembro de 1848, nº 271, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=6999>

O Diário Novo, 15 de dezembro de 1848, nº 272, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=7003>

O Diário Novo, 16 de dezembro de 1848, nº 273, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=7003>

O Diário Novo, 18 de dezembro de 1848, nº 274, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=7011>

O Diário Novo, 19 de dezembro de 1848, nº 275, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=7015>

O Diário Novo, 22 de dezembro de 1848, nº 277, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=7020>

O Diário Novo, 23 de dezembro de 1848, nº 276, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=7024>

O Diário Novo, 29 de dezembro de 1848, nº 279, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=7028>

O Diário Novo, 30 de dezembro de 1848, nº 280, disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pagfis=7032>

O Diário de Pernambuco

O Diário de Pernambuco, 06 de fevereiro de 1849, nº 28, disponível em
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_02&pagfis=11267

O Diário de Pernambuco, 07 de fevereiro de 1849, nº 29, disponível em
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_02&pagfis=11275

O Diário de Pernambuco, 08 de fevereiro de 1849, nº 30, disponível em
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_02&pagfis=11283

O Diário de Pernambuco, 09, de fevereiro de 1849, nº 31, disponível em
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_02&pagfis=11291

O Diário de Pernambuco, 10 de fevereiro de 1849, nº 32, disponível em
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_02&pagfis=11295

O Diário de Pernambuco, 12 de fevereiro de 1849, nº 33, disponível em
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_02&pagfis=11299

O Diário de Pernambuco, 13 de fevereiro de 1849, nº 34, disponível em
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_02&pagfis=11303

O Diário de Pernambuco, 14 de fevereiro de 1849, nº 35, disponível em
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_02&pagfis=11307

O Diário de Pernambuco, 15 de fevereiro de 1849, nº 36, disponível em
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_02&pagfis=11311

O Diário de Pernambuco, 16 de fevereiro de 1849, nº 37, disponível em
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_02&pagfis=11315

O Diário de Pernambuco, 17 de fevereiro de 1849, nº 38, disponível em
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_02&pagfis=11319

O Diário de Pernambuco, 19 de fevereiro de 1849, nº 39, disponível em
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_02&pagfis=11323

O Diário de Pernambuco, 20 de fevereiro de 1849, nº 40, disponível em
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_02&pagfis=11327

O Diário de Pernambuco, 21 de fevereiro de 1849, nº 41, disponível em
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_02&pagfis=11331

O Diário de Pernambuco, 22 de fevereiro de 1849, nº 42, disponível em
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_02&pagfis=11335

O Diário de Pernambuco, 23 de fevereiro de 1849, nº 43, disponível em
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_02&pagfis=11339

O Diário de Pernambuco, 24 de fevereiro de 1849, nº 44, disponível em
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_02&pagfis=11343

O Diário de Pernambuco, 26 de fevereiro de 1849, nº 45, disponível em
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_02&pagfis=11347

O Diário de Pernambuco, 27 de fevereiro de 1849, nº 46, disponível em
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_02&pagfis=11351

O Diário de Pernambuco, 28 de fevereiro de 1849, nº 47, disponível em
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_02&pagfis=11355

OUTROS JORNAIS CONSULTADOS

A Revolução de Novembro, Recife (1850-1851), disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=717568&pasta=ano%20185&pagfis=0>

JORNAL DIGITALIZADO DE ARQUIVO

O Tribuno, 27 de janeiro de 1848, nº 70. Catálogo de Revistas Antigas - caixa 25, IHGP, João Pessoa.

BRASIL - RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MINISTRO EUSÉBIO DE QUEIROZ

Relatório apresentado à Assembleia Geral do ano de 1849, na 1^a Sessão da 8^a Legislatura em 1850, 1A. Disponível em
<http://ddsnext.crl.edu/titles/107#?c=0&m=20&s=0&cv=0&r=0&xywh=-593%2C836%2C3155%2C2225>

Relatório apresentado à Assembleia Geral do ano de 1849, na 1^a Sessão da 8^a Legislatura em 1850, 2A. Disponível em
<http://ddsnext.crl.edu/titles/107#?c=0&m=21&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1042%2C519%2C4051%2C2857>

RELATÓRIOS DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DA PARAÍBA DO NORTE

Discurso apresentado à Assembleia Legislativa da Paraíba do Norte em 24 de junho de 1838. Disponível
<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=1&s=0&cv=0&r=0&xywh=-703%2C-125%2C3885%2C2741>

Discurso apresentado à Assembleia Legislativa da Paraíba do Norte em 16 de Janeiro de 1839.
<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=2&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1208%2C-109%2C3838%2C2707>

Discurso apresentado à Assembleia Legislativa da Província da Paraíba do Norte em 01 de outubro de 1840.
<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=3&s=0&cv=0&r=0&xywh=-719%2C0%2C2893%2C2040>

Discurso apresentado à Assembleia Legislativa da Província da Paraíba do Norte em 07 de maio de 1841.
<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=4&s=0&cv=0&r=0&xywh=-79%2C304%2C1662%2C1173>

Discurso apresentado à Assembleia Legislativa da Província da Paraíba do Norte em 15 de Novembro de 1842.
<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=5&s=0&cv=0&r=0&xywh=-316%2C137%2C2135%2C1506>

Discurso apresentado à Assembleia Legislativa da Província da Paraíba do Norte em 04 de agosto de 1843.
<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=6&s=0&cv=0&r=0&xywh=-620%2C-78%2C2742%2C1934>

Discurso apresentado à Assembleia Legislativa da Província da Paraíba do Norte 03 de maio de 1844>
<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=7&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1234%2C-692%2C4226%2C2981>

Discurso apresentado à Assembleia Legislativa da Província da Paraíba do Norte em 07 de maio de 1845.
<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=8&s=0&cv=0&r=0&xywh=-453%2C18%2C2712%2C1913>

Discurso apresentado à Assembleia Legislativa da Província da Paraíba do Norte em 06 de maio de 1846.
<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=9&s=0&cv=0&r=0&xywh=-990%2C-255%2C3483%2C2457>

Discurso apresentado à Assembleia Legislativa da Província da Paraíba do Norte em 03 de maio de 1847.

<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=10&s=0&cv=0&r=0&xywh=-422%2C253%2C2235%2C1577>

Discurso apresentado à Assembleia Legislativa da Província da Paraíba do Norte em 16 de março de 1848.

<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=12&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1321%2C0%2C4144%2C2923>

Discurso apresentado à Assembleia Legislativa da Província da Paraíba do Norte em 01 de agosto de 1849.

<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=11&s=0&cv=0&r=0&xywh=-842%2C-14%2C3250%2C2292>

Discurso apresentado à Assembleia Legislativa da Província da Paraíba do Norte em 02 de agosto de 1850.

<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=14&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1455%2C-146%2C4556%2C3214>

Discurso apresentado à Assembleia Legislativa da Província da Paraíba do Norte em 01 de maio de 1851.

<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=20&s=0&cv=0&r=0&xywh=-938%2C-131%2C3346%2C2360>

RELATÓRIOS DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO

Discurso apresentado à Assembleia Legislativa da Província de Pernambuco em 1 de março de 1848.

<http://ddsnext.crl.edu/titles/180#?c=0&m=11&s=0&cv=0&r=0&xywh=-824%2C53%2C3487%2C2460>

Discurso apresentado à Assembleia Legislativa da Província de Pernambuco em 10 de abril de 1849.

<http://ddsnext.crl.edu/titles/180#?c=0&m=12&s=0&cv=0&r=0&xywh=-558%2C291%2C2811%2C1983>

Discurso apresentado à Assembleia Legislativa da Província de Pernambuco em 07 de abril de 1850.

<http://ddsnext.crl.edu/titles/180#?c=0&m=13&s=0&cv=0&r=0&xywh=-966%2C70%2C3435%2C2423>

CATÁLOGO DE DOCUMENTOS BIBLIOTECA NACIONAL - ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Revolução Praieira. Obras Raras: Documentos e Catálogos. Vol. 70.

NÓBREGA, Apolonio. Bacharéis Paraibanos em Olinda e Recife de 1832 a 1860, REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO BRASILEIRO, Vol. 262. 1964

Artigos

BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. **Regência e imprensa: percursos historiográficos**. Almanack. Guarulhos, 2018. 9 p.

CARVALHO, José Murilo. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. Dados vol. 40 no. 2 Rio de Janeiro 1997.

CARVALHO, Marcus Joaquim M. **O Quilombo do Catucá em Pernambuco**. Caderno CRH, n.15, jul/dez, 1991.

CARVALHO, Marcus Joaquim M, CÂMARA, Bruno. **A Insurreição Praieira**. Almanack Braziliense nº08, novembro 2008.

CARVALHO, Marcus Joaquim M. **Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira**, Recife, 1848-1849. Revista História Brasileira, v.23, nº 45, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **História do Poder, História Política**. Estudos Ibero-americanos, n.01, junho, 1997.

FIUZA, Alexandre Felipe. **Rebelião Praieira: um Estudo de Caso/PB**. Artigo Digitalizado, 1995.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. **A prisão de Pedro Ivo e o debate Político após a Praieira**. Revista História. São Paulo, 2018. 35 p.

FERREIRA, Oliveiros S. Clausewitz e a Política. **Lua Nova, nº34**. Artigo Digitalizado, USP.

MOREL, Marco. **O Surgimento da Imprensa no Brasil: questões atuais**. Marcancan. Rio de Janeiro, 2005/2007, 14 p.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa em Pernambuco (1821-1954)**, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1962-1970, anais eletrônicos. Disponível em:
[https://www.fundaj.gov.br/geral/200anosdaimprensa/historia_da_impre...pdf](https://www.fundaj.gov.br/geral/200anosdaimprensa/historia_da_impre...)

PEREIRA, Priscilla Emmanuel Formiga. **Bacharéis de Direito e cultura política na Paraíba do Norte**. Recife. Seminário Internacional História e Historiografia, Editora UFPE, 2016.

ROSAS, Suzana Cavani. **Eleições, Cidadania e Cultura Política no Segundo Reinado**. Clio Série Histórica Nordeste, n.20,

ROSAS, Suzana Cavani. **Quando brigam as comadres sabem-se as verdades**. Elite Provincial e as Origens do Partido Parlamentar de 1853. Recife, Revista Clio, julho de 2012.

SILVA, Roberto José Souza e. **Sobre um certo Honório Hermeto Carneiro Leão: servo da burocracia do Império do Brasil e Presidente da Província de Pernambuco 1849-1840.** XVII Encontro Estadual de História, ANPUH-PB, 2016.

SOUZA, Lidia Lerbach de. **A Imprensa Régia:** O tardio nascimento da imprensa no Brasil. VERBUM. Rio de Janeiro, 2020. 14 p.

SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. **Religião e Política no Primeiro Reinado e Regência: a atuação dos padres-políticos no contexto de formação do Estado imperial brasileiro.** Brasília, Almanack, novembro de 2008, 11 p.

SOARES, Joice de Souza. **A prisão de Pedro Ivo e o debate Político após a Praieira.** Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica. Rio de Janeiro, 2017. 30 p.

SOUZA, Jorge Pedro. **As histórias da imprensa de Nelson Werneck Sodré e de José Manuel Tengarrinha:** uma comparação. Das Origens a Abril de 1974, referência PTDC/CCIJOR/ 100266/2008 e FCOMP-010124-FEDER-009078, apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Portugal) e com co- financiamento da União Europeia.

VELLASCO, Ivan de Andrade. **A cultura da Violência:** os crimes na comarca do Rio das Mortes- Minas Gerais Séc. XIX. Tempo. Rio de Janeiro, 2004. 25 p.

VELLAZ, Sérgio Eduardo. **A dinâmica Política do Império:** instabilidade, gabinetes e Câmara dos Deputados (1840-1889). Revista de Sociologia e Política. Rio de Janeiro, 2017. 29 p.

Dissertações e Teses

ALMEIDA, Carla Beatriz de. **O Supremo Tribunal de Justiça no Segundo Reinado (1849-1855):** "um pouco de homens, outro pouco de instituição". Juiz de Fora, f. 146, 2013. 146 p. Dissertação (História) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, Juiz de Fora, 2013.

BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. **O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial.** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGHIS – U.F.R.J., 2004.

CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844).** Recife, f.188, 2011, 188 p. Dissertação (História) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, Recife, 2011.

COSTA, Lidiana Justo da Costa. **CIDADÃOS DO IMPÉRIO, ALERTA! A GUARDA NACIONAL NA PARAÍBA OITOCENTISTA (1831-1850).** João Pessoa, f.196, 2013, 196 p. Dissertação (História) - UNIVERSIDADE DA PARAÍBA, João Pessoa, 2013.

FERRONATO, Cristiano de Jesus. **Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial: as primeiras configurações do ensino secundário na província da Paraíba do**

Norte. João Pessoa, 2012. 279 f. Tese (Doutorado em Educação) - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, João Pessoa, 2012.

SILVA, Eleonora Félix da. **Escravidão e resistência escrava na Cidade D'Arêa Oitocentista.** Campina Grande, 2010, f.189. Dissertação (História) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE, Campina Grande, 2010.

HORNER, Erik. **Em defesa da Constituição: a guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844).** São Paulo, 2010, f. 387. Tese (Filosofia) - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo, 2010.

NUNES, Tassia Toffoli. **Liberdade de imprensa no Império brasileiro: os debates parlamentares (1820-1840).** São Paulo, f.174, 2010, 174 p. Dissertação (História) - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo, 2010.

SOUTO, Pedro Nicácio. **Areia uma “aldeia” negra paraibana de fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX.** Campina Grande, 2015, f.173. Dissertação (História) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE, Campina Grande, 2015.

MAUZE, Mariana Aguiar Ferreira. **O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889).** Niterói, 2006, f. 403. Tese (História) - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói, 2006.

MARIANO, Serioja. **Gente opulenta e de boa linhagem: família, política e relações de Poder (1817-1824).** Recife, f.286, 2005, 286 p. Tese (História) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, Recife, 2005.

MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e Política. Belo Horizonte,** f. 272, 2006, 272 p. Dissertação (História) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte, 2006.

MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e Opinião Pública no Império: Minas Gerais e São Paulo. Belo Horizonte,** f.302, 2011, 302 p. Tese (História) - UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte, 2011.

OLIVEIRA, Daniel de. **As estratégias de luta pela liberdade nos últimos anos da escravidão na vida/cidadão de Bananeiras-PB 91871-1888).** João Pessoa, f.183, 2017. 183 p. Dissertação (História) - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, João Pessoa, 207.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. **Construtores do Império, defensores da província: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado nacional e dos poderes locais, 1823-1834.** São Paulo, f.416, 2014, 416 p. Tese (História) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, São Paulo.

PEIXOTO, Thayná Cavalcanti. José Rodrigues da Costa: um tipógrafo na Cidade da Paraíba (1848-1866). João Pessoa, f.158, 2017, 158 p. Dissertação (História) - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, João Pessoa, 2017.

PEREIRA, João Paulo Costa Rolim. **Os Indígenas na Primeira História da Paraíba Sobre a História da Província da Parahyba de Maximiano Lopes Machado.** João Pessoa, f. 163, 2012, 163 p. Dissertação (História) - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, João Pessoa, 2012.

SANTOS, Jerlyane Dayse Monteiro. **Da Província à Corte: deputados paraibanos e a formação do Estado Nacional (1831-1840).** João Pessoa, f.152, 2014, 152 p. Dissertação (História) - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, João Pessoa, 2014.

SEGAL, Myraí Araújo. **Espaços de autonomia e negociação: a atuação dos deputados provinciais paraibanos no cenário político imperial (1855-1875).** João Pessoa, f.226, 2017, 226 p. Dissertação (História) - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, João Pessoa, 2017.

RUBINO, Mariana Mattos. **A Revolução em Hannah Arendt: compreensão e história.** São Paulo, f.280, 2016, 280 p. Tese (Filosofia) - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo, 2016.

Livros

ALMEIDA, Horácio. **História da Paraíba.** Tomo I. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1966.

ALMEIDA, Horácio. **Brejo de Areia: memória do município.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1980.

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos.** São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro.** São Paulo: Perspectiva, 1972.

ARENDT, Hannah. **Da Revolução.** Brasília: UnB, 1988.

ARÓSTEGUI, Julio. **A Pesquisa Histórica.** São Paulo: Edusc, 2006.

BARBOSA, Socorro de Fátima. **Pequeno Dicionário dos escritores da Paraíba: de Antonio Borges da Fonseca a Assis Chateaubriand.** João Pessoa, 2009.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História.** Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2011.

BEVILÁQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife.** Recife: Editora Universitária, 2012.

BEAUD, Michel. **A arte da tese.** Rio de Janeiro, 2014.

BOBBIO, Noberto. **Política e Cultura.** Rio de Janeiro: Editora Unesp, 2014.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro; Zahar, 2001.

CAMPOS, Adriana Pereira, CARVALHO, José Murilo de Carvalho, (Org). **Perspectivas da cidadania do Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Teatro das sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion Cardoso. VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro Elsevier, 2010.

CARNEIRO, Edison. **A Insurreição Praieira (1848-1849)**. Rio de Janeiro: Conquista, 1960.

CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. SCHETTINI, Vitória Fernanda. (orgs) **Política e Sociedade no Brasil Oitocentista**. Recife, Editora UFPE, 2020.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

DARNTON, Robert. **A Revolução Impressa. A Imprensa na França**. São Paulo, EDUSP, 1997.

DANTAS, Monica Duarte (Org). **Revoltas Motins Revoluções: Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo, 2011.

DEUSDEDIT, Leitão. *Bacharéis Paraibanos pela Faculdade de Olinda 1832- 1853*. João Pessoa: A União Cia. Editora, 1966.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil**. São Paulo: Editora Globo, 2005.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político Brasileiro**. 3^a Edição, Revista, 2001.

FERRAZ, Socorro. **Liberais & Liberais: guerras civis em Pernambuco no século XIX**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A Evolução do Sistema Eleitoral Brasileiro**. Secretaria de documentos e informações, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2012.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho Franco. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. São Paulo: Ática, 1979.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo. (Org.) **O Brasil Imperial - Volume II (1831-1870)**. Rio de Janeiro, 2009.

GUIMARÃES, Luiz Hugo. **Maximiano Lopes Machado: o primeiro Historiador da Paraíba**. IHGP-Coleção Historiadores Paraibanos, 2001.

HAWTHORN, Geoffrey. **Iluminismo e desespero – uma história da sociologia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOBSBWAM, Eric. **Sobre História**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

HOLLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. LEWIN, Linda. Política e Parentela na Paraíba. Rio de Janeiro: Editora Record, 1993.

LISBOA, João Francisco. **Jornal de Timon. São Paulo**: Companhia das Letras. Org. José Murilo de Carvalho, 1995.

LUCA, Tania Regina de. PINSKY, Carla Bassanezi. **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

OSTRENSKY, Eunice. **As Revoluções do Poder**. São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2005.

NASCIMENTO, Luiz do, **História da imprensa em Pernambuco (1821-1954)**, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1962-1970, 5 v,

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MARIANO, Serioja. “Um governo Justo e Liberal”: a construção do discurso Histórico de Maximiano Lopes Machado sobre a Praieira, Camila Aparecida Braga Oliveira; Helena Miranda Mollo; Virgínia Albuquerque de Castro Buarque (orgs). Caderno de resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual. Ouro Preto: EdUFOP,

MOTTA, Rodrigo Pato (org.). **Culturas Políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte: Argumentum/FAPEMIG. 2009.

MACHADO, Lopes Machado. **Quadro da Revolta Praieira na Província da Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 1983.

História da Província da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977.

MARIZ, Celso. **Apanhados Históricos da Paraíba**. João Pessoa, 1922. (Edição Rara)

MARIZ, Celso. **Memória da Assembléia Legislativa**. Edição Comemorativa; João Pessoa-PB, 1987.

MARSON, Izabel. **A rebelião Praieira**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARSON, Izabel Andrade. **Revolução Praieira: Resistência liberal à hegemonia conservadora em Pernambuco e no Império (1842-1850)**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

MARSON, Andrade. **Movimento Praieiro: Imprensa, Ideologia e Poder Político**. São Paulo: Editora Moderna, 1980.

MEDEIROS, Vinicius Carneiro Medeiros. **O Crime Carlota Lúcia de Brito**. João Pessoa, Ideia, 2018.

MELLO, General Rego. **Rebellião Praieira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

MELLO, Jeronimo M. Figueira. **Chronica da Rebellião Praieira**. Rio de Janeiro: Typographia do Brasil, 1850.

MELLO, Urbano Sabino de. **Apreciação da Revolta Praieira**. Rio de Janeiro, 1849.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o Império (1871-1889)**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1984.

NABUCO, Joaquim. **Um estadista do império**. São Paulo: Editora Nacional, 1936.

NASCIMENTO, Luiz do. **O jornal por dentro e por fora. Recife**. Arquivo Público – Imprensa Oficial, 1962.

OSTRENSKY, Eunice. **As Revoluções do Poder**. São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2005.

PRADO JR., Caio. **Evolução política do Brasil**. – colônia e império. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PORTO, Costa. **Os Tempos da Praieira**. Coleção Recife: Recife, 1981.

PINTO, IRINEU. **Datas e Notas para a História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, vol 2. 1977. Reprodução da edição de 1908.

PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Histórica**. São Paulo, 2011.

QUINTAS, Amaro. **O sentido Social da Revolução Praieira**. Rio de Janeiro: Editora Atlântica, 2004.

RÉMOND, René. **Por uma História Política.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, Volume 261, Janeiro-Março, 1964.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

SANTOS, Mário Márcio de A. **Um homem contra o Império:** Antônio Borges da Fonseca. João Pessoa: A União Editora, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questões Raciais no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEGISMUNDO, Fernando. **História Popular da Revolução Praieira.** Rio de Janeiro: Editorial Vitória LTDA, 1949.

SOBRINHO; Barbosa Lima. **A Revolução Praieira.** Conferência Realizada no Instituto Histórico Brasileiro, 1949.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro.** São Paulo: Globo, 1996.

VIANA, Hélio. **Contribuição à História da imprensa brasileira (1812-1869).** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, MEC/Instituto Nacional do Livro, 1945, p. 535.

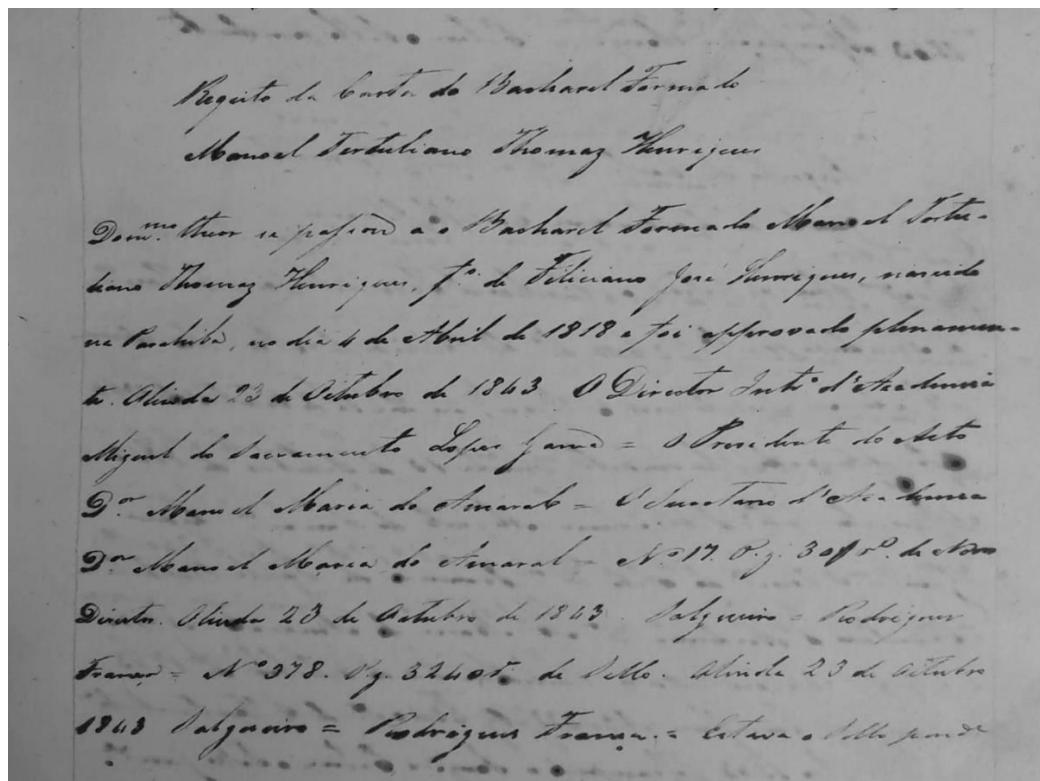
WEBER, M. **Metodologia das Ciências Sociais.** São Paulo: Cortez, 199 Textos Coligidos. São Paulo: Ática, 2001. **Sobre a Teoria das Ciências Sociais.** São Paulo: Moraes, 1991.

_____. **Textos Coligidos.** São Paulo: Ática, 2001.

_____. **Sobre a Teoria das Ciências Sociais.** São Paulo: Moraes, 1991.

ANEXO A – FIGURAS 4-7

Figura 4 - Registro de Matrícula Manoel Tertuliano - Livro de Registro de Matrícula dos formados



Fonte: Arquivo do CCJ.

Figura 5- Registro de Matrícula Trajano Chacon.

Requisito da Corte de Bacharel Formado
Trajano Alpino de Olinda Macon. Cai. e. offug.
No m^o trm^o que se pôs a o Bacharel Formado Trajano
Alpino de Olinda Macon. Cai. e. offug. p. difesa Francisco
Cavalcante, nascido na P^{ta} de São João, Prov. da Paraíba no
dia 2 de Setembro 1812, e foi aprovado de alvará da Corte
22 de Outubro 1835. O Director Est^r. chiqueir de Sacra
Ley de Fama - P.º da Acad. de Belas Artes José Soárez -
P.º da Academia Antônio José Soárez - ct. 1039 2^o
vers. do S^rº Olindo 3 de Dezembro 1835. offug. pelo
Collector Soárez - Oliva e São Joaquim.

Fonte: Arquivo do CCJ.

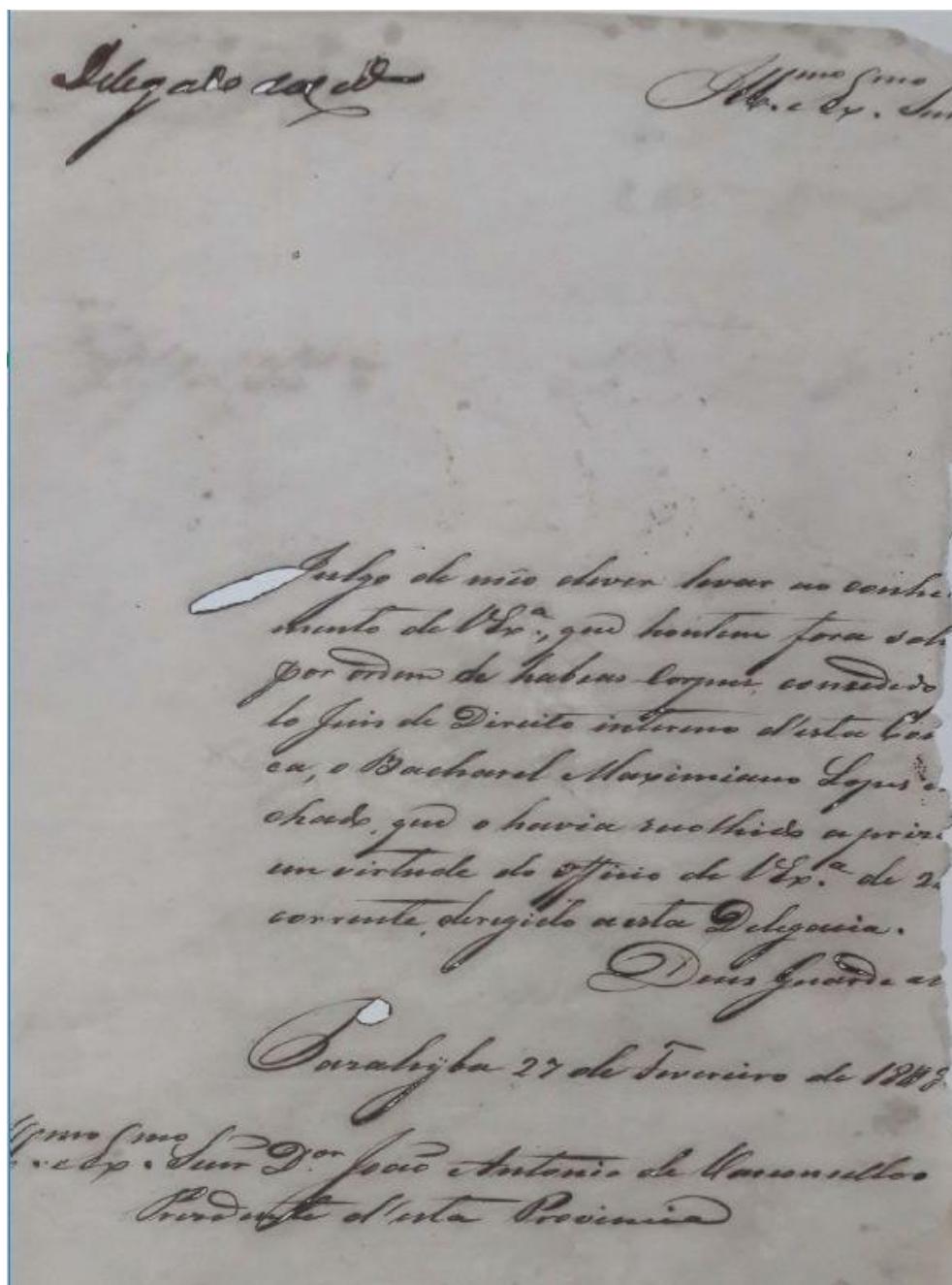
Figura 6- Registro de Matrícula Maximiano Lopes Machado

Registo da Carta de Bacharel Formado
Maximiano Lopes Machado.

Domineisso Meio de Agosto de 1821 Bacharel Maximiano Lopes
Machado, filho de Maximiliano Lopes Machado nascido na Provinça, no dia
2 de Agosto de 1821, e foi apresentado plenamente. Olhado 25 de Agosto
dito de 1821. O Director d'ela Senhor Thomas Bishop Consulata-
rio de Olinda - O Presidente de Corte D. Joaquim de Faria e Vascon-
celos D. Antônio d'Almeida Lopes Almada de Sua Maj. Sua
Maj. 150. R. 25000 1^o de Agosto. 15000 de Novembro de 1821. Apresentou-
se Maximiano d. 150. R. 25000 1^o de Agosto. Dicito. 15000 de Novem-
bro de 1821. Apresentou-se Carvalho - Estava a d'ele pendente.

Fonte: Arquivo do CCJ.

Figura 7- Ofício do Habeas Corpus de Maximiano Lopes Machado.



Fonte: Arquivo Público da Paraíba.